Secretaria Federal de Controle Interno

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS

estados, df e municípios

Programa de Fiscalização em Entes Federativos – V04º Ciclo

Número do Relatório: 201701036

Sumário Executivo Itaperuna/RJ

Introdução

Este Relatório trata dos resultados dos exames realizados sobre 9 Ações de Governo executadas no município de Itaperuna/RJ em decorrência do 4º Ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos – V04.

A fiscalização teve como objetivo analisar a aplicação dos recursos federais no Município sob a responsabilidade de órgãos e entidades federais, estaduais, municipais ou entidades legalmente habilitadas, relativas ao período fiscalizado indicado individualmente, tendo sido os trabalhos de campo executados no período de 22 a 26 de maio de 2017.

Os exames foram realizados em estrita observância às normas de fiscalização aplicáveis ao Serviço Público Federal, tendo sido utilizadas técnicas de inspeção física e registros fotográficos, análise documental, realização de entrevistas, aplicação de questionários, dentre outras técnicas de auditoria.

As situações evidenciadas nos trabalhos de campo foram segmentadas de acordo com o âmbito responsável pela tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela existência de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

A primeira parte, destinada aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal - gestores federais dos programas de execução descentralizada - apresentará situações evidenciadas que, a princípio, demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas desses gestores, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração

da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Na segunda parte, a competência primária para adoção de medidas corretivas dos fatos apresentados pertence ao executor do recurso federal descentralizado. Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

Indicadores Socioeconômicos do Ente Fiscalizado

População:	95841
Índice de Pobreza:	28,38
PIB per Capita:	11.242,86
Eleitores:	69947
Área:	1106

Fonte: Sítio do IBGE.

Informações sobre a Execução da Fiscalização

Ações de controle realizadas nos programas fiscalizados:

Ministério	Programa Fiscalizado	Qt.	Montante Fiscalizado por Programa
MINISTERIO DA EDUCACAO	Educação de qualidade para todos	2	3.580.513,20
TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DA EDUCACAO		**2**	**3.580.513,20**
MINISTERIO DA SAUDE	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	4	5.359.634,77
TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DA SAUDE		**4**	**5.359.634,77**
MINISTERIO DAS CIDADES	Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	1	9.193.288,59
	PLANEJAMENTO URBANO	1	4.304.600,00
TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DAS CIDADES		**2**	**13.497.888,59**
MINISTERIO DO ESPORTE	Esporte e Grandes Eventos Esportivos	1	584.073,00
TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DO ESPORTE		**1**	**584.073,00**

TOTALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	**9**	**23.022.109,56**

Os executores dos recursos federais no âmbito estadual foram previamente informados sobre os fatos relatados, tendo as respectivas Secretarias Municipais fiscalizadas apresentado suas manifestações, com exceção de algumas demandas deste Órgão de Controle em relação às Ordens de Serviço n.º 201701028 e 201700777, onde foram apresentadas as manifestações intempestivamente, cabendo aos Ministérios Supervisores, nos casos pertinentes, adotar as providências corretivas, visando à consecução das políticas públicas, bem como à apuração das responsabilidades.

Consolidação de Resultados

1. Durante os trabalhos de fiscalização realizados na Prefeitura de Itaperuna/RJ, no âmbito do Programa de Fiscalização em Entes Federativos, constataram-se falhas relativas à aplicação dos recursos federais examinados, demonstradas por Ministério e Programa de Governo. Dentre estas, destacam-se, a seguir, as de maior relevância quanto aos impactos sobre a efetividade dos Programas/Ações executados na esfera local.

2. Elencamos, a seguir, um resumo dos principais achados decorrentes das análises documentais e vistorias in loco:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

No âmbito da Ação 10.301.2015.8577.0001 – Piso de Atenção Básica em Saúde repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para o Município de Itaperuna/RJ foram geridos recursos federais pela Secretaria Municipal de Saúde e não foi identificada a utilização destes recursos em ações que não fossem da Atenção Básica.

Durante os trabalhos de fiscalização, constataram-se irregularidades em contratos administrativos celebrados pela Prefeitura Municipal de Itaperuna, tais como a contratualização de empenhos sem previsão em edital licitatório, utilização de documentos inidôneos para justificar reajustes contratuais, reajustes efetivados com base em fatos sem conexão com o momento da solicitação e acréscimo indevido nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

No âmbito da Ação 10.303.2015.20AE.0001 – *Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde* para o Município de Itaperuna/RJ

identificou-se que os recursos da Atenção Básica em Saúde repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para o Município de Itaperuna foram geridos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Durante os trabalhos de fiscalização, constataram-se a existência de cláusulas restritivas no edital do Pregão Presencial n.º 040/2014 destinado à aquisição de medicamentos, resultando em Sobrepreço de R$ 2.927.675,16 na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015 e em Prejuízo de R$ 330.848,32 em processos de pagamento analisados; sobrepreço de R$ 239.498,16 no Pregão Presencial n.º 040/2014, que resultou na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015, em razão de preços registrados em valores superiores aos limites definidos pela Anvisa para venda de medicamentos à Administração Pública; sobrepreço de R$ 131.285,96 no Pregão Presencial n.º 004/2016, que resultou na Ata de Registro de Preços n.º 12/2016, em razão de preços registrados em valores superiores aos limites definidos pela Anvisa para venda de medicamentos à Administração Pública; Restrição à competitividade no Pregão Presencial n.º 004/2016, em razão da exigência de Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem (CBPDA); e não recebimento de R$ 443.714,96 referentes à contrapartida estadual para o Componente Básico da Assistência Farmacêutica, no período de janeiro de 2015 a abril de 2017, bem como ausência de aplicação da contrapartida municipal para o Componente Básico da Assistência Farmacêutica, no valor de R$ 547.660,03, no período de janeiro de 2015 a abril de 2017.

No âmbito da Ação 10.305.2015.20AL.0001 – Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Município para a Vigilância em Saúde, no que diz respeito especificamente às ações de combate ao mosquito Aedes Aegypti exercidas pelo Município, identificou-se que os casos de contágio de doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Egypti* na região de Itaperuna/RJ, no período 2016 – 2017, caíram em proporção superior à média nacional.

Durante os trabalhos de fiscalização, constataram-se a ocorrência de processos administrativos sem motivação; fragilidade no controle de horário dos Agentes de Combate a Endemias; ausência de controle de estoque relativo aos insumos utilizados no combate ao *Aedes Aegypti*; e armazenamento inadequado dos insumos utilizados no combate ao *Aedes Aegypti*, com risco de perda e contaminação.

Por relevante, verificou-se ainda a baixa execução dos recursos a disposição do Bloco de Vigilância em Saúde, visto que o programa dispõe saldo financeiro de R$ 482.289,75, em 31 de março de 2017, e que prevenção de saúde pública é menos custosa do que o tratamento de enfermidades.

Com relação à Ação 10.302.2015.8535.0001 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, observou-se que, em relação ao recurso para a execução do convênio, a realização de depósito equivocado na Caixa Econômica Federal, Agência nº.0074-7, Conta Corrente n. º 00301040-3, localizada na cidade de São Gonçalo dos Campos/BA, dificultando a convenente de executar o convênio, sem, no entanto, comprometer a sua execução.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

No que tange à Ação 12.847.2080.0515.0001 – Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica (PDDE) identificou-se durante os trabalhos de fiscalização falhas nas pesquisas de preços em vista de vinculação societária e repetição entre empresas fornecedoras na aquisição de bens permanentes com recursos do PDDE, em dissonância com o art. 37 da Constituição Federal, com a Jurisprudência do TCU e com as normas emanadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em especial com a Resolução n.º 9, de 2 de março de 2011.

Em decorrência dos fatos apontados não foi possível certificar que houve, nos exercícios de 2015 e 2016, a correta aplicação dos recursos federais repassados a 22 unidades executoras da rede de ensino municipal de Itaperuna/RJ, no âmbito do PDDE, selecionadas como objeto de amostragem.

No que tange à Ação 12.368.2080.00PI.0001 – Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE) identificou-se que houve irregularidades na aplicação dos recursos públicos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como, houve restrição ao trabalho de fiscalização da CGU.

Durante os trabalhos de fiscalização, constataram-se superfaturamento por quantidade adquirida de gêneros alimentícios para a merenda escolar no valor aproximado de R$ 319.967,38, nos exercícios de 2015 e 2016; falta de comprovação da aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar no montante aproximado de R$ 455.369,28; restrição ao escopo do trabalho pela falta de apresentação tempestiva de informações, de documentos e de processos de pagamento; e atraso no fornecimento e na utilização de recursos do PNAE na aquisição de produtos da agricultura familiar.

MINISTÉRIO DO ESPORTE

Com relação à Ação 27.812.2035.20JP.0001 - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, constataram-se programa paralisado desde janeiro de 2017; controle precário de materiais; ausência de controle de frequência dos beneficiários; e falhas na realização de dois pregões. Apesar das falhas identificadas, não restaram evidenciados prejuízos financeiros ao Erário.

MINISTÉRIO DAS CIDADES

No que tange à Ação 15.451.2054.1D73.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano constatou-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado, tendo em vista as seguintes ocorrências identificadas: ART´s de execução e fiscalização expirados, execução sem cobertura contratual, falta de detalhamento das glosas da CAIXA, deficiências nos controles sobre efetivação das glosas da CAIXA, notificação intempestiva e insuficiente pela Prefeitura sobre a liberação de recurso federal aos partidos políticos, aos sindicatos de

trabalhadores e às entidades empresariais, com sede no município, deficiências no projeto básico e licitação que acarretaram atrasos, superfaturamento de R$ 220.510,90 e potencial prejuízo de R$ 204.167,51, conforme relatado nas Constatações 2.1.3, 2.1.4, 2.2.1, 2.2.3, 2.2.4, 2.2.6, 2.2.7, 2.2.8, 2.2.9 e 2.2.10 do Relatório de Fiscalização da Ordem de Serviço n.º 201700777.

No que tange à Ação 15.451.0310.1D73.0101 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano constatou-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado, tendo em vista as seguintes ocorrências identificadas: ART´s de execução e fiscalização expirados, execução e cronograma em atraso, execução da obra sem cobertura contratual, deficiências na execução e no reparo dos paralelos, execução de item divergente do contratado e medido, falha no projeto básico, que acarretou alteração do objeto, falta de indicação do local de depósito dos resíduos sólidos da construção civil - RSCC e notificação intempestiva e insuficiente do recurso repassado às entidades legalmente previstas no art. 2º, da Lei nº 9.452/97.

Considerando o montante fiscalizado de R$ 7.817.449,22 (Contrato n.º 52/2010) e R$ 7.874.616,92 (Contrato n.º 06/2014), que representou 100% do valor contratado, registrou-se a ocorrência de itens de serviço de engenharia não justificados, que totalizaram o superfaturamento de R$ 767.839,76, conforme relatado na Constatação 2.2.1 do Relatório de Fiscalização da Ordem de Serviço n.º 201701211.

Ordem de Serviço: 201701028
Município/UF: Itaperuna/RJ
Órgão: MINISTERIO DA EDUCACAO
Instrumento de Transferência: Não se Aplica
Unidade Examinada: MUNICIPIO DE ITAPERUNA
Montante de Recursos Financeiros: R$ 3.377.441,60

1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 22 a 26 de maio de 2017 sobre a aplicação dos recursos do 12368208000PI0001 - Educação de qualidade para todos / Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE).

A ação de fiscalização destinou-se a verificar a execução do PNAE no Município de Itaperuna/RJ e à aplicação dos recursos públicos federais no valor de R$ 2.110.199,40, no período de 01/01/2015 a 30/04/2017. De acordo com informação prestada pela Prefeitura de Itaperuna/RJ e pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), no referido período, também, foram aplicados recursos próprios municipais no R$ 2.126.756,18.

A fiscalização teve como escopo avaliar o fornecimento de merenda escolar a Rede Municipal de Ensino e às Creches Conveniadas, analisando os quantitativos de gêneros alimentícios adquiridos (de acordo com os processos de pagamento disponibilizados) e a correspondente distribuição às escolas e creches (de acordo com os comprovantes de distribuição dos gêneros alimentícios, registrados e declarados pela SEMED).

Destaca-se que houve restrição de escopo, conforme registro na constatação 2.2.3 deste relatório.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja dos **gestores federais**.

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas

ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Superfaturamento por quantidade adquirida de gêneros alimentícios para a merenda escolar no valor aproximado de R$ 319.967,38, nos exercícios de 2015 e 2016.

Fato

Na análise dos processos de pagamento disponibilizados e dos registros de distribuição de gêneros alimentícios para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), constatou-se que a quantidade adquirida dos itens leite integral, arroz tipo 1 e cebola (conforme registrado nas notas fiscais relacionadas nos quadros II, III, V e VI) foi superior aos quantitativos que foram distribuídos aos estabelecimentos de ensino do Município de Itaperuna/RJ, nos exercícios de 2015 e 2016, acarretando superfaturamento por quantidade no montante de aproximadamente R$ 319.967,38 (sendo R$ 87.928,40, em 2015, e R$ 232.038,98, em 2016), conforme a seguir indicado:

Quadro I – Superfaturamento por quantidade - Itens leite integral - Exercício 2015

Produto	Unid. Medida	Quantidade Adquirida (A)	Quantidade Declarada Entregue pela SEMED (B)	Estoque Final 2015 (Kg) (EF)	Preço Unitário (C) (R$)	Superfaturamento (S = A – B - EF)*C (R$)
Leite Integral	Litro	93.690	58.205	30	2,48	87.928,40
Total do Superfaturamento (R$)						**87.928,40**

EF = Estoque Final

(¹) preço médio do quilo do arroz.

Foram analisados os seguintes processos de pagamentos – Exercício de 2015:

Quadro II: Item: Leite Damatta Integral 1 litro - Mercado Itabom Ltda./Mercado Aeroporto - (CNPJ 05.546.900/0001-52)

Processo nº	Fonte de Recursos	Nota Fiscal nº	Data de Emissão	Valor Unitário (R$)	Quantidade de litros
014998-07-2015	Próprio	3.985	22/10/15	2,48	6.250
014998-07-2015	Próprio	3.986	22/10/15	2,48	6.250
014998-07-2015	Próprio	3.987	22/10/15	2,48	6.250
2015-04-8123	PNAE	3.375	14/04/15	2,48	9.200
2015-01-0013	PNAE	3.205	09/02/15	2,48	8.445
2015-01-0013	PNAE	3.433	06/05/15	2,48	7.355
2015-03-5819	Próprio	3.527	03/06/15	2,48	16.600
2015-03-5819	Próprio	3.731	04/08/15	2,48	16.660

Processo nº	Fonte de Recursos	Nota Fiscal nº	Data de Emissão	Valor Unitário (R$)	Quantidade de litros
2015-03-5819	Próprio	3.982	22/10/15	2,48	5.560
2015-03-5819	Próprio	3.983	22/10/15	2,48	5.560
2015-03-5819	Próprio	3.984	22/10/15	2,48	5.560
Quantidade total adquirida					**93.690**

Quadro III – Superfaturamento por quantidade - Itens leite integral, arroz tipo 1 e cebola - Exercício 2016

Produto	Unid. Medida	Quantidade Adquirida (A)	Quantidade Declarada Entregue pela SEMED (B)	Estoque Final 2016 (Kg) (EF)	Preço Unitário (R$) (D)	Superfaturamento (R$) (S = A – B - EF)*D
Leite Integral	Litro	111.900	44.870	30	2,78	186.260,00
Arroz tipo 1	Pacote de 5 kg	50.375	45.550	140	(1) 2,051	9.608,93
Cebola	Kg	10.000	3.917	4	5,95	36.170,05
Total do Superfaturamento (R$)						**232.038,98**

EF = Estoque Final

(1) preço médio obtido pela divisão do preço total das aquisições (R$ 106.103,81), dividido pela quantidade total adquirida (51.725 kg): R$ 106.103,81/51.785 = 2,05.

Foram analisados os seguintes processos de pagamentos – Exercício de 2016:

Quadro IV: Item: Leite Integral - Fornecedor: G.A.C. Veiga Supermercados – EIRELI ME. (CNPJ 05.546.900/0001-52)

Processo nº	Fonte de Recursos	Nota Fiscal nº	Data da Emissão	Valor Unitário (R$)	Quantidade
16388-15	Próprios	5385	08/11/2016	3,15	21.900
2016-05-008247	PNAE	4904	20/06/2016	2,65	8.515
2016-05-008247	PNAE	5035	18/07/2016	2,65	8.515
2016-01-000255	PNAE	4423	15/02/2016	2,65	25.998
2016-01-000255	PNAE	4599	30/03/2016	2,65	19.002
2016-06-011066	Próprios	5226	13/09/2016	2,65	13.985
2016-06-011066	Próprios	5335	21/10/2016	2,65	13.985
Quantidade total adquirida					**111.900**

Quadro V: Item: Arroz tipo 1 - Fornecedor: G.A.C. Veiga Supermercados – EIRELI ME. (CNPJ 05.546.900/0001-52)

Processo nº	Fonte de Recursos	Nota Fiscal nº	Data da Emissão	Valor Unitário (R$)	Quant. Kg de arroz
2016-05-008246	PNAE	4866	08/06/2016	10,979999	12.685
2016-05-008246	PNAE	4903	20/06/2016	10,979999	12.500
2016-01-000254	PNAE	4422	15/02/2016	9,5699997	10.185
2016-01-000254	PNAE	4598	30/03/2016	9,5699997	15.005
Quantidade total adquirida					**50.375**

Quadro VI: Item: Cebola - Fornecedor: Lopes Oliveira Ltda. (CNPJ 06.289.886/0001-11)

Processo nº	Fonte de Recursos	Nota Fiscal nº	Data da Emissão	Valor Unitário (Kg) (R$)	Quantidade (Kg)
16388-15	Próprios	246	07/10/2016	5,95	2.000
2016-01-000257	PNAE	181	22/02/2016	5,95	1.068
2016-01-000257	PNAE	188	28/03/2016	5,95	499
2016-01-000257	PNAE	206	09/06/2016	5,95	660
2016-01-000257	PNAE	208	17/06/2016	5,95	500
2016-01-000257	PNAE	229	24/08/2016	5,95	5.273
Quantidade total adquirida					**10.000**

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar, a Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017, de 11 de setembro de 2017, apresentou a seguinte nota de esclarecimento preliminar de defesa:

> "Primeiramente, informamos nos autos de que em relação aos exercícios de 2015 e 2016, esta Secretaria de Educação oficializou o Gabinete do Prefeito (OF/SEMED/GAB/N.º 406/2017) para que espessa comunicação aos responsáveis (gestores) da época para conhecimento do presente relatório, bem como manifestem quanto às justificativas ou esclarecimentos pertinentes ao seus respectivos ato de gestão."

Posteriormente, o atual prefeito encaminhou a essa Controladoria Regional da União, por meio do Ofício OF/GP/N.º 721/2017, de 20 de setembro de 2017, a resposta do Ex-Secretário Municipal de Educação nos exercícios 2015 e 2016. Em resposta ao Relatório Preliminar da

CGU o Ex-Secretário de Educação, por meio do documento datado de 18/09/2017, com anexos, assim se manifestou:

<u>Assunto</u>: Relatório Preliminar da CGU-Controladoria Geral da União - Ref.: Ordem de Serviço: 201701028.

Pelo presente instrumento, Eu, [redacted] servidor público municipal do município de Itaperuna/RJ, Secretária Municipal de Educação no período de Julho de 2015 a Dezembro de 2016, venho apresentar os esclarecimentos, justificativas e documentos, visando sanar os apontamentos descritos no relatório citado em epígrafe.

Preliminarmente, vale esclarecer, como servidor público municipal, atuando atualmente na Secretaria Municipal de Controle Geral da Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ, não participei das respostas anteriores ao referido relatório-GCU e que só fui informado, informalmente, que nessa última resposta/encaminhamento realizada pelo município, a mesma não iria conter as informações pertinentes ao exercício de 2015 e 2016, o qual deveria ser objeto de resposta e encaminhamento dos gestores anteriores, fato que me levou, de forma responsável e deliberada, a juntar as informações possíveis junto à responsável pela Coordenação de Alimentação Escolar à época, a Senhora [redacted] o qual prontamente se empenhou a levantar as informações e esclarecimentos que ora dispomos a esta Nobre Controladoria Geral da União.

Assim, espero está contribuindo para elucidação dos fatos apontados, me colocando, a qualquer tempo, à disposição para quaisquer esclarecimentos que porventura se fizerem necessários.

Nesse sentido, apresento os esclarecimentos, justificativas e documentos, como segue:

APONTAMENTO 1 (Pág. 02 – Relatório CGU)

1. **Superfaturamento por quantidade adquirida de gêneros alimentícios para a merenda escolar no valor aproximado de R$ 415.796,04.**

Na análise dos processos de pagamento disponibilizados e dos registros de distribuição de gêneros alimentícios para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), constatou-se que a quantidade adquirida dos itens leite integral, arroz tipo 1 e cebola (conforme registrado nas notas fiscais relacionadas nos quadros II, III, V, VI e VII) foi superior aos quantitativos que foram distribuídos aos estabelecimentos de ensino do Município de Itaperuna/RJ, nos exercícios de 2015 e 2016, acarretando superfaturamento por quantidade no montante de aproximadamente R$ 415.796,04 (sendo R$ 87.928,40, em 2015, e R$ 232.038,98, em 2016 e R$ 95.828,66, em 2017), conforme a seguir indicado:

Quadro I – Superfaturamento por quantidade -Itens leite integral - Exercício 2015

Produto	Unid. Medida	Quantidade Adquirida (A)	Quantidade Declarada Entregue pela SEMED (B)	Estoque Final 2015 (Kg) (EF)	Preço Unitário (C) (R$)	Superfaturamento (S = A – B - EF)*C (R$)
Leite Integral	Litro	93.690	58.205	30	2,48	87.928,40
Total do Superfaturamento (R$)						**87.928,40**

EF = Estoque Final
(1) preço médio do quilo do arroz.

RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS

Cabe esclarecer que a quantidade declarada pela SEMED não coaduna com a totalidade realmente entregue, uma vez que a quantidade adquirida foi utilizado na totalidade ao longo do ano em análise para a realização do projeto Mais Educação, conforme pode ser comprovado pelos documentos acostados (ANEXO I).

Portanto, os documentos comprovam que foram entregues para o projeto Mais Educação a quantidade de 35.485 (Trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco) Litros de Leite, totalizando assim a quantidade consumida pela SEMED em 93.690 (Noventa e três mil, seiscentos e noventa)

Litros de Leite, não existindo, portanto, saldo final em estoque deste produto em 2015.

Ainda vale ressaltar que o valor apurado como suposto superfaturamento de quantidade deveria totalizar o montante de R$ 88.002, 80 (Oitenta e oito mil, dois reais e oitenta centavos) (valor apurado pela multiplicação de 35.485 litros de leite a R$ 2,48 o litro), e não 87.928,40 (Oitenta e sete mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta centavos) como apontado, embora tenha ficado comprovado, pelos novos documentos acostados, que não ocorreu o superfaturamento apontado, uma vez que a quantidade adquirida foi totalmente utilizada.

Como comprovação suplementar, encaminhamos a Tabela contendo as escolas que participavam da educação integral em 2015 e a respectiva quantidade de alunos matriculados (ANEXO II).

Nesse sentido, fica elucidado o apontamento levantado, entendendo ter se tratado de lapsos e equívocos no momento da busca dos documentos para apresentação à equipe de Auditores da CGU.

Assim, entendemos ter sido sanado o apontamento, solicitando, desde já, o seu deferimento.

Quadro III – Superfaturamento por quantidade - Itens leite integral, arroz tipo 1 e cebola - Exercício 2016

Produto	Unid. Medida	Quantidade Adquirida (A)	Quantidade Declarada Entregue pela SEMED (B)	Estoque Final 2015 (Kg) (EF)	Preço Unitário (D) (R$)	Superfaturamento (S = A – B - EF)*D (R$)
Leite Integral	Litro	111.900	44.870	30	2,78	186.260,00
Arroz tipo 1	Pacote de 5 kg	50.375	45.550	140	(1) 2,051	9.608,93
Cebola	Kg	10.000	3.917	4	5,95	5,95 36.170,05
Total do Superfaturamento (R$)						**232.038,98**

EF = Estoque Final

(1) preço médio obtido pela divisão do preço total das aquisições (R$ 106.103,81), dividido pela quantidade total adquirida (51.725 kg): R$106.103,81/51.785 = 2,05.

RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS

Nesse Quadro III vislumbramos os mesmos equívocos e lapsos quanto aos documentos apresentados pela SEMED e os apontamentos realizados pela CGU. Não obstante, sem deixar de ressaltar que a análise é documental, motivo que nos leva a crer que as elucidações, esclarecimentos e documentos, juntados, de forma complementar, irão sanar completamente os apontamentos dessa auditoria.

Não resta dúvida que a falta de informações documentais motivou tais apontamentos e que o período da análise, início de nova gestão administrativa municipal, também pode ter dificultado na juntada de documentos, embora temos plena consciência que com a complementação atual de documentos e esclarecimentos, tais elucidações irão ocorrer.

Ao apontar os números do Quadro III, cabe esclarecer que a quantidade declarada pela SEMED não coaduna com a totalidade realmente entregue, uma vez que a quantidade adquirida foi utilizado na totalidade ao longo do ano em análise para a realização do projeto Mais Educação, Desfile Cívico Escolar, Desfile 07 de setembro e no Programa PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa) e distribuição das escolas de zona rural, urbana e creches para novembro de 2016, conforme pode ser comprovado pelos documentos acostados (ANEXO III e ANEXO II).

Portanto, os documentos comprovam que foram entregues mais 67.030 (Sessenta e sete mil e trinta) Litros de **Leite Integral** e não somente 44.870 (Quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta), totalizando assim a quantidade consumida pela SEMED em 111.900 (Cento e onze mil e novecentos) Litros de Leite, não existindo, portanto, saldo final em estoque deste produto em 2016.

O mesmo ocorreu com o **Arroz tipo I**, que passamos a esclarecer utilizando a nomenclatura de pacotes de 5 Kg conforme foram adquiridos, sendo que neste item temos, 10.075 (Dez mil e setenta e cinco) pacotes de 5 Kg adquiridos, calculados com base nas Notas Fiscais descritas no Quadro V. Na coluna que representa a quantidade entregue (Quadro III) passamos a considerar a quantidade de 9.111 (Nove mil, cento e onze) pacotes de 5 Kg que somados à quantidade de 965 (Novecentos e sessenta e cinco) pacotes de 5 Kg nos novos documentos apresentados (ANEXO III), fica evidenciada a entrega total de 10.075 (Dez mil e setenta e cinco) pacotes de 5 Kg, totalizando que tudo o que foi adquirido foi efetivamente entregue, não ficando saldo ao final do exercício.

Nesse mesmo sentido, fato análogo ocorreu com o item **Cebola**, onde a quantidade entregue pela SEMED foi de 10.000 (Dez mil) e não 3.917 (Três mil, novecentos e dezessete), conforme apresentado no Quadro III. Contudo, com os novos documentos acostados (ANEXO III), fica evidenciado que

ocorreram mais entregas no montante de 6.083 Kg (Seis mil e oitenta e três), totalizando 10.000 Kg entregues. Assim, toda a cebola adquirida foi totalmente entregue pela SEMED, não restando estoque ao final do exercício.

Como comprovação suplementar, encaminhamos o Cronograma PNAIC e a Tabela das escolas que participavam do Contraturno e a respectiva quantidade de alunos matriculados (ANEXO II), demonstrando veracidade nos documentos e certificação da sua real execução e necessidade.

Nesse sentido, fica elucidado os apontamentos levantados, entendendo ter se tratado de lapsos e equívocos no momento da busca dos documentos para apresentação à equipe de Auditores da CGU.

Assim, entendemos ter sido sanado os apontamentos, solicitando, desde já, o seu deferimento.

Análise do Controle Interno

Inicialmente cabe destacar que durante os trabalhos de fiscalização no Município de Itaperuna, a Equipe de Fiscalização teve acesso na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) aos documentos relativos às requisições de gêneros alimentícios aos fornecedores e aos correspondentes comprovantes de distribuição dos gêneros alimentícios à Rede Municipal de Ensino.

Constatou-se que os referidos documentos inclusive os referentes à gestão anterior (exercícios de 2015 e 2016) estavam arquivados no Setor de Nutrição da SEMED. Entretanto, o ex-Secretário de Educação após tomar conhecimento do relatório preliminar da CGU apresentou sua manifestação tendo em anexo documentos que não estavam sob a guarda da SEMED.

O ex-Secretário Municipal de Educação encaminhou por meio documento datado de 18/09/2017 documentos e justificativas referentes aos apontamentos constantes no Relatório Preliminar da CGU, relativos à sua gestão nos exercícios de 2015 e 2016. Ressaltou o ex-gestor que:

"...não participei das respostas anteriores ao referido relatório-CGU (...) fato que me levou ... a juntar as informações possíveis junto à responsável pela Coordenação de Alimentação Escolar à época, a senhora L. M. de O., a qual prontamente se empenhou a levantar as informações e esclarecimentos que ora dispomos a esta Nobre Controladoria Geral da União.".

Com base nas justificativas e documentos apresentados pelo ex-Secretário Municipal de Educação, bem como nos documentos e informações disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), não foram acatadas as alegações apresentadas, tendo em vista as seguintes constatações verificadas na análise realizada pela Equipe de Fiscalização da CGU, conforme relatadas a seguir:

Com relação à constatação de Superfaturamento por quantidade adquirida de gêneros alimentícios para a merenda escolar relativo aos exercícios de 2015 e 2016, o mencionado ex-gestor apresentou sete ofícios do exercício de 2015 e nove ofícios do exercício de 2016, todos com seus respectivos anexos (orçamentos da empresa Mercado Itabom), a fim de justificar a diferença na quantidade de leite integral adquirida, mas não comprovada a entrega na Rede Municipal de Ensino de Itaperuna, conforme a seguir relacionados:

Quadro I - Exercício de 2015

Ofícios	Data	Número de alunos do Projeto mais Educação	Quantidade total de litros de leite declarados que foram entregues
002/2015	27/02/2015	1.215	4.860
003/2015	31/03/2015	1.215	4.860
004/2015	30/04/2015	1.215	4.860
005/2015	29/05/2015	1.305	5.220
006/2015	30/06/2015	1.305	5.220
007/2015	31/07/2015	1.305	5.220
008/2015	31/08/2015	1.305	5.245

Quadro II - Exercício de 2016

Ofícios	Data	Número de alunos do Projeto mais Educação	Quantidade total de litros de leite declarados que foram entregues
001/2016	29/01/2016	1.490	5.960
002/2016	29/02/2016	1.490	5.960
003/2016	31/03/2016	1.490	5.960
004/2016	29/04/2016	1.490	5.960
005/2016	31/05/2016	1.490	5.960
006/2016	29/07/2016	1.490	5.960
007/2016	31/08/2016	1.490	5.960
008/2016	30/09/2016	1.490	5.960
009/2016	31/10/2016	1.490	5.960

Com relação aos comprovantes do exercício de 2015 observou-se que:

1) os orçamentos em nome da empresa Mercado Itabom Ltda. não há nos documentos identificação dos diretores das escolas ou funcionários que teriam recebido e conferido os produtos constantes nos referidos recibos, nem a assinatura do funcionário da empresa contratada que teria entregue os produtos;

2) em todos os orçamentos apresentados pela gestão anterior, exercício 2015, constam assinatura em nome da Coordenadora de Alimentação Escolar, fato incomum, pois normalmente quem atesta o recebimento dos produtos são os diretores das escolas ou profissionais responsáveis pelo recebimento dos produtos, conforme verificado em diversos outros recibos de orçamentos apresentados, inclusive no exercício de 2015;

3) os orçamentos anexos ao Ofício nº 008/2015, de 31/08/2015 - Quadro III, indicam a entrega apenas do item leite (exemplo orçamentos nº 0671 e 0672 (Quadro – IV), diferentemente dos orçamentos que foram apresentados à Equipe da CGU durante a fiscalização no Município de Itaperuna, relativos gestão de 2015 e 2016, ou seja, do próprio ex-gestor que apresenta a justificativa ora em análise. Constatou-se que os orçamentos não guardam semelhança, pois enquanto os apresentados nessa justificativa indicam apenas um único gênero alimentício (leite), observou-se que os orçamentos apresentados durante a fiscalização no município descreviam em quase sua totalidade mais de um produto, conforme exemplos comparativos nos quadros a seguir VII, VIII e IX;

Quadro III – Ofício nº 008/2015

Prefeitura Municipal de Itaperuna
Secretaria Municipal de Educação
Setor de Alimentação Escolar

OF. Nº008/2015 Itaperuna, 31 de agosto de 2015.

Do: Setor de Alimentação Escolar
Para: Mercado Itabom – LTDA
Aos cuidados de: Guilherme

ok

Prezado Senhor:

Honrado em cumprimentá-lo, dirijo-me a V.S.ª para solicitar as providências necessárias no sentido de entregar, junto às Escolas discriminadas abaixo, o item leite, para estarmos realizando o Projeto Mais Educação que ocorrerá no mês de setembro.

Escolas Municipais	Nºde alunos Contra turno	Quantidade
E.M. Bezerra de Menezes	120	480
E.M. Francisco de M.Ligiero	110	440
E.M. CIEP Brizolão 264 Henriett Morineau	110	440
E.M. CIEP Brizolão 467 Henriett Amado	90	360
E.M. Humberto de Campos	120	480
E.M. José de Paula Nogueira	103	412
E.M. Sítio São Benedito	100	400
E.M. Elzo Galvão da França	138	552
E.M. Joaquim de Oliveira Câmara	156	624
E.M. Córrego da Chica	150	600
E.M. Fazenda Capelinha	70	280
E.M. José Rodrigues d'Almeida Graça	38	177
	1305	5.245

[redacted]
Atenciosamente,

Quadro IV – Orçamentos anexos ao ofício nº 008/2015

Mercado Itabom Ltda.
Atacado e Varejo
ORÇAMENTO
Tel.: (22) 3822-1621 / 3824-1230
Rua Bom Jesus, 456 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ
CNPJ. 05.546.980/0001-52
Insc. Est. 77.530.525
№ 0671
Data: 31.08.2015
Cliente: E.M. Bezerra de Menezes
End.: Tel.:
CEP: Cidade: Est.

Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	Preço Total
480L de Leite			

Total Geral - R$.
Assinatura / Carimbo:

Mercado Itabom Ltda.
Atacado e Varejo
ORÇAMENTO
Tel.: (22) 3822-1621 / 3824-1230
Rua Bom Jesus, 456 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ
CNPJ. 05.546.980/0001-52
Insc. Est. 77.530.525
№ 0672
Data: 31.08.2015
Cliente: E.M. Francisco de M. Ligiero
End.: Tel.:
CEP: Cidade: Est.

Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	Preço Total
440L de Leite			

Total Geral - R$.
Assinatura / Carimbo:

Anexo ao Ofício nº 008/2015, de 31/08/2015
Orçamentos não apresentam assinatura da diretora ou representante da escola responsável pelo recebimento dos produtos.

4) os comprovantes de solicitação de produtos aos fornecedores apresentados à Equipe de Fiscalização da CGU em quase sua totalidade indicavam a solicitação de diversos produtos, dentre eles o leite; diferentemente o ex-gestor da Secretaria Municipal de Educação apresentou 16 ofícios que indicam a solicitação de apenas o item leite para atender ao Projeto Mais Educação, conforme exemplo (Quadro V) comparativo;

Quadro V – Ofícios com o mesmo número (03/2015), diferentes datas (07/04/2015 e 31/03/2015), um solicitando diversos produtos e outro apresentando solicitação de apenas leite.

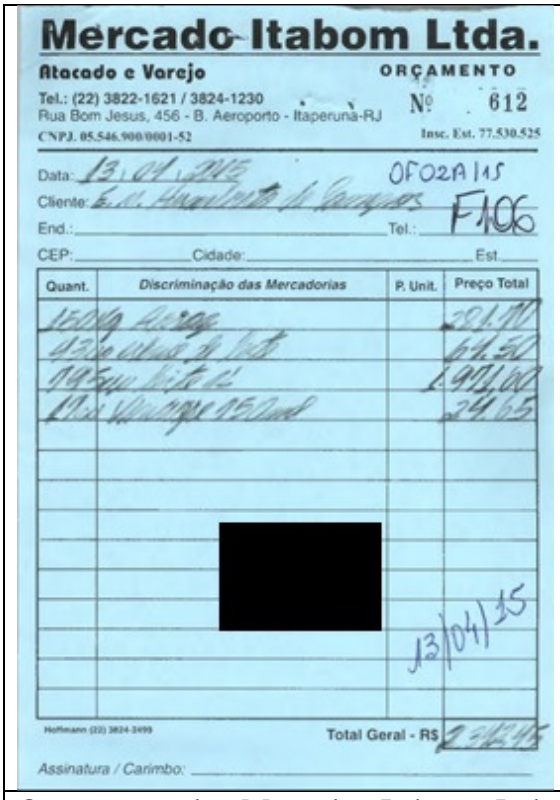
<table>
<tr>
<td>
Item 1
Prefeitura Municipal de Itaperuna
Secretaria Municipal de Educação
Setor de Alimentação Escolar
14
OF. Nº03./2015 Itaperuna, 07 de abril de 2015.
Do: Setor de Alimentação Escolar
Para: Mercado Itabom – LTDA.
Aos cuidados de: Guilherme
Prezado Senhor:
Honrado em cumprimentá-lo, dirijo-me a V.S.ª para solicitar as providências necessárias no sentido de entregar,, junto à E.M. Águas Claras, os gêneros alimentícios abaixo relacionados para atender a 1ª quinzena de abril.
<table>
<tr><th>Gêneros</th><th>Quantidade</th></tr>
<tr><td>Arroz Agulha tipo 1,longo,fino,TIO JOCA pct 05 kg</td><td>200 kg</td></tr>
<tr><td>Biscoito Cream Cracker VITARELLA 400 g</td><td>20 pcts</td></tr>
<tr><td>Biscoito doce tipo maisena VITARELLA 400g</td><td>40 pcts</td></tr>
<tr><td>Canjica de milho branca tipo 1 K-SAI 500g</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Creme de leite PIRACANJUBA</td><td>15 u</td></tr>
<tr><td>Leite UHT integral de 01 litro DIAMATTA</td><td>150 u</td></tr>
<tr><td>Vinagre de álcool claro NATIVO 750 ml</td><td>03 u</td></tr>
</table>
[redacted] [redacted]
</td>
<td>
Prefeitura Municipal de Itaperuna
Secretaria Municipal de Educação
Setor de Alimentação Escolar
OF. Nº003/2015 Itaperuna, 31 de março de 2015.
Do: Setor de Alimentação Escolar
Para: Mercado Itabom – LTDA
Aos cuidados de: Guilherme
Prezado Senhor:
Honrado em cumprimentá-lo, dirijo-me a V.S.ª para solicitar as providências necessárias no sentido de entregar, junto às Escolas discriminadas abaixo, o item leite, para estarmos realizando o Projeto Mais Educação que ocorrerá no mês de abril.
<table>
<tr><th>Escolas Municipais</th><th>Nºde alunos Contra turno</th><th>Quantidade</th></tr>
<tr><td>E.M. Bezerra de Menezes</td><td>120</td><td>480</td></tr>
<tr><td>E.M. Francisco de M.Ligiero</td><td>110</td><td>440</td></tr>
<tr><td>E.M. CIEP Brizolão 264 Henriett Morineau</td><td>110</td><td>440</td></tr>
<tr><td>E.M. CIEP Brizolão 467 Henriett Amado</td><td>0</td><td></td></tr>
<tr><td>E.M. Humberto de Campos</td><td>120</td><td>480</td></tr>
<tr><td>E.M. José de Paula Nogueira</td><td>103</td><td>412</td></tr>
<tr><td>E.M. Sítio São Benedito</td><td>100</td><td>400</td></tr>
<tr><td>E.M. Elzo Galvão da França</td><td>138</td><td>552</td></tr>
<tr><td>E.M. Joaquim de Oliveira Câmara</td><td>156</td><td>624</td></tr>
<tr><td>E.M. Córrego da Chica</td><td>150</td><td>600</td></tr>
<tr><td>E.M. Fazenda Capelinha</td><td>70</td><td>280</td></tr>
<tr><td>E.M. José Rodrigues d'Almeida Graça</td><td>38</td><td>152</td></tr>
<tr><td></td><td>1.215 l</td><td>4.860 l</td></tr>
</table>
Atenciosamente,
[redacted]
</td>
</tr>
<tr>
<td>Documento escaneado pela SEMED obtido durante o trabalho de fiscalização no município.</td>
<td>Documento apresentado pelo ex-gestor apresentando a mesma numeração (OF nº 03/2015) do ofício emitido em 07/04/2015 (ver ao lado).</td>
</tr>
</table>

5) indício de falsificação de orçamentos apresentados pelo ex-gestor, pois apresentam a mesma numeração nº 612, 614 e 617 (Quadros VII, VIII e IX a seguir), com datas e discriminação diferentes de mercadorias. Além disso, observou-se nos três orçamentos supracitados que há divergência no tipo da letra "N" que antecede o número, bem como a forma expressa da impressão do número (612 e 0612), conforme verificado no Quadro VI. Nos orçamentos apresentados pelo ex-gestor não foi indicado o preço total do produto.

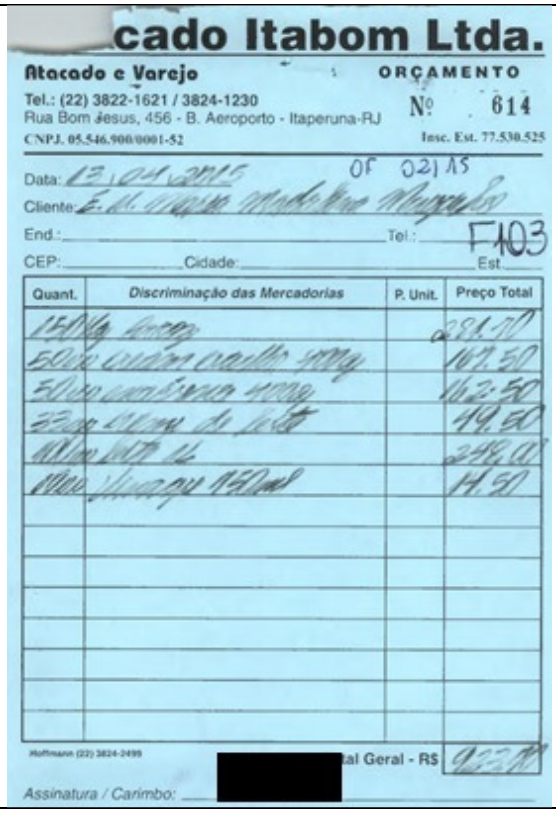
Quadro VI – Divergência no tipo de letra "N" (ver orçamentos completos – Quadros VII, VIII e IX).

<table>
<tr>
<td>ORÇAMENTO
Nº 612</td>
<td>ORÇAMENTO
Nº 0612</td>
</tr>
<tr>
<td>Orçamento do Mercado Itabom Ltda escaneado pela SEMED obtido durante o trabalho de fiscalização no município.</td>
<td>Orçamento apresentado pelo ex-gestor.</td>
</tr>
</table>

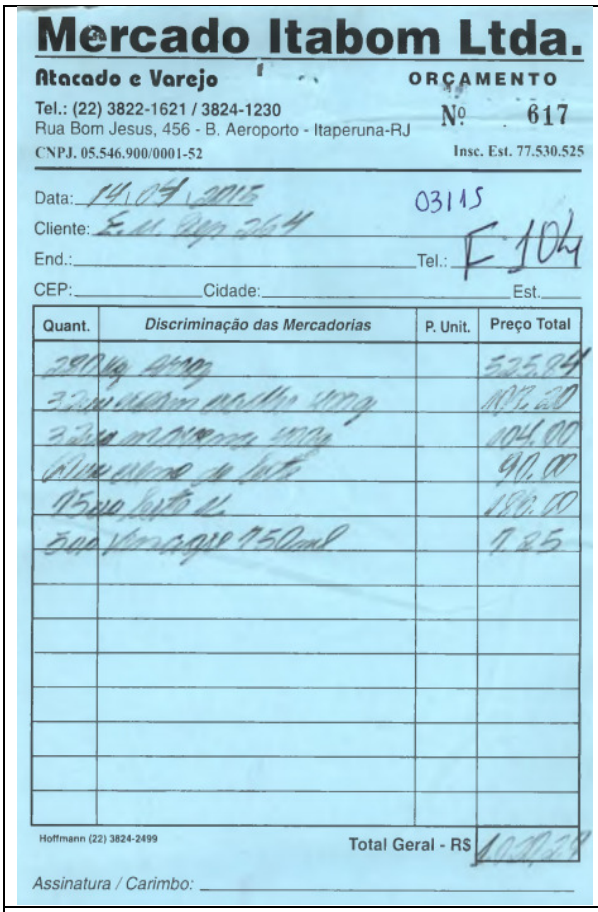
Quadro VII – Orçamentos diferentes com a mesma numeração

 Mercado Itabom Ltda. Atacado e Varejo ORÇAMENTO Tel.: (22) 3822-1621 / 3824-1230 Rua Bom Jesus, 456 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ CNPJ. 05.546.900/0001-52 Nº 612 Insc. Est. 77.530.525 Data: 13/04/2015 Cliente: End.: Tel.: CEP: Cidade: Est. Quant. / Discriminação das Mercadorias / P. Unit. / Preço Total Total Geral - R$ Assinatura / Carimbo:	 Mercado Itabom Ltda. Atacado e Varejo ORÇAMENTO Tel.: (22) 3822-1621 / 3824-1230 Rua Bom Jesus, 456 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ CNPJ. 05.546.900/0001-52 Nº 0612 Insc. Est. 77.530.525 Data: 31/03/2015 Cliente: End.: Tel.: CEP: Cidade: Est. Quant. / Discriminação das Mercadorias / P. Unit. / Preço Total Total Geral - R$ Assinatura / Carimbo:
Orçamento do Mercado Itabom Ltda escaneado pela SEMED obtido durante o trabalho de fiscalização no município.	Orçamento apresentado pelo ex-gestor.

Quadro VIII – Orçamentos diferentes com a mesma numeração

 cado Itabom Ltda. Atacado e Varejo ORÇAMENTO Tel.: (22) 3822-1621 / 3824-1230 Rua Bom Jesus, 456 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ CNPJ. 05.546.900/0001-52 Nº 614 Insc. Est. 77.530.525 Data: 13.04.2015 OF 021/15 Cliente: End.: Tel.: F103 CEP: Cidade: Est. Quant. / Discriminação das Mercadorias / P. Unit. / Preço Total 150 kg Arroz 284,70 50 kg Açúcar cristal 40kg 167,50 50 kg Açúcar 40kg 162,50 33 kg Óleo de Soja 49,50 100 kg Leite 24 248,00 100 Maçã 150ml 14,50 Hoffmann (22) 3824-2499 [redacted]al Geral - R$ Assinatura / Carimbo:	 Mercado Itabom Ltda. Atacado e Varejo ORÇAMENTO Tel.: (22) 3822-1621 / 3824-1230 Rua Bom Jesus, 456 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ CNPJ. 05.546.900/0001-52 Nº 0614 Insc. Est. 77.530.525 Data: 31.03.2015 Cliente: E.M. CIEP 264 - Henriqueta Monteiro End.: Tel.: CEP: Cidade: Est. Quant. / Discriminação das Mercadorias / P. Unit. / Preço Total 440 L. de Leite [redacted] Hoffmann (22) 3824-2499 Total Geral - R$ Assinatura / Carimbo:
Orçamento do Mercado Itabom Ltda escaneado pela SEMED obtido durante o trabalho de fiscalização no município.	Orçamento apresentado pelo ex-gestor.

Quadro IX – Orçamentos diferentes com a mesma numeração

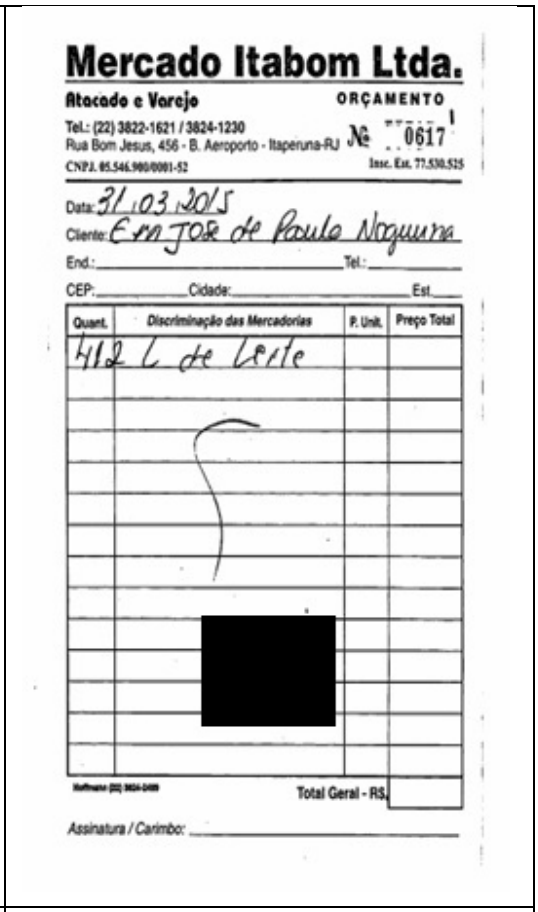


Mercado Itabom Ltda.
Atacado e Varejo
ORÇAMENTO
Tel.: (22) 3822-1621 / 3824-1230
Rua Bom Jesus, 456 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ
Nº 617
CNPJ. 05.546.900/0001-52
Insc. Est. 77.530.525
Data: 14.04.2015
03145
Cliente: Em Aqui 264
End.:
Tel.: E 104
CEP:
Cidade:
Est.

Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	Preço Total
28 Kg	arroz		525,84
32 un	[illegible]		105,20
32 un	[illegible]		104,00
[illegible]	[illegible] de leite		90,00
15 un	leite L		180,00
5 un	Vinagre 750ml		7,85

Hoffmann (22) 3824-2499
Total Geral - R$ 1.013,39
Assinatura / Carimbo:

Orçamento do Mercado Itabom Ltda escaneado pela SEMED obtido durante o trabalho de fiscalização no município.



Mercado Itabom Ltda.
Atacado e Varejo
ORÇAMENTO
Tel.: (22) 3822-1621 / 3824-1230
Rua Bom Jesus, 456 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ
Nº 0617
CNPJ. 05.546.900/0001-52
Insc. Est. 77.530.525
Data: 31.03.2015
Cliente: Em José de Paula Noguma
End.:
Tel.:
CEP:
Cidade:
Est.

Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	Preço Total
412 L	de Leite		

Total Geral - R$
Assinatura / Carimbo:

Orçamento apresentado pelo ex-gestor.

6) orçamentos apresentados pelo ex-gestor apresentam razão social diferente (GAC Veiga Supermercados - EIRELI) dos obtidos em campo junto à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), cuja razão social é Mercado Itabom Ltda., embora se refiram ao mesmo CNPJ 05.546.900/0001-52, conforme verificado nos Quadros X e XI.

6.1) observou-se que os orçamentos nº 322, de 23/03/2016, e nº 677, de 31/03/2016, respectivamente nos Quadros X e XI, foram emitidos no mesmo mês, entretanto o primeiro foi apresentado durante o trabalho de fiscalização e o segundo apresentado pelo ex-gestor. Chama atenção ainda que o orçamento n.º 457, de 06/04/2016, apresenta a mesma razão social do orçamento nº 322, emitido em 23/03/2016, porém diverge do orçamento n.º 677, emitido em 31/03/2016.

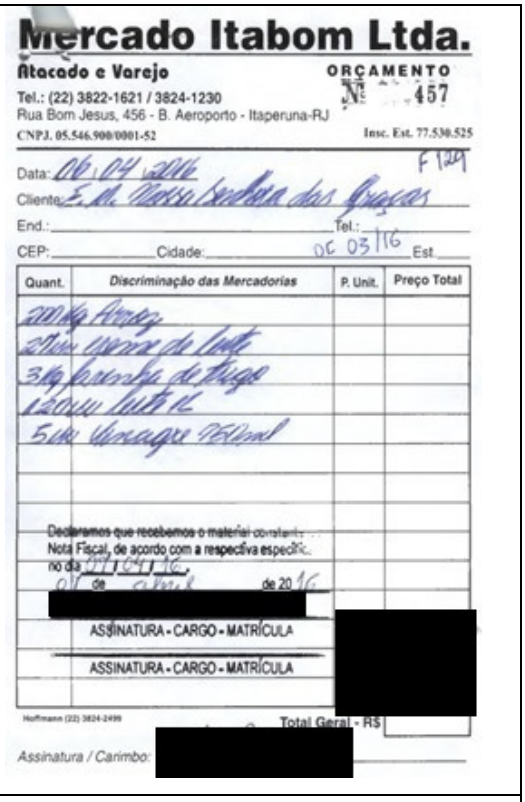
Quadro – X Orçamentos com razão social – Apresentados pela SEMED
(Compare o Quadro IX)

Mercado Itabom Ltda.
Atacado e Varejo
ORÇAMENTO Nº 322
Tel.: (22) 3822-1621 / 3824-1230
Rua Bom Jesus, 456 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ
CNPJ. 05.546.900/0001-52 Insc. Est. 77.530.525

Data: 23/03/2016
Cliente: E. M. [illegible] Madalena Magarolo
End.: Tel.:
CEP: Cidade: DE 03/16 Est.

Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	Preço Total
50kg Arroz		✓	
10pc Biscoito [illegible] 400g			
10pc Vinagre branco			
10pc Creme de leite			
20pc leite			
40kg [illegible]			
100U BISCOITO MARIENA			

Hoffmann (22) 3824-2499
Assinatura / Carimbo: [redacted]



Mercado Itabom Ltda.
Atacado e Varejo
ORÇAMENTO Nº 457
Tel.: (22) 3822-1621 / 3824-1230
Rua Bom Jesus, 456 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ
CNPJ. 05.546.900/0001-52 Insc. Est. 77.530.525

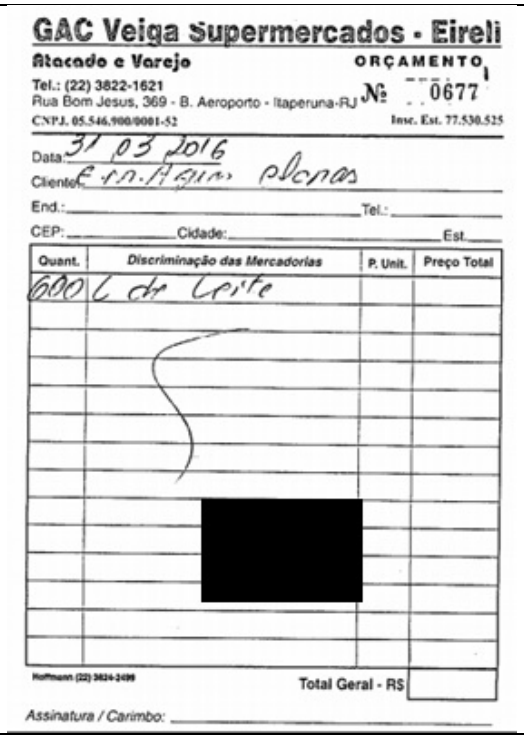
Data: 06/04/2016
Cliente: E. M. Maria Isabela das Graças
End.: Tel.:
CEP: Cidade: DE 03/16 Est.

Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	Preço Total
200kg Arroz			
20pc creme de leite			
3kg farinha de trigo			
120U leite 1L			
5pc Vinagre 750ml			

Declaramos que recebemos o material constante da Nota Fiscal, de acordo com a respectiva especific. no dia 07/04/16.
07 de abril de 2016
[redacted]
ASSINATURA - CARGO - MATRÍCULA
ASSINATURA - CARGO - MATRÍCULA
[redacted]
Hoffmann (22) 3824-2499
Total Geral - R$
Assinatura / Carimbo: [redacted]

Orçamentos entregues durante o trabalho de fiscalização da CGU pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

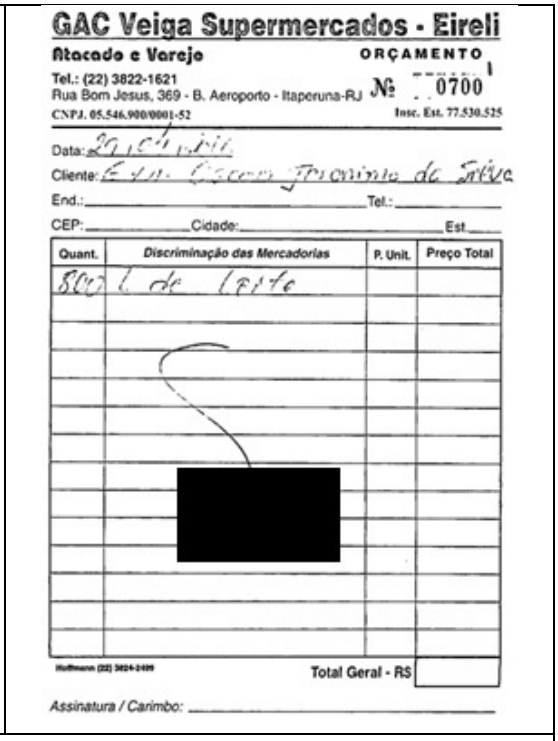
Quadro – XI Orçamentos com razão social – Apresentados pelo ex-gestor
(Compare o Quadro X)



GAC Veiga Supermercados - Eireli
Atacado e Varejo
ORÇAMENTO
Tel.: (22) 3822-1621
Rua Bom Jesus, 369 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ
№ 0677
CNPJ. 05.546.900/0001-52
Insc. Est. 77.530.525
Data: 31 03 2016
Cliente: E.M. Alm. Alonas
End.: Tel.:
CEP: Cidade: Est.

Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	Preço Total
600	L de Leite		

Total Geral - R$
Assinatura / Carimbo:



GAC Veiga Supermercados - Eireli
Atacado e Varejo
ORÇAMENTO
Tel.: (22) 3822-1621
Rua Bom Jesus, 369 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ
№ 0700
CNPJ. 05.546.900/0001-52
Insc. Est. 77.530.525
Data: 29/04/2016
Cliente: E.M. Escola Jeronimo de Souza
End.: Tel.:
CEP: Cidade: Est.

Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	Preço Total
800	L de Leite		

Total Geral - R$
Assinatura / Carimbo:

Orçamentos apresentados pelo ex-gestor na manifestação ao Relatório Preliminar da CGU.

7) verificou-se que o total de litros de leite adquiridos em 2015, de acordo com os processos de pagamento disponibilizados, foi de 93.690 (ver Quadro II desta constatação). Por outro lado, o ex-gestor indica que para o Projeto Mais Crianças, Ofício nº 002/2015, de 27/02/2015, para o total de 1.215 crianças teria consumido 4.860 litros de leite. Com base no Censo Escolar 2015 e 2016 apresentado pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Itaperuna (meses de fevereiro, abril, julho e novembro), constatou-se que em média a rede municipal de ensino teve 10.839 alunos em 2015 e 11.346 alunos em 2016.

Quadro XII – Censo Escolar 2015 e 2016

Mês	**Total de alunos - Censo Escolar**	
	2015	**2016**
Fevereiro	10.763	11.336
Abril	10.874	11.402
Julho	10.814	11.304
Novembro	10.905	11.342
Total de Alunos nos quatro meses	43.356	45.384
Média de alunos	**10.839**	**11.346**

Por outro lado, com base nos ofícios a seguir apresentados pelo ex-gestor constatou-se que em 2015 o número médio de alunos atendidos no Programa Mais Educação foi de 1.266 e em média teriam sido distribuídos 5.069 litros de leite; Já em 2016 a média de alunos atendidos teria sido de 1.490, enquanto a média de litros de leite adquiridos foi de 5.060, conforme a seguir demonstrado.

Quadro XIII – Média de alunos Projeto Mais Educação e da quantidade de litros de leite - 2015

Ofícios	**Data**	**Número de alunos do Projeto mais Educação**	**Quantidade total de litros de leite declarados que foram entregues**
002/2015	27/02/2015	1.215	4.860
003/2015	31/03/2015	1.215	4.860
004/2015	30/04/2015	1.215	4.860
005/2015	29/05/2015	1.305	5.220
006/2015	30/06/2015	1.305	5.220
007/2015	31/07/2015	1.305	5.220
008/2015	31/08/2015	1.305	5.245
Total		**8.865**	**35.485**
Média 2015		**1.266**	**5.069**

Quadro XIV – Média de alunos Projeto Mais Educação e da quantidade de litros de leite - 2016

Ofícios	Data	Número de alunos do Projeto mais Educação	Quantidade total de litros de leite declarados que foram entregues
001/2016	29/01/2016	1.490	5.960
002/2016	29/02/2016	1.490	5.960
003/2016	31/03/2016	1.490	5.960
004/2016	29/04/2016	1.490	5.960
005/2016	31/05/2016	1.490	5.960
006/2016	29/07/2016	1.490	5.960
007/2016	31/08/2016	1.490	5.960
008/2016	30/09/2016	1.490	5.960
009/2016	31/10/2016	1.490	5.960
Total		**13.410**	**53.640**
Média 2016		**1.490**	**5.960**

Com base nos documentos apresentados constatou-se desproporcionalidade na quantidade de litros de leite que o ex-gestor e a ex-coordenadora de Alimentação Escolar buscam comprovar, pois não é razoável que em 7 meses do exercício de 2015 e em 9 meses do exercício de 2016, somente com os alunos do Programa Mais Educação, o Município de Itaperuna tenha adquirido respectivamente as quantidades de 35.485 e de 53.640 de litros de leite, uma vez que de acordo com o censo escolar de 2015 e de 2016 a Rede Municipal de Ensino contava respectivamente com 10.839 e com 11.346 número médio de alunos por mês.

Corrobora que houve desproporcionalidade o fato de que, por exemplo, na Escola Municipal Águas Claras, pelo censo escolar, elaborado pelo Setor Estatística da SEMED, disponibilizado à CGU, por meio do OF. ESTATISTICA/SEMED N.º 01/2017, de 25 de maio de 2017, possuía 333 alunos e no mês de fevereiro de 2015 consumiu a quantidade de 488 litros de leite (conforme planilha de distribuição de gêneros apresentada pela SEMED). De acordo com o Censo, a referida escola não possuía alunos que participavam do Projeto Mais Educação.

Por outro lado, para a Escola Municipal Sítio São Benedito que possuía 651 alunos em fevereiro de 2015, dos quais 100 alunos participavam do Projeto Mais Educação, o ex-gestor informou que teria ocorrido o consumo de 400 litros de leite somente para os 100 alunos do referido Projeto, ao passo que o consumo informado pela SEMED teria sido de 584 litros de leite para os 651 alunos matriculados na mencionada escola, o que corrobora a desproporcionalidade diante das informações prestadas pelo ex-gestor.

Destaque-se que o mês de fevereiro de acordo com o calendário escolar 2015 teria apenas 10 dias letivos. Logo, não havia fundamento para o ex-gestor indicar que teria consumido a mesma quantidade de litros de leite (5.960 litros) consumida no mês de maio/2015, que previa vinte e dois dias letivos.

Ressalte-se ainda que os cardápios dos exercícios de 2015 e de 2016 "Per Capita Mais Educação" não previa a utilização de leite nas refeições que seriam servidas de segunda a sexta-feira no período da manhã e tarde.

Dessa forma, tendo em vista as análises das justificativas e dos documentos apresentados pelo ex-Secretário Municipal de Educação, conclui-se que não prosperam as justificativas apresentadas, uma vez que há indícios de que os documentos apresentados foram produzidos a fim de comprovar que não teria ocorrido o superfaturamento de R$ 87.928,40, pela falta de comprovação de distribuição de 35.455 litros de leite, no exercício de 2015. Além disso, os documentos apresentados não são suficientes para comprovar que de fato os produtos foram distribuídos, pois não indicam que diretores ou servidores das escolas receberam os produtos.

Quanto às justificativas apresentadas pelo ex-Secretário de Educação sobre o Quadro III – Superfaturamento por quantidade – Itens leite integral, arroz tipo 1 e cebola – Exercício de 2016, após análise das informações e documentos apresentados em confronto com os obtidos na SEMED durante o trabalho de fiscalização no município, observou-se que:

1) inicialmente destaque-se que quanto a alegação do ex-Secretário, a seguir transcrita, a mesma não foi acompanhada de comprovação por exemplo: nome dos participantes

dos eventos, data, hora, local em que foram realizados, cardápios seguidos nas preparações dos alimentos, relação dos profissionais que prepararam os alimentos, atesto dos diretores de escolas que receberam os produtos etc. :

"(...) Ao apontar os números do Quadro III, cabe esclarecer que a quantidade declarada pela SEMED não coaduna com a totalidade realmente entregue, uma vez que a quantidade adquirida foi utilizada na totalidade ao longo do ano em análise para a realização do projeto Mais Educação, Desfile Cívico Escolar, Desfile 07 de setembro e no Programa PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa) e distribuição das escolas de zona rural, urbana e creches para novembro de 2016, conforme pode ser comprovado pelos documentos acostados (ANEXO III e ANEXO II)".

Quanto ao item cebola:

2) apenas na Nota Fiscal nº 229, de 24/08/2016, no processo nº 2016-01-000257 foram adquiridos 5.273 Kg de cebola, ao custo de R$ 5,95 o quilo. Não há na documentação qualquer justificativa para tamanha aquisição. Verificou-se que nas comprovações de distribuição do item cebola apresentados à Equipe da CGU pela SEMED, conforme verificado no Quadro XV, a média de distribuição nos meses a seguir relacionados foi de aproximadamente 436 Kg. Por outro lado, o ex-Secretário de Educação apresentou documentos que indicam que nos meses de novembro e de dezembro o consumo de cebola foi de respectivamente 2.200 e 1.640 de Kg, ou seja, essas quantidades foram superiores respectivamente a 404,58% e 276,14% da mencionada média (436 Kg);

Quadro XV - Quantidade distribuída conforme dados da SEMED

Mês/2016	**Quantidade distribuída (Conforme dados da SEMED)**
Fev	387
Mar	474
Abril	445
Maio	524
Junho	400
Julho	319
Setembro	546
Outubro	400
Total	3495
Média por mês	(1) **436,875**

(1) Média por mês = 3.495/8

3) os orçamentos de venda em nome do Mercado Oliveira apresentados pelo ex-Secretário de Educação não apresentam a identificação de diretoras ou servidores das

escolas e creches que teriam atestado o recebimento do produto. Os referidos documentos apresentam rubricas sem qualquer identificação (nome, matrícula, cargo etc) e não apresentam assinatura do conferente. Chama atenção ainda o fato de que há rubricas similares em orçamentos de vendas para escolas diferentes, como por exemplo nº 15507986 e nº 15507976, conforme verificado no Quadro XVI, o que possivelmente indica que uma mesma pessoa teria atestado o recebimento dos produtos para diversas escolas, conforme exemplo a seguir:

Quadro XVI – Orçamentos do Mercado Oliveira

01 - MERCADO OLIVEIRA Orçamento de Venda Nº 15507986 Func.:9 PATRICIA Cliente : 1319 (1319) E. M. CORREGO DA CHICA (E. M. CORREGO DA CHICA) Endereço : ZONA RURAL ZONA RURAL ITAPERUNA RJ 28300000 Documento: Telefone : Condição @ DUPLICATA Vendedor : 1 VENDEDOR Produto EAN Forn. Descrição do Produto Quantidade Valor Sub Total Nº Título 15554085.1 Vencimento : 04/01/2017 Valor : 249.40 Espécie CARTEIRA OBS : IT: 04 Sub. Total : 249.40 Pg: 00 Desconto : (0.0000%) 0.00 Devolução : 0.00 Crédito Utilizado : 0.00 Total : 249.40 [redacted] Assinatura Conferente	01 - MERCADO OLIVEIRA Orçamento de Venda Nº 15507976 Func.:9 PATRICIA Cliente : 1200 (1200) E. M. COMENDADOR VENANCIO GARCIA (E. M. COMENDADOR VENANCIO GARCIA) Endereço : RUA NICOLAU BASTOS 9 CENTRO COMENDADOR VENANCIO ITAPERUNA RJ 28340000 Documento: Telefone : 38473121 / 38473228 Condição @ DUPLICATA Vendedor : 1 VENDEDOR Produto EAN Forn. Descrição do Produto Quantidade Valor Sub Total Nº Título 15553908.1 Vencimento : 04/01/2017 Valor : 291.14 Espécie CARTEIRA OBS : IT: 05 Sub. Total : 291.14 Pg: 04 Desconto : (0.0000%) 0.00 Devolução : 0.00 Crédito Utilizado : 0.00 Total : 291.14 [redacted] Assinatura Conferente
Orçamento de venda nº 15507986 – E.M. Córrego da Chica – 30 Kg de cebola.	Orçamento de venda nº 15507976 – E.M. Comendador Venâncio Garcia – 40 Kg de cebola.

4) ofício datado de 01/09/2016 apresentado pelo ex-Secretário de Educação com a mesma numeração do ofício nº 07/2016, de 29/09/2016 apresentada pela SEMED à Equipe de Auditoria, conforme verificado no Quadro XVII.

Quadro XVII – Ofícios com a mesma numeração

Prefeitura Municipal de Itaperuna Secretaria Municipal de Educação Setor de Alimentação Escolar OF. Nº07/2016 Itaperuna, 01 de setembro de 2016. Do: Setor de Alimentação Escolar Para: Mercado Oliveira– LTDA Aos cuidados de: Juarez Prezado Senhor; Honrado em cumprimentá-lo, dirijo-me a V.S.ª para solicitar as providências necessárias no sentido de entregar, junto à SEMED (Desfile 07 de setembro lanche da Banda Marcial nos Distritos), o item relacionado abaixo; Item: Cebola — Quantidade: 150 kg Atenciosamente, [redacted]	Prefeitura Municipal de Itaperuna Secretaria Municipal de Educação Setor de Alimentação Escolar OF. Nº 07 /2016 Itaperuna,29 setembro de 2016. Do: Setor de Alimentação Escolar Para: Mercado Oliveira – LTDA Aos cuidados de: Juarez Prezado Senhor; Honrado em cumprimentá-lo, dirijo-me a V.S.ª para solicitar as providências necessárias no sentido de entregar, junto à Associação Beneficente Creche Vale do Sol, os gêneros alimentícios abaixo relacionados para outubro Gêneros — Quantidade [illegible] Atenciosamente, [redacted] [redacted]
Oficio nº 07/2016, de 01/09/2016, apresentado pelo ex-Secretário de Educação.	Oficio nº 07/2016, de 29/09/2016, apresentado pela SEMED.

5) as informações apresentadas pelo ex-Secretário são desproporcionais com as que constavam na SEMED e que foram computadas pelo Setor de Nutrição. O mencionado Setor apurou que foram distribuídos 3.917 Kg cebola, conforme informado nas documentações relativas às aquisições e às distribuições de gêneros alimentícios, referentes ao exercício de 2016, arquivadas na SEMED. Por outro lado, o mencionado ex-secretário declarou que teria entregue o total de 6.216, conforme dados da planilha apresentada pelo Setor de Nutrição da SEMED. Só no mês de novembro e dezembro teriam sido distribuídos respectivamente 2.200 e 1.640 Kg de cebola. Como pode-se observar somente no mês de novembro o ex-gestor declarou que entregou 2.200 kg de cebola.

Ressalta-se ainda que o quantitativo de cebola informado pelo do ex-gestor que teria sido entregue foi de 6.083 Kg, conforme manifestação anexa ao Ofício OF/GP/N.º 721/2017, de 20 de setembro de 2017.

Corrobora a desproporcionalidade dos quantitativos que o ex-gestor declarou o fato de que nos documentos apresentados pela SEMED, exercício de 2015, o referido ex-gestor teria distribuído 4.749 Kg de cebola para uma média de 10.839 alunos e, em 2016, 10.000 Kg para a média de alunos foi de 11.346 alunos (ver Quadro XII).

Dessa forma, enquanto o total médio de alunos de 2015 para 2016 aumentou 4,67% ((11.346 – 10.839) / 10.839) *100), o consumo de cebola aumentou 110,57% ((10.000 – 4.749) / 4.749) *100).

Quadros XVIII – Comparativos dados SEMED e dados Ex-Secretário – Exercício de 2016

Declarado pela SEMED - Setor de Nutrição 2016	
Mês	Quant. de Kg de Cebola
Fevereiro	387
Março	474
Abril	445
Maio	400
Junho	319
Julho	546
Agosto	400
Setembro	546
Outubro	400
Novembro	0
Dezembro	0
Total Kg de cebola	3.917

Declarado pelo Ex-Secretário 2016	
Mês	Quant. de Kg de Cebola
Fevereiro	100
Março	0
Abril	0
Maio	120
Junho	110
Julho	0
Agosto	160
Setembro	410
Outubro	1.476
Novembro	2.200
Dezembro	1.640
Total Kg de cebola	6.216

Quanto ao item arroz:

6) os orçamentos de venda em nome do Mercado Oliveira apresentados pelo ex-Secretário de Educação não apresentam a identificação de diretoras ou servidores das escolas e creches que teriam atestado o recebimento do produto. Os referidos documentos apresentam rubricas sem qualquer identificação (nome, matrícula, cargo etc). Chama atenção ainda o fato de que há 20 rubricas similares em orçamentos de vendas para escolas diferentes, como por exemplo nº 15507986 e nº 15507976, conforme verificado no Quadro XVI. Tais fatos fragilizam a comprovação do recebimento dos produtos constantes dos orçamentos apresentados;

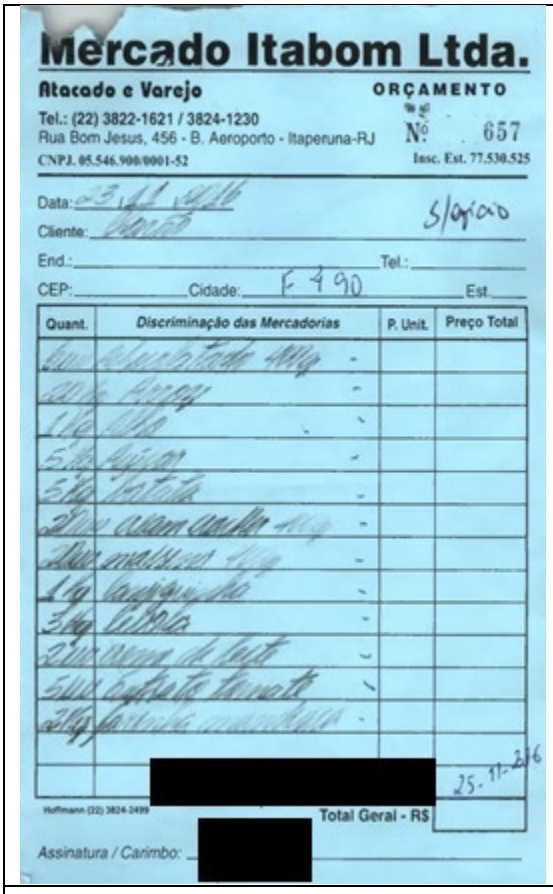
Quadro XIX – Distribuição de Arroz pacote 5 kg – Informação apresentada pelo ex-Secretário de Educação

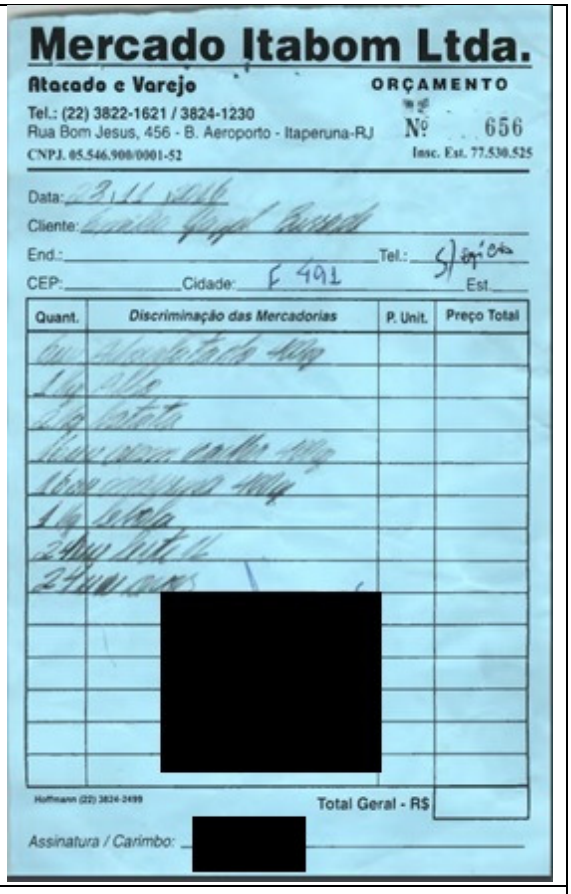
Ofício nº	Data	Escola	Produto -Arroz pacote 5 kg
07/2016	01/11/2016	E.M. Emília Gazal Bussade	20,00
08/2016	01/11/2016	Creche Clamor	3,00
08/2016	01/11/2016	E.M. Fazenda Cachoeira	4,00
09/2016	01/11/2016	E.M. Cel. Adelino Garcia Bastos	4,00
09/2016	01/11/2016	E.M. Chorão	4,00
09/2016	01/11/2016	Creche Ana Beatriz	18,00
09/2016	01/11/2016	CEIFA Creche Escola Irmã Narciza	30,00
09/2016	01/11/2016	Creche Espaço Criativo de Aprender e Sonhar	32,00

Ofício nº	Data	Escola	Produto -Arroz pacote 5 kg
09/2016	01/11/2016	Creche Igreja Metodista	20,00
09/2016	01/11/2016	Creche Lar Bezerra de Menezes	10,00
09/2016	01/11/2016	Creche Leão Adherbal Carneiro Terra	26,00
09/2016	01/11/2016	Creche Maria Faustina	12,00
09/2016	01/11/2016	Creche Padre Tomás Maria Fusco	40,00
09/2016	01/11/2016	Creche Santa Terezinha do Menino Jesus	40,00
09/2016	01/11/2016	Creche Tida Faria	20,00
09/2016	01/11/2016	Creche Vale do Sol	20,00
09/2016	01/11/2016	E.M. Hernenegildo Torres Pessoa	6,00
09/2016	01/11/2016	E.M. José Ferreira Salles	14,00
09/2016	01/11/2016	E.M. José Rodrigues da Rocha Filho	20,00
09/2016	01/11/2016	E.M. José Rodrigues D'Almeida Graça	20,00
09/2016	01/11/2016	E.M. Lincoln Barbosa de Castro	10,00
09/2016	01/11/2016	E.M. Presidente Vargas	6,00
09/2016	01/11/2016	E.M. São José da Pracinha	6,00
09/2016	01/11/2016	E.M. São Sebastião da Boa Vista	6,00
09/2016	01/11/2016	E.M. Valão das Folhas - 1ª quinzena de nov.	10,00
10/2016	01/11/2016	E.M. Bernadino Alves	6,00
10/2016	01/11/2016	E.M. Comendador Venâncio - 1ª quinzena de nov.	20,00
10/2016	01/11/2016	E.M. Córrego da Chica - 1ª quinzena de nov.	10,00
10/2016	01/11/2016	E.M. Córrego do Óleo	7,00
10/2016	01/11/2016	E.M. Córrego Seco	7,00
10/2016	01/11/2016	E.M. Francisco de Mattos Ligiéro - 1ª quinzena de nov.	40,00
10/2016	01/11/2016	E.M. Juvenal José da Costa	4,00
10/2016	01/11/2016	Jardim de Infância Prof. Maria Madalena Magacho	40,00
10/2016	01/11/2016	E.M. Santa Paz - 1ª quinzena de nov.	32,00
10/2016	15/11/2016	E.M. Santa Paz - 2ª quinzena de nov.	32,00
10/2016	01/11/2016	E.M. Theodomiro de Souza Coelho - 1ª quinzena de nov.	20,00
10/2016	15/11/2016	E.M. Valão das Folhas - 2ª quinzena de nov.	10,00
11/2016	01/11/2016	APAE - Escola Especial Recriar	40,00
11/2016	01/11/2016	E.M. CIEPE 264 - Henriet Morineau - 1ª quinzena de nov.	36,00
11/2016	01/11/2016	E.M. Córrego da Chica SIEB - 1ª quinzena de nov.	6,00
11/2016	01/11/2016	E.M. Fazenda Capelinha - 1ª quinzena de nov.	16,00
11/2016	01/11/2016	E.M. Joaquim de Oliveira Câmara - 1ª quinzena de nov.	12,00
11/2016	01/11/2016	E.M. Nossa Senhora das Graças - 1ª quinzena de nov.	20,00
12/2016	01/11/2016	E.M. Águas Claras - 1ª quinzena de nov.	20,00
12/2016	01/11/2016	E.M. Bezerra de Menezes - 1ª quinzena de nov.	20,00
12/2016	01/11/2016	E.M. Doutor Alto de Oliviera Pinto - 1ª quinzena de nov.	6,00
12/2016	01/11/2016	E.M. Humberto de Campos - 1ª quinzena de nov.	30,00
12/2016	01/11/2016	E.M. Oscar Jerônimo da Silva - 1ª quinzena de nov.	38,00
13/2016	01/11/2016	E.M. CIEPE 467 - Henriett Amado - 1ª quinzena de nov.	30,00
13/2016	01/11/2016	E.M. Sítio São Benedito - 1ª quinzena de nov.	30,00
14/2016	01/11/2016	E.M. Vereador Elzo Galvão da França - 1ª quinzena de nov.	20,00
16/2016	01/11/2016	E.M. José de Paula Nogueira - 1ª quinzena de nov.	12,00
Total			**965,00**

7) verificou-se que orçamentos apresentados pela SEMED datados de 23/11/2016 (nº 656 e 657) apresentam numeração inferior aos apresentados pelo ex-gestor, com data anterior aos da SEMED (01/11/2016), os quais apresentam numeração superior e o "N" da abreviatura de número apresentam diferença no tipo da letra, conforme a seguir demonstrado. Constatou-se também que os documentos apresentados pelo mencionado ex-gestor não apresentam a identificação da diretora ou funcionário da escola que teria atestado o recebimento dos produtos:

Quadro XX – Orçamentos apresentado pela SEMED


Mercado Itabom Ltda.
Atacado e Varejo
ORÇAMENTO
Tel.: (22) 3822-1621 / 3824-1230
Rua Bom Jesus, 456 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ
Nº 657
CNPJ. 05.546.908/0001-52
Insc. Est. 77.530.525
Data:
Cliente:
End.:
Tel.:
CEP:
Cidade:
Est.
Quant. | Discriminação das Mercadorias | P. Unit. | Preço Total
[redacted]
Total Geral - R$
Assinatura / Carimbo: [redacted]


Mercado Itabom Ltda.
Atacado e Varejo
ORÇAMENTO
Tel.: (22) 3822-1621 / 3824-1230
Rua Bom Jesus, 456 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ
Nº 656
CNPJ. 05.546.908/0001-52
Insc. Est. 77.530.525
Data:
Cliente:
End.:
Tel.:
CEP:
Cidade:
Est.
Quant. | Discriminação das Mercadorias | P. Unit. | Preço Total
[redacted]
Total Geral - R$
Assinatura / Carimbo: [redacted]

Orçamentos apresentados pela SEMED durante o trabalho em campo da Equipe de Fiscalização da CGU.

Quadro XXI – Orçamentos apresentado pelo ex-gestor

Mercado Itabom Ltda.
Atacado e Varejo — ORÇAMENTO
Tel.: (22) 3822-1621 / 3824-1230
Rua Bom Jesus, 456 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ — № 0745
CNPJ. 05.546.900/0001-52 — Insc. Est. 77.530.525

Data: 04 / 11 / 2016
Cliente: E.M. HERMENEGILDO TORRES PESSOA
End.: Tel.:
CEP: Cidade: Est.

Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	Preço Total
50 Kg	ARROZ		
10 UN	BOLAN GOIABEL 400g		
10 UN	MAISENA 400g		
04 UN	GELEIA DE LEITE 200g		
01 UN	FARINHA DE TRIGO 1Kg		
150 UN	LEITE 1L		
10 Kg	MAÇÃ		

Hoffmann (22) 3824-2499 [redacted] Total Geral - R$
Assinatura / Carimbo

Mercado Itabom Ltda.
Atacado e Varejo — ORÇAMENTO
Tel.: (22) 3822-1621 / 3824-1230
Rua Bom Jesus, 456 - B. Aeroporto - Itaperuna-RJ — № 0743
CNPJ. 05.546.900/0001-52 — Insc. Est. 77.530.525

Data: 04 / 11 / 2016
Cliente: E.M. JOSÉ RODRIGUES ROCHA FILHO
End.: Tel.:
CEP: Cidade: Est.

Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	Preço Total
100 Kg	ARROZ		
20 UN	BOLAN GOIABEL 400g		
20 UN	MAISENA 400g		
08 UN	GELEIA DE LEITE 200g		
400 UN	LEITE 1L		
16 Kg	MAÇÃ		

Hoffmann (22) 3824-2499 [redacted] Total Geral - R$
Assinatura / Carimbo:

Orçamentos apresentados pelo Ex-gestor após tomar conhecimento do Relatório Preliminar.

Quanto ao item leite integral:

8) inicialmente cabe destacar que a documentação apresentada pelo ex-gestor possui diversos orçamentos assinados pela ex-Cordenadora de Alimentação Escolar, que totalizam 57.275 litros de leite, conforme quadro a seguir, entretanto não apresentam atesto de quem efetivamente recebeu e conferiu os produtos.

Destaque-se ainda que quase a totalidade dos documentos arquivados no Setor de Nutrição da SEMED disponibilizados à Equipe de Auditoria durante o trabalho de fiscalização no Município de Itaperuna não apresentavam a assinatura da mencionada Coordenadora nos recibos, fato que aponta a necessidade de apurar a autenticidade dos documentos apresentados pelo ex-gestor.

Outro ponto também incomum é o fato de que os orçamentos assinados pela referida ex-coordenadora descreverem apenas o item leite integral, o que não foi observado nas documentações apresentadas a esta Equipe durante a fiscalização no município.

Ressalte-se ainda que alguns orçamentos assinados pela ex-coordenadora apresentam numeração superior aos emitidos em data posterior como, por exemplo: nº 0779; 0780; 0781; 0782; 0783; 0784; 0785; 0786; 0787; 0788; 0789; 0790;0791 (datada em 31/08/2016), 0956; 0957; 0958; 0959; 0960; 0961; 0962; 0963; 0964; 0965; 0966; 0967; 0968 (datada em 31/10/2016), enquanto os orçamentos nº 0722, 0715, 0708, 0717 (datados de 01/11/2016).

Quadro XXII – Ofícios e Orçamentos apresentados pelo ex-gestor – Exercício 2016

Ofício nº	Data	Orçamentos nº	Recibos assinados pela Coordenadora?	Orçamento apresenta identificação e carimbo de quem atestou o recebimento?	Quant. Litros de leite
23/2016	05/09/2016	792	Sim, apenas pela Coordenadora	Não	1.806
12/2016	05/05/2016	752	Sim, apenas pela Coordenadora	Não	1.829
01/2016	29/01/2016	0651;0652; 0653; 0654; 0655; 0656; 0657; 0658; 0659; 0660; 0661; 0662; 0663.	Sim, apenas pela Coordenadora	Não	5.960
02/2016	29/02/2016	0664;0665; 0666; 0667; 0668; 0669; 0670; 0671; 0672; 0673; 0674; 0675; 0676.	Sim, apenas pela Coordenadora	Não	5.960
03/2016	31/03/2016	0677; 0969; 0687; 0686; 0685; 0684; 0683; 0682; 0681; 0680; 0679; 0678; 0688;	Sim, apenas pela Coordenadora	Não	5.960
04/2016	29/04/2016	0689; 0690; 0691; 0692; 0693; 0694; 0695; 0696; 0697; 0698; 0699; 0700; 0751.	Sim, apenas pela Coordenadora	Não	5.960
05/2016	31/05/2016	0753; 0754; 0755; 0756; 0757; 0758; 0759; 0760; 0761; 0762; 0763; 0764; 0765.	Sim, apenas pela Coordenadora	Não	5.960
06/2016	29/07/2016	0766; 0767; 0768; 0769; 0770; 0771; 0772; 0773; 0774; 0775; 0776; 0777; 0778.	Sim, apenas pela Coordenadora	Não	5.960
07/2016	31/08/2016	0779; 0780; 0781; 0782; 0783; 0784; 0785; 0786; 0787; 0788; 0789; 0790;0791.	Sim, apenas pela Coordenadora	Não	5.960
08/2016	30/09/2016	0793;0794; 0795; 0796; 0797; 0798; 0799; 0800; 0951; 0952; 0953; 0954; 0955.	Sim, apenas pela Coordenadora	Não	5.960
09/2016	31/10/2016	0956; 0957; 0958; 0959; 0960; 0961; 0962; 0963; 0964; 0965; 0966; 0967; 0968.	Sim, apenas pela Coordenadora	Não	5.960
12/2016	01/11/2016	0722	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	250
16/2016	01/11/2016	0715	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	150
01/2016	01/11/2016	0719	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	230
12/2016	01/11/2016	0708	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	300
10/2016	01/11/2016	0734	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	290
10/2016	15/11/2016	0746	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	190

Ofício nº	Data	Orçamentos nº	Recibos assinados pela Coordenadora?	Orçamento apresenta identificação e carimbo de quem atestou o recebimento?	Quant. Litros de leite
11/2016	01/11/2016	0717	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	200
09/2016	01/11/2016	0714	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	136
09/2016	01/11/2016	0712	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	170
10/2016	01/11/2016	0709	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	250
12/2016	01/11/2016	0705	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	360
10/2016	01/11/2016	0702	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	260
09/2016	01/11/2016	0740	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	150
10/2016	15/11/2016	0747	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	150
10/2016	01/11/2016	0701	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	120
13/2016	01/11/2016	0703	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	200
11/2016	01/11/2016	0704	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	350
10/2016	01/11/2016	0706	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	500
13/2016	01/11/2016	0710	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	250
11/2016	01/11/2016	0711	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	400
11/2016	01/11/2016	0716	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	172
10/2016	01/11/2016	0720	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	100
12/2016	01/11/2016	0723	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	150
11/2016	01/11/2016	0721	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	120
14/2016	01/11/2016	0718	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	170
10/2016	01/11/2016	0731	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	50
10/2016	01/11/2016	0733	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	50
09/2016	01/11/2016	0735	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	50
09/2016	01/11/2016	0737	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	160

Ofício nº	Data	Orçamentos nº	Recibos assinados pela Coordenadora?	Orçamento apresenta identificação e carimbo de quem atestou o recebimento?	Quant. Litros de leite
10/2016	01/11/2016	0729	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	50
07/2016	01/11/2016	0724	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	100
09/2016	01/11/2016	0745	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	150
09/2016	01/11/2016	0728	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	170
09/2016	01/11/2016	0725	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	100
10/2016	01/11/2016	0726	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	150
09/2016	01/11/2016	0739	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	150
09/2016	01/11/2016	0742	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	170
09/2016	01/11/2016	0743	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	100
08/2016	01/11/2016	0744	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	136
09/2016	01/11/2016	0813	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	180
09/2016	01/11/2016	0812	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	290
09/2016	01/11/2016	0811	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	253
09/2016	01/11/2016	0810	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	250
09/2016	01/11/2016	0809	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	250
09/2016	01/11/2016	0808	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	250
09/2016	01/11/2016	0807	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	200
09/2016	01/11/2016	0806	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	380
09/2016	01/11/2016	0805	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	200
09/2016	01/11/2016	0804	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	253
09/2016	01/11/2016	0803	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	120
11/2016	01/11/2016	0802	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	450
08/2016	01/11/2016	0801	Não	Não, porém apresentam rubrica ou assinatura sem identificação da Direção da Escola.	60
Total de litros de leite					**67.615**

2.2.2. Falta de comprovação da aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar no montante aproximado de R$ 455.369,28.

Fato

Na análise dos processos de pagamento disponibilizados e dos registros de distribuição de gêneros alimentícios para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), constatou-se, por amostragem (somente os itens: cebola, feijão, peito de frango, acém moído, carne em pedaços, músculo moído, músculo em cubos e salsichas), que as quantidades dos itens distribuídos pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED para os estabelecimentos de ensino, relacionados no Quadro I (Exercício de 2015), no Quadro II (Exercício de 2016) e no Quadro III (Exercício de 2017), divergem das quantidades adquiridas. De acordo com o levantamento realizado da equipe de fiscalização da CGU, verificou-se que os processos de pagamento disponibilizados indicam que as quantidades adquiridas de tais itens são inferiores aos quantitativos indicados como entregues às unidades de ensino, conforme declarado pela mencionada Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ e pela SEMED. Portanto, constatou-se a não comprovação da entrada em estoque de gêneros alimentícios no valor aproximado de R$ 455.369,28 (sendo R$ 292.331,20, em 2015, e R$ 120.610,41, em 2016 e R$ 42.427,67, em 2017), conforme demonstrado a seguir:

Quadro I – Exercício de 2015 - Total mínimo de Aquisições/Entradas em estoques não comprovadas

Exercício	Produtos (1)	Quant. Distribuída pela SEMED (A)	Quantidade Adquirida pela Prefeitura de Itaparuna/RJ (B)	Preço Unitário Médio do kg (2) (R$) (C)	Total mínimo de Aquisições/Entradas em estoques não comprovadas (R$) (A – B)*(C)
2015	Cebola	4.749,00	3.780,00	3,27	3.168,63
	Feijão	8.829,00	6.264,00	3,39	8.695,35
	Peito de Frango	26.104,55	10.866,00	8,19	124.803,72
	Acém Moído	16.073,00	8.319,00	10,75	83.355,50
	Salsicha	8.873,00	4.300,00	5,25	24.008,25
	Carne em pedaços	4.493,00	0,00	10,75	48.299,75
Total em 2015 (R$)					**292.331,20**

(1) unidade de medida kg.

(²) preços médios obtidos com a divisão do valor total das aquisições de cada item, dividido pelas respectivas quantidades adquiridas.

Quadro II – Exercício de 2016 - Total mínimo de Aquisições/Entradas em estoques não comprovadas

Exercício	Produtos (¹)	Quant. Distribuída pela SEMED (A)	Quantidade Adquirida pela Prefeitura de Itaperuna/RJ (B)	Preço Unitário Médio do kg (R$) (C)	Total mínimo de Aquisições/Entradas em estoques não comprovadas (R$) (A – B)*(C)
2016	Feijão	7.439,00	6.234,00	3,39	4.084,95
	Músculo moído	11.675,00	8.532,00	14,75	46.359,25
	Músculo cubos	7.857,00	6.768,00	14,75	16.062,75
	Peito de Frango	23.332,10	17.041,00	8,60	54.103,46
Total em 2016 (R$)					**120.610,41**

Quadro III – Exercício de 2017 - Total mínimo de Aquisições/Entradas em estoques não comprovadas

Exercício	Produtos (¹)	Quant. Distribuída pela SEMED nos meses de março e abril (A)	Quantidade Adquirida pela Prefeitura de Itaperuna/RJ (B)	Preço Unitário Médio do kg (R$) (C)	Total mínimo de Aquisições/Entradas em estoques não comprovadas (R$) (¹) (A – B)*(C)
2017	Carne Moída	4.379	2.100	11,21	25.547,59
	Leite	14.773	19.680	3,44	16.880,08
Total em 2017 (R$)					**42.427,67**

(¹) Quando "B" foi maior do que "A" utilizou-se a fórmula (B-A)*(C)

Quadro IV – Empresa Mirabras – 2015 - Gênero: Cebola – Quantidade Adquirida

Processo nº	Empresa	Nota Fiscal nº	Valor Unitário (R$)	Quantidade - Kg
2015-08-16391	MIRABRÁS COMERCIAL LTDA.	11638	6,80	153
2015-08-16391	MIRABRÁS COMERCIAL LTDA.	12034	6,80	163
2015-08-16391	MIRABRÁS COMERCIAL LTDA.	11567	6,80	494

Processo nº	Empresa	Nota Fiscal nº	Valor Unitário (R$)	Quantidade - Kg
2015-08-16391	MIRABRÁS COMERCIAL LTDA.	11573	6,80	287
2015-01-0008	MIRABRÁS COMERCIAL LTDA.	10468	1,84	720
2015-01-0008	MIRABRÁS COMERCIAL LTDA.	10504	1,84	369
2015-01-0008	MIRABRÁS COMERCIAL LTDA.	10608	1,84	243
2015-01-0008	MIRABRÁS COMERCIAL LTDA.	11119	1,84	158
2015-01-0008	MIRABRÁS COMERCIAL LTDA.	11023	1,84	179
2015-01-0008	MIRABRÁS COMERCIAL LTDA.	11078	1,84	498
2015-01-0008	MIRABRÁS COMERCIAL LTDA.	11320	1,84	516
Quantidade Adquirida				**3.780**

Quadro V – Empresa Itabom e Lopes e Oliveira – 2015 - Gênero: Feijão – Quantidade Adquirida

Processo nº	Empresa	Nota Fiscal nº	Valor Unitário (R$)	Quantidade - Kg
2015-07-14970	LOPES E OLIVEIRA LTDA – ME	133	3,69	1.750
2015-01-0004	LOPES E OLIVEIRA LTDA – ME	111	3,24	4.514
Quantidade Adquirida				**6.264**

Quadro VI – Empresa S.J. Paraiso Charque Ltda. – 2015 - Gênero: Peito de Frango c/osso

Processo nº	Empresa	Nota Fiscal nº	Valor Unitário (R$)	Quantidade - Kg
2015-01-0012	S.J. Paraiso Charque Ltda.	72816	8,19	3.500
2015-01-0012	S.J. Paraiso Charque Ltda.	74407	8,19	3.690
2015-01-0012	S.J. Paraiso Charque Ltda.	77043	8,19	3.676
Quantidade Adquirida				**10.866**

Quadro VII – Empresa S.J. Paraiso Charque Ltda. – 2015 - Gênero: Acém Moído – Quantidade Adquirida

Processo nº	Empresa	Nota Fiscal nº	Valor Unitário (R$)	Quantidade - Kg
2015-01-0012	S.J. Paraiso Charque Ltda.	72816	10,75	2.500
2015-01-0012	S.J. Paraiso Charque Ltda.	74407	10,75	2.910
2015-01-0012	S.J. Paraiso Charque Ltda.	77043	10,75	2.909
Quantidade Adquirida				**8.319**

Quadro VIII – Empresa S.J. Paraiso Charque Ltda. – 2015 - Gênero: Salsicha – Quantidade Adquirida

Processo nº	Empresa	Nota Fiscal nº	Valor Unitário (R$)	Quantidade - Kg
2015-01-0012	S.J. Paraiso Charque Ltda.	72816	5,25	2.000
2015-01-0012	S.J. Paraiso Charque Ltda.	74407	5,25	1.150

2015-01-0012	S.J. Paraiso Charque Ltda.	77043	5,25	1.150
Quantidade Adquirida				**4.300**

Quadro IX – Empresa Lopes e Oliveira e G.A.C.Veiga – 2016 - Gênero: Feijão – Quantidade Adquirida

Processo nº	Empresa	Nota Fiscal nº	Valor Unitário (R$)	Quantidade - Kg
2016-01-000256	LOPES OLIVEIRA LTDA	180	3,24	2.289
2016-01-000256	LOPES OLIVEIRA LTDA	187	3,24	1.085
2016-01-000256	LOPES OLIVEIRA LTDA	205	3,24	2.200
2016-01-000256	LOPES OLIVEIRA LTDA	228	3,24	660
Quantidade Adquirida				**6.234**

Quadro X – Empresa S.J. Paraiso Charques – 2016 - Gênero: Músculo Moído – Quantidade Adquirida

Processo nº	Empresa	Nota Fiscal nº	Valor Unitário (R$)	Quantidade - Kg
2016-04-007188	S.J. PARAÍSO CHARQUE LTDA	97.350	14,75	2.773
2016-06-010762	S.J. PARAÍSO CHARQUE LTDA	101.396	14,75	500
2016-06-010747	S.J. PARAÍSO CHARQUE LTDA	101.397	14,75	500
2016-06-010743	S.J. PARAÍSO CHARQUE LTDA	101.399	14,75	500
2016-06-010766	S.J. PARAÍSO CHARQUE LTDA	101.400	14,75	500
2016-06-010765	S.J. PARAÍSO CHARQUE LTDA	101.401	14,75	500
2016-08-014895	S.J. PARAÍSO CHARQUE LTDA	103.993	14,75	500
2016-08-014894	S.J. PARAÍSO CHARQUE LTDA	104.265	14,75	632
2016-09-017799	S.J. PARAÍSO CHARQUE LTDA	106.909	14,75	995
2016-11-021612	S.J. PARAÍSO CHARQUE LTDA	111.611	14,75	632
2016-06-010758	S.J. PARAÍSO CHARQUE LTDA	101.402	14,75	500
Quantidade Adquirida				**8.532**

Quadro XI – Empresa S.J. Paraiso charques – 2016 - Gênero: Músculo em Cubos – Quantidade Adquirida

Processo nº	Empresa	Nota Fiscal nº	Valor Unitário R$)	Quantidade - Kg
2016-04-007186	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	97351	14,75	1.503
2016-06-010743	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	101399	14,75	500
2016-06-010747	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	101397	14,75	500
2016-06-010762	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	101396	14,75	500
2016--6-010765	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	101401	14,75	500
2016-06-010766	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	101400	14,75	500
2016-08-014894	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	104265	14,75	635

Processo nº	Empresa	Nota Fiscal nº	Valor Unitário R$)	Quantidade - Kg
2016-08-014895	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	103993	14,75	500
2016-09-017801	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	106908	14,75	995
2016-11-021616	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	111610	14,75	635
Quantidade Adquirida				**6.768**

Quadro XII – Empresa S.J. Paraiso charques – 2016 - Gênero: Peito de Frango com osso – Quantidade Adquirida

Processo nº	Empresa	Nota Fiscal nº	Valor Unitário R$)	Quantidade - Kg
2016-04-007189	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	97349	8,6	5.057
2016-06-010743	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	101391	8,6	1.000
2016-06-010748	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	101390	8,6	1.000
2016-06-010750	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	101394	8,6	1.000
2016-06/010753	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	101395	8,6	1.000
2016-06-010755	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	101393	8,6	1.000
2016-06-010760	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	101392	8,6	1.000
2016-06-014891	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	103992	8,6	1.000
2016-08-014892	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	104266	8,6	1.033
2016-09-017798	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	106910	8,6	1.851
2016-09-017985	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	103758	8,6	1.000
2016-11-021611	S. J. PARAISO CHARQUE LTDA.	111612	8,6	1.100
Quantidade Adquirida				**17.041**

Quadro XIII – S. J. Paraíso – 2017 - Gênero: Carne Moída – Quantidade Adquirida

Processo nº	Empresa	Nota Fiscal nº	Valor Unitário (R$)	Quantidade - Kg
2017-04-009041	S.J. PARAÍSO CHARQUE LTDA	122.204	11,21	2
2017-04-009041	S.J. PARAÍSO CHARQUE LTDA	121.727	11,21	1.139
2017-04-009041	S.J. PARAÍSO CHARQUE LTDA	121.728	11,21	149
2017-04-009041	S.J. PARAÍSO CHARQUE LTDA	122.689	11,21	810
Quantidade Adquirida				**2.100**

Quadro XIV – S. J. Paraíso – 2017 - Gênero: Leite Integral – Quantidade Adquirida

Processo nº	Empresa	Nota Fiscal nº	Valor Unitário (R$)	Quantidade - Litro
2017-01-001097	MERCADO BRASPORT	5721	3,44	4.124
2017-01-001097	G. A. C. VEIGA SUPERMERCADOS EIRELI - ME	5728	3,44	4.822
2017-04-009842	G. A. C. VEIGA SUPERMERCADOS EIRELI - ME	4.907	3,44	4.907
2017-01-001097	G. A. C. VEIGA SUPERMERCADOS EIRELI - ME	5.754	3,44	5.827
Quantidade Adquirida				**19.680**

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar, a Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017, de 11 de setembro de 2017, encaminhou a manifestação, sem data, do atual Secretário Municipal de Educação, exercício 2017, com as seguintes justificativas:

2) **Falta de Comprovação da aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar no montante aproximado de R$ 425.437,94.**

Nota de Esclarecimento Preliminar da Defesa:

Referente ao questionamento mencionado acima, esta evidenciado no presente relatório de que cabe manifestação a atual gestão 2017 do montante mencionado, o valor R$ 12.496,33 para a sua justificativa e/ou esclarecimento.

Justificativa e/ou Esclarecimento: SEMED.

Neste questionamento, iremos fazer um desmembramento dos produtos para que possamos entender melhor o que está sendo solicitado:

i) No Quadro III da página 7 do relatório preliminar, o produto "Carne Moída" está sendo questionado a **"Quant. Distribuída pela SEMED"** x **"Quantidade Adquirida pela Prefeitura de Itaperuna/RJ"**, sendo apontado *"Total mínimo de Aquisições/Entradas em estoques não comprovadas"*.

Cabe os seguintes esclarecimentos:

- **Carne Moída** > na coluna de Quantidade Adquirida pela Prefeitura de Itaperuna/RJ, ou seja, 3.621, foi entregue no mês de Maio/2017, segue comprovante em anexo.

OBSERVAÇÃO:

Em relação ao Quadro XIII da página 11, na coluna de "Quantidade", julgamos ter ocorrido um erro de digitação e informação:

- **Na coluna de Nota Fiscal > a fatura de n° 121.728 fez referência como quantitativo 1.670,29. O que na verdade refere-se ao valor total da nota fiscal e não a sua quantidade, conforme descrevemos abaixo;**
- **A quantidade adquirida foi 149kg, conforme;**
- **Segue nota fiscal em anexo.**

SOLICITAÇÃO - SEMED:

Diante de todo o exposto, requer da CGU a análise das informações apresentadas para que se chegue ao montante apurado pela SEMED em relação ao Quadro XIII da página 11, que passaria a ser, *s.m.j.*: 2.100 kg a quantidade adquirida.

Cabe os seguintes esclarecimentos:

- **Leite** > na coluna de Quantitativo Adquirida pela Prefeitura de Itaperuna/RJ, ou seja, 13.853, a diferença está na Nota Fiscal n° 5754, uma vez que a mesma foi entregue em 08/05/2017, que segue em anexo.
- **Cebola** > a diferença apontada para o produto está contida na Nota Fiscal n° 330, emitida em 02/05/2017, que segue em anexo.

Em resposta ao Relatório Preliminar da CGU o Ex-Secretário Municipal de Educação, exercícios 2015 e 2016, por meio do documento datado de 18 de setembro de 2017, com anexos, assim se manifestou:

APONTAMENTO 2 (Pág. 06 – Relatório CGU)

2. **Falta de Comprovação da aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar no montante aproximado de R$ 425.437,94.**
   ".....verificou-se que os processos de pagamento disponibilizados indicam que as quantidades adquiridas de tais itens são inferiores aos quantitativos indicados como entregues às unidades de ensino, conforme declarado pela mencionada Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ e pela SEMED."

RESPOSTAS/ESCLARECIMENTOS

O Quadro I e II (Págs. 6 e 7 do Relatório CGU) apresentam algumas distorções que necessitarão ser mais bem esclarecidas, uma vez que apresenta na coluna ***Quantidade Distribuída pela SEMED*** valores como forma de moeda e não de quantitativos, como se pode deparar no Item Peito de Frango, cujo número informado, como sendo quantidade, foi de 26.104,55, o qual nos parece estranho, visto que as aquisições são em números inteiros, como apontado nos Quadros das páginas 2 a 5 do relatório CGU, evidenciando na mesma peça, relatório CGU, nomenclaturas distintas, causando-nos incertezas para os devidos esclarecimentos. Diante do quadro apresentado, o que nos parece mais razoável, seria uma reanálise das informações apresentadas pela CGU para posteriores esclarecimentos e justificativas.

Cabe ainda esclarecer, que a comprovação das informações contidas no relatório CGU só poderia se dar com os documentos em mãos, como as Notas Fiscais, o que se encontra dentro dos processos de pagamento, que neste momento não possuímos para realizar tal confrontação.

Igualmente, ainda restam levantar informações como estoque inicial e final nos citados anos de referência, pois visualizamos que tais informações não tenham sido apresentadas ou suscitadas, se é que as mesmas existam.

Nesse sentido, entendemos ser necessária nova análise deste apontamento, para melhor elucidar e esclarecer os fatos, acreditando também ter ocorrido lapsos e equívocos no momento da busca dos documentos para apresentação à equipe de Auditores da CGU, possibilitando ter acarretado juízo ou julgamento em desacordo com a realidade observada, até mesmo no momento da transcrição dos dados para confecção do referido relatório.

Assim, aguardamos novo exame para efetivamente sanar os apontamentos, solicitando, desde já, o seu deferimento.

Análise do Controle Interno

A Prefeitura Municipal de Itaperuna e a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) disponibilizaram à Equipe de Fiscalização documentos necessários à análise dos fatos sob questionamento. Segundo manifestação do ex-Secretário Municipal de Educação para os exercícios 2015 e 2016, o número 26.104,55, referentes a Kg de frango, pareceu-lhe estranho, visto que as aquisições são em números inteiros. Entretanto, a referida coluna se refere à quantidade distribuída. Tal fato por si não o impediria de justificar a razão de terem sido identificadas divergências das quantidades adquiridas em confronto com as quantidades distribuídas.

Ressalte-se que em consulta ao Ofício nº 08/2015, de 02 de junho de 2015, constatou-se que a Diretora Geral da E. M. Lincoln Barbosa de Castro atestou o recebimento de 34,55 kg de peito de frango. Tal quantidade de alimentos recebidos foram lançados na planilha elaborada pelo Setor de Nutrição da SEMED, por meio de seus profissionais (inclusive por nutricionistas que trabalharam na SEMED durante a gestão do Ex-Secretário Municipal de Educação), o que comprova que a argumentação do ex-Secretário de que a quantidade apontada no Quadro I e II do Relatório Preliminar referia-se a: *"valores como forma de moeda"* não se sustenta e tampouco elide a falha apontada.

Destaque-se ainda que os Quadros I e II do Relatório Preliminar, páginas 6 e 7, apresentam 6 e 4 produtos alimentícios, respectivamente, nos anos de 2015 e 2016, entretanto o ex-secretário não se manifestou sobre nenhum deles e também sobre as diferenças apontadas nos respectivos quadros.

Quanto à alegação de que a comprovação das informações contidas no relatório da CGU só poderia se dar com os documentos em mãos, a alegação não prospera, pois o ex-gestor poderia ter solicitado acesso aos documentos tanto na Prefeitura Municipal de Itaperuna quanto na Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

No que tange à questão relativa à existência de estoques inicial e final nos exercícios de 2015 e 2016, tais informações foram prestadas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) à CGU.

Diante dos fatos, não acatamos as justificativas do Secretário de Educação.

Quanto à manifestação do Secretário Municipal de Educação, para o exercício de 2017, no que se refere ao alimento carne moída, acatamos parcialmente a sua justificativa. De fato, a quantidade total adquirida do alimento foi de 2.100 kg, de acordo com os documentos apresentados. Entretanto, remanesceu uma diferença de 2.279 Kg, entre a quantidade distribuída pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e a quantidade total adquirida, nos meses de março e abril de 2017.

Com relação ao item leite integral, acatamos parcialmente a justificativa apresentada, em razão de não constar a inclusão da nota fiscal nº 5.754 da empesa G.A.C. Veiga Supermercados EIRELI – ME. Entretanto, constatamos um aumento na diferença de litros de leite de 14.773 para 19.680 (vide Quadro III), entre a quantidade distribuída pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), nos meses de março e abril de 2017, e a quantidade total adquirida de 19.680 litros. Ressalte-se que a inclusão da nota fiscal mencionada e o respectivo quantitativo de 5.827 litros de leite fez o valor da diferença ser alterado de R$ 3.164,80 (apontado no Relatório Preliminar) para R$ 16.880,08.

Com relação ao item cebola, acatamos integralmente a justificativa apresentada, pois, de fato, ao se incluir o quantitativo adquirido registrado na nota fiscal nº 330, não constatamos diferença entre o quantidade distribuída e a adquirida.

2.2.3. Restrição ao escopo do trabalho pela falta de apresentação tempestiva de informações, de documentos e de processos de pagamento.

Fato

A Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ não apresentou tempestivamente as informações, documentos e processos de pagamento solicitados, referentes à aplicação dos recursos públicos (federais e municipais) no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), referente aos exercícios de 2015, 2016 e 2017. Ressalte-se que tal fato comprometeu a análise dos trabalhos de fiscalização e caracterizou-se como restrição ao escopo do trabalho da Controladoria Regional União no Estado do Rio de Janeiro.

Destaque-se que o Município foi comunicado por meio do Ofício nº 6242/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 12 de abril de 2017, que a CGU-Regional/RJ realizaria ações de controle com vistas a verificar a aplicação dos recursos públicos federais descentralizados à mencionada Prefeitura a partir do dia 8 de maio de 2017 (data posteriormente alterada para 22 de maio de 2017). Neste ofício, o ente municipal foi informado que as atividades de fiscalização seriam desenvolvidas com base nas atribuições institucionais da CGU, disciplinadas pela Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, a qual estabelece "que nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos auditores no exercício das atividades de auditoria e fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal". Adicione-se que diante dos atrasos na apresentação das informações, a Equipe de Fiscalização emitiu reiterações dos pedidos realizados por meio das solicitações de fiscalização.

Em 25 de abril de 2017, antes mesmo de iniciar os trabalhos de fiscalização no município, diante do atraso no encaminhamento das informações inicialmente solicitadas, por meio das Solicitações de Fiscalização nº 201701028-001, 201701028-002 e 201701028-003, foi encaminhada mensagem eletrônica (email) para o Gabinete do Senhor Prefeito, para a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e para o Controle Interno da Prefeitura.

Por meio do Ofício nº 8.795/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de maio de 2017, o Município foi comunicado da composição da Equipe de Fiscalização, do período da fiscalização, de 22 de maio de 2017 a 26 de maio de 2017, além de ter sido comunicado, item 2, que:

> *"Oportuno esclarecer a importância da disponibilização tempestiva da documentação necessária à realização dos trabalhos e solicitar que os interlocutores desse município mantenham interação com nossa equipe de forma a propiciar a obtenção dos melhores resultados na fiscalização."*

Novamente diante da não disponibilização de todas informações solicitadas, foi encaminhada nova mensagem eletrônica (email) no dia 02 de maio de 2017, antes do início dos trabalhos de fiscalização no município, reiterando o pedido de informações.

Ressalte-se que durante o trabalho no município foi emitida a Solicitação de Fiscalização nº 201701028/006, 26 de maio de 2017, reiterando o pedido para apresentar as informações constates dos itens 1, 2 e 3 da SF nº 201701028/001, de 13 de abril de 2017, que tinha prazo de atendimento de 25 de abril de 2017. Entretanto passado um mês a Prefeitura ainda não tinha apresentado as informações. A referida SF nº 201701028/006, também, reiterou que fossem apresentadas informações relativas aos itens 1 e 2, da SF nº 201701028/004, bem como aos itens 2, 7, 8 e 11, da SF nº 201701028/005.

Em 07 de junho de 2017, foi encaminhada ao Ente fiscalizado mensagem eletrônica (email) solicitando que fossem encaminhadas as informações não apresentadas no prazo pela Prefeitura e ressaltou que o atraso na apresentação das informações comprometia o término do trabalho de fiscalização.

Por fim, em 27 de junho de 2017, foi encaminhada, por mensagem eletrônica (email), a Solicitação de Fiscalização nº 201701028/009, com prazo de atendimento até o dia 30 de junho de 2017. Entretanto, até o dia 12/07/2017, não foram respondidos os itens 2 e 3, referentes aos dados do exercício de 2017, bem como o item 6 da referida solicitação.

Destaque-se também que foram apresentadas pela Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ e pela SEMED informações discrepantes com relação ao total de recursos (federal, estadual e municipal) aplicados nos exercícios de 2015, 2016 e 2017:

PNAE				
Origem dos Recursos	Valores aplicados nos exercícios			
	2015	2016	2017	
Federal	R$ 1.099.291,11	R$ 1.171.408,77	R$ 356.845,98	R$ 2.627.545,86
Estadual	-	-	-	R$ -
Municipal	R$ 413.543,18	R$ 1.109.719,83	R$ 78.858,12	R$ 1.602.121,13
	R$ 1.512.834,29	R$ 2.281.128,60	R$ 435.704,10	

Informação prestada pela Secretaria de Fazenda da Prefeitura de Itaperuna e pela durante o trabalho em campo – de 22 a 26/05/2017.

RECURSO PNAE/RP

Origem dos Recursos	Valores aplicados nos exercícios			
	2015	**2016**	**2017**	**TOTAL**
Federal	R$1.099.291,11	R$1.187.878,88	R$504.976,57	R$ 2.792.146,56
Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
Municipal	R$742.386,21	R$1.290.701,57	R$93.668,40	R$ 2.126.756,18
Total	**R$ 1.841.677,32**	**R$ 2.478.580,45**	**R$598.644,97**	**R$ 4.918.902,74**

Informação prestada pela SEMED em 24/07/2017.

Com relação ao atraso no atendimento do item 4, da Solicitação de Fiscalização nº 201701028/009, de 27/06/2017, o qual solicitou que a Prefeitura justificasse por que não foram disponibilizados os processos de pagamento referentes às aquisições de gêneros alimentícios adquiridos com recursos próprios para atender a Rede Municipal de ensino e unidades conveniadas, o Secretário Municipal de Fazenda assim se pronunciou, por meio do OF GP/Nº 442/2017, de 04/07/2017:

> "No que tange a demora na disponibilização dos processos de pagamento referente às aquisições de gêneros alimentícios adquiridos com recursos próprios para atender a Rede Municipal de ensino e unidades conveniadas, cabe evidenciar que o atraso volveu (*sic*) a adequação nas atribuições de pessoal, concomitante com as novas atribuições impostas pela reforma administrativa titularizada por este Município.
>
> Por todo exposto, externo votos de elevada estima e distinta consideração, ressaltando a harmonia no relacionamento entre os órgãos municipais."

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar encaminhado, a Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017, de 11 de setembro de 2017, apresentou manifestação do atual Secretário Municipal de Educação, com as seguintes justificativas:

3) **Restrição ao escopo do trabalho pela falta de apresentação tempestiva de informações, de documentos e de processos de pagamento solicitados pela Equipe de Fiscalização e apresentação de informações discrepantes.**

Justificativa e/ou Esclarecimento: SEMED.

Conforme mencionado na página 12 do relatório preliminar, o Município de Itaperuna, especificamente a SEMED recebeu a visita dos Técnicos da CGU em 22/05/2017, ocasião em que foram feitas as preliminares para o roteiro dos trabalhos, sendo apresentado aos profissionais desta Secretaria de Educação a forma como iriam se proceder as fiscalizações e inserções tanto na parte documental como também em visitas a serem realizadas junto às unidades educacionais da rede pública de ensino municipal, bem como a fornecedores ligados à Agricultura Familiar.

Antes de entrar no questionamento apontado pela CGU, objeto a ser justificado, é importante relatar que é a primeira vez que o Município de Itaperuna recebe a visita da Controladoria Geral da União – CGU, fato inclusive colocado pelos seus técnicos em reunião realizada no Gabinete do Prefeito.

Portanto, novidade quanto a forma de entrega de documentação e seus formatos, bem como, prazos para tal finalidade.

Feito estas considerações iniciais, passamos a manifestar quanto ao questionamento de nº 3:

Esta SEMED (Secretariar Municipal de Educação), ao ser comunicada em 17/04/2017 pela Secretaria Municipal de Controle Geral através do seu OFÍCIO SMCG Nº 041/2017 "da solicitação de fiscalização nº 201701028/002 da CGU de cópia da relação de documentos a serem apresentados por meio eletrônico", imediatamente comunicou a Secretaria Municipal de Fazenda quem executa as partes orçamentárias e financeiras desta secretaria, conforme OFÍCIO/SEMED/DF/Nº007/2017, datado de 17/04/2017, informando-a da Fiscalização da Controladoria Geral da União, Setor Regional/Rio de Janeiro, e ao mesmo tempo, solicitando o atendimento do ora Oficiado pela Controladoria Geral da União por meio do controle interno municipal, para disponibilização de documentos através de meio eletrônico, com cópias para a SMCG, conforme prazo estipulado pela CGU, *(cópias de documentos que seguem em anexo)*.

Fazemos juntada também do COMUNICADO INTERNO/SEMED/DF/Nº001/2017 datado de 18/04/2017 encaminhado à Coordenadora da Merenda Escolar, informando-a da fiscalização da CGU e da solicitação nº 201701028/002, para as suas providencias *(comprovante em anexo)*.

Julgamos importante fazer este breve relato, bem como fazer a juntada desses documentos, para que os Senhores Técnicos tenham conhecimento de que esta Secretaria de Educação primou pela atenção e respeito absoluto aos trabalhos que seriam realizados pela Controladoria Geral da União no Município de Itaperuna, especificamente nesta SEMED.

Após essas providencias, nos foram disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda relatórios contábeis, processos de pagamentos e documentos referentes à solicitação dessa CGU, sendo os mesmos, encaminhados via e-mails: [redacted] Em relação a esses meios eletrônicos, cabe uma observação:

- registraram mensagens de que não foi possível o envio dos documentos *"ocorreu um problema ao entregar a sua mensagem"* aos correios eletrônicos de [redacted], e, [redacted].

O assunto foi levado ao conhecimento dos técnicos da CGU de que não estava sendo possível o envio através dos e-mails disponibilizados. De pronto, foi informado um novo e-mail: [redacted] De posse do novo correio eletrônico, reencaminhamos os documentos referentes à Solicitação de Fiscalização nº 201701028/001.

Para comprovação, encaminhamos em anexo os comprovantes de e-mails com seus respectivos anexos.

Em cumprimento à primeira solicitação, a SEMED enviou relatório contábil de pagamentos realizados nos exercícios de 2015 e 2016 em atendimento ao item 2; além dos documentos em planilha em atendimento ao item 4 (levantamento merendeiras 2015 a 2017); relação das escolas item 5; e, Razão das contas do PNAE referente aos Exercícios de 2015 a 2016 do item 1.

Todos os documentos foram encaminhados por e-mails entre os dias 03/05/2017; 04/05/2017 e 15/05/2017, conforme comprovantes em anexo.

Os relatórios encaminhados referentes aos itens são em sua grande maioria formatos do sistema de contabilidade utilizado pela Prefeitura Municipal de Itaperuna para execução orçamentária e financeira, e contém diversas informações que coadunam com as solicitações requeridas pela CGU.
Portanto, os modelos (planilhas) enviados pela CGU para preenchimento, num primeiro momento, julgamos ter atendido com o envio dos relatórios.

Durante a visita dos Técnicos da CGU (22/05/2017), nos foram emitidos desdobramentos de solicitações de fiscalização, conforme mencionado na página 12 e seguintes do relatório preliminar, nas quais tivemos que transportar as informações dos relatórios contábeis para as referidas planilhas, bem como, fazer a juntada de diversos processos de pagamentos que ainda não haviam sido disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda.
Fato inclusive que gerou justificativa do Secretário Municipal de Fazenda por meio do OF GP/Nº 442/2017, de 04/07/2017, informação contida na página 14 do presente relatório.

Por fim, apensamos cópias de todos os e-mails enviados, **requerendo** da Controladoria Geral da União, o **deferimento favorável** quanto ao atendimento ao Órgão, independente da intempestividade que julgamos ter justificado e esclarecido as dificuldades encontradas pela gestão que iniciou-se em 01/01/2017 com mudanças tanto de sede desta Secretaria Municipal de Educação, bem como, as mudanças proferidas pela reforma administrativa que é de conhecimento de todos, aproveitando, para nos colocar à disposição para quaisquer dúvidas ainda suscitadas.

Análise do Controle Interno

Corrobora o fato de ter ocorrido a restrição de escopo a divergência identificada entre os quantitativos adquiridos de gêneros alimentícios e os distribuídos aos estabelecimentos de ensino, conforme verificado no item deste relatório que aponta a falta de comprovação de aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar no montante aproximado de R$ 455.369,28.

Quanto às justificativas apresentadas pelo Secretário Municipal de Educação, cabe destacar que diante do atraso na disponibilização de informações solicitadas foram emitidas, por exemplo, pela Equipe de Fiscalização as seguintes reiterações de Solicitações de Fiscalização:

Solicitações de Fiscalização	Data da Emissão
201701028/006	26/05/2017
201701028/009	27/06/2017
201701028/010	21/06/2017

Dessa forma, as justificativas apresentadas pelo gestor não elidem o fato apontado pela Equipe de Fiscalização.

2.2.4. Atraso no fornecimento e na utilização de recursos do PNAE na aquisição de produtos da agricultura familiar.

Fato

Constatou-se que a Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ homologou o Chamamento Público nº 001/2017 (processo administrativo nº 531/2017), em 25 de abril de 2017, e firmou, em 27 de abril de 2017, os Contratos nº 006/17, 007/17, 008/17 e 009/17, cujo objeto refere-se à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Entretanto, até o término dos trabalhos de fiscalização no município, realizados entre os dias 22 a 26 de maio de 2017, a Prefeitura não havia autorizado o fornecimento dos gêneros alimentícios, objeto da contratação, comprometendo a execução dos contratos e, consequentemente, a entrega do objeto ao beneficiário final, ou seja, a Rede Municipal de Ensino e creches conveniadas.

Em visita aos agricultores familiares que participaram do Chamamento Público, a exemplo dos fornecedores de filé de tilápia e de banana prata, conforme verificado em relatório fotográfico, a seguir, efetuado pela equipe de fiscalização da CGU-Regional/RJ, na data de 24 de maio de 2017, constatou-se que os agricultores aguardavam os pedidos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) para iniciarem o fornecimento dos gêneros alimentícios. Ressalte-se que as visitas foram realizadas com as presenças da Presidente do Conselho de Alimentação Escolar e da nutricionista da Prefeitura.

Instadas a se manifestarem a respeito dos questionamentos constantes do item 2 da Solicitação de Fiscalização nº 201701028/005, de 23 de maio de 2017, no qual, até momento, não havia registro de fornecimento de gêneros da agricultura familiar, as Coordenadoras de Alimentação Escolar assim responderam:

> *"...A execução do objeto está condicionada à emissão da nota de empenho pela Secretaria Municipal de Fazenda que já encontra em tramitação...".*

Foto 1 - Preparação do Filé de Tilápia - Visita realizada, em 24/05/2017, no entreposto onde se processa o filé de tilápia – Fazenda Floresta s/n – Palanquinho – Zona Rural.	Foto 2 – Bananal - Visita realizada, em 24/05/2017, na plantação de banana localizada no Poço Fundo – Zona Rural.

Manifestação da Unidade Examinada

Em relação ao exercício 2017, o atual Secretário Municipal de Educação, em resposta ao Relatório Preliminar da CGU, por meio do documento sem data, assim se manifestou:

> **4) Atraso no fornecimento e na utilização de recursos do PNAE na aquisição de produtos da agricultura familiar.**
>
> Justificativa e/ou Esclarecimento: SEMED.
>
> i) Informamos que o fornecimento já está normalizado, conforme comprovante em anexo.

Análise do Controle Interno

A justificativa apresentada pelo gestor não elide o fato apontado, pois a falta da disponibilização tempestiva dos gêneros da agricultura familiar comprometeu o cumprimento integral dos cardápios que atenderiam à Rede Municipal de Ensino e creches conveniadas, uma vez que esses produtos deveriam ter sido ofertados desde o início do ano letivo das aulas.

3. Conclusão

Com base nos exames realizados, conclui-se que houve irregularidades na aplicação dos recursos públicos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como, houve

restrição ao trabalho de fiscalização da CGU. Destacam-se as seguintes ocorrências identificadas:

- Superfaturamento por quantidade adquirida de gêneros alimentícios para a merenda escolar no valor aproximado de R$ 319.967,38, nos exercícios de 2015 e 2016.

- Falta de comprovação da aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar no montante aproximado de R$ 455.369,28;

- Restrição ao escopo do trabalho pela falta de apresentação tempestiva de informações, de documentos e de processos de pagamento;

- Atraso no fornecimento e na utilização de recursos do PNAE na aquisição de produtos da agricultura familiar.

.

Ordem de Serviço: 201701027
Município/UF: Itaperuna/RJ
Órgão: MINISTERIO DA EDUCACAO
Instrumento de Transferência: Não se Aplica
Unidade Examinada: MUNICIPIO DE ITAPERUNA
Montante de Recursos Financeiros: R$ 203.071,60

1. Introdução

Trata-se do Programa de Fiscalização em Entes Federativos – FEF 04, no âmbito do município de Itaperuna/RJ, cujo período de campo ocorreu entre 22/05/2017 e 26/05/2017, para verificação da Ação Dinheiro Direto na Escola – PDDE do Programa Educação de Qualidade para Todos (2080), que tem como objetivo aprimorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas e reforçar a autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica por meio da assistência financeira, em caráter suplementar.

Foram visitadas 22 escolas municipais, de um total de 38, onde analisamos a aquisição de 315 bens permanentes adquiridos com recursos do PDDE nos exercícios de 2015 e 2016, no valor total de R$202.572,60 (duzentos e dois mil, quinhentos e setenta e dois reais e sessenta centavos), de um total repassado de R$845.991,62 (oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e um reais e sessenta e dois centavos) no período de referência.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

2.1.1. Sobrepreço de R$ 6.792,00 na aquisição de bens permanentes com recursos do PDDE nos exercícios de 2015 e 2016.

Fato

Em análise à avaliação da execução do Programa Direto na Escola (PDDE), no município de Itaperuna/RJ, foram selecionados como amostra 197 processos para a aquisição de bens permanentes, destinados ao funcionamento do referido programa do Governo Federal.

Foram visitadas 22 escolas municipais, de um total de 38, onde analisou-se a aquisição de 315 bens permanentes adquiridos com recursos do PDDE nos exercícios de 2015 e 2016, no valor total de R$202.572,60 (duzentos e dois mil, quinhentos e setenta e dois reais e sessenta centavos), de um total repassado de R$845.991,62 (oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e um reais e sessenta e dois centavos).

Cabe destacar que por ocasião dos trabalhos de campo havia a liberação de recursos no programa apenas para os exercícios de 2015 e 2016, conforme exposto:

Quadro I: Transferência de recursos federais do PDDE ao Município de Itaperuna/RJ

- 2015: R$ 497.771,62 (quatrocentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos);
- 2016: R$ 348.220,00 (trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e vinte reais)

Fonte: FNDE

Da análise dos documentos das prestações de contas das escolas presentes na amostra, constatamos inconsistências nos processos de pesquisas de preços, a seguir detalhados:

A) PREÇOS DIFERENTES PARA O MESMO ITEM E PELO MESMO FORNECEDOR

1) Copiadora Multifuncional Kyocera M 2035

Em nove aquisições, conforme relacionado quadro a seguir, constatou-se preços diferentes para o mesmo bem, sendo que o maior preço cotado, R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), verificado na aquisição efetuada pela Escola Águas Claras, é 143% maior que o menor preço cotado, R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), e pago pela Escola Municipal Bezerra de Menezes.

Quadro II: Preços praticados para a copiadora multifuncional Kyocera M2035

ESCOLA	PATRIMÔNIO	CNPJ FORNECEDOR	PREÇO PAGO	CNPJ 2	COTAÇÃO 2	CNPJ 3	COTAÇÃO 3
SANTA PAZ	46798	COPY SOLUTION - 15169926000182	R$ 3.400,00	A.M PEREIRA NOVAES - 13123148000165	R$ 4.433,60	RS CUNHA - 10212530000157	R$ 3.700,00
COMENDADOR VENANCIO GARCIA	47290	A.M PEREIRA NOVAES - 13123148000165	R$ 2.895,00	ARÊAS & PELUCCHI LTDA - 00894161000176	R$ 2.900,00	FACIL DE ITAPERUNA COMÉRCIO INFORMÁTICA LTDA -	R$ 3.100,00

ESCOLA	PATRIMÔNIO	CNPJ FORNECEDOR	PREÇO PAGO	CNPJ 2	COTAÇÃO 2	CNPJ 3	COTAÇÃO 3
						07190617000166	
HENRIETT MORINEAU	47181	T.F.V. 22825781000196	R$ 2.850,00	RS CUNHA - 10212530000157	R$ 3.200,00	INFOTEC COMÉRCIO E SERVIÇO DE INFORMÁTICA LTDA - ME - 09383438000170	R$ 3.500,00
THEODOMIRO SOUZA COLEHO	47291	TECNOINFO EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA ME - 17533474000100	R$ 3.100,00	C.A. GONÇALVES COPIADORAS E SUPRIMENTOS ME - 05690691000116	R$ 3.150,00	INFO ATUAL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME - 13599379000140	R$ 3.299,00
*AGUÁS CLARAS	47284	C.A. GONÇALVES COPIADORAS E SUPRIMENTOS ME - 05690691000116	R$ 3.900,00	TECNOINFO EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA ME - 17533474000100	R$ 3.990,00	INFO ATUAL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME - 13599379000140	R$ 4.245,00
HUMBERTO DE CAMPOS	47629	J. DE SOUZA PEREIRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO - ME - 14380842000120	R$ 3.250,00	MB PRINT COM. E SERV.EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA - ME - 10334566000103	R$ 3.350,00	GE ELETRÔNICA LTDA - 01045452000152	R$ 3.450,00
SÍTIO SÃO BENEDITO	47170	COPY SOLUTION - 15169926000182	R$ 3.300,00	INFO ATUAL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME - 13599379000140	R$ 3.500,00	RS CUNHA - 10212530000157	R$ 3.600,00
BEZERRA DE MENEZES	46874	UNIVERSO SPORTIVO COMERCIAL LTDA - ME - 13021219000119	R$ 1.600,00	RS CUNHA - 10212530000157	R$ 1.700,00	INFO ATUAL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME - 13599379000140	R$ 1.800,00
VALÃO DAS FOLHAS II		TECNOINFO EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA ME - 17533474000100	R$ 3.300,00	C.A. GONÇALVES COPIADORAS E SUPRIMENTOS ME - 05690691000116	R$ 3.800,00	INFO ATUAL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME - 13599379000140	R$ 4.000,00

2) Impressora Laser Jet M125A

Em três aquisições, conforme relacionado no quadro a seguir, constatou-se preços diferentes para o mesmo bem, sendo que o maior preço cotado, R$ 1.529,00 (mil quinhentos e vinte e nove reais), verificado na aquisição da impressora Laser Jet M125A, efetuada pela escola José Ferreira Sales, é 92% maior que o menor preço cotado, quase o dobro dos R$ 795,00 (setecentos e noventa e cinco reais), e pago pela Escola Municipal José Rodrigues D'Almeida Graça.

Destaca-se o fato de que a mesma impressora custou à mesma escola preços com 64% de diferença conforme tabela a seguir:

Quadro III: Preços praticados para a impressora Laser Jet M125

ESCOLA	PATRIMÔNIO	CNPJ FORNECEDOR	PREÇO PAGO	CNPJ 2	COTAÇÃO 2	CNPJ 3	COTAÇÃO 3
JOSÉ FERREIRA SALES	46771	A.M PEREIRA NOVAES - 13123148000165	R$ 930,00	CENTER PAPER LTDA - ME - 39682018000156	R$ 999,00	ANDERF INFORMÁTICA LTDA - ME - 06066691000102	R$ 1.040,00
JOSÉ FERREIRA SALES	47228	A.M PEREIRA NOVAES - 13123148000165	R$ 1.529,00	ANDERF INFORMÁTICA LTDA - ME - 06066691000102	R$ 1.650,00	DINIZ PAPELARIA - 24491983000174	R$ 1.710,00
JOSÉ RODRIGUES D'ALMEIDA GRAÇA	46763	A.M PEREIRA NOVAES - 13123148000165	R$ 795,00	CENTER PAPER LTDA - ME - 39682018000156	R$ 810,00	ANDERF INFORMÁTICA LTDA - ME - 06066691000102	R$ 899,00

3) Ventilador Arno Turbo sil max TS40

Em cinco aquisições, conforme verificado no quadro a seguir, constatou-se preços diferentes para o mesmo bem, sendo que o maior preço cotado, R$ 235,00 (duzentos e trinta e cinco reais), verificado na aquisição do ventilador Arno Turbo Sil TS40, efetuada pela Escola Humberto de Campos, é 39% maior que o menor preço cotado, R$169,00 (cento e sessenta e nove reais), e pago pelas Escolas José de Paula Nogueira e Comendador Venâncio Garcia.

Quadro IV: Preços praticados para o ventilador Arno Turbo Sil TS40

ESCOLA	PATRIMÔNIO	CNPJ FORNECEDOR	PREÇO PAGO	CNPJ 2	COTAÇÃO 2	CNPJ 3	COTAÇÃO 3
COMENDADOR VENANCIO GARCIA	46724/46725	TONY LAR - 03463413000109	R$ 169,00	INFO LAR COMERCIAL LTDA ME - 07656590000154	R$ 199,00	TONY MÓVEIS E ELETROMÓVEIS LTDA - 02454094000102	R$ 219,00
CHORÃO	46582/46584	INFO LAR COMERCIAL LTDA ME - 07656590000154	R$ 194,00	TONY MÓVEIS E ELETROMÓVEIS LTDA - 02454094000102	R$ 243,00	TONY LAR - 03463413000109	R$ 250,00
JOSÉ DE PAULA NOGUEIRA	46821	TONY LAR - 03463413000109	R$ 169,00	TONY MÓVEIS E ELETROMÓVEIS LTDA - 02454094000102	R$ 175,87	INFO LAR COMERCIAL LTDA ME - 07656590000154	R$ 179,00
FAZENDA CAPELINHA	47355	TONY LAR - 03463413000109	R$ 176,72	TONY MÓVEIS E ELETROMÓVEIS	R$ 191,00	INFO LAR COMERCIAL LTDA ME - 07656590000154	R$ 199,00

ESCOLA	PATRIMÔNIO	CNPJ FORNECEDOR	PREÇO PAGO	CNPJ 2	COTAÇÃO 2	CNPJ 3	COTAÇÃO 3
				LTDA - 02454094000102			
HUMBERTO DE CAMPOS	47263/47264	FARIA E SILVA DISTRIBUIDORA EIRELI - 22132238000103	R$ 235,00	BYANI COMERCIAL DE PRODUTOS EDUCACIONAIS LTDA - ME - 07875368000142	R$ 490,00	LAF THIMOTEO - ME - 14287417000191	R$ 241,00

Chama atenção o fato do papel timbrado com a cotação de preços da empresa Tony Lar possuir o carimbo com CNPJ da empresa Tony Móveis e Eletrodomésticos.

4) Liquidificador ARNO Clic LAV TOP – 5% de diferença entre os dois preços

Em duas aquisições, conforme verificado no quadro a seguir, constatou-se a diferença de 5% para o mesmo bem, sendo o maior preço cotado, R$ 179,00 (cento e setenta e nove reais), verificado na aquisição do liquidificador Arno Clic LAV TOP, efetuada pela Escola Lincoln Barbosa de Castro e o menor preço cotado, R$169,00 (cento e sessenta e nove reais), e pago pela Escola Córrego da Chica.

Quadro V: Preços praticados para o liquidificador Arno Clic Lav Top

ESCOLA	PATRIMÔNIO	CNPJ FORNECEDOR	PREÇO PAGO	CNPJ 2	COTAÇÃO 2	CNPJ 3	COTAÇÃO 3
LINCOLN BARBOSA DE CASTRO	47339	INFO LAR COMERCIAL LTDA ME - 07656590000154	R$ 179,00	TONY LAR - 03463413000109	R$ 199,00	TONY MÓVEIS E ELETROMÓVEIS LTDA - 02454094000102	R$ 219,00
CÓRREGO DA CHICA	47304	TONY LAR - 03463413000109	R$ 169,00	INFO LAR COMERCIAL LTDA ME - 07656590000154	R$ 179,00	TONY MÓVEIS E ELETROMÓVEIS LTDA - 02454094000102	R$ 189,00

5) Liquidificador Industrial 2 litros inox – 5% de diferença entre os dois preços

Em duas aquisições, conforme verificado no quadro a seguir, constatou-se a diferença de 5% para o mesmo bem, sendo o maior preço cotado, R$ 530,00 (quinhentos e trinta reais), verificado na aquisição de liquidificador industrial 2 litros inox, efetuada pela Escola Henriett Morineau, e o menor preço cotado, R$505,00 (quinhentos e cinco reais), e pago pela Escola Córrego da Chica.

Quadro VI: Preços praticados para o liquidificador industrial 2 litros inox

ESCOLA	PATRIMÔNIO	CNPJ FORNECEDOR	PREÇO PAGO	CNPJ 2	COTAÇÃO 2	CNPJ 3	COTAÇÃO 3
HENRIETT MORINEAU	47182	J. DE SOUZA PEREIRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO - ME - 14380842000120	R$ 530,00	TRIAM - 29767951000172	R$ 570,00	M.A. SANABIO MARINS - ME - 01258899000100	R$ 553,00
CÓRREGO DA CHICA	47301	MOVEMAQ COMÉRCIO DE MÓVEIS E MÁQUINAS LTDA - 17524958000184	R$ 505,00	IMPRESSISTEM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME - 10558295000170	R$ 548,00	NORPEL NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA - ME - 07926285000135	R$ 565,00

6) Liquidificador Industrial 4 litros inox

Em três aquisições, conforme verificado no quadro a seguir, constatou-se preços diferentes para o mesmo bem, sendo que o maior preço cotado, R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), verificado na aquisição de liquidificador industrial 4 litros inox, efetuada pela Escola Humberto de Campos, é 55% maior que o menor preço cotado, R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), e pago pela Escola Municipal Sítio São Benedito.

Quadro VII: Preços praticados para o liquidificador industrial 4 litros inox

ESCOLA	PATRIMÔNIO	CNPJ FORNECEDOR	PREÇO PAGO	CNPJ 2	COTAÇÃO 2	CNPJ 3	COTAÇÃO 3
OSCAR JERONIMO DA SILVA	**46864**	**J. DE SOUZA PEREIRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO - ME - 14380842000120**	**R$ 780,00**	**M.A. SANABIO MARINS - ME - 01258899000100**	**R$ 795,00**	**TRIAM - 29767951000172**	**R$ 795,00**
HUMBERTO DE CAMPOS	47630	FARIA E SILVA DISTRIBUIDORA EIRELI - 22132238000103	R$ 850,00	LAF THIMOTEO - ME - 14287417000191	R$ 856,90	BYANI COMERCIAL DE PRODUTOS EDUCACIONAIS LTDA - ME - 07875368000142	R$ 862,00
SÍTIO SÃO BENEDITO	47173	BAZAR POUBEL RAMPAZIO LTDA - ME - 03814862000146	R$ 550,00	ANGELO PEREIRA BELONI - ME - 1398288000190	R$ 668,90	MANIA DE TUDO PRADO POUBEL PAPELARIA LTDA - ME - 13352726000135	R$ 695,80

7) Bebedouro Industrial refrigerado inox 100 BELFRIO 110 V

Em três aquisições, conforme verificado no quadro a seguir, constatou-se preços diferentes para o mesmo bem, sendo que o maior preço cotado, R$ 2.538,00 (dois mil quinhentos e trinta e oito reais), verificado na aquisição de bebedouro industrial refrigerado inox 110 volts Belfrio, efetuada pela Escola Municipal Sítio São Benedito, é 29% maior que o menor preço cotado, R$ 1.970,00 (mil novecentos e setenta reais), e pago pela Escola Municipal Córrego da Chica.

Quadro VIII: Preços praticados para o bebedouro industrial refrigerado

ESCOLA	PATRIMÔNIO	CNPJ FORNECEDOR	PREÇO PAGO	CNPJ 2	COTAÇÃO 2	CNPJ 3	COTAÇÃO 3
CÓRREGO DA CHICA	47302	MOVEMAQ COMÉRCIO DE MÓVEIS E MÁQUINAS LTDA - 17524958000184	R$ 1.970,00	IMPRESSISTEM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME - 10558295000170	R$ 2.180,00	NORPEL NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA - ME - 07926285000135	R$ 2.220,00
OSCAR JERONIMO DA SILVA	50211/50214	DILELE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME - 06243529000112	R$ 2.190,00	BAZAR DO AÇOUGUEIRO DE ITAPERUNA LTDA - 35819739000104	R$ 2.250,00	J. DE SOUZA PEREIRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO - ME - 14380842000120	R$ 2.200,00
SÍTIO SÃO BENEDITO	46777	REFRIGERAÇÃO UNIÃO DE ITAPERUNA LTDA - 04267686000132	R$ 2.538,00	DIAS FERREIRA REFRIGERAÇÃO LTDA - ME 05657089000187	R$ 2.750,00	ICETEC CLIMATIZAÇÃO ITAPERUNA LTDA - 09122287000105	R$ 2.690,00

8) Bebedouro Industrial 20 litros c/ 02 torneiras Frisebel - 13% de diferença entre os dois preços

Em duas aquisições, conforme verificado no quadro a seguir, constatou-se a diferença de 13% para o mesmo bem, sendo o maior preço cotado, R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), verificado na aquisição de bebedouro industrial de 20 litros, efetuada pela Escola Municipal José Rodrigues D'Almeida Graça, e o menor preço cotado, R$ 1.150,00 (um mil, cento e cinquenta reais), e pago pela Escola Municipal Valão das Folhas II.

Quadro IX: Preços praticados para o bebedouro industrial 20 litros

ESCOLA	PATRIMÔNIO	CNPJ FORNECEDOR	PREÇO PAGO	CNPJ 2	COTAÇÃO 2	CNPJ 3	COTAÇÃO 3
JOSÉ RODRIGUES D'ALMEIDA GRAÇA	47213	D.S.Z. 23943696000195	R$ 1.300,00	J. DE SOUZA PEREIRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO - ME - 14380842000120	R$ 1.350,00	TRIAM - 29767951000172	R$ 1.600,00
VALÃO DAS FOLHAS II	46807	J. DE SOUZA PEREIRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO - ME - 14380842000120	R$ 1.150,00	TRIAM - 29767951000172	R$ 1.290,00	M.A. SANABIO MARINS - ME - 01258899000100	R$ 1.350,00

9) Arquivo de Aço com 04 gavetas

Em duas aquisições, constatou-se preços diferentes para o mesmo bem, sendo que o maior preço pago, R$ 730,00 (setecentos e trinta reais), verificado na aquisição de arquivo de aço com 04 gavetas, efetuada pela Escola Francisco Mattos Ligiero, é 35% maior que o menor preço pago, R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), pela Escola Municipal Vereador Elzo Galvão da França.

Quadro X: Preços praticados para o armário de aço com 04 gavetas

ESCOLA	PATRIMÔNIO	CNPJ FORNECEDOR	PREÇO PAGO	CNPJ 2	COTAÇÃO 2	CNPJ 3	COTAÇÃO 3
VEREADOR ELZO GALVÃO DA FRANÇA	47270/47272	FARIA E SILVA DISTRIBUIDORA EIRELI - 22132238000103	R$ 540,00	LAF THIMOTEO - ME - 14287417000191	R$ 545,50	BYANI COMERCIAL DE PRODUTOS EDUCACIONAIS LTDA - ME - 07875368000142	R$ 550,00
FRANCISCO MATTOS LIGIÉRO	47234	MOVEMAQ COMÉRCIO DE MÓVEIS E MÁQUINAS LTDA - 17524958000184	R$ 730,00	NORPEL NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA - ME - 07926285000135	R$ 789,00	IMPRESSISTEM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME - 10558295000170	R$ 759,00

10) Instrumento musical PRATO 14"

Em duas aquisições, verificado no quadro a seguir, constatou-se preços diferentes para o mesmo bem, sendo que o maior preço pago, R$1.089,00 (mil e oitenta e nove reais), verificado na aquisição de instrumento musical prato 14", efetuada pela Escola Municipal Vereador Elzo Galvão da França, é 137% maior que o menor preço pago, R$459,00 (quatrocentos e cinquenta e nove reais), Escola Municipal Bezerra de Menezes.

Quadro XI: Preços praticados para o instrumento musical prato 14"

ESCOLA	PATRIMÔNIO	CNPJ FORNECEDOR	PREÇO PAGO	CNPJ 2	COTAÇÃO 2	CNPJ 3	COTAÇÃO 3
VEREADOR ELZO GALVÃO DA FRANÇA	46817	AUDIO MUSIC COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - ME - 13605138000166	R$ 1.089,00	A.S. COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - ME - 08798754000140	R$ 1.100,00	ARAÚJO INFORMÁTICA DE ITAPERUNA LTDA - ME - 12252744000182	R$ 1.120,00
BEZERRA DE MENEZES	46887/46888	AUDIO MUSIC COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - ME - 13605138000166	R$ 459,00	A.S. COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - ME - 08798754000140	R$ 465,00	ARAÚJO INFORMÁTICA DE ITAPERUNA LTDA - ME - 12252744000182	R$ 940,00

11) Lavadora Famastil de alta pressão 1600 W 127 V

Em duas aquisições, conforme verificado no quadro a seguir, constatou-se preços diferentes para o mesmo bem, sendo que o maior preço pago, R$ 789,00 (setecentos e oitenta e nove reais), na aquisição de lavadora Famastil de alta pressão, efetuada pela Escola municipal Bezerra de Menezes, é 79% maior que o menor preço pago, R$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais), pela Escola Municipal Fazenda Capelinha.

Quadro XII: Preços praticados para a lavadora Famastil

ESCOLA	PATRIMÔNIO	CNPJ FORNECEDOR	PREÇO PAGO	CNPJ 2	COTAÇÃO 2	CNPJ 3	COTAÇÃO 3
FAZENDA CAPELINHA	46908	ELMEC - ITA ELETRO MECÂNICA DE ITAPERUNA LTDA - ME - 03274186000165	R$ 440,00	ELETRO PÁDUA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA ME - 15548775000173	R$ 495,00	FABIO LUIZ DE AZEREDO PINTO - ME - 02759016000108	R$ 525,60
BEZERRA DE MENEZES	47367	FARIA E SILVA DISTRIBUIDORA EIRELI - 22132238000103	R$ 789,00	BYANI COMERCIAL DE PRODUTOS EDUCACIONAIS LTDA - ME - 07875368000142	R$ 799,99	LAF THIMOTEO - ME - 14287417000191	R$ 795,50

12) Caixa de som Lendex 280 W com bateria bluetooth

Constatou-se, conforme verificado no quadro e no relatório fotográfico da CGU-Regional/RJ, de 25 de maio de 2017, demonstrados a seguir, que a mesma empresa cotou dois preços diferentes para compor as 3 pesquisas.

Quadro XIII: Preços praticados para a caixa de som Lendex

ESCOLA	PATRIMÔNIO	CNPJ FORNECEDOR	PREÇO PAGO	CNPJ 2	COTAÇÃO 2	CNPJ 3	COTAÇÃO 3
SANTA PAZ	47282	HELIO GOULART BARBOSA ME - 01958293000187	R$ 850,00	ROSANGELA LIMA BARBOSA ROUPAS - 05761076000234	R$ 898,00	HELIO GOULART BARBOSA ME - 01958293000268	R$ 998,00

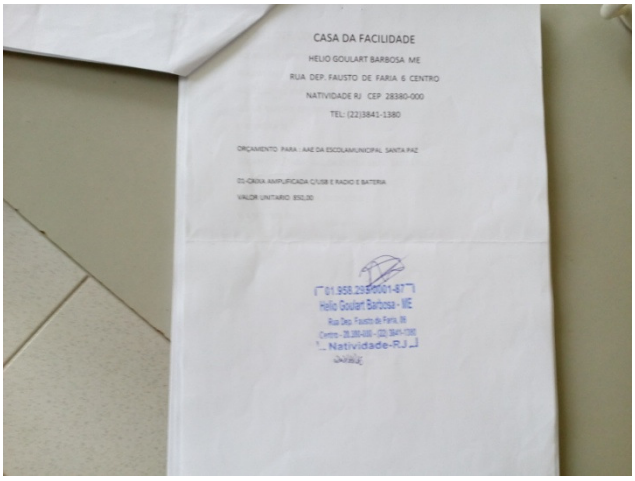


Foto 1: Cotação de preço da empresa Hélio Goulart Barbosa – ME, CNPJ 01.958.293/0001-87.

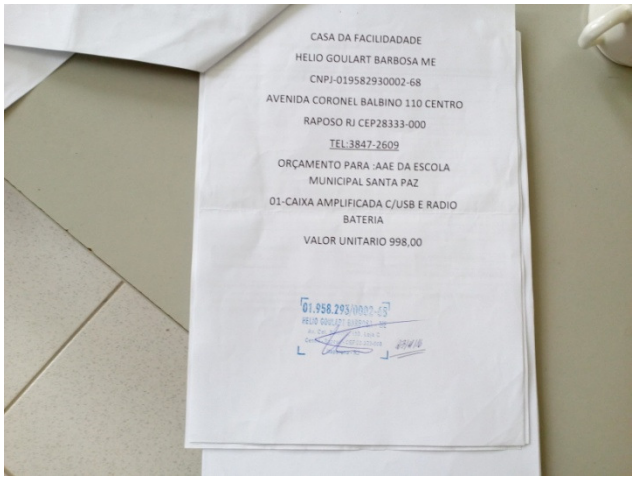


Foto 2: Cotação de preço da empresa Hélio Goulart Barbosa – ME, filial, CNPJ 01.958.293/0002-68.

13) Rádio gravador SEMP TOSHIBA TR 7050

Constatou-se, conforme verificado no quadro a seguir, que a mesma empresa usou 2 CNPJs diferentes e cotou dois preços diferentes para compor as 3 pesquisas.

Quadro XIV: Preços praticados para o rádio gravador Semp Toshiba TR 750

ESCOLA	PATRIMÔNIO	CNPJ FORNECEDOR	PREÇO PAGO	CNPJ 2	COTAÇÃO 2	CNPJ 3	COTAÇÃO 3
THEODOMIRO SOUZA COLEHO	47292/47293	PRM ELETROMOVEIS LTDA - 12749427001148	R$ 349,00	PRM ELETROMOVEIS LTDA - 12749427000761	R$ 350,00	VIA VAREJO S/A - 33041260080680	R$ 359,00

De todo o exposto, constatou-se a ocorrência de sobrepreço na aquisição, em certas ocasiões, dos mesmos objetos pela mesma unidade executora junto ao mesmo fornecedor e no mesmo período, quando das aquisições realizadas pelas escolas do município de Itaperuna/RJ no âmbito da execução do Programa Direto na Escola.

Em 07/07/2017, por meio do Ofício SEMED/GAB/N.º 066/2017, a Secretaria de Educação de Itaperuna em resposta a Solicitação de Fiscalização n.º 201701027/02, encaminhou a manifestação de 22 escolas municipais conforme transcrito a seguir:

> *"2. **ESCOLA ESTADUAL MUNICIPALIZADA BEZERRA DE MENEZES***
> *Justificativa da A.A.E. da E. E. Mz. Bezerra de Menezes, referente a Solicitação de Fiscalização n° 201701027/002*
>
> *C) PREÇOS DIFERENTES PARA O MESMO ITEM E PELO MESMO FORNECEDOR*

1) COPIADORA MULTIFUNCIONAL KYOCERA M 2035

Em se tratando da Copiadora Kyocera M 2035, a A. A. E. da E. E. Mz. Bezerra de Menezes procurou as empresas que vendiam o produto explicando que necessitava com urgência de uma nova máquina copiadora, pois a copiadora que havia na escola era mais antiga e estava danificada e, segundo técnicos, não valia a pena tentar arrumar, uma vez que o custo do conserto ficaria alto demais, além de não ter garantias de funcionamento por muito tempo. Após reunião para discussão sobre os recursos do PDDE, levando em conta que muitos trabalhos e documentos escolares dependem de uma copiadora, decidimos, em comum acordo, que seria de grande necessidade uma copiadora. Explicamos em cada uma das empresas que necessitávamos de uma copiadora que atendesse a demanda da escola, mas que não dispúnhamos de muito dinheiro de capital e que necessitaríamos de um grande desconto. Na época, apelamos para o fato de ser uma escola pequena, com poucos recursos e que não dispúnhamos de nenhum outro recurso senão o do PDDE. Sensibilizados pela situação e conhecendo de fato a realidade da Unidade Escolar, foi atendida a nossa súplica, onde a empresa Universo Sportivo Comercial LTDA — ME, CNPJ 13021219/0001-19, nos ajudou, informando que nos ofereceria a copiadora até mesmo abaixo do custo, somente para contribuir com a escola, por se tratar de uma Instituição que luta em prol da Educação e que vem realizando um bom trabalho. Sendo assim, nos foi oferecida a copiadora pelo valor de R$1.600,00 (mil e seiscentos reais), sendo o orçamento mais barato. Assim, adquirimos a copiadora que atende até hoje as necessidades da escola.

Com a solicitação da justificativa, pedimos a Universo Sportivo Comercial LTDA – ME, CNPJ 13021219/0001-19 que oferecesse uma declaração comprovando o fato ocorrido e a mesma nos atendeu enviando a declaração que segue em anexo

10) Em relação ao instrumento de percussão prato 14", estive nas lojas pedindo explicações sobre a diferença de preços apresentada e informaram que essa diferença existe porque o prato adquirido pela outra Unidade Escolar é de melhor qualidade, confeccionado em bronze, sendo mais resistente. O prato Adquirido por nossa Unidade Escolar é de latão, tendo uma qualidade inferior ao de bronze. Na época não optamos por um prato mais caro pelo fato de a maioria dos alunos serem de faixa etária pequena e estavam iniciando na área musical. Para nossa escola, aquele prato atendia as necessidades, tendo um bom som, levando em conta que nem todas as crianças se adaptam ao prato e em sua maioria, preferem outros instrumentos de percussão.

11) LAVADORA FARMASTIL DE ALTA PRESSÃO 1600 W 137 V

Verificando a comparação de preços realizada entre a Escola Fazenda Capelinha e esta Unidade Escolar, obtemos as informações de que a da Fazenda Capelinha é de marca Farmastil e a desta Unidade Escolar é de Marca Wap Líder 2200. É uma máquina mais cara, porém mais resistente, sendo necessária pois a área física da escola é mais ampla, com mais espaços, necessitando de uma máquina de maior

resistência e potência. Informamos também que ao realizar a pesquisa de preços, não temos contato com as outras Unidades Escolares para a verificação do que pretendem adquirir nem o local onde realizam suas pesquisas de preços, onde cada escola realiza suas pesquisas e aquisições independentemente.

3. Escola Municipal Chorão

Justificativa da A.A.E da escola mencionada acima, a qual se refere à solicitação de Fiscalização n° 201701027/002

Em relação aos preços, a mencionada loja faz promoção diária, mas também, tem a observar tamanho, a característica e a especificação do produto.

4. Escola Municipal Comendador Venâncio Garcia.

Venho por meio deste, justificar as ações realizadas do PDDE, detectadas nos anos de 2015 e 2016 relacionadas a Escola Municipal Comendador Venâncio Garcia.

• Preços diferentes para o mesmo item e pelo mesmo fornecedor

após realizar a pesquisa, muitas vezes chegamos a conclusão que no preço pedido não será possível a realização da compra, mas diante da necessidade do produto, faz-se necessário pedir desconto aos fornecedores para que se chegue no valor que se tem disponível de capital. No meu caso, foi assim que consegui com que o(s) fornecedor(es) baixassem o preço do produto que tanto a escola/alunos necessitava.

5. ESCOLA MUNICIPAL CÓRREGO DA CHICA

JUSTIFICATIVA DA A. A. E. DA ESCOLA MUNICIPAL CÓRREGO DA CHICA REFERENTE À SOLICITAÇÃO N° 201701027/002

2)0 LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 2 LITROS INOX (patrimônio: 47301) comprado na MOVEMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS E MÓVEIS LTDA. CNPJ 17524958000184, foi adquirido em firma diferente da A. A. E. ESCOLA MUNICIPAL HENRIETT MORINEAU.

3)0 BEBEDOURO INDUSTRIAL REFRIGERADO INOX 100 LITROS BELFRIO 110 V (patrimônio: 47302) foi comprado em firma distinta (MOVEMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS E MÓVEIS LTDA. CNPJ 17524958000184) da A. A. E. ESCOLA MUNICIPAL OSCAR JERÔNIMO DA SILVA e da A. A. E. ESCOLA MUNICIPAL SÍTIO SÃO BENEDITO e em datas diferentes.

4) O LIQUIDIFICADOR ARNO CLIC'LAV TOP (patrimônio : 47304) obtido na empresa TONY LAR CNPJ 03463413000109, apesar de ter sido adquirido na mesma firma que a A.A.E ESCOLA MUNICIPAL LINCOLN BARBOSA DE CASTRO, nossa A.A.E comprou em semana promocional.

6. E. M. VEREADOR ELZO GALVÃO DA FRANÇA

Justificativa da A.A.E. da Escola M. Vereador Elzo Galvão da França, referente a solicitação referente à fiscalização n° 201701027/002

C) Preços diferentes para o mesmo item e pelo mesmo fornecedor

9) Arquivo com 4 gavetas (preço diferentes para o mesmo item, porém fornecedores diferentes)

O bem comprado (arquivo de aço de 4 gavetas — modelo AMAPÁ) de médio porte simples, foi adquirido para atender às necessidades da demanda da secretaria, para completar o já existente na escola.

10) Instrumento musical prato 14"

O bem comprado (Prato de 14" de Bronze), por ser um material de maior qualidade e durabilidade costumam ser bem mais caros, produzindo um melhor som. Já os pratos mais simples e baratos são fabricados em latão e com pouca durabilidade. Visando a durabilidade, mesmo sendo bem mais caros, concluímos que a compra de um prato de alta qualidade ficaríamos despreocupados em adquirir outro por longos anos, podendo investir em outros instrumentos musicais. A qualidade e a durabilidade do bem foi um fator decisivo na compra.

7. Escola Municipal Fazenda Capelinha

Justificativa da A.A.E. da Escola Municipal Fazenda Capelinha CNPJ 07.466.111/0001-37 referente à solicitação de fiscalização n° 201701027/002.

Informamos que a aquisição de bens de móveis de aço através da empresa MOVEMAQ Comércio de Móveis e Máquinas Ltda — ME CNPJ. 17.524.958/0001-84, se deu pelo fato de ser a supracitada loja que, após cotação em três estabelecimentos distintos, ofereceu o menor valor de tais produtos para essa unidade escolar.

8. Escola Municipal Francisco de Mattos Ligiéro

Em resposta à Solicitação de Fiscalização n° 201701027/002, venho manifestar os devidos esclarecimentos referentes a Unidade Executora da Escola Municipal Francisco de Mattos Ligiéro, em relação aos itens citados a seguir:

C) Preços diferentes para o mesmo item e pelo mesmo fornecedor

9) Arquivo de aço 04 gavetas

As compras foram realizadas em datas (outubro e novembro) e também, por fornecedores diferentes.

O bem comprado (modelo Arquivo de aço 4GV 70 telescópio W3) foi visando atender às necessidades da demanda da secretaria de uma escola com, aproximadamente, 1.100 alunos 9na época). Contudo este, um mecanismo de carretilhas que deixam as gavetas mais leves e pequenas aberturas para entrada de ar.

10. CIEP BRIZOLAO 264 HENRIETT MORINEAU

PRESTAÇÃO DE CONTAS PDDE 2015/2016 Presidente da A.A.E.:(...)

Justificativas

4) Liquidificador 2L inox — verificamos diferença de 5% entre os dois preços.

Justificativa: Eu não sabia que existia uma porcentagem que deveria ser respeitada entre os orçamentos, e sim que deveria comprara um bom produto pelo menor preço orçado.

5) Copiadora Kyocera M2035 — em 8 aquisições verificamos 7 preços diferentes para o mesmo bem, sendo que o maior preço pago, R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), é 37% maior que o menor preço pago, R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais).

Justificativa: quando fomos orçar o produto, havia um lançamento de uma copiadora nova no mercado, mas optamos pelo modelo mais antigo, que era um modelo que já tínhamos na escola e sabíamos que era um produto bom, porém que não estava atendendo mais a demanda, e ainda estava com preço especial por conta do novo lançamento, por isso conseguimos comprar bem mais barato que o preço original, ou seja, R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais).

11. Escola Municipal Humberto de Campos

Em resposta à Solicitação de Fiscalização n° 201701027/002, referente à compra dos itens:

1- COPIADORA MULTIFUNCIONAL KYOCERA M 2035, tenho a informar que a compra realizada por esta escola se deu em 29/03/2016, no valor de R$3.250,00 em comparação a compra realizada pela E. M. Henriett Morineau, no valor de R$2.850,00. A diferença é de 14% do valor e se distanciam as datas de aquisição da compra em meses, o que se percebe grandes mudanças nos preços de produtos tecnológicos, uma vez que este produto é cotado pelo fornecedor em dólar e com certeza sofreu oscilação de preços. Lembrando também que nosso produto é modelo diferente.

3 – VENTILADOR ARNO TURBO SIL MAX TS40, tenho a informar que a compra realizada por esta escola se deu em 30/09/2016, no valor de R$ 235,00, é do modelo MESA ARNO TURBO SILÊNCIO MAXX REPELENTE TS55 40 CM 6 PAS 3 VELOCIDADES (vide fotos anexas). Este Produto tem também função de "repelente de pernilongos. Na sua parte frontal há uma espécie de "dispositivo" onde se coloca o refil de repelente. Vale ressaltar que o produto adquirido por esta escola é diferente do modelo descrito e analisado por vocês.

6 – LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 4L INOX, tenho a informar que a compra realizada por esta escola se deu em 18/11/2016, no valor de R$ 850,00, é de marca METVISA, modelo LQL 4BIVMF60NS, n.º 018468, lote 161018 (vide fotos anexas), bifásico, com trava de proteção manual. Pesquisado hoje (dia 05/07/2017) no site Submarino e Americanas ele está custando R$ 811,00.

13. E. M. José de Paula Nogueira
Justificativa da E. M. José de Paula Nogueira, referente a Solicitação de Fiscalização nº 201701027/002.

A) Preços diferentes para o mesmo produto.
A atribuição da Presidente da AAE é buscar sempre o melhor preço na aquisição dos seus bens, solicitando orçamentos com o CNPJ da empresa, uma vez que no período em que o mesmo foi solicitado, o produto estava em promoção.

14. ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ FERREIRA SALES
Justificativa da A. A. E da ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ FERREIRA SALES, referente à solicitação da Fiscalização n° 2017010227/002.

A responsabilidade da Presidente da A. A. E. da Escola Municipal José Ferreira Sales é pesquisar os preços no comércio e fazer a compra do produto do fornecedor onde encontrar o menor valor.

15. Escola Municipal José Rodrigues D'almeida Graça
Justificativa da A. A. E. da Escola Municipal José Rodrigues D'Almeida Graça referente à solicitação n° 201701027/002

1)0 Armário de Aço 1,90X0,90X0,40 Prat Móvel com Pé Amapá CZ, (patrimônio:47217), citado foi comprado em firma distinta (Movemaq Comércio de Máquinas e Móveis LTDA CNPJ 17524958000184) em datas diferentes das demais Escolas e no dia em que foi adquirido era a ultima peça do estoque por isso o preço mais barato, de acordo com a Nota Fiscal em anexo.

2)0 Microfone SAMSON Q7 (patrimônio:47214) foi comprado em firma distinta (AUDIOMUSIC) e em datas diferentes e em se tratar de uma Escola de Zona Rural há necessidade de um Microfone sofisticado.

3)0s instrumentos Musicais adquiridos pela A.A.E.ZABUMBA RMV 20(PATRIMÔNIO;46833), VIOLÃO ELITE DON JUAN (PATRIMÔNIO:46834/46835), AGOGO TORELLI TO015 PATRIMÔNIO46836), BONGO BEAT BWOODI (PATRIMÔNIO:46837), ESTANTES DE PARTITURA CSR LK 335 (PATRIMÔNIO:46838/46852), TRIÂNGULO TORELLI TL 601 (PATRIMÔNIO:46853),VIOLÃO GIANINI ELETROACUSTIC O FLAT NYLON NF 14 CEQ NATURAL (PATRIMÔNIO:46854), foram adquiridos na firma A S Comércio de Instrumentos Musicais LTDA ME.

16. E.M. LINCOLN BARBOSA DE CASTRO
Venho através desta apresentar justificativas à Solicitação de Fiscalização n° 201701027/002 realizada pela Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro em nossa Unidade Escolar referente aos recursos provenientes ao Programa Dinheiro Direto na Escola para Educação Básica — PDDE.

Os recursos recebidos através do PDDE/FNDE vêm ao encontro da realização de melhorias na infraestrutura física e pedagógica de nossa escola sendo assim A.A.E.

da Escola Municipal Lincoln Barbosa de Castro preza em cumprir todas as exigências necessárias para que de forma clara e transparente possa dar continuidade a este Programa fundamental para a escola.

1ª Justificativa: "Duas empresas com mesmo nome fantasia, sócios em comuns e relação de parentesco, irmãos, entre 3 empresas e contador em comum com a quarta empresa." Empresas citadas:

Info Lar Comercial Ltda -,CNPJ 07.656.590/0001-54

Tony Moveis e Eletrodomésticos Ltda — CNPJ 02.454.094/0001-02

Franco Ferraz Utilidades Ltda — CNPJ 03.463.413/0001-09

Nossa cidade possui um número reduzido de empresas que se mostram interessadas em fornecer orçamentos para cotação de preço. Diante desse fato sempre segui a obrigatoriedade de no mínimo de 3 (três) orçamentos diferentes. Existe resistência por parte de certos empresários em participar dessa cotação de preços, falam claramente que não há interesse, mesmo esclarecendo que é pagamento a vista, imediato a entrega do produto. Vale ressaltar que há dificuldade de encontramos produtos com as mesmas as caraterísticas e que atendam às necessidades do momento. Não tinha conhecimento até este momento que poderia recorrer ao Cadastro de Compras do Município e também aos meios eletrônicos, como a internet para ampliação da pesquisa de preços.

Quanto ao valor diferenciado de 5% é preciso atentar para a diferença de data visto que é de praxe promoções para impulsionar as vendas do comércio.

Escola	*Patrimônio*	*CNP Fornecedor*	*Preço Pago*	*Data da Compra*
Lincoln Barbosa de Castro	*47339*	*Info Lar Comercial*	*R$ 179*	*09/11/2016*
Córrego da Chica	*47304*	*Tony Lar*	*R$ 169*	*29/11/2016*

A partir destas novas informações/orientações as próximas pesquisas de preços terão como base a pesquisa no Cadastro de Fornecedores do município assim como meios eletrônicos para ampliação de pesquisa de preços.

17. Escola Municipal Nossa Senhora das Graças

Ao realizarmos a pesquisa de preço, nos atemos em verificar tão somente os números de cadastro (CNPJ) e os valores, o fato de apresentarem 3 números cadastrais diferentes nos deu segurança, em relação a legalidade, para efetuar a compra na empresa que apresentava o menor valor e respectiva qualidade. Logo, faltou-nos a orientação para verificar as informações relativas à composição societária das firmas, bem como o vínculo familiar. Enfatizamos que não foi intencional o fato

ocorrido. Portanto não houve intenção de ferir os princípios da competitividade, moralidade, isonomia, impessoalidade (art.3'2/Lei 8.666-1993) e que a partir desta advertência estamos cientes do cumprimento desta exigência legal ao executarmos pesquisas de preço.

18. Escola Municipal Oscar Jerónimo da Silva
Aos Itens 6 e 7.

A Unidade Executora não tem controle sobre os valores oferecidos pelos fornecedores a outras Unidades Executoras, sendo que esses podem sofrer descontos ou promocionais. Cabe relevar que os objetos citados foram adquiridos em diferentes empresas e diferentes datas, por diferentes Unidades Executoras. Não tendo esta Unidade domínio e nem ciência sobre alteração de preço.

19. Escola Municipal Santa Paz
Justificativa da AAE da Escola Municipal Santa Paz, referente à solicitação de n° 2017011027/002.

O presidente da A.A.E fez a cotação dos preços em três empresas diferentes optando pelo valor mais barato, sendo que fomos informados que o valor do produto segue o valor do dólar do dia, bem como tamanho, modelo, especificações e características de cada produto.

20. ESCOLA MUNICIPAL SÍTIO SÃO BENEDITO
Vimos por meio deste conforme solicitado encaminhar a resposta referente à solicitação de Fiscalização n° 201701027/002

A aquisição do bem em questão foi realizada obedecendo aos critérios de compras e prestação de contas constantes na Resolução n° 19 de 15 de maio de 2008. Como gestora sempre tivemos o cuidado e a preocupação de buscar o melhor produto e preço, e gastar a verba recebida com responsabilidade.

Quanto ao objeto da compra, nos preocupamos com a qualidade e o preço, visto que não podemos colocar a marca, nessa pesquisa temos o cuidado de selecionar a firma que apresentar o mesmo produto com o melhor preço.

Procuramos responder abaixo os itens nos quais esta Unidade Escolar foi citada:

Preços diferentes para o mesmo item e pelo mesmo fornecedor:

COPIADORA MULTIFUNCIONAL KYOCERA M2035 – 47170 – R$3.300,00

LIQUIDIFICADR INDUSTRIAL 4L INOX – 47630 – R$ 550,00

BEBEDOURO INDUATRIAL REFRIGERADOINOX 100 BELFRIO – 46777 – R$ 2.385,00

Quanto ao preço de objeto de compra, informamos que o material foi adquirido em anos distintos (2015 e 2016), e ao orçar o produto desconhecíamos que outra Unidade

Executora havia comprado no ano anterior por valor inferior, no entanto o preço maior orçado posteriormente se justifica devido as altas que os produtos vêm tendo, devido a inflação e desvalorização monetária que é constante, bem como alguns produtos são baseados no preço do dólar que varia diariamente.

Lembrando ainda que somos professores, e preocupados em primeiro lugar com o desenvolvimento educacional de nossos alunos, resolvendo problemas e mediando conflitos constantes na Escola, esse dia a dia consome o tempo, e muitas vezes não nos oportuniza aprofundar nossos conhecimentos e socialização com outras gestoras, por isso colocamo-nos a disposição para sanar nossa defasagem relativa aos trâmites relacionados ao Programa Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica – PDDE.

22. ESCOLA MUNICIPAL VALÃO DAS FOLHAS II

Itaperuna é um município com comércio relativamente reduzido, e faz-se necessário lembrar que muitas vezes precisamos de um bem material e nem sempre este é encontrado com facilidade no comércio local com especificações que atendam as nossas necessidades. Devido a esta dificuldade, ficamos limitados a poucos fornecedores e quase sempre aos mesmos.

Com relação à diferença de preços a Associação desconhece os orçamentos efetuados pelas outras Associações, nos levando assim a acreditar que nos são apresentados preços reais e justos. Ressaltamos ainda que orçamentos feitos por diversas Associações podem variar conforme a data em que foi orçado o material.

Os orçamentos efetuados pela Associação são realizados diretamente nas casas comerciais e por não serem licitações, só é exigido o orçamento do produto a ser comprado e posteriormente a nota fiscal da compra efetivada, não sendo comum solicitarmos das empresas participantes, o contrato social para tomarmos conhecimento da participação societária.

Com relação a falta do número patrimonial no material (Copiadora Multifuncional Kyocera M 2035), não sabemos o motivo da ausência desta numeração pois a identificação encontra-se fixada no bem desde o momento que o recebemos do setor de protocolo, outra evidência do bem protocolado está na pasta utilizada pelo auditor federal de Finanças e Controle M.

O quadro abaixo reúne os itens com os valores de superfaturamento em cada aquisição e o respectivo percentual de sobrepreço, conforme já demonstrado nos Quadros II ao XIV:

Quadro XVI – Valor dos itens faturados

	ESCOLA	**Bem permanente**	**PATRIMÔNIO**	**PREÇO PAGO**	**COTAÇÃO 2**	**COTAÇÃO 3**	**SUPERFATURAMENTO**	**percentual de sobrepreço**
1	VEREADOR ELZO GALVÃO DA FRANÇA	Instrumento musical PRATO 14"	46817	R$ 1.089,00	R$ 1.100,00	R$ 1.120,00	R$ 630,00	57,85%

	ESCOLA	Bem permanente	PATRIMÔNIO	PREÇO PAGO	COTAÇÃO 2	COTAÇÃO 3	SUPERFATURAMENTO	percentual de sobrepreço
2	JOSÉ FERREIRA SALES	IMPRESSORA LASER JET M125A	47228	R$ 1.529,00	R$ 1.650,00	R$ 1.710,00	R$ 734,00	48,01%
3	BEZERRA DE MENEZES	Lavadora famastil de alta pressão 1600 W 127 V	47367	R$ 789,00	R$ 799,99	R$ 795,50	R$ 349,00	44,23%
4	HUMBERTO DE CAMPOS	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 4L INOX	47630	R$ 850,00	R$ 856,90	R$ 862,00	R$ 300,00	35,29%
5	OSCAR JERONIMO DA SILVA	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 4L INOX	46864	R$ 780,00	R$ 795,00	R$ 795,00	R$ 230,00	29,49%
6	HUMBERTO DE CAMPOS	ventilador arno turbo sil max TS44	47263/47264	R$ 235,00	R$ 490,00	R$ 241,00	R$ 66,00	28,09%
7	*AGUÁS CLARAS	COPIADORA MULTIFUNCIONAL KYOCERA M 2039	47284	R$ 3.900,00	R$ 3.990,00	R$ 4.245,00	R$ 1.050,00	26,92%
8	FRANCISCO MATTOS LIGIÉRO	ARQUIVO DE AÇO 04 GAVETAS	47234	R$ 730,00	R$ 789,00	R$ 759,00	R$ 190,00	26,03%
9	SÍTIO SÃO BENEDITO	bebedouro industrial refrigerado inox 100 BELFRIO 110 V	46777	R$ 2.538,00	R$ 2.750,00	R$ 2.690,00	R$ 568,00	22,38%
10	SANTA PAZ	COPIADORA MULTIFUNCIONAL KYOCERA M 2035	46798	R$ 3.400,00	R$ 4.433,60	R$ 3.700,00	R$ 550,00	16,18%
11	JOSÉ FERREIRA SALES	IMPRESSORA LASER JET M125A	46771	R$ 930,00	R$ 999,00	R$ 1.040,00	R$ 135,00	14,52%
12	SÍTIO SÃO BENEDITO	COPIADORA MULTIFUNCIONAL KYOCERA M 2041	47170	R$ 3.300,00	R$ 3.500,00	R$ 3.600,00	R$ 450,00	13,64%
13	VALÃO DAS FOLHAS II	COPIADORA MULTIFUNCIONAL KYOCERA M 2043		R$ 3.300,00	R$ 3.800,00	R$ 4.000,00	R$ 450,00	13,64%
14	CHORÃO	ventilador arno turbo sil max TS41	46582/46584	R$ 194,00	R$ 243,00	R$ 250,00	R$ 25,00	12,89%
15	CÓRREGO DA CHICA	ARMÁRIO DE AÇO 1,98X0,90X0,40 PRAT MÓVEL C/ MAÇANETA W3 CZ/CZ	46769	R$ 550,00	R$ 598,00	R$ 620,00	R$ 70,00	12,73%
16	HUMBERTO DE CAMPOS	COPIADORA MULTIFUNCIONAL KYOCERA M 2040	47629	R$ 3.250,00	R$ 3.350,00	R$ 3.450,00	R$ 400,00	12,31%
17	JOSÉ RODRIGUES D'ALMEIDA GRAÇA	BEBEDOURO INDUSTRIAL 20 LITROS C/ 02 TORNEIRAS FRISBEL	47213	R$ 1.300,00	R$ 1.350,00	R$ 1.600,00	R$ 150,00	11,54%
18	OSCAR JERONIMO DA SILVA	bebedouro industrial refrigerado inox 100 BELFRIO 110 V	50211/50214	R$ 2.190,00	R$ 2.250,00	R$ 2.200,00	R$ 220,00	10,05%
19	THEODOMIRO SOUZA COLEHO	COPIADORA MULTIFUNCION	47291	R$ 3.100,00	R$ 3.150,00	R$ 3.299,00	R$ 250,00	8,06%

	ESCOLA	Bem permanente	PATRIMÔNIO	PREÇO PAGO	COTAÇÃO 2	COTAÇÃO 3	SUPERFATURAMENTO	percentual de sobrepreço
		AL KYOCERA M 2038						
20	FAZENDA CAPELINHA	ventilador arno turbo sil max TS43	47355	R$ 176,72	R$ 191,00	R$ 199,00	R$ 7,72	4,37%
21	COMENDADOR VENANCIO GARCIA	COPIADORA MULTIFUNCIONAL KYOCERA M 2036	47290	R$ 2.895,00	R$ 2.900,00	R$ 3.100,00	R$ 45,00	1,55%
22	HENRIETT MORINEAU	COPIADORA MULTIFUNCIONAL KYOCERA M 2037	47181	R$ 2.850,00	R$ 3.200,00	R$ 3.500,00	R$ 0,00	0,00%
23	JOSÉ RODRIGUES D'ALMEIDA GRAÇA	IMPRESSORA LASER JET M125A	46763	R$ 795,00	R$ 810,00	R$ 899,00	R$ 0,00	0,00%
24	COMENDADOR VENANCIO GARCIA	ventilador arno turbo sil max TS40	46724/46725	R$ 169,00	R$ 199,00	R$ 219,00	R$ 0,00	0,00%
25	JOSÉ DE PAULA NOGUEIRA	ventilador arno turbo sil max TS42	46821	R$ 169,00	R$ 175,87	R$ 179,00	R$ 0,00	0,00%
26	SÍTIO SÃO BENEDITO	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 4L INOX	47173	R$ 550,00	R$ 668,90	R$ 695,80	R$ 0,00	0,00%
27	CÓRREGO DA CHICA	bebedouro industrial refrigerado inox 100 BELFRIO 110 V	47302	R$ 1.970,00	R$ 2.180,00	R$ 2.220,00	R$ 0,00	0,00%
28	VALÃO DAS FOLHAS II	BEBEDOURO INDUSTRIAL 20 LITROS C/ 02 TORNEIRAS FRISBEL	46807	R$ 1.150,00	R$ 1.290,00	R$ 1.350,00	R$ 0,00	0,00%
29	VEREADOR ELZO GALVÃO DA FRANÇA	ARQUIVO DE AÇO 04 GAVETAS	47270/47272	R$ 540,00	R$ 545,50	R$ 550,00	R$ 0,00	0,00%
30	BEZERRA DE MENEZES	Instrumento musical PRATO 14"	46887/46888	R$ 459,00	R$ 465,00	R$ 940,00	R$ 0,00	0,00%
31	FAZENDA CAPELINHA	Lavadora famastil de alta pressão 1600 W 127 V	46908	R$ 440,00	R$ 495,00	R$ 525,60	R$ 0,00	0,00%
32	CÓRREGO DA CHICA	ARMÁRIO DE AÇO 1,98X0,90X0,40 PRAT MÓVEL C/ MAÇANETA W3 CZ/CZ	47300	R$ 480,00	R$ 539,00	R$ 510,00	R$ 0,00	0,00%
33	BEZERRA DE MENEZES	COPIADORA MULTIFUNCIONAL KYOCERA M 2042	46874	R$ 1.600,00 *	R$ 1.700,00	R$ 1.800,00	-R$ 1.250,00	

Fonte: Amostra dos processos de dispensa de licitação analisados

Os itens 22 a 32 são os menores preços pagos, sendo a referência para o cálculo do sobrepreço.

Não foram considerados no cálculo do superfaturamento os valores referentes aos itens 15 e 20 relacionados no quadro acima.

Pode-se verificar que o superfaturamento total de R$ 6.792,00 (seis mil, setecentos e noventa e dois reais), representa sobre o valor pago de R$ 47.471,00 (quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta e um reais) o percentual de 14,30%.

O cerne da questão é a importância da comparação de preços antes de qualquer aquisição de modo a prevenir um gasto maior que o necessário com recursos públicos escassos.

Foram utilizados como referência os preços praticados pelo próprio município, excluindo sites especializados na venda dos bens adquiridos, para reforçar a importância da comunicação institucional entre as várias escolas, com a supervisão e orientação da Secretaria Municipal de Educação, de modo a criar uma cultura de pesquisa de preços, de formação de bases de dados de séries históricas de preços, cujo efeito pedagógico é muito mais relevante nas futuras aquisições do que a própria aferição de sobrepreço nas aquisições analisadas.

Nesse contexto, cabe mencionar entendimentos do TCU acerca dos temas pesquisas de preço e sobrepreço, conforme verificado a seguir:

> *"Acórdão 1316/2016-Plenário*
> *Cabe aplicação de multa aos responsáveis pela elaboração do orçamento estimativo da licitação com sobrepreço, ainda que dessa irregularidade não decorra dano ao erário.*
>
> *Acórdão 1262/2007-Plenário*
> *Para a configuração de fraude à licitação, é prescindível a existência de sobrepreço, basta a comprovação de ausência de competição por meio de artifícios escusos.*
>
> *Acórdão 2601/2016-Plenário*
> ***Inexiste percentual de sobrepreço aceitável**, de modo que não podem ser admitidas faixas de tolerância para a ocorrência de sobrepreço nas contratações públicas. "*

Diante dos fatos analisados, vale ressaltar a importância da comunicação institucional entre as escolas da municipalidade de Itaperuna/RJ, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, bem como a devida capacitação dos diretores das unidades escolares para a realização de pesquisas de preços, a fim de evitar a prática de aquisição do mesmo bem material com preços diferenciados.

Vale ressaltar como parâmetro de pesquisa de preços quando da utilização de recursos federais a utilização da Instrução Normativa n.º 05, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa n.º 03, de 20 de abril de 2017, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal.

Manifestação da Unidade Examinada

Em atendimento ao Relatório Preliminar, encaminhado à Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício n.º 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, o Prefeito Municipal apresentou, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017,

de 11 de setembro de 2017, a respeito dos fatos apontados na execução do PDDE, Nota de Esclarecimento Preliminar de Defesa:

> *"Se faz importante transcrever o período da fiscalização pela Controladoria Geral da união, conforme mencionado na página 16:*
> *"Cabe destacar que por ocasião dos trabalhos de campo havia a liberação de recursos no programa apenas para os exercícios de 2015 e 2016, conforme exposto: (...)".*
>
> *Sendo assim, conforme apontado no Relatório Preliminar das páginas 16 a 57, a CGU faz referências aos achados na fiscalização e menciona as defesas que foram encaminhadas pelas gestoras responsáveis da época.*
>
> *Porém, foi de extrema importância os apontamentos ofertados pela Controladoria Geral da União que destacamos no relatório:*
>
> *i) Na página 33:*
> *"A análise deste Órgão de Controle teve por base o passado, mas o nosso foco está no futuro, nos processos de aquisição vindouros, onde a repetição das práticas aqui apontadas pode macular a gestão municipal".*
>
> *<u>NOTA – SEMED/2017:</u>*
>
> *O PDDE, Programa Dinheiro direto na Escola, destina recursos financeiros, em caráter suplementar, as escolas públicas da educação básica (e caso específicos) para uso em despesas de manutenção do prédio escolar e de suas instalações (hidráulicas, elétricas, sanitárias, etc.); de material didático e pedagógico; e também para realização de pequenos investimentos, de modo a assegurar as condições de funcionamento da unidade de ensino, além de reforçar as participação social e autogestão escolar. Os repasse são feitos anualmente, em duas parcelas iguais. Fonte de informação: http://www.fnde.gov.br/programas/pdde/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-pdde*
>
> *Em cumprimento a Resolução n.º 9, de 2 de março de 2011, em especial o seu Artigo 3º:*
>
> > *Art.3º O sistema de pesquisa de preços referido no caput do art.2º, que terá por escopo ampliar a competitividade e evitar exigências que afetem a eficiência e a eficácia do processo de aquisição de materiais e bens e contratação de serviços, deverá ser realizado pelas UEx e EM conforme os seguintes procedimentos:*
> >
> > *(...)*
>
> *Neste contexto, a própria legislação aponta como responsável direto pela execução dos recursos as UEx – Unidade Executoras Próprias e EM – Escolas Municipais.*

A Secretaria Municipal de Educação atendendo os apontamentos da Controladoria Geral da União, já se reuniu com as UEx, onde foi passado um resumo dos achados pela CGU, e, reforçamos a necessidade de se cumprir as exigências determinadas pelo PDDE, bem como as suas regulamentações quanto a execução dos recursos.

Está sendo providenciado também pela SEMED um curso de capacitação com intuito de colaborar com as UEx, buscando o entendimento da legislação vigente, para o seu cumprimento e determinação."

Análise do Controle Interno

As manifestações apresentadas em resposta ao Relatório Preliminar pela Secretaria Municipal de Educação corroboram a constatação relatada pela CGU. Entretanto, dentre os encaminhamentos iniciais apontados pelo gestor, não se encontram iniciativas que visem corrigir as deficiências detectadas durante os trabalhos de campo na municipalidade fiscalizada.

O Secretário Municipal de Educação limitou-se apenas a dar ênfase na disponibilização de programa de treinamento a seus servidores para que as falhas encontradas não sejam mais incorridas em sua gestão.

Em vista disso, consideradas as evidências apresentadas, conclui-se que o superfaturamento total atingiu o montante de R$ 6.792,00, representando sobre o total pago nos itens adquiridos, no valor de R$ 47.471,00, o percentual de 14,30%.

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Falhas nas pesquisas de preços em vista de vinculação societária e repetição entre empresas fornecedoras na aquisição de bens permanentes com recursos do PDDE, em dissonância com a Constituição Federal, com a Jurisprudência do TCU e com as normas emanadas pelo FNDE.

Fato

Trata-se da verificação da Ação 0515 do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (2080), no município de Itaperuna/RJ, que tem como objetivo aprimorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas e reforçar a autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e

didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica por meio da assistência financeira, em caráter suplementar.

Para tanto, foram visitadas 22 escolas municipais, de um total de 38, onde foram analisados 197 processos de aquisição, onde foram adquiridos 325 bens permanentes com recursos do PDDE, nos exercícios de 2015 e 2016, no valor total de R$ 203.071,60 (duzentos e três mil, setenta e um reais e sessenta centavos), de um total repassado de R$ 845.991,62 (oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e um reais e sessenta e dois centavos).

Cabe destacar que por ocasião dos trabalhos de campo havia a liberação de recursos no programa apenas para os exercícios de 2015 e 2016, conforme exposto:

Quadro I: Transferência de recursos federais do PDDE ao Município de Itaperuna/RJ

- 2015: R$ 497.771,62 (quatrocentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos);
- 2016: R$ 348.220,00 (trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e vinte reais)

Fonte: FNDE

Da análise dos documentos das prestações de contas das escolas presentes na amostra, constatamos inconsistências nos processos de pesquisas de preços, a seguir detalhados:

a) Repetição de cotação com os mesmos fornecedores em dissonância com as regras estipuladas pelo FNDE, conforme transcrito a seguir, em especial pela Resolução n.º 9, de 2 de março de 2011 que:

> *(...)*
>
> *Art. 2º As aquisições de materiais e bens e/ou contratações de serviços com os repasses efetuados à custa do PDDE, pelas UEx e EM, deverão observar os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência a fim de garantir às escolas que representam produtos e serviços de boa qualidade, sem qualquer espécie de favorecimento e mediante a escolha da proposta mais vantajosa para o erário, adotando, para esse fim, sistema de pesquisa de preços que deverá abranger o maior número possível de fornecedores e prestadores de serviços que atuem nos ramos correspondentes ao objeto a ser adquirido e/ou contratado.*
> *Art. 3º O sistema de pesquisa de preços referido no caput do art. 2º, que terá por escopo ampliar a competitividade e evitar exigências que afetem a eficiência e a eficácia do processo de aquisição de materiais e bens e contratação de serviços, deverá ser realizado pelas UEx e EM conforme os seguintes procedimentos:*
> *III - realização de pesquisas de preços dos produtos e/ou serviços indicados na ata referida nos incisos anteriores, junto ao maior número possível de fornecedores e/ou prestadores que atuem nos ramos relacionados com a natureza do produto e do serviço a ser adquirido e/ou contratado, sendo obrigatória a avaliação de, no mínimo, 3 (três) orçamentos a fim de evitar quaisquer favorecimentos e a garantir a escolha da proposta mais vantajosa para o erário;*

§ 7º Deverá ser evitada a realização repetitiva de pesquisas de preços nos mesmos fornecedores e prestadores de serviços, devendo tal prática, quando inevitável por fatores conjunturais, ser objeto da justificativa correspondente.

Dos 197 processos de aquisição analisados, verificou-se que um grupo de empresas foram, em regra, convidadas a cotar preços para os mesmos tipos de bem permanente, o que redundou inequivocamente na vitória de um grupo seleto de fornecedores, conforme quadro abaixo:

Quadro II: Maiores fornecedores com recursos do PDDE – 2015/2016

Empresa Vencedora	Nome Fantasia	Quantidade de processos	Quantidade de bens fornecidos	Total recebido em R$
Info Lar Comercial Ltda	Info Lar	9	14	R$ 4.134,00
Info Atual Comércio e Serviços de Informática Ltda	Info Atual	3	4	R$ 4.240,00
AJM de Oliveira Instrumentos Musicais Eireli	Áudio Music	10	25	R$ 4.711,80
João Carlos Almeida ME	Áudio Sat	4	5	R$ 5.193,80
Universo Sportivo Comercial Ltda	Universo Sportivo	5	5	R$ 5.838,51
Casa do Computador de Itaperuna	Casa do Computador	5	5	R$ 9.381,00
Tecnoinfo Equipamentos e Suprimentos Ltda	-	3	3	R$ 9.900,00
Dilele Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda	Mercado do Açougue	4	7	R$ 10.007,00
J de Souza Pereira Comércio e Representação ME	JSP Máquinas e Equipamentos	11	11	R$ 11.499,99
Audio Music de Instrumentos Musicias Ltda	Áudio Music	19	35	R$ 12.695,66
Movemaq Comércio de Móveis e Máquinas Ltda	Movemaq	21	38	R$ 14.501,08
Franco Ferraz Utilidades Ltda	Tony Lar	23	28	R$ 17.129,99
AM Pereira Novaes Papelaria e Informática ME	-	16	16	R$ 20.060,39
Faria e Silva Distribuidora Eireli	FCF Distribuidora de livros e Brinquedos	25	32	R$ 23.740,00
Total de processo analisado das 14 empresas		**158**	**228**	**R$ 153.033,22**
Total geral de processos analisados		**197**	**325**	**R$ 203.071,60**
Participação das 14 Empresas nos processos		**80,20%**	**70,15%**	**75,36%**

Fonte: Processos de aquisição analisados pela Equipe da CGU

Existiram 44 diferentes vencedores em 197 processos de aquisição analisados, mas 14 empresas venceram 80,20%, forneceram 70,15% dos bens adquiridos pelas escolas, e receberam 75,36% dos recursos do PDDE em 2015/2016, na amostra analisada.

Chama atenção a localização do endereço da empresa Áudio Music Comércio de Instrumentos Musicais Ltda. ME, CNPJ 13.605.138/0001-66, no município de Bom Jesus do Norte/ES, sendo que a mesma faz parte das 14 empresas que mais forneceram bens para as unidades escolares do município de Itaperuna/RJ, conforme verificado nos processos analisados de aquisição.

b) Relação societária entre as empresas das cotações

Verificou-se a existência de 4 grupos empresariais fornecedores das escolas constantes de nossa amostra, conforme quadro a seguir:

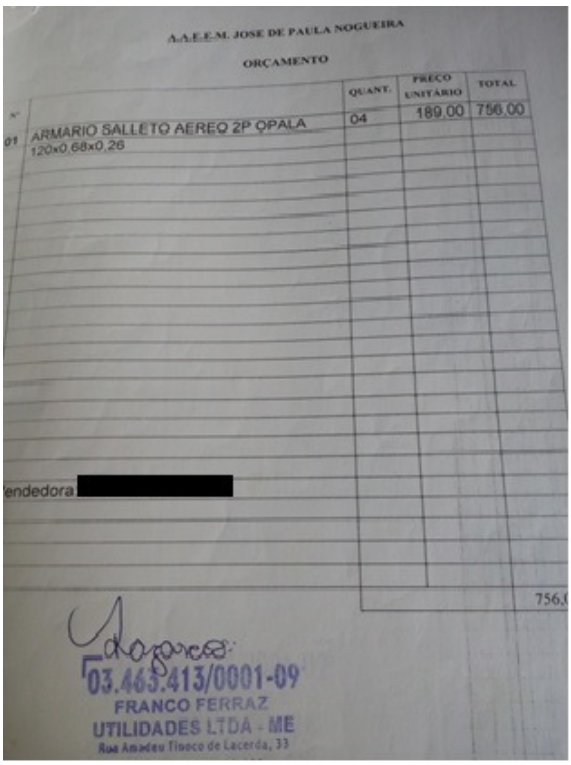
Quadro III: Participação das empresas com vínculos societários

Empresa Vencedora CNPJ	**Quantidade de processos**	**Quantidade de bens fornecidos**	**Total recebido**	CNPJ empresas - grupo empresarial	Natureza dos vínculos societários
Audio Music de Instrumentos Musicias Ltda (Empresa B)	34	66	R$ 23.950,26	(08.798.754/0001-40): empresa A (13.605.138/0001-66): Empresa B (03.127.365/0001-70) : Empresa C	Mesmo SOCIO-ADMINISTRADOR nas empresas B e C ex-sócios da empresa A são sócios da empresa B
Franco Ferraz Utilidades Ltda (Empresa A)	32	42	R$ 21.263,99	03.463.413/0001-09: Empresa A 07.656.590/0001-54: Empresa B 02.454.094/0001-02: Empresa C	As empresas A e C possuem o mesmo nome fantasia (Tony Lar) As 3 empresas possuem sócios com vínculo consanguíneo: os sócios são irmãos
AM Pereira Novaes Papelaria e Informática ME (Empresa A)	16	16	R$ 20.060,39	13.123.148/0001-65: Empresa A 06.066.691/0001-02: Empresa B 39.682.018/0001-56: Empresa C	Sócios das empresas A e B possuem vínculo consanguíneo: os sócios são mãe e filho Sócia da empresa A é ex-sócia da empresa C
Tecnoinfo Equipamentos e Suprimentos Ltda	4	4	R$ 13.800,00	05.690.691/0001-16: Empresa A 17.533.474/0001-00: Empresa B	Sócios das empresas possuem vínculo consanguíneo – os sócios são irmãos
Totais dessas empresas	**86**	**128**	**R$ 79.074,64**		
Totais gerais	**197**	**325**	**R$ 203.071,60**		
Participação global	**43,65%**	**39,38%**	**39%**		

Fonte: Escolas da amostra – SEDUC.

Tais empresas venceram 43,65% dos processos de aquisição, forneceram 39,38% dos bens e receberam 39% dos recursos do PDDE nos exercícios de 2015 e 2016.

Chama atenção o fato de constar nas cotações de preços apresentadas pelas 03 empresas, com relação societária, o nome da mesma vendedora, conforme verificado em relatório fotográfico, a seguir, efetuado pela equipe de fiscalização da CGU-Regional/RJ, na data de 24 de maio de 2017:



A.A.E.E.M. JOSE DE PAULA NOGUEIRA

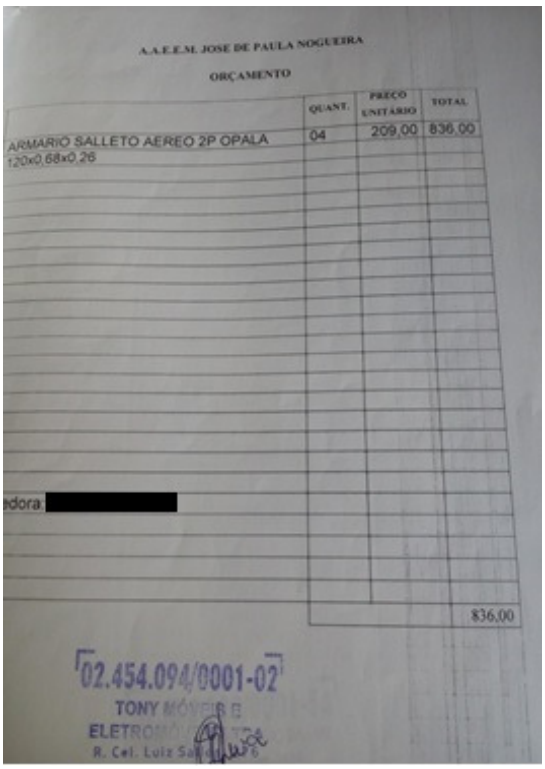
ORÇAMENTO

		QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
01	ARMARIO SALLETO AEREO 2P OPALA 120x0,68x0,26	04	189,00	756,00
				756,0

endedora: [redacted]

03.463.413/0001-09
FRANCO FERRAZ
UTILIDADES LTDA - ME
Rua Amadeu Tiosco de Lacerda, 33

Foto 1 – Cotação de Preço da empresa Franco Ferraz Utilidades Ltda. – ME para a Escola José de Paula Nogueira.



A.A.E.E.M. JOSE DE PAULA NOGUEIRA

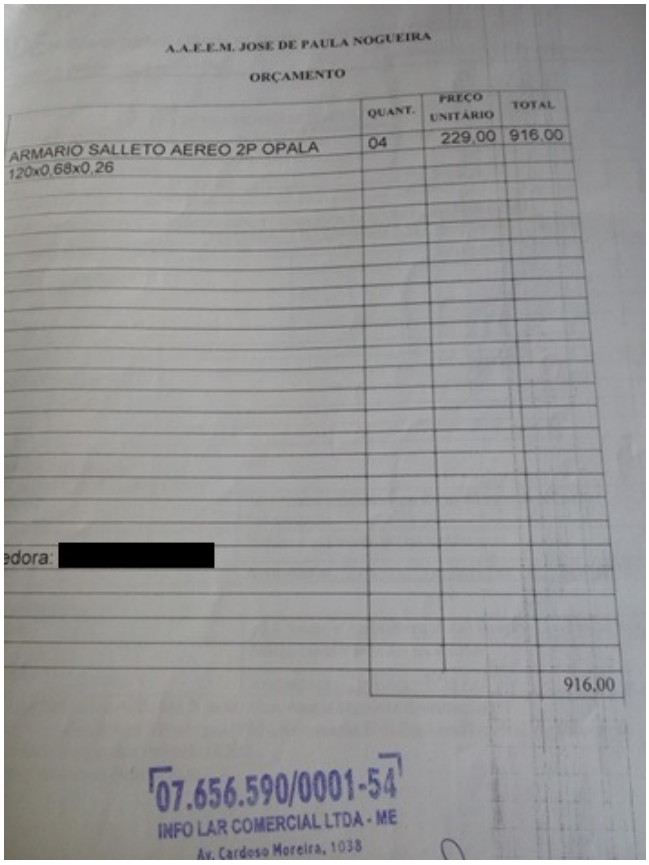
ORÇAMENTO

	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
ARMARIO SALLETO AEREO 2P OPALA 120x0,68x0,26	04	209,00	836,00
			836,00

edora: [redacted]

02.454.094/0001-02
TONY MÓVEIS E
ELETRO
R. Cel. Luiz Sa

Foto 2 - Cotação de Preço da empresa Tony Móveis e Eletrodomésticos para a Escola José de Paula Nogueira.



A.A.E.E.M. JOSE DE PAULA NOGUEIRA

ORÇAMENTO

	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
ARMARIO SALLETO AEREO 2P OPALA 120x0,68x0,26	04	229,00	916,00
edora: [redacted]			
			916,00

07.656.590/0001-54
INFO LAR COMERCIAL LTDA - ME
Av. Cardoso Moreira, 1038

Foto 3 - Cotação de Preço da empresa Info Lar Ltda. – ME para a Escola José de Paula Nogueira

Chama atenção também o fato do papel timbrado com a cotação de preços da empresa Tony Lar possuir o carimbo com CNPJ da empresa Tony Móveis e Eletrodomésticos, conforme verificado em relatório fotográfico, a seguir, efetuado pela equipe de fiscalização da CGU-Regional/RJ, na data de 24 de maio de 2017:

Foto 4 – Papel timbrado da Tony Lar Móveis e Eletrodomésticos Ltda. - ME com o CNPJ da Franco Ferraz Utilidades Ltda. – ME, cujo nome fantasia é Tony Lar e que faz parte do mesmo grupo empresarial.

Foto 5 - Papel timbrado da Tony Lar Móveis e Eletrodomésticos Ltda. - ME com o seu respectivo CNPJ.

Cabe destacar o fato de constar no verso da Nota Fiscal n.º 2303, de 28/10/2015, emitida pela empresa C.A Gonçalves Copiadoras e Suprimentos - ME, CNPJ 05.690.691/0001-16, Nome Fantasia: TECNOCOPY, o carimbo da empresa Tecnoinfo Equipamento e Suprimentos Ltda. - ME, CNPJ 17.533.474/0001-00, conforme verificado em relatório fotográfico, a seguir, efetuado pela equipe de fiscalização da CGU-Regional/RJ, na data de 24 de maio de 2017:

Foto 6 – Nota fiscal n.º 2303 emitida pela empresa C.A Gonçalves Copiadoras e Suprimentos - ME.

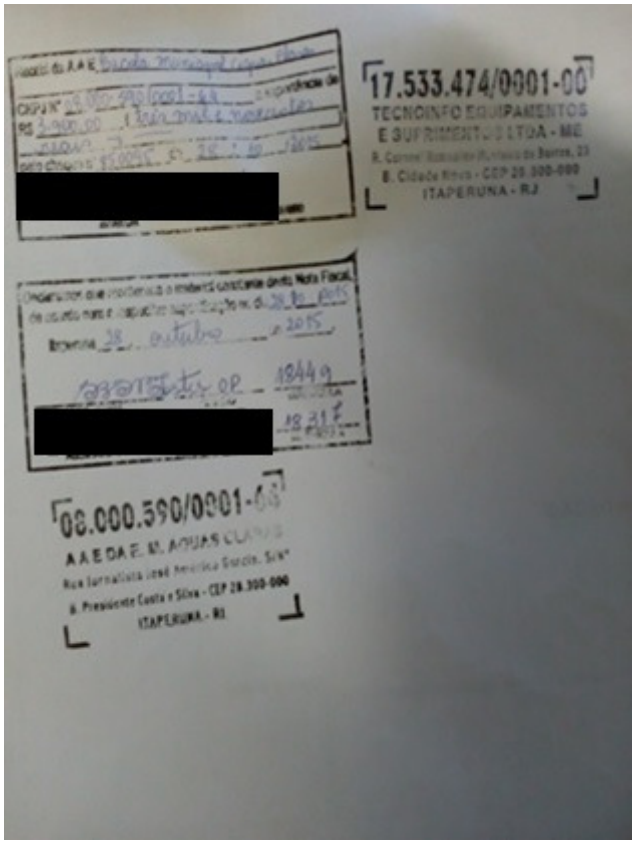


Foto 7 – Verso da Nota Fiscal n.º 2303 com o CNPJ da empresa Tecnoinfo Equipamento e Suprimentos Ltda. – ME.

Em 07/07/2017, por meio do Ofício SEMED/GAB/N.º 066/2017, a Secretaria de Educação de Itaperuna/RJ em resposta a Solicitação de Fiscalização n.º 201701027/02, encaminhou a manifestação de 22 escolas municipais conforme transcrito a seguir:

> ***"1. Escola Municipal Águas Claras***
> *Em justificativa às inconsistências alegadas na solicitação de fiscalização n2201701027/002 sobre falha na pesquisa de preço que ocasionou pagamento alegadamente superfaturado e de empresas com relações societárias. Neste caso, trata-se dos bens permanentes inventariados nesta A.A.E. da Escola Municipal Águas Claras de números 47287, 47288 e 47284 da verificação do Controladoria — Regional da União no Estado do Rio de Janeiro, cabe as alegações descritas abaixo.*
>
> *• Esta Associação não dispõe de cadastro das empresas eventualmente fornecedoras. Portanto desconhece as relações societárias entre as empresas que participa em suas Tomada de Preço.*
>
> *• O município é pequeno e não dispõe de muitas empresas no ramo de fornecimento dos equipamentos em tela;*
>
> *• Os municípios circunvizinhos são ainda de porte menor e, por conseguinte, não apresentam fornecedores dos referidos equipamentos;*

• Esta A.A.E. se orienta, além de tudo, por efetuar compras de equipamento com facilidade de assistência técnica e manutenção sem, contudo, que isso signifique majoração dos preços;

Desta forma a repetição de cotação com os mesmos fornecedores e a variação de preços de produtos de mesmo fornecedor em cotações de Associações distintas fogem do escopo de atuação desta A.A.E., mesmo sempre se guiando pela boa gestão dos recursos do PDDE.

2. ESCOLA ESTADUAL MUNICIPALIZADA BEZERRA DE MENEZES

Justificativa da A.A.E. da E. E. Mz. Bezerra de Menezes, referente a Solicitação de Fiscalização n° 201701027/002

B) RELAÇÃO SOCIETÁRIA ENTRE AS EMPRESAS DAS COTAÇÕES.

Em se tratando da aquisição dos instrumentos de percussão adquiridos no Programa Mais Educação no ano de 2015 e do microfone adquirido no Programa PDDE — Dinheiro Direto na Escola no ano de 2016, a A.A.E. da E. E. Mz. Bezerra de Menezes buscou empresas que trabalhassem com estes produtos na cidade de Itaperuna e região para obter os orçamentos necessários. Tendo os orçamentos, CNPJs e nomes diferentes e não dispondo-nos de acesso a cadastro de sócios ou proprietários das mesmas, adquirimos os bens necessários ao bom andamento da Unidade Escolar, desconhecendo o fato de uma possível sociedade em comum, preocupando-nos em adquirir o produto com o menor valor por nós pesquisado, sendo Itaperuna e região pequenas, com poucas empresas a ofertar os produtos.

3. Escola Municipal Chorão

Justificativa da A.A.E da escola mencionada acima, a qual se refere à solicitação de Fiscalização n° 201701027/002

A função da presidente da A.A.E é cotar os preços nos orçamentos e a compra dos produtos. Pois não tenho acesso ao registro dos fornecedores quanto ao grau da parentela, já que os CNPJs são diferentes.

4. Escola Municipal Comendador Venâncio Garcia.

Venho por meio deste, justificar as ações realizadas do PDDE, detectadas nos anos de 2015 e 2016 relacionadas a Escola Municipal Comendador Venâncio Garcia.

• Vínculos Societários e Parentescos

Nossa atribuição enquanto diretora/presidente da AAE é realizar cotação, confrontar e analisar os preços dos produtos que precisam ser adquiridos. Não temos acesso ao grau de parentesco dos sócios/fornecedores. As lojas, encontram-se em endereços diferentes, com o CNPJ diferente e assinaturas diferentes nos orçamentos, impossibilitando assim de fazer essa identificação.

5. ***ESCOLA MUNICIPAL CÓRREGO DA CHICA***

JUSTIFICATIVA DA A. A. E. DA ESCOLA MUNICIPAL CÓRREGO DA CHICA REFERENTE À SOLICITAÇÃO N° 201701027/002

No que diz respeito às empresas com sócios em comum e relações de parentesco: irmãos, mãe e filho, uma vez que que os CNPJ são distintos e não temos acesso ao cadastro dos fornecedores não é possível identificar qual o grau de parentesco entre eles. No entanto, a atribuição do (a) Presidente da A.A. E é fazer a cotação e a compra dos produtos na firma com melhor proposta.

6. E. M. VEREADOR ELZO GALVÃO DA FRANÇA

Justificativa da A.A.E. da Escola M. Vereador Elzo Galvão da França, referente a solicitação referente à fiscalização n° 201701027/002

B) Relação Societária entre as empresas das cotações

2) Vínculos Societários

As compras foram feitas visando orçamento em três fornecedores com CNPJ diferentes. Por não ter acesso às informações citadas acima não era de nosso conhecimento tais fatos.

7. Escola Municipal Fazenda Capelinha

Justificativa da A.A.E. da Escola Municipal Fazenda Capelinha CNPJ 07.466.111/0001-37 referente à solicitação de fiscalização n° 201701027/002.

Quanto à relação societária das empresas que foram cotadas, juntamente à Audio Music Comércio de Instrumentos musicais Ltda-ME CNPJ 13.605.138/0001-66, Araújo Informática de Itaperuna Ltda-ME CNPJ. 12.252.744/0001-82 e Tony Lar CNPJ 03.463.413/0001-09, para aquisição dos referidos bens, desconhecemos tal fato. Além do que, é atribuída à essa AAE, na pessoa de seu presidente e demais membros, efetuar cotações, conferir os referentes CNPJs das empresas e comprar na que dispor de menor preço, fazendo-se assim, com lisura, bom uso do recurso público.

Ao pegar os orçamentos não nos atentamos à verificação dos carimbos, até por uma questão de avaliação leiga, só nos atemos à questão do menor preço.

8. Escola Municipal Francisco de Mattos Ligiéro

Em resposta à Solicitação de Fiscalização n° 201701027/002, venho manifestar os devidos esclarecimentos referentes a Unidade Executora da Escola Municipal Francisco de Mattos Ligiéro, em relação aos itens citados a seguir:

A) Repetição de cotação com os mesmos fornecedores:

1) MOVEMAQ Foram realizadas 1 compra no ano de 2015 (2 armários sendo, 1 de aço) e 2 compras em 2016 (1 arquivo c/ 4 gavetas e 1 armário de aço), nos respectivos meses, outubro e novembro, na mesma empresa por ser a única do ramo que oferecia os bens adequados (armários c/ pés, material resistente, chaves, etc) para atender as

necessidades da escola, com pronta entrega na cidade de Itaperuna e que também, apresentava menor custo em relação as empresas orçadas da região.

9. ESCOLA MUNICIPALIZADA CIEP 467 HENRIETT AMADO

A declarante por ocasião do biênio 2014/2016 era a presidente da citada unidade executora, sendo reeleita para o biênio posterior 2016/18 (atas em anexo).

Que por ocasião da visita dos técnicos da CGU em nossa unidade escolar, foram apresentados os documentos para serem conferidos e fotocopiados como pedidos.

Posteriormente foi apresentado relatório preliminar (referendado acima) com um único apontamento referente à nossa unidade executora, registrado às fls 11 (onze). Referência essa assim circunstanciada:

"2) TONY –

Neste caso verificamos 2 empresas com o mesmo nome fantasia, sócios em comum e relações de parentesco, irmãos, entre 3 empresas e contador em comum com a quarta empresa presente nas cotações, conforme descrito a seguir". (fls 08 – oito)"

DO APONTAMENTO/JUSTIFICATIVA

Vínculos societários – fato é que exigir da declarante conhecimento prévio do vínculo parentesco entre os sócios das firmas pesquisadas redunda em excesso, visto que estes dados não ficam expostos para conhecimento público.

Contador comum – quanto ao contador ser comum a algumas dessas firmas, o desconhecimento do fato se reforça por ser esse um dado de interesse dos proprietários, dos funcionários e por derradeiro, de alguns órgãos vinculados ao fim que se destina.

Como a emissão da NF estava regular, sem necessidade de carta de correção ou observações, bem como os orçamentos, portanto o relacionamento se limitou ao espaço físico das lojas, que possuem CNPJ e endereços físicos diferentes e ao conhecimento comum, firmas distintas.

Semelhança de formatação – a semelhança da "formatação" se justifica pelo fato de que quando da verificação dos preços para decisão da compra, para facilitar e acelerar o processo, a própria unidade executora apresenta modelo padronizado de orçamento, caso a firma pesquisada não tenha ou apresente pouca disposição em fornecer, possibilitando que estes tão somente carimbem e assinem.

Assim, pelos fatos apresentados percebe-se a boa fé da declarante e a intenção de adquirir o bem permanente a valores menores (liquidificador Faet Util por R$87,00), não restando dúvida quanto o resguardo dos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

10. CIEP BRIZOLAO 264 HENRIETT MORINEAU

PRESTAÇÃO DE CONTAS PDDE 2015/2016 Presidente da A.A.E.: (...)

Justificativas

1) Longarina / Mesa / Cadeira secretária — repetição dos mesmos fornecedores na aquisição de bens permanentes com recursos do PDDE.

Justificativa: Os três produtos foram orçados juntos nas três lojas, e a empresa que ganhou a cotação realmente estava com o menor preço nos três produtos.

2) Roteador Greatek — Verificamos duas empresas com o mesmo nome fantasia, sócios em comum e relação de parentesco, irmãos entre 3 empresas e contador em comum com a quarta empresa presente nas cotações.

Justificativa: Sempre me preocupei em comprar um bom produto pelo menor preço, e não havia conhecimento de parentesco entre as lojas orçadas, uma vez que os CNPJs são diferentes. Outra dificuldade encontrada foi a procura do produto pois a cidade possui poucas opções de lojas especializadas.

3) TV LED 49" — verificamos a mesma formatação e com nome impresso nas 3 cotações da mesma vendedora.

Justificativa: Não me ative quanto a questão da formatação, me preocupando com o menor valor estimado. Em relação às assinaturas, verifica-se distinção das mesmas conforme cópias em anexo.

11. E. M. Joaquim de Oliveira Câmara
Justificativa da AAE da E. M. Joaquim de Oliveira Câmara, referente à solicitação de Fiscalização n° 201701027/002

A atribuição da Presidente da A.A.E. é cotar os preços nos orçamentos e a compra dos produtos. Não temos acesso ao cadastro dos fornecedores quanto ao grau de parentesco, uma vez que os CNPJs são distintos.

12. ***E. M. José de Paula Nogueira***
Justificativa da E. M. José de Paula Nogueira, referente a Solicitação de Fiscalização nº 201701027/002.

A) Relação de societária entre empresas das cotações e a mesma formatação.
No que se refere à formatação e ao nome da vendedora constar nos três orçamentos, houve uma inobservância, por parte da escola, sobre esse fato, em virtude da urgência na aquisição do objeto, uma vez que foram solicitados os orçamentos, conforme se pode atestar pelos CNPJs e rubricados por pessoas distintas, bem como a escolha do menor preço, sendo essas as atribuições da AAE.

B) Relação da societária entre empresas das cotações.

Gostaria de deixar claro que como Presidente da AAE, sempre fiquei atenta aos preços que constavam nos orçamentos e na compra dos produtos, portanto, não temos acesso ao cadastro dos fornecedores quanto ao grau de parentesco, uma vez que os CNPJs são distintos.

13. ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ FERREIRA SALES

Justificativa da A. A. E da ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ FERREIRA SALES, referente à solicitação da Fiscalização n° 2017010227/002.

A responsabilidade da Presidente da A. A. E. da Escola Municipal José Ferreira Sales é pesquisar os preços no comércio e fazer a compra do produto do fornecedor onde encontrar o menor valor. Quanto a grau de parentescos dos proprietários, não temos acesso ao cadastro jurídico das firmas. Também não é de nossa competência fazer estas pesquisas.

14. Escola Municipal José Rodrigues D'almeida Graça

Justificativa da A. A. E. da Escola Municipal José Rodrigues D'Almeida Graça referente à solicitação n° 201701027/002

3)0s instrumentos Musicais adquiridos pela A.A.E.ZABUMBA RMV 20(PATRIMÔNIO;46833), VIOLÃO ELITE DON JUAN (PATRIMÔNIO:46834/46835), AGOGO TORELLI TO015 PATRIMÔNIO46836), BONGO BEAT BWOODI (PATRIMÔNIO:46837), ESTANTES DE PARTITURA CSR LK 335 (PATRIMÔNIO:46838/46852), TRIÂNGULO TORELLI TL 601 (PATRIMÔNIO:46853),VIOLÃO GIANINI ELETROACUSTIC O FLAT NYLON NF 14 CEQ NATURAL (PATRIMÔNIO:46854), foram adquiridos na firma A S Comércio de Instrumentos Musicais LTDA ME. No que diz respeito as empresas com sócios em comum e relação de parentesco, uma vez que os CNPJ são distintos e não temos acesso ao cadastro dos fornecedores não é possível identificar qual o grau de parentesco entre eles. No entanto, a atribuição do(a) Presidente da A.A.E. é fazer a cotação e a compra dos produtos na firma com a melhor proposta.

4) ARMÁRIO DE AÇO ITATIAIA PREMIUM (PATRIMÔNIO: 47215) obtido na empresa TONY LAR CNPJ 03463413000109, não temos acesso ao cadastro dos fornecedores não é possível identificar qual o grau de parentesco entre eles.

5) MESA MADMELOS BASE 285/ 4 CAD 31/ GRANITO (PATRIMÔNIO:47216) obtido na empresa TONY LAR CNPJ 03463413000109, não temos acesso ao cadastro dos fornecedores não é possível identificar qual o grau de parentesco entre eles.

6) IMPRESSORA LASER JET 25ª (PATRIMÔNIO: 46763) obtido na empresa A.M PEREIRA NOVAES CNPJ 13123148000165, não temos acesso ao cadastro dos fornecedores não é possível identificar qual o grau de parentesco entre eles.

Desta forma a repetição de cotação com os mesmos fornecedores e a variação de preços de produtos de mesmo fornecedor em cotações de Associações distintas fogem

do escopo de atuação desta A.A.E, mesmo sempre se guinado pela boa gestão dos recursos do PDDE.

15. E.M. LINCOLN BARBOSA DE CASTRO

Venho através desta apresentar justificativas à Solicitação de Fiscalização n° 201701027/002 realizada pela Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro em nossa Unidade Escolar referente aos recursos provenientes ao Programa Dinheiro Direto na Escola para Educação Básica – PDDE.

Os recursos recebidos através do PDDE/FNDE vem ao encontro da realização de melhorias na infraestrutura física e pedagógica de nossa escola sendo assim A.A.E. da Escola Municipal Lincoln Barbosa de Castro preza em cumprir todas as exigências necessárias para que de forma clara e transparente possa dar continuidade a este Programa fundamental para a escola.

1ª Justificativa: "Duas empresas com mesmo nome fantasia, sócios em comuns e relação de parentesco, irmãos, entre 3 empresas e contador em comum com a quarta empresa." Empresas citadas:

Info Lar Comercial Ltda -,CNPJ 07.656.590/0001-54

Tony Moveis e Eletrodomésticos Ltda — CNPJ 02.454.094/0001-02

Franco Ferraz Utilidades Ltda — CNPJ 03.463.413/0001-09

Quanto ao grau de parentesco informo que como gestora escolar e membro da A.A.E tenho a atribuição de pesquisar, apresentar aos demais membros para que juntos possamos comparar e finalizar compras de produtos que sejam de qualidade verificando sempre os melhores preços. Não tinha até o momento conhecimento, nem acesso ao Cadastro de Fornecedores para verificar o grau de parentesco dos mesmos, pois como constatado nos orçamentos apresentados verifica-se CNPJ distintos dos quais não nos deixa dúvidas da existência das empresas. Sendo assim, não constatamos diante dos fatos algo que pudesse impedir as compras dos produtos orçados.

16. Escola Municipal Nossa Senhora das Graças

Ao realizarmos a pesquisa de preço, nos atemos em verificar tão somente os números de cadastro (CNPJ) e os valores, o fato de apresentarem 3 números cadastrais diferentes nos deu segurança, em relação a legalidade, para efetuar a compra na empresa que apresentava o menor valor e respectiva qualidade. Logo, faltou-nos a orientação para verificar as informações relativas à composição societária das firmas, bem como o vínculo familiar. Enfatizamos que não foi intencional o fato ocorrido. Portanto não houve intenção de ferir os princípios da competitividade, moralidade, isonomia, impessoalidade (art.3'2/Lei 8.666-1993) e que a partir desta advertência estamos cientes do cumprimento desta exigência legal ao executarmos pesquisas de preço.

17. Escola Municipal Oscar Jerónimo da Silva
Aos Itens 4 e 5.

Considerar exigência de a Unidade Executora ter conhecimento prévio do grau de parentesco entre os representantes/sócios das empresas pesquisadas é considerado excesso, já que os referidos dados não estão disponíveis para conhecimento público.

18. Escola Municipal Santa Paz
Justificativa da AAE da Escola Municipal Santa Paz, referente à solicitação de n° 2017011027/002.

A atribuição do Presidente da A.A.E é cotar os valores dos orçamentos e comprar o produto com valor mais barato. Não temos acesso ao cadastro dos fornecedores quanto ao grau de parentesco, não tendo assim como fazer a identificação dos mesmos.

19. ESCOLA MUNICIPAL SÍTIO SÃO BENEDITO
Vimos por meio deste conforme solicitado encaminhar a resposta referente à solicitação de Fiscalização n° 201701027/002

A aquisição do bem em questão foi realizada obedecendo aos critérios de compras e prestação de contas constantes na Resolução n° 19 de 15 de maio de 2008. Como gestora sempre tivemos o cuidado e a preocupação de buscar o melhor produto e preço, e gastar a verba recebida com responsabilidade.

Quanto ao objeto da compra, nos preocupamos com a qualidade e o preço, visto que não podemos colocar a marca, nessa pesquisa temos o cuidado de selecionar a firma que apresentar o mesmo produto com o melhor preço.

Procuramos responder abaixo os itens nos quais esta Unidade Escolar foi citada:

Item 1 — B) Relação societária entre as empresas das cotações. => VIOLÃO COMPLETO- 47174 — RS 712,00

Item 3 — A M Pereira (grau de parentesco) c> GRAMPEADOR MÉDIO 100 PREMIUM — 47175 — R$ 106,09

Quanto às firmas temos a preocupação de verificar os endereços e CNPJ, visto que não fazemos a análise quanto a parte dos proprietários serem ou não parentes, sócios ou ex-sócios, pois buscamos garantir que cada item adquirido tenha três orçamentos, prevalecendo sempre o orçamento de menor preço.

Item 2 – Vínculos societários

REFRIGERADOR CONSUL DUPLEX 450 L – 46774- r$ 2.199,00

DVD PHILLIPS – 46775/46776 – R$150,00

PROCESSADOR PHILLIPS – 47299 – R$ 244,96

Quanto a proprietários e sócios, desconhecíamos que as mencionadas firmas que tivessem grau de parentesco, visto que, o nome fantasia e o CNPJ das referidas firmas são distintos, motivo pelo qual não questionamos vínculos dos proprietários das firmas que forneceram orçamentos.

20. Escola Municipal Theodomiro Souza Coelho

Em resposta à Solicitação de Fiscalização n° 201701027/002, venho manifestar os devidos esclarecimentos referentes a Unidade Executora da Escola Municipal Theodomiro Souza Coelho, em relação aos itens citados.

1-Na aquisição de: ventiladores de parede 60 cm, inventário 46787/46789 e 47294/47298: ventiladores de coluna 60 cm, inventário 46790/46791; e um extrator de suco industrial, inventário 46792. Quanto ao preço nos mesmos fornecedores, a compra foi realizada porque tivemos muita dificuldade em encontrar os materiais especificados nas lojas existentes, visto que nossa cidade é uma cidade pequena não é muito fácil encontrarmos variedades em determinados materiais, e até mesmo em conseguirmos orçamentos, pois a qualidade e modelo não estão disponíveis no mercado.

2-Na aquisição da copiadora multifuncional Kyocera M 2035, inventário 47291. Quanto ao proprietário e sócios, desconhecíamos grau de parentesco, ou que o sócio ou ex-sócio tivesse ou tenha vínculo com a firma onde foi realizada a compra. Como disse anteriormente, por ser uma cidade pequena é difícil a aquisição de novos orçamentos mediante a negativa das firmas em fornecê-los, desde que tenhamos três orçamentos com CNPJ diferentes, acreditávamos que não apresentassem problemas. Quanto aos mesmos fornecedores, existe a dificuldade em encontrar os materiais especificados nas lojas existentes, pois a variedade de fornecedores é muito escassa.

3- Na aquisição do rádio gravador, inventário 47292/47293. Embora tenha nomes semelhantes, os endereços são distintos, CNPJ distintos lojas distintas, as especificidades do que eu queria foi encontrado em um aparelho pequeno com 10 RMS de potência, por ser mais potente não necessita de caixa de som, e o mesmo não foi encontrado em outras lojas, assim achamos por bem comprarmos na loja de menor orçamento e com as características que necessitávamos.

Como gestora sempre tivemos a preocupação e o cuidado em gastar a verba recebida com responsabilidade, procurando sempre um produto de qualidade, visto que não podemos colocar marca, mas nessas pesquisas sempre temos o cuidado de mencionar a firma que apresenta o mesmo produto com o melhor preço, verificando os endereços e CNPJ, visto que existem firmas com documentos parcialmente legalizados atuando em diversos locais.

21. ESCOLA MUNICIPAL VALÃO DAS FOLHAS II

Itaperuna é um município com comércio relativamente reduzido, e faz-se necessário lembrar que muitas vezes precisamos de um bem material e nem sempre este é

encontrado com facilidade no comércio local com especificações que atendam as nossas necessidades. Devido a esta dificuldade, ficamos limitados a poucos fornecedores e quase sempre aos mesmos.

Com relação à diferença de preços a Associação desconhece os orçamentos efetuados pelas outras Associações, nos levando assim a acreditar que nos são apresentados preços reais e justos. Ressaltamos ainda que orçamentos feitos por diversas Associações podem variar conforme a data em que foi orçado o material.

Os orçamentos efetuados pela Associação são realizados diretamente nas casas comerciais e por não serem licitações, só é exigido o orçamento do produto a ser comprado e posteriormente a nota fiscal da compra efetivada, não sendo comum solicitarmos das empresas participantes, o contrato social para tomarmos conhecimento da participação societária.

Com relação a falta do número patrimonial no material (Copiadora Multifuncional Kyocera M 2035), não sabemos o motivo da ausência desta numeração pois a identificação encontra-se fixada no bem desde o momento que o recebemos do setor de protocolo, outra evidência do bem protocolado está na pasta utilizada pelo auditor federal de Finanças e Controle (...).”

O conjunto de dados apresentado, repetição e concentração de empresas pesquisadas, inclusive com relações societárias entre si, configura um quadro sistêmico, não pontual, e dessa forma deve ser a abrangência na busca da melhoria dos processos de trabalho, principalmente na escolha de potenciais fornecedores, atinentes à busca pelo melhor uso dos recursos públicos.

A análise deste Órgão de Controle teve por base o passado, mas o nosso foco está no futuro, nos processos de aquisição vindouros, onde a repetição das práticas aqui apontadas pode macular a gestão municipal.

A Resolução FNDE nº 9, de 02 de março de 2011, que estabelece os procedimentos a serem adotados para aquisição de materiais e bens e contratação de serviços, com os repasses efetuados à custa do PDDE, previu que:

“Art. 2º As aquisições de materiais e bens e/ou contratações de serviços com os repasses efetuados à custa do PDDE, pelas UEx e EM, deverão observar os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência a fim de garantir às escolas que representam produtos e serviços de boa qualidade, sem qualquer espécie de favorecimento e mediante a escolha da proposta mais vantajosa para o erário, adotando, para esse fim, sistema de pesquisa de preços que deverá abranger o maior número possível de fornecedores e prestadores de serviços que atuem nos ramos correspondentes ao objeto a ser adquirido e/ou contratado.” (Original sem grifos)

Entretanto, após análise das aquisições realizadas pelas escolas selecionadas na amostra, nos anos de 2015 e 2016, verificou-se a ocorrência de diversas situações em que houve pesquisa de preço realizada com empresas que possuem relação de parentesco entre os seus sócios,

afrontando, portanto, os ditames previstos no artigo citado, notadamente ao que diz respeito aos princípios enumerados.

Com efeito, a equipe de fiscalização solicitou, por meio da SF nº 201700809/01, que fossem fornecidos os Demonstrativos da Execução da Receita e da Despesa e Pagamentos Efetuados, acompanhados das respectivas planilhas de pesquisas de preço, notas fiscais e comprovantes de pagamentos de cada despesa, referente às prestações de contas do exercício 2015 e 2016, das treze Unidades Executoras (UEx) selecionadas na amostra.

Com efeito, a equipe de fiscalização solicitou, por meio da SF nº 201700809/01, que fossem fornecidos os Demonstrativos da Execução da Receita e da Despesa e Pagamentos Efetuados, acompanhados das respectivas planilhas de pesquisas de preço, notas fiscais e comprovantes de pagamentos de cada despesa, referente às prestações de contas do exercício 2015 e 2016, das treze Unidades Executoras (UEx) selecionadas na amostra.
De posse de toda a documentação, procedeu-se consulta ao sistema de informações disponível para a CGU, a fim de se buscar dados das empresas participantes das pesquisas de preços efetuadas pelas UEx quando das suas aquisições.

Manifestação da Unidade Examinada

Em atendimento ao Relatório Preliminar, encaminhado à Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício n.º 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, o Prefeito Municipal apresentou, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017, de 11 de setembro de 2017, a respeito dos fatos apontados na execução do PDDE, Nota de Esclarecimento Preliminar de Defesa:

> *"Se faz importante transcrever o período da fiscalização pela Controladoria Geral da união, conforme mencionado na página 16:*
> *"Cabe destacar que por ocasião dos trabalhos de campo havia a liberação de recursos no programa apenas para os exercícios de 2015 e 2016, conforme exposto: (...)".*
>
> *Sendo assim, conforme apontado no Relatório Preliminar das páginas 16 a 57, a CGU faz referências aos achados na fiscalização e menciona as defesas que foram encaminhadas pelas gestoras responsáveis da época.*
>
> *Porém, foi de extrema importância os apontamentos ofertados pela Controladoria Geral da União que destacamos no relatório:*
>
> *i) Na página 33:*
> *"A análise deste Órgão de Controle teve por base o passado, mas o nosso foco está no futuro, nos processos de aquisição vindouros, onde a repetição das práticas aqui apontadas pode macular a gestão municipal."*
>
> *NOTA – SEMED/2017:*
> *O PDDE, Programa Dinheiro direto na Escola, destina recursos financeiros , em caráter suplementar, as escolas públicas da educação básica (e caso específicos) para uso em despesas de manutenção do prédio escolar e de suas*

instalações (hidráulicas, elétricas, sanitárias, etc.); de material didático e pedagógico; e também para realização de pequenos investimentos, de modo a assegurar as condições de funcionamento da unidade de ensino, além de reforçar as participação social e autogestão escolar. Os repasse são feitos anualmente, em duas parcelas iguais. Fonte de informação: http://www.fnde.gov.br/programas/pdde/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-pdde

Em cumprimento a Resolução n.º 9, de 2 de março de 2011, em especial o seu Artigo 3º:

> *Art.3º O sistema de pesquisa de preços referido no caput do art.2º, que terá por escopo ampliar a competitividade e evitar exigências que afetem a eficiência e a eficácia do processo de aquisição de materiais e bens e contratação de serviços, deverá ser realizado pelas UEx e EM conforme os seguintes procedimentos:*
>
> *(...)*

Neste contexto, a própria legislação aponta como responsável direto pela execução dos recursos as UEx – Unidade Executoras Próprias e EM – Escolas Municipais.

A Secretaria Municipal de Educação atendendo os apontamentos da Controladoria Geral da União, já se reuniu com as UEx, onde foi passado um resumo dos achados pela CGU, e, reforçamos a necessidade de se cumprir as exigências determinadas pelo PDDE, bem como as suas regulamentações quanto a execução dos recursos.

Está sendo providenciado também pela SEMED um curso de capacitação com intuito de colaborar com as UEx, buscando o entendimento da legislação vigente, para o seu cumprimento e determinação".

Análise do Controle Interno

Conforme se observa nas manifestações apresentadas pelo gestor municipal, em que se identificou a ocorrência de falhas nas pesquisas de preços devido à repetição na escolha de empresas nas aquisições bens permanentes com recursos do PDDE, bem como a vinculação societária entre essas empresas, não houve quaisquer atos administrativos por parte da Unidade Executora (UEx) da municipalidade fiscalizada no sentido de se elidir tais falhas, em razão da falta de acesso a cadastro de sócios das empresas.

A Resolução do FNDE nº 09/2011, estabelece que as UEx devem realizar a Consolidação de Pesquisas de Preço, em formulário disponibilizado na referida Resolução, conforme abaixo:

> "*Art. 3º O sistema de pesquisa de preços referido no caput do art. 2º, que terá por escopo ampliar a competitividade e evitar exigências que afetem a eficiência e a eficácia do processo de aquisição de materiais e bens e contratação de serviços, deverá ser realizado pelas UEx e EM conforme os seguintes procedimentos:*
> *[...]*

IV - preenchimento da Consolidação de Pesquisas de Preços, cujo modelo constitui anexo desta Resolução, na qual serão indicados os menores orçamentos obtidos para cada item ou lote pesquisado e cotado, com vistas à identificação do fornecedor ou prestador do qual poderá ser feita a aquisição dos materiais e bens ou a contratação dos serviços;"
[...]

Ocorre que a UEx não observou as diretrizes constantes da Resolução FNDE nº 09/2011 no que se refere à elaboração de formulário de pesquisa de preços e isso pode propiciar deficiências que impactam a eficiência da aplicação de recursos do PDDE. Entretanto, a Secretaria Municipal de Educação se posicionou no sentido de acatar o apontamento da equipe de fiscalização da CGU, bem como informou da necessidade de orientar as UEx se cumprir as exigências determinadas pelo PDDE, bem como as suas regulamentações quanto à execução dos recursos.

Cumpre destacar que a consolidação de preços constitui instrumento de apoio à definição do critério adotado para escolha da proposta mais vantajosa, que pode ser feita pelo menor preço por item ou por lote, ou ainda, justificadamente, pelo menor preço global, quando for aplicável, conforme prevê o §3º, do citado artigo 3º, da Resolução FNDE nº 09/2011. De modo que sem ela corre-se o risco de adotar critério diverso daquele que proporcionaria maior vantajosidade ao erário na aquisição ou contratação

Em relação ao conhecimento prévio de vínculos societários entre as empresas que participaram da cotação de preços, vale ressaltar a ocorrência de erros crassos incorridos pelo agente público responsável pela pesquisa de preços, tal como a aceitação de cotação de preços de fornecedores distintos com o mesmo nome da vendedora para Escola José de Paula Nogueira, conforme registro fotográfico apresentado pela equipe de fiscalização da CGU. Cabe destacar, ainda, a aceitação de cotação de preço da empresa Franco Ferraz Utilidades Ltda. – ME, CNPJ 03.463.413/0001-09 em papel timbrado da empresa Tony Lar Móveis e Eletrodomésticos, CNPJ 02.454.094/0001-02.

Destaca-se que o erro crasso não é um erro considerado comum, se diferenciando para quem o pratica em determinada situação na qual lhe foi atribuída uma atividade específica, no caso concreto a de efetuar pesquisas de preços no mercado. Não seria cabível um gestor que atua na área de aquisição aceitar os erros apontados pela equipe de fiscalização da CGU quando levado em consideração as atribuições que lhes foram atribuídas.

Ressalta-se que houve apresentação de justificativas ainda durante os trabalhos de campo para fatos não apontados pela equipe de fiscalização da CGU, como por exemplo o gestor do CIEP Brizolão 264 Henriett Morineau, conforme verificado no "item 10" das manifestações apresentadas pela a Secretaria de Educação de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício SEMED/GAB/N.º 066/2017, de 07/07/2017, justificou a cotação de preços para aquisição de Roteador Greatek em duas empresas com o mesmo nome fantasia e a pesquisa de preços com empresas distintas e com o mesmo de vendedor. Neste último caso, o fato apontado foi para o item "armário salleto aéreo 2P opala".

Verificou-se também justificativas pelo gestor da Escola Municipal José Rodrigues D'almeida Graça, conforme verificado no "item 15" das manifestações apresentadas pela SEMED, onde houve manifestação do gestor para instrumentos musicais e armário de aço Itatiaia a respeito

da vinculação societária. Tais fatos denotam que ocorreram outras situações semelhantes não identificadas pela equipe de fiscalização da CGU.

3. Conclusão

Em vista da repetição de empresas nas pesquisas de preços, nos relacionamentos societários entre os fornecedores e as diferenças de preços pagos para os mesmos bens permanentes, não podemos certificar que houve, nos exercícios de 2015 e 2016, a correta aplicação dos recursos federais repassados a 22 unidades executoras da rede de ensino municipal de Itaperuna/RJ no âmbito do PDDE, uma vez constatada a dissonância com o art. 37 da Constituição Federal, com a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União e com as orientações emanadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em especial com a Resolução n.º 9, de 2 de março de 2011.

Destacam-se, a seguir, as situações de maior relevância quanto aos impactos sobre a efetividade do Programa/Ação fiscalizado:

- Falhas nas pesquisas de preços em vista de vinculação societária e repetição entre empresas fornecedoras na aquisição de bens permanentes com recursos do PDDE, em dissonância com a Constituição Federal, com a Jurisprudência do TCU e com as normas emanadas pelo FNDE;

- Sobrepreço de R$ 6.792,00 na aquisição de bens permanentes com recursos do PDDE nos exercícios de 2015 e 2016.

Ordem de Serviço: 201700553
Município/UF: Itaperuna/RJ
Órgão: MINISTERIO DA SAUDE
Instrumento de Transferência: Convênio - 781360
Unidade Examinada: HOSPITAL SAO JOSE DO AVAI
Montante de Recursos Financeiros: R$ 979.700,00

1. Introdução

O presente relatório apresenta o resultado do trabalho de fiscalização realizado sobre a execução do Convênio nº 781360/2012, oriundo de emenda parlamentar, por intermédio do Ministério da Saúde (Concedente) e a Conferencia São José do Avaí (Convenente), no âmbito do Programa 10302201585350001 – Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) / Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

O Objetivo dessa ação foi realizada para verificar se os equipamentos foram adquiridos, se os recursos foram aplicados unicamente conforme o Termo de Referência do convênio e se o público alvo estava sendo realmente beneficiado.

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 22 a 27 de maio de 2017, na sede da Convenente, no Município de Itaperuna/RJ. O montante dos recursos para essa finalidade foi de R$979.700,00, sem contrapartida do convenente. O escopo do trabalho compreendeu as seguintes etapas:

- Análise da formalização do convênio;
- Análise da execução do Pano de Trabalho;
- Verificação in loco dos equipamentos adquiridos e instalados, conforme o Termo de Referência; e
- Verificação da qualidade e utilização dos equipamentos instalados

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja dos **gestores federais**.

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Aplicação inadequada dos recursos do Convênio 781360 no mercado financeiro.

Fato

Os Recursos do Convênio 781360 foram aplicados no mercado financeiro contrariando o § 1º, inciso I, do artigo 54 da Portaria Interministerial N.º 507 de 24 de novembro de 2011.

Após análise dos Extratos Fundo de Investimento do Convênio 781360, disponibilizados pela entidade, verificou-se que os recursos foram aplicados no mercado financeiro através de fundo de investimento de curto prazo por mais de 30 dias, contrariando inciso § 1º, inciso I do artigo 54 da Portaria Interministerial N.º 507 de 24 de novembro de 2011 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Controladoria-Geral da União (CGU).

É importante ressaltar que assim que os recursos são repassados, o valor deve ser aplicado em caderneta de poupança (se a previsão de uso for igual ou superior a um mês) ou fundo de aplicação financeira de curto prazo (para a previsão de uso em prazos menores do que um mês).

Manifestação da Unidade Examinada

O Relatório Preliminar de Fiscalização foi encaminhado ao Presidente do Hospital São José do Havaí, por meio do Ofício nº 14.223/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, para apresentação de justificativas ou esclarecimentos do fato apontado. Até a conclusão dos trabalhos, não houve manifestação por parte da gestão da referida entidade fiscalizada.

Análise do Controle Interno

O gestor não se atentou para a correta aplicação do recurso público, conforme estabelecido na Portaria Interministerial N.º 507 de 24 de novembro de 2011 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Controladoria-Geral da União (CGU).

2.2.2. Convênio n.º 781360 executado pelo Hospital São José do Avaí conforme Termo de Referência e Plano de trabalho.

Fato

O exame deste trabalho diz respeito à aquisição de equipamentos hospitalar para à UTI Neonatal, para o Hospital São José do Avaí no âmbito do Convênio n. º 781360/2012 celebrado com o Ministério da Saúde, proposta SICONV n. º 031901/2012, no valor de R$979.700,00. A visita in loco foi realizada no período de 22 a 26 de maio de 2016.

A documentação referente à execução financeira do referido convênio foi apresentada de forma completa. As transferências efetuadas pelo Ministério da Saúde foram levantadas por meio do SICONV, conforme demonstrado no Cronograma abaixo:

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO			
Nr de Liberação	Data da Liberação	Valor R$	Crédito
829268	27/08/2013	979.700,00	03/09/2012
Total		979.700,00	

Fonte: Extrato Bancário

Importante ressaltar que o recurso para a execução deste convênio foi equivocadamente depositado na Caixa Economia Federal, Agência nº.0074-7, Conta Corrente n. º 00301040-3. Ocorre que essa agência encontra-se localizada na cidade de São Gonçalo dos Campos/BA, onde dificultou inicialmente a convenente de executar o convênio.

A instituição foi orientada pelos técnicos do Ministério da Saúde que entrassem em contato com a CEF através da Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil – CGEOFC, solicitando a alteração de domicílio bancário, já que a responsabilidade do depósito seria da CEF, dessa forma somente em 06 de fevereiro de 2014 houve a transferência para Agencia 182, Conta Corrente 3153-0, Itaperuna/RJ, no valor de R$ 1.005.656,61, saldo esse em razão da aplicação enquanto o valor inicial estava aplicado.

Por se tratar de entidade privada, não se aplica a inclusão em orçamento dos recursos transferidos pelo fundo Nacional de Saúde/MS.

Foram analisados pela equipe todos os extratos bancários relativos ao período de 03 de setembro de 2013 a 30 de abril de 2017.

Em relação a licitação, foi realizado certame no portal dos convênios, através da Cotação Eletrônica de Preços n.º 02/2013 em 30 de outubro de 2013, do tipo menor preço unitário, cujo objeto refere-se à aquisição de equipamentos hospitalares para UTI Neonatal. Participaram do certame as empresas GE Healthcare do Brasil Comércio e Serviços Equipamentos Médico-hospitalares Ltda. e Leistung Equipamentos Ltda. A celebração do Contrato n.º 002/2013, de 14 de novembro de 2013, foi realizada com a empresa GE Healthcare do Brasil Comércio e Serviços no valor de R$ 979.700,00.

A empresa Leistung apresentou cotação apenas para os ventiladores pulmonares, sendo desclassificada por não atender as especificações técnicas do Termo de Referência.

Os bens adquiridos previstos na Proposta de Aquisição ao Plano de Trabalho Aprovado estão em conformidade com as especificações.

Os equipamentos/materiais permanentes foram localizados nos ambientes previstos, na UTI Neonatal do Hospital São José do Avaí, no período de 22/05 a 26/05/2017, conforme relatório fotográfico:

Fotos tiradas da UTI Neonatal do Hospital São José do Avaí	
Central de Monitoramento	Tombamento da Central de Monitoramento n.º 15223
Ventiladores Pulmonar	

Fotos tiradas da UTI Neonatal do Hospital São José do Avaí

Incubadoras Neonatal

Incubadora Neonatal Estacionária

Fonte: Visita in Loco no Hospital São José do Avaí

Diante das informações apresentadas e da verificação in loco dos equipamentos, o objetivo do convênio foi executado em 100% e os bens adquiridos com recursos do referido convênio estão identificados e tombados ao patrimônio da entidade.

No quadro a seguir consta o patrimônio dos equipamentos adquiridos no âmbito do Convênio n. º 781360/2012:

REGISTRO DO PATRIMÔNIO DOS EQUIPAMENTOS					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QTDE	Nr. PATRIMÔNIO	VALOR TOTAL R$	LOCAL
01	Monitor Multiparâmetro para o centro cirúrgico	07	1- 15258 2- 15260 3- 15261 4- 15273 5- 15274 6- 15286 7- 15287	138.600,00	UTI - NEONATAL
02	Ventilador Pulmonar	10	1- 15270 2- 15271 3- 15276 4- 15277 5- 15278 6- 15279 7- 15280 8- 15290 9- 15292 10- 15298	510.000,00	
03	Incubadora Neonatal Estacionária	04	1- 15397 2- 15398 3- 15399 4- 15400	260.000,00	
04	Berço Aquecido	03	1- 14217 2- 14218 3- 14219	21.675,00	
05	Central de Monitoramento	01	1- 14223	49.425,00	

Fonte: Informações e documentos de registro do Hospital São José do Avaí

Dessa forma, após disponibilizado a documentação, e comprovado quando da visita in loco, verificamos o funcionamento, tombamento e utilização dos equipamentos.

3. Conclusão

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais foi aplicada adequadamente para aquisição dos itens referentes ao Plano de Trabalho. Com relação ao recurso para a execução deste convênio foi equivocadamente depositado na Caixa Econômica Federal, Agência nº.0074-7, Conta Corrente n. º 00301040-3. Ocorre que essa agência encontra-se localizada na cidade de São Gonçalo dos Campos/BA, dificultando a convenente de executar o convênio, porém a instituição foi orientada pelos técnicos do Ministério da Saúde que entrassem em contato com a CEF através da Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil – CGEOFC, solicitando a alteração de domicílio bancário, já que a responsabilidade do depósito seria da CEF.

Dessa forma somente em 06 de fevereiro de 2014 houve a transferência para Agência 182, Conta Corrente 3153-0, Itaperuna/RJ, no valor de R$ 1.005.656,61, saldo esse em razão da aplicação enquanto o valor inicial estava aplicado. Tal fato não comprometeu a execução do convênio.

Apesar dos recursos do Convênio n.º 781360 terem sido aplicados no mercado financeiro contrariando o inciso I, § 1º do artigo 54 da Portaria Interministerial N.º 507 de 24 de novembro de 2011, o convênio foi executado e está de acordo com o objetivo atendido.

Ordem de Serviço: 201700548
Município/UF: Itaperuna/RJ
Órgão: MINISTERIO DA SAUDE
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão
Unidade Examinada: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Montante de Recursos Financeiros: R$ 1.302.757,38

1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 22 a 26 de maio de 2017 sobre a aplicação dos recursos de Vigilância Epidemiológica do Programa 103052015 / Ação 20 – Fortalecimento do Sistema Único (SUS) / Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.

O objeto do trabalho trata de avaliação, por meio de ação de Fiscalização de Entes Federativos, da execução das ações relativas ao Bloco de Vigilância em Saúde pelo município de Itaperuna/RJ, com foco principal da avaliação das contratações e aquisições de materiais empregados no combate do mosquito *Aedes Egypti,* vetor dos vírus da dengue, do *chikungunya* e do *zika vírus.*

A vigilância em saúde tem por objetivo a observação e análise permanente da situação de saúde da população, compreendendo as ações de vigilância, promoção, prevenção e controle de doenças e agravos à saúde.

A avaliação da execução do programa deu-se sob aspectos de:

- **Eficácia**: se os gestores municipais estão praticando atos apropriados e adequados para promoção de vigilância em saúde;
- **Eficiência**: avaliação dos atos praticados para promoção de vigilância em saúde sob a ótica da economicidade;
- **Eficácia**: quais impactos as ações de promoção de vigilância em saúde têm gerado na diminuição de vulnerabilidade e riscos à saúde, e promoção da qualidade de vida da população atendida pelo programa.

Diante do exposto, justifica-se o escopo do exame das ações do Bloco de Vigilância em Saúde dadas suas criticidade e relevância, em que pese a baixa materialidade relativa dos recursos empregados no Bloco da Vigilância em Saúde.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja dos **gestores federais**.

2.2 Parte 2

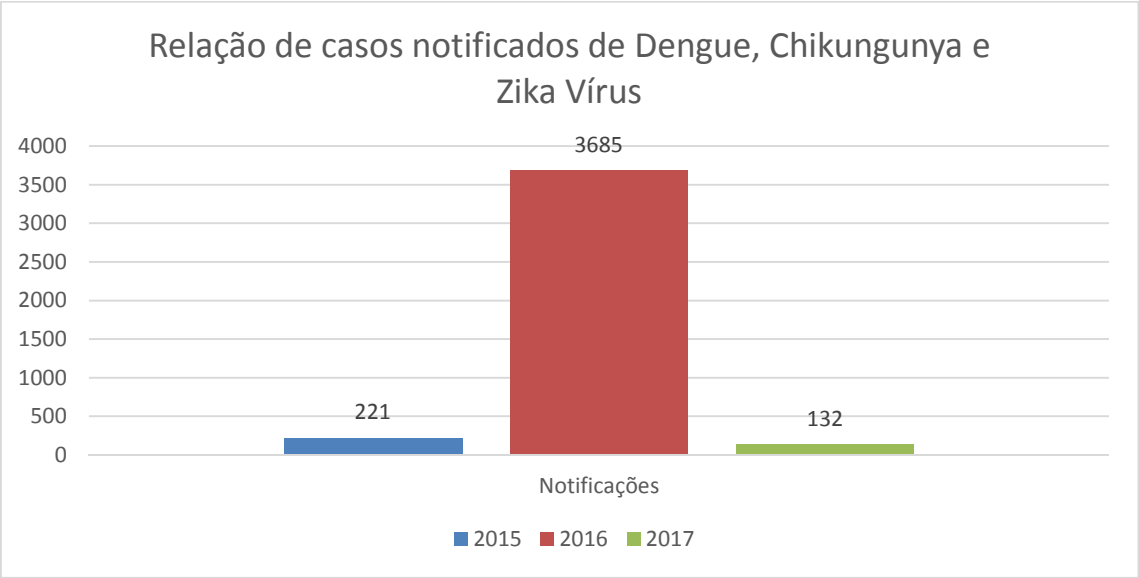
Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Ausência de controle de jornada de trabalho e de capacitação adequada dos Agentes de Combate a Endemias do município.

Fato

Quanto aos resultados físicos obtidos pela Secretaria Municipal de Vigilância em Saúde, percebe-se uma significativa diminuição nos casos notificados de Dengue, Chikungunya e Zika Virus (96,4%) no último exercício, resultado superior à média nacional de (89,32%) registrada para o mesmo período no Boletim Epidemiológico/MS nº N° 16 – 2017, exercício em que houve epidemia dessas doenças no Brasil.



Fonte: Sistema e Informações de Agravos de Notificações – MS (19ª semana epidemiológica)

Destarte, a Portaria GM/MS nº 1.025/2015 revisada pela GM/MS nº 535/2016 estabelece o quantitativo máximo de Agentes de Combate a Endemias – ACE para os quais a União disponibiliza auxílio financeiro para custeio cada ente municipal. Tais normativos estipulam como parâmetro 47 ACE para o município de Itaperuna/RJ, o qual dispõe de 77 ACEs. Ressalta-se que o Ente tem discricionariedade para contratar ACE além do parâmetro estabelecido pelo Ministério da Saúde, contudo o incentivo financeiro concedido pelo governo federal fica restrito ao quantitativo estabelecido pela Portaria GM/MS nº 535/2016.

Segundo documentação disponibilizada pela Secretaria de Vigilância em Saúde, o monitoramento da produtividade dos ACE é contínuo, exercido pelos Supervisores e Supervisor Geral, na forma de relatórios.

Cabe destacar que os relatórios acima descritos especificam o tipo de imóvel visitado (residencial, comercial, galpão), bem como apresenta a hora de entrada no imóvel e a quantidade de larvicida utilizada.

Foi relatado pelo coordenador municipal que os agentes de combate às endemias cumprem uma carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, tendo o controle de horário lastreado em folhas de ponto manual, com a devida aprovação do Superintendente de Saúde Coletiva do Município.

Todavia, inspeção realizada nas folhas de ponto dos meses de março e abril de 2017 dos ACEs evidenciam uma vulnerabilidade sistemática. Constatou-se que houve lançamentos que apontam assiduidade exemplar e pontualidade "britânica" (registros de início, intervalo e saída rigorosamente idênticos) de quase todos os agentes, a exceção deu-se em apenas 1 agente no mês de março e 3 agentes no mês de abril. Tal circunstância torna o registro de ponto dos agentes mera formalidade, e instrumento ineficiente no atendimento de sua finalidade principal de controlar o horário de trabalho desses agentes conforme exigência da Lei nº 11.350/2006, Art. 9º-A.

Ainda, em inspeção realizada nas pastas funcionais dos funcionários da Secretaria, constatou-se que há apenas 5 certificados de capacitação de ACEs, tendo sido uma dessas capacitações realizada no exercício de 2006.

Cabe destacar a importância na capacitação contínua desses Agentes, visto que esses profissionais constituem a primeira linha de defesa na busca de casos de enfermidades, de identificação de focos de criadouro de vetores e são disseminadores de informação, propiciando quebra da resistência entre os cidadãos para a prevenção acerca da multiplicação de vetores de doenças graves.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar encaminhado ao Sr. Prefeito de Itaperuna, em 24 de agosto de 2017, por meio do OFICIO/VIGILÂNCIA AMBIENTAL N° 226/2017, de 06 de setembro de 2017, o Sr. Secretário Municipal de Saúde informou que:

> *"Sobre a significativa diminuição nos casos notificados de Dengue, Chikungunya e Zika Virus em relação à média nacional, através de Boletim Epidemiológico, informamos que o trabalho da Vigilância Ambiental em Saúde está relacionado diretamente com o controle de vetores de acordo com as notificações recebidas por este Setor, vinculadas ao trabalho conjunto da Atenção Básica e da Vigilância Epidemiológica, portanto vale salientar que não somos responsáveis pelos dados notificatórios.*

Sobre a Portaria GM/MS n° 1.025/2015 revisada pela GM/MS n° 535/2016 que estabelece o quantitativo máximo de agentes de Combate a Endemias - ACE para os quais a União disponibiliza auxílio financeiro para custeio cada ente municipal.

A CGU cita: "Tais normativos estipulam como parâmetro 47 ACE para o município de Itaperuna/RJ, o qual dispõe de 77 ACE's."

Vale salientar que a Vigilância Ambiental em Saúde responde por uma série de programas que são de competência deste Setor, tais como: Coordenação, Supervisão. Supervisão e Atuação do Campo, Setor Administrativo, Atendimento ao público, Disque Dengue, Controle de pragas e dedetização geral, Educação em Saúde e LIRA's, UBV, PE (Ponto Estratégico), Laboratório Entomológico e Laboratório de Água, além dos Programas: VIGIAGUA. VIGIAR, VIGISOLO e VIGIDESATRE. Temos ao todo 90 funcionários que estão distribuídos em todas as vertentes apresentadas acima, portanto vale ressaltar que apesar do número citado de Agentes de Controle de Endemias, não temos a totalidade atuando no campo.

A respeito do controle do ponto dos funcionários para controle da assiduidade, informamos que os agentes já foram orientados a assinarem seus pontos de acordo com o horário exato em que iniciam e terminam os trabalhos. Tal conduta já está sendo supervisionada pelos Supervisores de Campo.

Já solicitamos ao Estado mais capacitações de reciclagem para toda a equipe da Vigilância Ambiental em Saúde, em tempo cabe informar que todos os Agentes de Controle de Endemias participam de palestras internas elaboradas pelo NICES (Núcleo Interno de Controle e Educação em Saúde) e que sempre que possível as equipes multidisciplinares estão em processo de capacitação na capital (Rio de Janeiro)".

Análise do Controle Interno

Por meio do OFICIO/VIGILÂNCIA AMBIENTAL N° 226/2017, de 06 de setembro de 2017, o gestor municipal concorda com os apontamentos realizados pela equipe de fiscalização.

Relativamente ao controle de assiduidade dos agentes de combate a endemias, o gestor, em sua manifestação, informa que os servidores foram orientados sobre obrigatoriedade de registrarem o ponto de acordo com o horário exato em que iniciam e terminam os trabalhos e que tal conduta está sendo supervisionada pelos Supervisores de Campo. No entanto, não apresentou nenhuma documentação comprobatória de que as respectivas ações estão sendo implementadas de fato, tal como: ato administrativo divulgando aos agentes a necessidade do registro das folhas de frequência e cumprimento da jornada de 40 horas semanais.

Registre-se a manifestação do gestor municipal no sentido de corrigir as impropriedades apontadas nesse ponto do relatório, além de prover a oferta de capacitações de reciclagem aos seus agentes de Vigilância Ambiental em Saúde, bem como palestras internas elaboradas pelo NICES (Núcleo Interno de Controle e Educação em Saúde), além da possibilidade de serem treinados pelas equipes multidisciplinares que, esporadicamente, estão em processo de capacitação na capital, no Centro do Município do Rio de Janeiro.

2.2.2. Baixa utilização de recursos financeiros disponíveis para Bloco Vigilância em Saúde.

Fato

O Bloco de Vigilância em Saúde do município de Itaperuna possui conta específica na Caixa Econômica Federal, agência: 0182, conta: 624015-1. Destarte, em consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal realizada em 05 de junho de 2017, evidenciou-se repasses na ordem de R$ 1.980.842,00 no período que compreende 01 de janeiro de 2015 a 04 de junho de 2017, na ação "20AL - Vigilância em Saúde", modalidade fundo a fundo, distribuídos conforme o quadro a seguir:

Quadro I – Recursos Financeiros disponíveis para Bloco Vigilância em Saúde

Período janeiro de 2015 até dezembro de 2015			**Período janeiro de 2016 até dezembro de 2016**			**Período janeiro de 2017 até março de 2017**			**Saldo em 31 de março de 2017 (R$)**
Saldo Inicial	**Total de valores transferidos do FNS (R$)**	**Rendimento de aplicação financeira**	**Saldo Inicial**	**Total de valores transferidos do FNS (R$)**	**Total de valores dos rendimentos do FNS (R$)**	**Saldo Inicial**	**Total de valores transferidos do FNS (R$)**	**Total de valores dos rendimentos do FNS (R$)**	
84.607,82	683.787,19	28.416,89	561.752,37	939.524,10	54.890,78	275.196,67	357.530,71	6.318,50	482.289,75

Fonte: Portal da Transparência e extratos bancários da conta 624015-1

O quadro acima demonstra que o Bloco de Vigilância em Saúde municipal dispõe de recursos suficientes para seu pleno funcionamento.

Chama atenção a baixa execução orçamentária do programa dada a sua relevância para a saúde da população, visto que diversos estudos apontam para que a prevenção de doenças tem impacto na qualidade de vida dos cidadãos e onera a rede de atendimento de saúde regional.

Em resposta ao item 11 da Solicitação de Fiscalização nº 201700548/002, no qual foi perguntado: *"Informar se o município recebeu recurso da Assistência Financeira Complementar da União, com base na Portaria GM/MS n. º 535/206"*, os Coordenadores Municipais de Vigilância Ambiental em Saúde informaram não ter ciência do recebimento de recursos de assistência financeira da União.

Ocorre que, com base nos extratos bancários referentes ao período sob análise (01 de janeiro de 2015 a 31 de março de 2017, não foram identificadas transferências de recursos para outras contas ou outras que não sejam referentes aos objetivos do Bloco de Vigilância em Saúde.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do OFICIO/VIGILÂNCIA AMBIENTAL N° 226/2017, de 06 de setembro de 2017, o gestor municipal informa que:

"Tendo em vista a relevância para a saúde da população, e a importância da prevenção de doenças na qualidade de vida dos cidadãos informamos que diante dos extratos financeiros apresentados, definiremos junto ao Planejamento, Tesouraria e ao Setor de Vigilância em Saúde a melhor forma de executar o orçamento do programa."

Análise do Controle Interno

O gestor informou que definirá junto ao Planejamento, Tesouraria e ao Setor de Vigilância em Saúde a melhor forma de executar o orçamento da Ação 20AL - Vigilância em Saúde, o que corrobora a ocorrência de baixa execução orçamentária no Bloco Vigilância em Saúde do município de Itaperuna, tendo em vista a sua relevância para a saúde da população.

2.2.3. Gestão inadequada de estoques da Secretaria de Vigilância em Saúde.

Fato

Visando a avaliar a eficácia e eficiência dos atos praticados em vigilância em saúde, a equipe de fiscalização realizou inspeção nos depósitos dos equipamentos e dos insumos utilizados pela Secretaria Municipal de Vigilância em Saúde, constatando as seguintes impropriedades:

1. Ausência de controle efetivo de estoque de equipamentos e dos insumos estratégicos.

Em resposta ao item 01 da Solicitação de Fiscalização nº 201700548/002, os Coordenadores Municipais de Vigilância Ambiental em Saúde informaram não utilizar o Sistema de Insumos Estratégicos em Saúde – SIES. O SIES é uma ferramenta WEB para gestão, análise, controle e movimentação dos praguicidas utilizados em saúde pública.

Ressalta-se que o adequado controle de estoque em vigilância em saúde é indispensável para evitar desperdícios, e para garantir que serviços de prevenção e monitoramento de enfermidades não sejam interrompidos.

Destarte, na mesma resposta, foi anexada uma cópia de fichas de fluxo de entradas e de saídas de produtos utilizados na Vigilância em Saúde, contudo constatou-se não haver inventário inicial ou periódico desses materiais, o que, aliado à falta de organização dos estoques, impossibilita ações como de planejamento e controle de materiais e controle de datas de validade, causando impacto na economicidade do programa e elevando o risco de interrupção na prestação de serviços à comunidade.

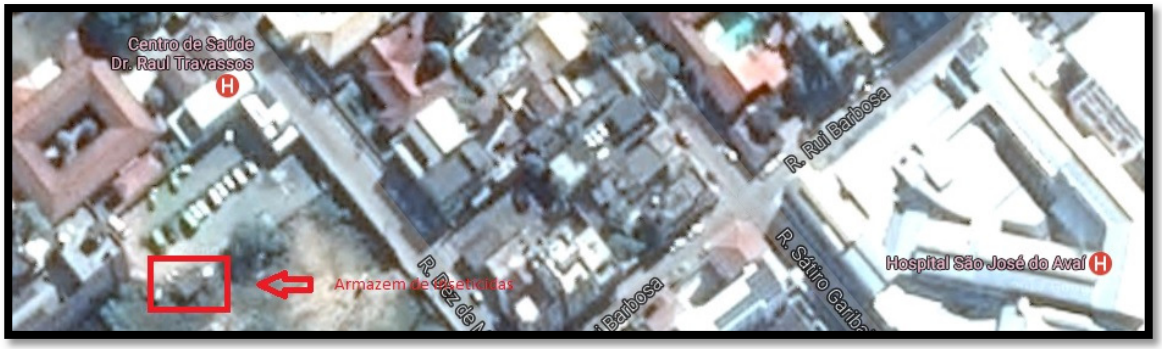
Estoque de materiais Vigilância em Saúde – Inspeção realizada em 24 de maio de 2017

Fonte: Relatório Fotográfico da CGU.

2. Armazenamento inadequado dos inseticidas.

Quanto ao estoque de produtos químicos e inseticidas, constatou-se armazenamento inadequado, o qual apresenta riscos de contaminação para os usuários e meio ambiente, e contraria a NBR 9843.2004 da ABNT que estabelece critérios de armazenamento, movimentação e gerenciamento de agrotóxicos e afins.

Constatou-se que o armazém de produtos químicos e inseticidas da Secretaria Municipal de Vigilância em Saúde está localizado em um terreno utilizado como estacionamento por funcionários e usuários do Centro de saúde Dr. Raul Travesso e da Secretaria Municipal de Saúde, ou seja, em uma área próxima a unidades de saúde, órgãos públicos e comércio local o que contraria o disposto no item 4.2.8 da NBR 9843.2004: *"A localização do armazém deve obedecer ao zoneamento de ocupação do solo elaborado pela prefeitura, não devendo estar em áreas sujeitas a inundações, assim como próximo a escolas, hospitais e áreas residenciais."*



Fonte: Google Earth, em 01 de junho de 2017.

Ainda, nesse depósito não há identificação de armazenamento de produtos tóxicos. Destaca-se que a edificação não dispõe de saídas de emergência nos preceitos do item 4.2.7 da NBR 9843.2004. A única entrada e saída da edificação é obstruída pelo veículo no qual se acopla o pulverizador durante todo o período de manipulação.

Também não há fonte de água corrente e sabão para o caso de contaminação da pele de quem manipula os produtos. Não obstante, constatou-se o local não apresenta as medidas contra incêndio, colocadas no item 4.2.6 da NBR 9843.2004, conforme relatório fotográfico realizado no dia 24 de maio de 2017:

Foto 1: Estoque de inseticidas e produtos químicos, produtos armazenados fora dos paletes, causando risco de contaminação do piso	Foto 2: Armazém de inseticidas da Secretaria Municipal de Vigilância em Saúde. Única entrada fica obstruída pelo veículo durante todo o período de manipulação
Foto 3: Estoque de inseticidas e produtos químicos armazenado junto a outros itens como pneus e sucatas	Foto 4: Estoque de inseticidas e produtos químicos armazenado junto a outros itens como pneus e sucatas

Fonte: Inspeção realizada em 24 de maio de 2017.

Por fim, a equipe não acompanhou a manipulação de inseticidas, por isso não foi possível verificar a efetiva utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI pelos funcionários da prefeitura.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do OFICIO/VIGILÂNCIA AMBIENTAL N° 226/2017, de 06 de setembro de 2017, o gestor municipal informa que:

> *"Colocaremos em prática o Controle Efetivo do estoque de equipamentos e dos insumos estratégicos, bem como viabilizaremos a utilização do Sistema de Insumos Estratégicos em Saúde (SIES). Para isto, já solicitamos ao servidor responsável pelo*

almoxarifado para que tome as providências cabíveis. Vale salientar que nenhum pedido de insumo foi feito durante esta gestão e assim que for consolidado implantaremos esse controle efetivo, tanto dos insumos comprados por esta Secretaria Municipal quanto os recebidos pelo Ministério da Saúde e distribuídos pela Secretaria Estadual de Saúde. Evitando assim desperdícios e a garantia de prevenção e monitoramento de vetores. A sala utilizada para armazenamento de matérias da Vigilância em Saúde será reorganizada para melhor distribuir os materiais de acordo com a demanda.

Sobre o depósito que referência o serviço de UBV, onde são colocados temporariamente os inseticidas utilizados pelo Setor, informamos que já solicitamos a retirada imediata deste material deste local e que um novo local já está sendo pesquisado para que os produtos sejam armazenados de acordo com a NBR 9843.2004 da ABNT. Vale salientar que este problema foi identificado por esta Coordenação e providências já estão sendo tomadas. O trâmite de locação de um local adequado já foi solicitado por esta coordenação visto que este é um problema antigo. Esta Coordenação aponta que extinguimos o armazenamento de inseticida nesse local e que neste existem apenas resíduos sólidos que serão retirados por uma empresa prestadora desse serviço. Todo servidor que atua neste Setor faz uso do EPI e a não utilização do mesmo causa punição ao mesmo. Em decisão imediata, tendo em vista a falta de um local adequado para armazenamento do inseticida, estamos recebendo da Secretaria de Estado de Saúde a quantidade mínima para o trabalho desejado tendo como observância áreas endêmicas. Sendo que tal administração tem sido feita da melhor forma possível em local aberto e de acordo com a normas da ABNT até que o processo de locação normativo seja de fato efetivado."

Análise do Controle Interno

Destarte, o gestor não apenas concorda com os apontamentos realizados pela equipe de fiscalização, como declara ter conhecimento dos fatos por tratar-se de "um problema antigo".

Isso posto, apenas após a fiscalização exercida por esta Controladoria Regional da União a Coordenação de Vigilância Ambiental em Saúde Municipal informa desprender esforços para alocação do depósito em local adequado, atendendo às exigências contidas na NBR 9843.2004 da ABNT.

2.2.4. Inconformidades na autuação dos processos de contratações do Bloco de Vigilância em Saúde demonstram ausência de planejamento e comprometem o princípio da eficiência do gasto público.

Fato

A fim de avaliar a regularidade das contratações realizadas para atender às necessidades do Bloco de Vigilância em Saúde do município de Itaperuna/RJ, buscou-se analisar processos de contratações e aquisições nos exercícios 2015, 2016 e 2017.

Em razão da baixa materialidade da execução orçamentária e das contratações realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde no exercício de 2015, solicitou-se a disponibilização do

processo de contratação do Hospital Conferência São José do Avaí para prestação de serviços médicos pelo valor global de R$ 31.126,00.

Em resposta, o Secretário Municipal de Saúde informou que o lançamento de empenho para o hospital havia sido feito erroneamente no programa de trabalho 103050429.2.262000 – Vigilância em Saúde, quando o certo seria 103020428.2.087000 – Assistência Média e Alta Complexidade. Na mesma resposta, o gestor apresentou documentação probatória de empenho e pagamento da despesa pela conta da Assistência Média e Alta Complexidade.

Para avaliar as contratações realizadas no exercício 2016, analisou-se o processo nº 008887/2016, referente ao pregão presencial nº 29/2016, para registro de preços tipo menor preço por item, para aquisição de insumos e equipamentos com a finalidade de atender à Vigilância Sanitária Municipal no valor global de R$ 476.840,00.

Inicialmente, não consta no processo nº 008887/2016 o Termo de Referência da contratação. Tem-se ciência de que o presente processo licitatório tem objetivo de registrar ata para aquisições futuras, todavia destaca-se que o Termo de Referência estabelece a conexão entre a Contratação e o Planejamento existente, expondo o alinhamento da contratação às reais necessidades da entidade, inclusive quanto a justificativa de quantidade a ser registrada em ata.

Isso posto, consta no processo a solicitação de autorização de despesa (SAD) nº 028/2016 que informa apenas que "*O quantitativo presente neste termo foi obtido a partir de pedido feito pelo encarregado da Vigilância Ambiental de acordo com as necessidades do mesmo. Assim, baseado em observações pregressas e em previsões para o futuro obteve-se o elemento deste produto*".

Tal circunstância evidencia a fragilidade do planejamento da Unidade, a qual não observou o princípio administrativo da eficiência, e o componente Atividade de Controle Interno estabelecido pela Portaria Conjunta CGU/MP nº 01/2016, que é de observância obrigatória para os órgãos da administração pública federal e boa prática a ser observada por estados e municípios.

Destarte, na análise do processo nº 008887/2016 verificou-se que foi realizada a pesquisa de preço, e não foram identificados fatores que limitassem a competitividade dos licitantes. Sagraram-se vencedoras as empresas Sant'all Serviços e Comércio Ltda Epp – CNPJ 11.174.805/0001-23 e ST Itajá Agrícola Ltda - CNPJ 03.656.245/0001-69. A partir desta ata de registro de preços foram realizadas as seguintes contratações:

Quadro – Aquisição Insumos

Processos	**Objeto**	**Contratado**	**Valor global (R$)**
019037/2016	Aquisição de insumos e equipamentos para atender a vigilância ambiental	Sant'all Serviços e Comércio Ltda Epp	76.233,00

019952/2016	Aquisição de insumos e equipamentos para atender a vigilância ambiental	ST Itajá Agrícola Ltda	80.835,00
002228/2016	Aquisição de insumos e equipamentos para atender a vigilância ambiental	Sant'all Serviços e Comércio Ltda Epp	63.730,00
019942/2016	Aquisição de insumos e equipamentos para atender a vigilância ambiental	ST Itajá Agrícola Ltda	80.835,00

Fonte: Processos administrativos

Além da contratação da SVS para aquisição de insumos e equipamentos, a equipe, também, analisou a aquisição de pneus para os veículos à disposição da Secretaria de Vigilância em Saúde. Por meio do processo nº 12641/14, a Prefeitura Municipal realizou o pregão presencial 034/2014, o qual teve por finalidade a obtenção de ata registro de preços para aquisição de pneus para diversas Secretarias.

Foram habilitadas para sistema de registro de preços as empresas: Dicamarim Distribuidora Eireli - ME, CNPJ: 19.742.251/0001-70 e Gati Peças e Acessórios Ltda - ME, CNPJ: 15.541.500/0001-08, pelo valor global de R$ 170.892,80.

Informa-se que foi realizada pesquisa de preço, e não foram identificados fatores que limitassem a competitividade dos licitantes. Contudo, novamente não consta no processo o Termo de Referência da contratação, apenas a justificativa de que "*O quantitativo presente neste termo foi obtido a partir de pedido feito pelo responsável do setor de acordo com as necessidades do mesmo. Assim, baseado em observações pregressas e em previsões para o futuro obteve-se o elemento deste produto*", o que novamente evidencia a fragilidade do planejamento da Unidade.

Por fim, em análise à regularidade das despesas do Bloco de Vigilância em Saúde, procedeu-se a avaliação do processo nº 001381/2016, cujo objeto trata de Aquisição e Pagamento de diárias de hotel para servidores cedido do Ministério da Saúde à prefeitura de Itaperuna/RJ para reforçar trabalhos de Controle de Endemias.

Ocorre que no processo não consta motivação para a contratação, a relação dos servidores para o qual o hotel foi contratado, documentação comprobatória da estadia pelo período contratado, ou qualquer tipo de relatório ou prestação de contas da estadia desses servidores.

Por meio da Solicitação de Fiscalização nº 201700548/005, a Secretaria de Vigilância em Saúde foi questionada a apresentar as informações faltantes do processo. Em resposta, a Secretaria informou os dados desses servidores, assim como encaminhou fotos e reportagens que comprovam a viagem. Cabe destacar que tais informações deveriam constar no processo nº 001381/2016, e que a ausência de informações compromete o princípio da Motivação do processo administrativo, o qual determina que a decisão do administrador deve ter a indicação dos pressupostos de fato e de direito que a ensejam. Motivação é a explicitação das razões que levam o administrador a decidir de uma maneira ou de outra, diante de determinada situação, diante de determinados pressupostos, diante de determinados fatos.

Ainda, em que pese não se conseguir evidenciar eventual sobrepreço na contratação de diárias de hotel, chama atenção o fato de que a tarifa praticada pelo contratado, Hotel Albinos, CNPJ 05.082.555/0001-43, em janeiro de 2016 (R$ 140,00) é 15% superior a praticada pelo hotel em 07 de junho de 2017 (R$ 120,00). Tal fato apresenta indício de que o valor estivesse acima dos valores praticados a época no município, o que compromete os princípios administrativos da eficiência e da economicidade.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do OFICIO/VIGILÂNCIA AMBIENTAL N° 226/2017, de 06 de setembro de 2017, o gestor municipal informa que:

> *"O item 4, cita a solicitação de autorização de despesa (SAD) n° 028/2016. Visto que esta autorização não se deu na atual gestão apenas informamos que tal conduta será observada com atenção por esta Coordenação e que o princípio administrativo da eficiência e o componente Atividade de Controle Interno estabelecido pela Portaria conjunta CGU/MP n° 01/2016, que é de observância obrigatória para os órgãos da administração pública federal e boa prática a ser observada por Estados e Municípios farão parte da rotina administrativa a ser adotada por este Setor.*
>
> *Por fim, esta Coordenação informa que desconhece o Processo n° 001381/2016, que trata da contratação de diárias e hospedagem no Hotel Albinos, visto que se deu no ano de 2016, quando a atual gestão ainda não havia assumido. Esta Coordenação obedece rigorosamente os princípios administrativos da eficiência e da economicidade, portanto reafirma que já colocou em prática esta rotina, observando rigorosamente todos os parâmetros e exigências."*

Análise do Controle Interno

Destaca-se que a discussão envolvendo a responsabilidade pela prestação de contas de recursos federais recebidos entre gestores públicos municipais, mais especificamente entre antecessor e sucessor, é de tal modo recorrente que o Tribunal de Contas da União emitiu a Súmula nº 230, enunciando os seguintes termos:

> *"Compete ao prefeito sucessor apresentar as contas referentes aos recursos federais recebidos por seu antecessor, quando este não o tiver feito ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público com a instauração da competente Tomada de Contas Especial, sob pena de co-responsabilidade."*

Isto posto, não cabe o argumento de que a atual gestão desconhece qualquer ato praticado pela gestão anterior.

Desta forma, cabe a atual gestão o saneamento de atos e processos emanados de vícios praticados por gestões antecessoras, sob pena de corresponsabilidade.

Cabe destacar que, em relação aos fatos apontados, a falta de comprovação da elaboração de Termo de Referência para contratação de bens e serviços denota a fragilidade no processo de planejamento do ente fiscalizado, o que compromete o princípio da eficiência do gasto público.

3. Conclusão

Com base nos exames realizados, identificou-se que os casos de contágio de doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Egypti* na região de Itaperuna/RJ, no período 2016 – 2017, caíram em proporção superior à média nacional.

Contudo registramos falhas na gestão operacional do Bloco de Vigilância em Saúde do município de Itaperuna/RJ que merecem aperfeiçoamento, conforme destacado nas constatações relatadas a seguir:

- Processos administrativos sem motivação, o que evidencia fragilidade no planejamento da unidade.

- Fragilidade no controle de horário dos Agentes de Combate a Endemias.

- Ausência de controle de estoque relativo aos insumos utilizados no combate ao *Aedes Aegypti*.

- Armazenamento inadequado dos insumos utilizados no combate ao *Aedes Aegypti*, com risco de perda e contaminação.

Por fim, registra-se a baixa execução dos recursos a disposição do Bloco de Vigilância em Saúde, visto que o programa dispõe saldo financeiro de R$ 482.289,75, em 31 de março de 2017, e que prevenção de saúde pública é menos custosa do que o tratamento de enfermidades.

Ordem de Serviço: 201700521
Município/UF: Itaperuna/RJ
Órgão: MINISTERIO DA SAUDE
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão
Unidade Examinada: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Montante de Recursos Financeiros: R$ 2.527.694,04

1. Introdução

Trata-se de fiscalização na Prefeitura Municipal de Itaperuna, estado do Rio de Janeiro, no âmbito do 4º ciclo de Fiscalização em Entes Federativos, onde a opção escolhida recai sobre a fiscalização do Piso da Atenção Básica - PAB Fixo, que se refere ao financiamento de ações de atenção básica à saúde, cujos recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática, do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde do Distrito Federal e dos municípios. O período de fiscalização em campo ocorreu entre 22/05/2017 e 24/05/2017.

Restringiu-se a análise à aplicação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde no biênio 2015-2016. Estes repasses totalizaram R$ 5.055.388,08 neste período. Com base no razão da conta da Atenção Básica, foram identificados os maiores pagamentos neste período e analisadas as licitações correspondentes a estes.

Procurou-se avaliar a gestão dos recursos financeiros transferidos de forma a fiscalizar a execução das despesas de maior relevância, relacionadas exclusivamente à:

- Análise dos preços praticados;
- Análise das situações que venham a restringir a competitividade dos processos licitatórios;
- Entrega efetiva dos bens adquiridos e/ou prestação dos serviços contratados;
- Utilização dos recursos exclusivamente na Atenção Básica em Saúde;
- Gestão dos recursos da Atenção Básica em Saúde exclusivamente pelo Secretário Municipal de Saúde.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja dos **gestores federais**.

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Apresentação de documentos inidôneos como justificativa para reajustes de combustíveis.

Fato

Durante a análise do Processo 005082/2015, referente ao Pregão Presencial de n° 014/2015, cujo objeto é a compra de combustíveis, filtros e óleos lubrificantes para diversas Secretarias Municipais, inclusive a Secretaria Municipal de Saúde, e deu origem a pagamentos onde foram utilizados recursos provenientes do PAB-Fixo, entre outros, foram acostados Documentos Auxiliares de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) que se demonstraram divergentes das respectivas Notas Fiscais Eletrônica (NFe).

Consta à fl.634 do referido processo, pedido de reajuste de preço do óleo diesel comum e do preço do óleo diesel S10 requerido pelo Posto de Gasolina Timbozão III Ltda (CNPJ 32.179.707/0001-01) em 28 de outubro de 2015. O posto solicita o reajuste de R$ 2,725 por litro para R$ 2,98 no óleo diesel comum e de R$ 2,86 para R$ 3,07 no óleo diesel S10, e justifica o pedido informando sobre as medidas econômicas realizadas pelo Governo Federal, que impactaram no preço do combustível, levando a Petrobras a aumentar o preço do óleo diesel.

Tabela I. Reajuste no preço do óleo diesel

Produto	Preço anterior	Preço solicitado	Diferença	% aumento
Óleo diesel comum	R$ 2,725	R$ 2,98	R$ 0,255	9,36%
Óleo diesel S10	R$ 2,86	R$ 3,07	R$ 0,21	7,34%

Fonte: Processo 5082/2015 e cálculos da equipe de fiscalização da CGU.

A empresa apresenta, às fls. 635 e 636, as notas fiscais eletrônicas n° 001697398 e n° 001697401 emitidas pela Petrobras Distribuidora contra o posto para justificar o reajuste pelo aumento do custo de compra do combustível.

Através de consulta ao Portal da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), constatou-se que há divergências entre as notas fiscais apresentadas no processo e os dados fornecidos pelo referido portal. Os valores unitários e totais não são os mesmos, sendo maiores os que constam às notas fiscais apresentadas no processo.

Tabela II. Divergências entre o Portal da NF-e as notas apresentadas

N° NF-e	Valor unitário Portal NF-e	Valor unitário nota apresentada	Valor total Portal NF-e	Valor total nota apresentada
001697398	2,5435	2,6235	35.609,00	36.729.00
001697401	2,6320	2,7230	13.160,00	13.615,00

Fonte: Processo 5082/2015 e Portal da Nota Fiscal Eletrônica.

Porém este comportamento se repetiu posteriormente.

Consta à fl. 755, pedido de reajuste de preço do óleo diesel comum e do preço do óleo diesel S10 requerido pelo Posto de Gasolina Timbozão III Ltda em 12 de maio de 2016. O posto solicita o reajuste de R$ 2,98 por litro para R$ 3,149 no óleo diesel comum e de R$ 3,07 para R$ 3,249 no óleo diesel S10, e justifica o pedido informando sobre as medidas econômicas realizadas pelo Governo Federal, que impactaram no preço do combustível, levando a Petrobras a aumentar o preço do óleo diesel.

Tabela III. Reajuste no preço do óleo diesel

Produto	Preço anterior	Preço solicitado	Diferença	% aumento
Óleo diesel comum	R$ 2,98	R$ 3,149	R$ 0,169	5,67%
Óleo diesel S10	R$ 3,07	R$ 3,249	R$ 0,179	5,83%

Fonte: Processo 5082/2015 e cálculos da equipe de fiscalização da CGU.

A empresa apresenta, às fls. 770 e 771, as notas fiscais eletrônicas n° 001814657 e n° 001813858 emitidas pela Petrobras Distribuidora contra o posto para justificar o reajuste pelo aumento do custo de compra do combustível.

Através de consulta ao Portal da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), constatou-se que há divergências entre as notas fiscais apresentadas no processo e os dados fornecidos pelo referido portal. Datas de emissão e valores unitários e totais não são os mesmos, sendo as datas anteriores e os valores maiores os que constam às notas fiscais apresentadas no processo.

Tabela IV. Divergências entre o Portal da NF-e as notas apresentadas

N° NF-e	Data de emissão Portal NF-e	Data de emissão nota apresentada	Valor unitário Portal NF-e	Valor unitário nota apresentada	Valor total Portal NF-e	Valor total nota apresentada
001814657	26/04/2016	26/03/2016	2,6612	2,7715	26.612,00	27.715,00
001813858	25/04/2016	26/03/2016	2,7538	2,8558	13.769,00	14.279,00

Fonte: Processo 5082/2015 e Portal da Nota Fiscal Eletrônica.

Este fato evidencia adulteração dos documentos auxiliares de nota fiscal (DANFe) apresentados e seria passível de aplicação do disposto no artigo 7° da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que diz:

"*Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.*"

Também se cita o Ajuste SINIEF 7, de 30 de setembro de 2005, e suas modificações, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, cuja Cláusula Quarta diz:

"*Cláusula quarta O arquivo digital da NF-e só poderá ser utilizado como documento fiscal, após:*
I - ser transmitido eletronicamente à administração tributária, nos termos da cláusula quinta;
II - ter seu uso autorizado por meio de Autorização de Uso da NF-e, nos termos da cláusula sexta.
§ 1º Ainda que formalmente regular, não será considerado documento fiscal idôneo a NF-e que tiver sido emitida ou utilizada com dolo, fraude, simulação ou erro, que possibilite, mesmo que a terceiro, o não-pagamento do imposto ou qualquer outra vantagem indevida.
§ 2º Para os efeitos fiscais, os vícios de que trata o § 1º do caput atingem também o respectivo DANFE impresso nos termos das cláusulas nona ou décima primeira, que também não será considerado documento fiscal idôneo."

O DANFE é a representação gráfica de uma nota fiscal eletrônica, não podendo haver divergências entre ambas.
Ressalte-se o texto do item 14.7 do edital do certame, que diz:

"*14.7 - A licitante que não retirar o empenho dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, retardar a execução, descumprir, injustificadamente, qualquer cláusula contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, nos termos do art. 7° da Lei Federal n° 10.520/02, ser impedida de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.*"

Dessa forma, verificou-se que a empresa se comportou de modo inidôneo e adulterou documento fiscal, e poderia ter sido sancionada nos termos do artigo 7° da Lei 10.520/02, além de apuração possível ilícito tributário e/ou criminal ocorrido com a apresentação do citado documento.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar encaminhado, a Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017, de 11 de setembro de 2017, apresentou a seguinte

manifestação do Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde, constante do Ofício Oficio/FMS/DC/000117/2017 de 05 de setembro de 2017:

> " (...)
> *1. Considerações à constatação do item (01), página 173 a 176 do relatório:*
>
> > *1.Apresentação de documentos inidôneos como justificativa para reajustes de combustíveis.*
>
> *Referindo-se à constatação da fiscalização em que foram analisados os Documentos Auxiliares de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) que se demonstraram divergentes das respectivas Notas Fiscais Eletrônicas (Nfe), esclarecemos que a inclusão dos mencionados DANFEs no processo analisado, não se deu no Departamento de Contabilidade deste Fundo Municipal de Saúde, portanto não temos como nos pronunciar a respeito.*
>
> *(...)*"

Em 03 de outubro de 2017, o Gabinete do Prefeito de Itaperuna/RJ foi contatado por e-mail e telefone, através do Assessor Jurídico do Gabinete para que fosse dada a oportunidade para esclarecimentos de outras áreas da Prefeitura, com prazo até 06 de outubro de 2017. Em 04 de outubro de 2017, o Assessor Jurídico do Gabinete acusou o recebimento do e-mail e, em 05 de outubro, informou que estava providenciando as informações.

O ofício FMS/DC/000173/2017, de 16 de outubro de 2017, resposta ao questionamento encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde pelo Departamento de Contabilidade, foi recebido, através de e-mail, em 18 de outubro de 2017. Seu texto diz:

> "*(...)*
>
> 3. *<u>Considerações à constatação do item (01), página 173 a 176 do relatório da CGU:</u>*
> 1. *Apresentação de documentos inidôneos como justificativa para reajustes de combustíveis.*
>
> *Ao analisar o Processo N° 2016/10/021975 de solicitação de reajuste de preços, aberto pelo Posto Timbozão III, encontramos às folhas 701 a 704, onde ao final em sua Conclusão "Opina pelo deferimento do pedido, afim de que seja lavrado o termo aditivo contratual", o parecer 011/MARÇO DE 2015, da procuradoria Jurídica Municipal de Itaperuna, e as folhas 705, Auditoria de Acompanhamento da Gestão emitida pela Secretaria Municipal de Controle Geral.*
>
> *Quanto os DANFEs apresentados pelo Posto Revendedor, e que fazem parte do Processo, os quais foram analisados pela Controladoria Geral da União, e se mostraram divergentes das respectivas notas Fiscais Eletrônicas (Nfe), não temos como nos manifestar a respeito, visto que tais procedimentos competem ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Itaperuna, Secretaria Municipal de Controle Geral e Procuradoria Geral do Munícipio.*

(...)”

Análise do Controle Interno

Conclui-se que a resposta encaminhada pela Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ não esclarece os fatos mencionados, pois, ainda que o Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde não tenha sido o responsável pela licitação, caberia à Prefeitura encaminhar os questionamentos aos responsáveis pelo certame solicitando esclarecimentos sobre os fatos apontados.

Permanecem, pois, os apontamentos iniciais.

2.2.2. Reajuste em ata de registro de preços com base em fatos passados já utilizados como fonte de outros reajuste, não conexos com o momento da solicitação e utilizando-se de documentos alterados.

Fato

Consta à fl. 755 do processo 005082/2015 referente ao Pregão Presencial n° 014/2015, pedido de reajuste de preço do óleo diesel comum e do preço do óleo diesel S10 requerido pelo Posto de Gasolina Timbozão III Ltda. (CNPJ 32.179.707/0001-01) em 12 de maio de 2016. O posto solicita o reajuste de R$ 2,98 por litro para R$ 3,149 no óleo diesel comum e de R$ 3,07 para R$ 3,249 no óleo diesel S10, e justifica o pedido informando sobre as medidas econômicas realizadas pelo Governo Federal, que impactaram no preço do combustível, levando a Petrobras a aumentar o preço do óleo diesel.

Tabela I. Reajuste no preço do óleo diesel

Produto	Preço anterior	Preço solicitado	Diferença	% aumento
Óleo diesel comum	R$ 2,98	R$ 3,149	R$ 0,169	5,67%
Óleo diesel S10	R$ 3,07	R$ 3,249	R$ 0,179	5,83%

Fonte: Processo 5082/2015 e cálculos da equipe de fiscalização da CGU.

A empresa apresenta, às fls. 770 e 771, as notas fiscais eletrônicas n° 001814657 e n° 001813858 emitidas pela Petrobras Distribuidora contra o posto para justificar o reajuste pelo aumento do custo de compra do combustível.

Através de consulta ao Portal da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), constatou-se que há divergências entre as notas fiscais apresentadas no processo e os dados fornecidos pelo referido portal. Datas de emissão e valores unitários e totais não são os mesmos, sendo as datas anteriores e os valores maiores os que constam às notas fiscais apresentadas no processo.

Tabela II. Divergências entre o Portal da NF-e as notas apresentadas

N° NF-e	Data de emissão Portal NF-e	Data de emissão nota apresentada	Valor unitário Portal NF-e	Valor unitário nota apresentada	Valor total Portal NF-e	Valor total nota apresentada
001814657	26/04/2016	26/03/2016	2,6612	2,7715	26.612,00	27.715,00
001813858	25/04/2016	26/03/2016	2,7538	2,8558	13.769,00	14.279,00

Fonte: Processo 5082/2015 e Portal da Nota Fiscal Eletrônica.

A empresa também apresenta reportagens do Portal G1, da Globo, e do R7, da Record para justificar o amplo e notório conhecimento do reajuste feito pela Petrobras, acostadas às fls. 772 a 775. Em busca na Internet, encontrou-se as mesmas reportagens apresentadas como justificativa para o reajuste, porém verificou-se que a reportagem do Portal G1 é de 30 de novembro de 2013 e a da Record baseia-se em reportagem da Agência Brasil e tem data de 29 de setembro de 2015. Portanto, nenhuma das duas justificaria o reajuste neste momento, tendo, inclusive, o conteúdo da segunda já ter sido utilizada para justificar reajuste dado através solicitação feita em 28 de outubro de 2015, como consta à fls. 615 e 616 do processo.

Consta dos autos, às fls. 759 a 762, pesquisa de preços que demonstra o aumento no preço médio do óleo diesel comum e do óleo diesel S10. Porém nestas pesquisas, o preço médio de venda do óleo diesel comum é de R$ 3,129 e do óleo diesel S10 é de R$ 3,216. Estes valores estão abaixo dos valores solicitados pela empresa para o reajuste.

Tabela III. Comparação entre valor reajustado e valor da pesquisa ANP no processo

Produto	Valor reajustado	Valor pesquisa ANP
Óleo diesel comum	R$ 3,149	R$ 3,129
Óleo diesel S10	R$ 3,249	R$ 3,216

Fonte: Equipe de fiscalização da CGU

Com isto, demonstrou-se que não seria vantajoso o reajuste, além de não haver justificativa real para reequilíbrio do contrato. Porém, o reajuste foi autorizado em 29 de junho de 2016, como consta à fl. 790. O termo de apostilamento à ata encontra-se à fls. 791 e 792.

Conclui-se que o reajuste concedido foi economicamente desvantajoso para a Administração e foi feito com base em notícias não pertinentes ao momento da solicitação e documentos inidôneos.

Ressalta-se que não foi objeto da equipe de fiscalização a análise de pagamentos efetuados referentes à aquisição de combustíveis, não sendo, portanto, quantificado o prejuízo potencial.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar encaminhado, a Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017, de 11 de setembro de 2017, apresentou a seguinte manifestação do Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde, constante do Ofício Oficio/FMS/DC/000117/2017 de 05 de setembro de 2017:

“ (...)

2. Considerações à constatação do item (02), página 176 a 177 do relatório:

> *2.Reajuste em ata de registro de preços com base em fatos passados já utilizados como fonte de outros reajuste, não conexos com o momento da solicitação e utilizando-se de documentos alterados.*

Referindo-se à constatação da fiscalização do item acima mencionado, esclarecemos não ser competência do Departamento de Contabilidade deste Fundo Municipal de Saúde, se pronunciar a respeito, visto que tais procedimentos competem ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Itaperuna.

(...)"

Em 03 de outubro de 2017, o Gabinete do Prefeito de Itaperuna/RJ foi contatado por e-mail e telefone, através do Assessor Jurídico do Gabinete para que fosse dada a oportunidade para esclarecimentos de outras áreas da Prefeitura, com prazo até 06 de outubro de 2017. Em 04 de outubro de 2017, o Assessor Jurídico do Gabinete acusou o recebimento do e-mail e, em 05 de outubro, informou que estava providenciando as informações.

O ofício FMS/DC/000173/2017, de 16 de outubro de 2017, resposta ao questionamento encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde pelo Departamento de Contabilidade, foi recebido, através de e-mail, em 18 de outubro de 2017. Seu texto diz:

"(...)
4. <u>Considerações à constatação do item (02), página 176 a 177 do relatório:</u>

> *2. Reajuste em ata de registro de preços com base em fatos passados já utilizados como fonte de outros reajustes, não conexos com o momento da solicitação e utilizando-se de documentos alterados.*

Ao analisar o Processo N° 2015/10/020606 de solicitação de reajuste de preços, aberto pelo Posto Triângulo Itaperuna Ltda, encontramos às folhas 572 a 575, onde ao final em sua Conclusão o "opino pelo deferimento do pedido, a fim de que seja lavrado o termo aditivo contratual", o Parecer N° 006/NOVEMBRO DE 2015, da Procuradoria Jurídica Municipal de Itaperuna, e as folhas 576 a Auditoria de Acompanhamento da Gestão emitido pela Secretaria Municipal de Controle Geral.

Da mesma forma ao analisar o Processo N° 2016/07/013772 de solicitação de reajuste de preços, aberto pelo Posto Timbozão III, encontramos às folhas 876 a 879, onde ao final em sua Conclusão "Opino pelo deferimento do pedido, afim de que seja lavrado o termo aditivo contratual", o parecer 003/AGOSTO DE 2016, da Procuradoria Jurídica Municipal de Itaperuna, e as folhas 881, Auditoria de Acompanhamento da Gestão emitida pela Secretaria Municipal de Controle Geral.

Neste contexto, referindo-se à constatação da fiscalização do item acima mencionado, ratificamos não ser competência do Departamento de Contabilidade deste Fundo Municipal de Saúde, se pronunciar a respeito, visto

que tais procedimentos competem ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Itaperuna, Secretaria Municipal de Controle Geral e Procuradoria Geral do Munícipio.
(...)"

Análise do Controle Interno

Conclui-se que a resposta encaminhada pela Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ não esclarece os fatos mencionados, pois, ainda que o Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde não tenha sido o responsável pela licitação, caberia à Prefeitura encaminhar os questionamentos aos responsáveis pelo certame solicitando esclarecimentos sobre os fatos apontados.

Permanecem, pois, os apontamentos iniciais.

2.2.3. Acréscimo indevido nos quantitativos fixados pela ata de registro de preço.

Fato

Consta à fls. 752 e 753 do processo 005082/2015, referente ao Pregão Presencial n° 014/2015, o primeiro termo aditivo a ata de registro de preços n° 014/2015, onde são acrescentados 21.000 litros de gasolina comum em decorrência do pedido da Secretaria Municipal de Gabinete, conforme verificado à fl. 713. Esta ata fere o artigo 12, parágrafo 1° do Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que diz:

> "*Art. 12. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.*
>
> *§ 1º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.*"

Dessa forma, conclui-se que não seria possível o acréscimo quantitativo efetuado.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar encaminhado, a Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017, de 11 de setembro de 2017, apresentou a seguinte manifestação do Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde, constante do Ofício Oficio/FMS/DC/000117/2017 de 05 de setembro de 2017:

> "(...)
> *3. Considerações à constatação do item (03), página 177 a 178 do relatório :*
>
> > *3.Acréscimo indevido nos quantitativos fixados pela ata registro de preço.*

Referindo-se à constatação da fiscalização do item acima mencionado, esclarecemos não ser competência do Departamento de Contabilidade deste Fundo Municipal de Saúde, se pronunciar a respeito, visto que tais procedimentos competem ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Itaperuna.

(...)"

Em 03 de outubro de 2017, o Gabinete do Prefeito de Itaperuna/RJ foi contatado por e-mail e telefone, através do Assessor Jurídico do Gabinete para que fosse dada a oportunidade para esclarecimentos de outras áreas da Prefeitura, com prazo até 06 de outubro de 2017. Em 04 de outubro de 2017, o Assessor Jurídico do Gabinete acusou o recebimento do e-mail e, em 05 de outubro, informou que estava providenciando as informações.

O ofício FMS/DC/000173/2017, de 16 de outubro de 2017, resposta ao questionamento encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde pelo Departamento de Contabilidade, foi recebido, através de e-mail, em 18 de outubro de 2017. Seu texto diz:

"*(...)*
3. Considerações à constatação do item (03), página 177 a 178 do relatório:

3. Acréscimo indevido nos quantitativos fixados pela ata registro de preço.

Referindo-se à constatação da fiscalização do item acima mencionado, ratificamos não ser competência do Departamento de Contabilidade deste fundo Municipal de Saúde, se pronunciar a respeito, visto que tais procedimentos competem ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Itaperuna, , Secretaria Municipal de controle Geral e Procuradoria Geral do Munícipio.

(...)"

Análise do Controle Interno

Conclui-se que a resposta encaminhada pela Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ não esclarece os fatos mencionados, pois, ainda que o Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde não tenha sido o responsável pela licitação, caberia à Prefeitura encaminhar os questionamentos aos responsáveis pelo certame solicitando esclarecimentos sobre os fatos apontados.

Permanecem, pois, os apontamentos iniciais.

2.2.4. Celebração de contratos de fornecimento de combustível com intuito de prolongar a vigência da ata de registro de preço sem previsão editalícia.

Fato

O processo 005082/2015 refere-se ao Pregão Presencial n° 014/2015, cujo objeto é a compra de combustíveis, filtros e óleos lubrificantes de diversas Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Itaperuna.

Consta às fls. 794 a 796, pedido de contratualização de empenhos globais que ainda possuíam saldo à época, feito em 17 de junho de 2016, haja vista que o vencimento da ata de registro de preços aconteceria em 03 de julho de 2016.

O pedido detalha os empenhos vigentes à época, conforme tabelas abaixo.

Tabela I. Contratualização de itens empenhados – Posto Triângulo Itaperuna (CNPJ 03.140.728/0002-98) - Gasolina

Secretaria	N° empenho	Valor empenhado (R$)	Quantitativo (litros) A	Preço unitário (R$) B	Saldo (R$) C=AxB
Ação Social	7/2016	37.500,00	3.200	3,75	12.000,00
Agricultura	331/2016	27.000,00	1.600	3,75	6.000,00
Defesa Civil	417/2016 546/2016	7.500,00 9.000,00	1.100	3,75	4.125,00
Educação	360/2016	97.758,60	3.200	3,75	12.000,00
Meio Ambiente	404/2016	10.592,90	1.100	3,75	4.125,00
Obras	351/2016	11.250,00	1.900	3,75	7.125,00
Gabinete	646/2016	78.750,00	21.000	3,75	78.750,00
Total	-	279.351,50	33.100	-	124.125,00

Fonte: Processo 5082/2015.

Tabela II. Contratualização de itens empenhados – Posto Timbozão III (CNPJ 32.179.707/0001-01) – Diesel Comum

Secretaria	N° empenho	Valor empenhado (R$)	Quantitativo (litros) A	Preço unitário (R$) B	Saldo (R$) C=AxB
Agricultura	265/2016	114.450,00	10.100	2,98	30.098,00
Defesa Civil	256/2016	7.493,75	700	2,98	2.086,00
Obras	287/2016	74.937,50	6.800	2,98	20.264,00
Total	-	196.881,25	17.600	-	52.448,00

Fonte: Processo 5082/2015.

Tabela III. Contratualização de itens empenhados – Posto Timbozão III (CNPJ 32.179.707/0001-01) – Diesel S10

Secretaria	N° empenho	Valor empenhado (R$)	Quantitativo (litros) A	Preço unitário (R$) B	Saldo (R$) C=AxB
Ação Social	8/2016	15.097,50	1.700	3,07	5.219,00
Educação	359/2016	226.832,00	9.800	3,07	30.086,00
Total	-	241.929,50	11.500	-	35.305,00

Fonte: Processo 5082/2015.

Com base neste pedido, o Município de Itaperuna celebrou dois contratos, listados abaixo. Ambos os contratos têm validade de dois meses, prorrogáveis a critério da contratante enquanto eventualmente houver produtos a serem entregues.

Tabela IV. Contratos de fornecimento de combustível

N° Contrato	Data de assinatura	Favorecido	Produto	Valor total do contrato (R$)	Localização no processo (fls.)
029/2016	01 de julho de 2016	Posto de Gasolina Timbozão III Ltda	Óleo diesel comum e óleo diesel S10	87.753,00	846 a 851
030/2016	01 de julho de 2016	Posto Triângulo Itaperuna Ltda	Gasolina comum	124.125,00	852 a 857

Fonte: Processo 5082/2015.

A análise do edital do pregão presencial para registro de preços n° 014/2015 indica que a celebração destes contratos foi feita em descumprimento com o mesmo e com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. O item 15.6 do edital, à fl. 248, diz:

> "*15.6 - Nos temos do art. 62 da Lei n° 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.*"

O citado artigo da Lei 8.666/93 diz:

> "*Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.*
>
> *§ 1° A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.*
>
> *§ 2° Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*
>
> *(...)*

> *§ 4° É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.*"

Em primeiro lugar, o parágrafo 1° do artigo 62 define que a minuta do futuro contrato deve sempre integrar o edital da licitação, porém o item 15.6 do edital define que o contrato é substituído pela nota de empenho da despesa e não apresenta minuta de contrato.

Colateralmente, a falta de previsão de contrato também inviabiliza a definição do prazo de vigência de uma relação contratual, pois este prazo deve ser previsto no instrumento convocatório. Portanto, não há previsão no edital para a contratualização, posto que o edital não apresenta minuta de contrato.

Além disto, a natureza do objeto não possibilita a definição prévia exata do quantitativo a ser demandado pela Administração, o que impossibilitaria a fixação dos quantitativos de produto e respectivos valores em contrato. Tanto isto é verdade, que ao redigir os contratos n° 029/2016 e n° 030/2016, às fls. 847 e 853, a Administração escreveu:

> "*CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA*
>
> *A vigência deste contrato se dará a partir da assinatura deste instrumento, nesta data, encerrando-se em 02 (dois) meses.*
>
> *A critério da contratante, o prazo de vigência poderá ser prorrogado, se eventualmente na data prevista para o término final ainda existirem produtos a serem entregues.*"

Depreende-se do trecho que a própria Prefeitura não tem certeza se demandará o quantitativo contratado no período por ela estipulado de dois meses, abrindo a possibilidade de prorrogação enquanto "*ainda existirem produtos a serem entregues*".

Dada esta natureza incerta da compra de combustíveis, inicialmente deveriam ter sido utilizadas notas de empenho estimativa, por se tratar de despesa cujo montante não se possa determinar, e não notas de empenho global, utilizada quando se tratar de despesa contratual e outra de valor determinado, sujeitas a parcelamento (IN/DTN nº 10/91).

Desta feita, a contratualização destas notas não deveria ter sido realizada.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar encaminhado, a Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017, de 11 de setembro de 2017, apresentou a seguinte manifestação do Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde, constante do Ofício Oficio/FMS/DC/000117/2017 de 05 de setembro de 2017:

"(...)
4. Considerações à constatação do item (04), página 178 a 181 do relatório:

> *4. Celebração de contratos de fornecimento de combustível com intuito de prolongar a vigência da ata de registro de preço sem previsão editalícia.*

Referindo-se à constatação da fiscalização do item acima mencionado, esclarecemos não ser competência do Departamento de Contabilidade deste Fundo Municipal de Saúde, se pronunciar a respeito, visto que tais procedimentos competem ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Itaperuna.

(...)"

Em 03 de outubro de 2017, o Gabinete do Prefeito de Itaperuna/RJ foi contatado por e-mail e telefone, através do Assessor Jurídico do Gabinete para que fosse dada a oportunidade para esclarecimentos de outras áreas da Prefeitura, com prazo até 06 de outubro de 2017. Em 04 de outubro de 2017, o Assessor Jurídico do Gabinete acusou o recebimento do e-mail e, em 05 de outubro, informou que estava providenciando as informações.

O ofício FMS/DC/000173/2017, de 16 de outubro de 2017, resposta ao questionamento encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde pelo Departamento de Contabilidade, foi recebido, através de e-mail, em 18 de outubro de 2017. Seu texto diz:

"*(...)*
4. Considerações à constatação do item (04), página 178 a 181 do relatório:

> *4. Celebração de contratos de fornecimento de combustível com intuito de prolongar a vigência da ata de registro de preço sem previsão editalícia.*

Referindo-se à constatação da fiscalização do item acima mencionado, esclarecemos não ser competência do Departamento de Contabilidade deste Fundo Municipal de Saúde, se pronunciar a respeito, visto que tais procedimento competem ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Itaperuna, Secretaria Municipal de Controle Geral e Procuradoria Geral do Município.

(...)

Análise do Controle Interno

Conclui-se que a resposta encaminhada pela Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ não esclarece os fatos mencionados, pois, ainda que o Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde não tenha sido o responsável pela licitação, caberia à Prefeitura encaminhar os questionamentos aos responsáveis pelo certame solicitando esclarecimentos sobre os fatos apontados.

Permanecem, pois, os apontamentos iniciais.

3. Conclusão

Com base nos exames realizados, conclui-se que:

- Os recursos da Atenção Básica em Saúde repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para o Município de Itaperuna foram geridos pela Secretaria Municipal de Saúde e não foi identificada a utilização destes recursos em ações que não fossem da Atenção Básica;
- Foram observadas irregularidades em contratos administrativos celebrados pela Prefeitura Municipal de Itaperuna, tais como a contratualização de empenhos sem previsão em edital licitatório, utilização de documentos inidôneos para justificar reajustes contratuais, reajustes efetivados com base em fatos sem conexão com o momento da solicitação e acréscimo indevido nos quantitativos fixados pela ata de registro de preço.

Apesar das irregularidades encontradas, não foram encontrados indícios que demonstrassem desvio de finalidade na aplicação no financiamento de ações da atenção básica em saúde para a população do município ou detrimento na prática das ações em atenção básica de saúde no atendimento à população do município.

Ordem de Serviço: 201700480
Município/UF: Itaperuna/RJ
Órgão: MINISTERIO DA SAUDE
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão
Unidade Examinada: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Montante de Recursos Financeiros: R$ 549.483,35

1. Introdução

A ação de fiscalização destinou-se a verificar a aplicação dos recursos federais repassados mensalmente ao Município de Itaperuna/RJ para custeio da aquisição de medicamentos de uso na atenção básica em saúde, no âmbito da Ação 20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde / Programa 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

No período de janeiro de 2015 a março de 2017, o Fundo Nacional de Saúde repassou o montante de R$ 1.141.234,65 ao Fundo Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ, no âmbito do Componente Básico da Assistência Farmacêutica.

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 22 a 26 de maio de 2017.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

2.1.1. Informações sobre o Pregão Presencial n.º 040/2014, destinado à aquisição de medicamentos para atender à Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ, o qual resultou na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015.

Fato

Trata-se da análise do Pregão Presencial n.º 040/2014 (Processo n.º 12142/2014), tipo menor preço por item, realizado pela Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ em dezembro de 2014, cujo objeto consistiu em registrar preços para aquisição de 195 medicamentos com a finalidade de atender a Farmácia Básica, Farmácia Judicial, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Programa Saúde da Família (PSF's), DST/AIDs, Saúde da Mulher, Posto de Urgência

Dr. Muniz Bussade – PU e Unidade de Pronto Atendimento 24H de Itaperuna – UPA, Setores da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ.

Os setores/unidades requisitantes enviaram à Secretaria Municipal de Saúde listagem de medicamentos para subsidiar a licitação em comento, informando o nome dos fármacos, apresentação e quantitativo estimado anual (fls. 03/23).

Observaram-se incoerências na demanda apresentada pela Unidade de Pronto Atendimento 24 Hr para a referida licitação, especificamente entre a quantidade prevista anual dos medicamentos e a quantidade média mensal, uma vez que o quantitativo anual (fls. 18/19), para a maioria dos itens, correspondia a 24 vezes, e em alguns casos a 48 vezes o quantitativo médio mensal informado na demanda. Não foram identificados no processo esclarecimentos ou motivação para essa divergência.

Foi realizada cotação de preços pelo Setor de Compras para os 195 itens da licitação, e, com base na média dos valores unitários orçados pelas empresas, obteve-se a estimativa para a licitação no montante de **R$ 8.571.191,93**, conforme documento às fls. 31/39, com data de 10 de setembro de 2014.

As seguintes empresas apresentaram orçamentos para a cotação de preços:

Quadro I – Empresas Cotação de Preços Pregão Presencial n.º 040/2014.

Empresa	CNPJ
Getfarma Distribuidora de Medicamentos Ltda	07.309.478/0001-47
Disk Med Padua Distribuidora de Medicamentos Ltda	04.216.957/0001-20
Distribuidora Hospitalar Consumed Minas Ltda	10.235.795/0001-70

Fonte: Processo n.º 12142/2014

Em 16 de setembro de 2014, o Setor de Licitações encaminhou o edital da licitação à Procuradoria Geral do Município (fl. 70), que emitiu parecer favorável ao prosseguimento da contratação, com data de 15 de setembro de 2014 (fls. 120/122). Desse modo, observou-se que a Procuradoria Jurídica emitiu parecer sobre o edital do Pregão em comento antes do recebimento da minuta do edital encaminhada pelo Setor de Licitações.

O aviso de convocação do Pregão foi publicado, em 19 de setembro de 2014, em quadro de avisos da Secretaria Municipal de Saúde, no sítio da Prefeitura na internet, no Jornal Folha de Itaperuna (Diário Oficial do Município) e no Jornal Diário do Noroeste, informando a data de 06 de outubro de 2014, para entrega dos documentos e proposta comercial, conforme documentação juntada ao processo (fls. 172/178).

Em 26 de setembro de 2014, houve adiamento do Pregão "*sine die*", conforme publicação no Diário Oficial do Município (Folha de Itaperuna), em razão de o Prefeito de Itaperuna/RJ ter resolvido, por meio da Portaria n.º 2.242, de 24 de setembro de 2014, suspender todas as licitações da Administração Direta da Prefeitura de Itaperuna/RJ.

Em 27 de novembro de 2014, o recém empossado Secretário Municipal de Saúde, emitiu despacho, opinando pela inclusão da exigência do Certificado de Boas Práticas de Armazenagem e Distribuição (CBPDA) emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no edital da licitação em comento, com a finalidade de conferir

se o licitante está tecnicamente apto para contratar com a Administração Pública e fornecer os produtos licitados com segurança e qualidade (fl. 189).

Em seguida, na mesma data, a Procuradora Jurídica Municipal elaborou parecer (fl. 190), não se opondo a referida exigência, no sentido de que acarretaria mais segurança e qualidade nos produtos fornecidos à população.

Nesse sentido, foi inserida a seguinte exigência como qualificação técnica, no edital do Pregão n.º 040/2014 (fl. 200):

> *"13.7.4 - No caso da empresa licitante ser uma empresa distribuidora deverá apresntar o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento emitido pela ANVISA, Publicado no Diário Oficial da União com a emissão inferior a 24 (vinte e quatro) meses, referente aos objetos licitados, conforme determinação da Lei Federal n° 6.360/1976 e Portaria no Ministério da Saude n° 802/1998."*

Em 28 de novembro de 2014, o pregão em comento foi postergado para o dia 17 de dezembro de 2014, segundo avisos de convocação publicados no sítio da Prefeitura na internet, no quadro de avisos da Secretaria Municipal de Saúde e no Jornal Diário do Noroeste (fls. 241/246).

Em razão da nova exigência editalícia, a Empresa Ativa Médico Cirúrgica Eireli (CNPJ 09.182.725/0001-12) apresentou impugnação, em 11 de dezembro de 2014, (fls. 263/271), argumentando, em breve síntese, a ilegal restrição de competitividade devido à obrigatoriedade de apresentação do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem emitido pela Anvisa, configurando assim exigência excessiva e comprometendo o caráter competitivo do procedimento licitatório.

Em face da impugnação apresentada, a Procuradoria Jurídica elaborou parecer (fls. 272/279), em 12 de dezembro de 2014, esclarecendo, em síntese, que o tema sobre a exigência de certificado de boas práticas como cumprimento da qualificação técnica é polêmico, tendo entendimentos controvertidos, e apresentou duas correntes de entendimento: a primeira, adotada pelo Tribunal de Contas da União, contra a referida exigência; e a segunda, a favor dessa exigência, citando a Lei de criação da Anvisa (Lei n.º 9.782/1992), o Decreto n.º 79.094/97, a Resolução da Diretoria Colegiada n.º 39, de 14 de agosto de 2013, julgados dos TRFs 1ª e 4ª Regiões e parecer do Ministério Público de Contas do Mato Grosso.

Por fim, manifestou-se no seguinte sentido:

> *" (...)*
> *Como se vê a matéria ainda está longe de ser pacificada, restando, portanto, restrito a vontade do administrador que no presente caso deve ser o norteador das condutas administrativas.*
>
> *No que tange a isto, a justificativa do Ilustre Secretário de Saúde põe a pá de cal na questão eis que o mesmo declara entender que a exigência de tal Certificado de Boas Práticas está diretamente relacionado com a segurança e a qualidade dos produtos licitados.*

Contudo, não se pode deixar de observar, em qualquer ato licitatório o princípio da isonomia entre os participantes, neste caso, por ser uma matéria de extrema complexidade deve o setor de licitação, realizar consulta a ANVISA ou através do seu setor competente realizar relatório fundamentado sobre a necessidade de exigência do Certificado do Boas Práticas.

Por tais razões, S.M.J, conheço do recurso interposto, para no mérito, acolher em parte a impugnação, para sugerir a Secretaria Municipal de Saúde que fundamente a exigência do Certificado de Boas Práticas em parecer da ANVISA ou através do seu setor competente por meio de relatório fundamentado, assim, pugna esta procuradoria geral pela republicação do edital, após a manifestação acima sugerida.

(...)"

Em seguida, a Empresa Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda (CNPJ 07.134.049/0001-86) também apresentou impugnação ao edital (fls. 289/297), em 12 de dezembro de 2014, todavia, no sentido de que o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem emitido pela Anvisa fosse exigido no edital, requerendo, inclusive, que o item 13.7.4 passasse a ter a redação apresentada em sua impugnação.

A Coordenação de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde elaborou relatório, em 15 de dezembro de 2014, em razão da solicitação encaminhada pela Procuradoria Geral do Município, mediante o qual se manifestou favoravelmente ao referido Certificado (fl. 299), conforme transcrito a seguir:

"(...)
De acordo com o parágrafo 1º do artigo 1º da Resolução ANVISA RDC N° 59, de 27 de junho de 2000, os estabelecimentos que armazenam, distribuem ou comercializam produtos médicos a serem ofertados ao mercado de consumo brasileiro devem cumprir o previsto no Anexo I desta resolução.

Conforme RDC n° 39/2013, seção II, artigo 2º, a Concessão da Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos, Produtos para Saúde e Insumos Farmacêuticos se aplica às empresas fabricantes de Medicamentos, Produtos para saúde, Cosméticos, Perfumes, Produtos de Higiene Pessoal, Saneantes e Insumos Farmacêuticos em território nacional, no Mercosul ou em outros países e às distribuidoras empresas armazenadoras, distribuidoras e importadoras de Medicamentos, Produtos para saúde e Insumos Farmacêuticos localizadas em território nacional.

Quando tratamos de preservar a saúde, a qualidade dos produtos, medicamentos e materiais hospitalares, deve ser observada com o objetivo de proporcionar mais segurança aos usuários e futuramente não causar transtornos aos gestores que possam vir a responder por atendimento de má qualidade aos pacientes sob sua responsabilidade."

Posteriormente, em 15 de dezembro de 2014, houve adiamento do Pregão Presencial "*sine die*" (fls. 300/310), em função do parecer da Procuradoria Jurídica do Município de 12 de dezembro de 2014, conforme documentação juntada ao processo referente à publicação do aviso de adiamento no sítio da Prefeitura na internet, no Diário Oficial do Município (Folha de Itaperuna) e no Jornal Diário do Noroeste."

Em seguida, foi juntada ao processo nova versão do edital da licitação, com nova redação do item 13.7.4 (fl. 320), conforme transcrito a seguir:

> *"13.7.4 - A empresa licitante deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento emitido pela ANVISA, Publicado no Diário Oficial da União com a emissão inferior a 24 (vinte e quatro) meses, referente aos objetos licitados, conforme determinação da Lei Federal n° 6.360/1976 e Portaria no Ministério da Saúde n° 802/1998."*

Vale registrar que, no mesmo dia em que foi publicado o adiamento "*sine die"* do Pregão em tela (15 de dezembro de 2014), houve também a publicação do aviso de convocação do referido Pregão, no quadro de avisos da Secretaria Municipal de Saúde, no Diário Oficial do Município (Folha de Itaperuna) e no sítio da Prefeitura na internet, estabelecendo o dia 30 de dezembro de 2014 para entrega dos documentos e proposta comercial, conforme documentação juntada ao processo (fls. 360/366).

Nesse contexto, foi realizado o Pregão Presencial n.º 040/2014, tipo menor preço por item, para registro de preços de 195 medicamentos (fls. 2054/2110).

Fato curioso é que consta na ata da sessão pública (fl. 2054) que o referido Pregão fora realizado em 17 de dezembro de 2014. No entanto, a licitação havia sido marcada para o dia 30 de dezembro de 2014, conforme avisos de convocação publicados. Considerando a data dos recursos apresentados, as citações nos pareceres de análise de recursos e outros documentos do processo, infere-se que é possível que tenha havido erro formal na redação da data na ata da sessão pública, e que o Pregão tenha ocorrido de fato em 30 de dezembro de 2014.

A seguir, será apresentado um quadro com as empresas que retiraram o edital, participaram ou sagraram-se vencedoras do Pregão Presencial n.º 040/2014:

Quadro II – Empresas Participantes Pregão n.º 040/2014

Empresas	CNPJ	Retiraram o Edital	Participantes	Vencedoras
Diagnostica Rio Produtos e Serviços Medicos Hospitalares Ltda	08.044.840/0001-68	X		
DMCF Comercial Cirurgica Ltda - EPP	07.593.339/0001-98	X		
J & Kaime Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	06.936.418/0001-91	X		
AZFarma Distribuidora de Produtos Farmaceuticos - Ltda EPP	12.918.768/0001-28	X		
Veigamed Material Medico e Hospitalar Ltda- ME	02.482.618/0001-60	X		
Noromed Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda - ME	12.391.412/0001-89	X		
Drogaria do Danilo Ltda – Me	10.901.900/0001-63	X		
Ativa Médico Cirúrgica Eireli	09.182.725/0001-12	X	X	
Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	67.729.178/0004-91	X	X	X
Disk Med Padua Distribuidora de Medicamentos Ltda	04.216.957/0001-20	X	X	
Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda	03.946.428/0001-10	X	X	X
Especifarma Com de Medicamentos e Pro Hospitalares Ltda	00.085.822/0001-12	X	X	X
Merriam-Farma Comércio de Produtos Farmaceuticos EIRELI - EPP	05.896.551/0001-07	X	X	
Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda - Me	07.134.049/0001-86	X	X	X
Sanews Distribuidora de Produtos para Laboratório e Medicamentos para Uso Ambulatorial Ltda	02.842.909/0001-12	X	X	X
Sogamax Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda-Me	00.857.492/0001-36	X	X	X

Fonte: Processo n.º 12142/2014

Em análise à ata da sessão do Pregão Presencial n.º 040/2014, verificou-se que, após a fase de lances sucessivos, as seguintes empresas foram consideradas inabilitadas pela comissão de licitação e manifestaram intenção de recursos por meio de seus representantes:

Quadro III – Razões das Inabilitações Pregão n.º 040/2014

Empresa	Razão Inabilitação
Ativa Médico Cirúrgica Eireli	Não apresentou os documentos do item 13.7.4 referente a qualificação técnica - Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento emitido pela Anvisa.
Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	Não numerou os certificados de boas práticas de controle e fabricação conforme solicitado no edital;
Disk Med Padua Distribuidora de Medicamentos Ltda	Não apresentou os documentos do item 13.7.4 referente a qualificação técnica - Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento emitido pela Anvisa.
Merriam-Farma Comércio de Produtos Farmacêuticos EIRELI - EPP;	Não apresentou os documentos do item 13.7.4 referente a qualificação técnica - Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento emitido pela Anvisa.
Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda - Me	Não apresentou os documentos do item 13.7.5 – Licença de Funcionamento, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária Estadual/Municipal (do distribuidor);

Fonte: Processo n.º 12142/2014 (fls.2101/2102)

Ressalta-se que na Ata da sessão do Pregão ocorrida em 30 de dezembro de 2014 consta somente os preços ofertados na fase de lances sucessivos, não sendo relatados os preços constantes das propostas comerciais apresentadas antes da fase de lances.

Assim, a Empresa Merriam-Farma Comércio de Produtos Farmaceuticos apresentou recurso (fls. 2116/2123), argumentando, em apertada síntese, que já havia solicitado à Anvisa a obtenção do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem e que fora submetida à inspeção sanitária em 22 de agosto de 2014, juntando ao processo Relatório Técnico de Inspeção emitido pela Superintendência de Vigilância Sanitária da Prefeitura de Nova Iguaçu/RJ, com parecer favorável à concessão do CBPDA de Medicamentos, e número de Protocolo referente ao processo autuado junto à Anvisa para obtenção do mencionado Certificado.

Em seu recurso, a citada Empresa arguiu ainda a ilegalidade da exigência de tal Certificado (CBPDA).

A Procuradoria Geral do Município apreciou o aludido recurso e elaborou parecer (fls. 2137/2146), no qual considerou intempestivo o recurso apresentado pela Empresa Merriam-Farma Comércio de Produtos Farm. Esclareceu ainda, em seu parecer, que a matéria já havia sido alvo de discussão em fase de impugnação do edital, e manifestou-se favorável à manutenção de tal exigência, mencionando o parecer de fls. 272/279, conforme excerto transcrito a seguir:

> *"(...)*
>
> *O Recurso é intempestivo, visto que protocolado no setor competente do Município na data de 08/01/2015, portanto, em prazo superior ao estipulado no Edital de 03 dias úteis.*
>
> *Isso porque, a Ata de Reunião da Comissão é do dia 30/12/2014, ocasião que a Recorrente tomou ciência da decisão pugnada, conforme se observa da assinatura aposta pela Recorrente à predita Ata.*
>
> *Ademais, a matéria trazida à baila já foi alvo de discussão neste mesmo processo licitatório, em fase de Impugnação ao Edital, conforme se observa às fls. 262/287.*
>
> *Contudo, embora a concordância e a notoriedade de que o assunto está longe de findar-se pacificado, esta Procuradoria, na oportunidade da referida análise, opinou pela legalidade de tal exigência, ocasião que, julgou procedente em parte a predita Impugnação, mantendo a cláusula guerreada.*
>
> *Portanto, diante de matéria já discutida por esta Administração neste mesmo licitatório, adoto o parecer de fls. 272/279, que ora transcrevo:*
>
> *(...)"*

Em seguida, citou o parecer do gestor da Secretaria Municipal de Saúde que motivou a inclusão da exigência editalícia questionada, bem como o parecer emitido pela Coordenação de Assistência Farmacêutica sobre o assunto. Por fim, manteve-se a inabilitação da Empresa Merriam-Farma Comércio de Produtos Farm, conforme excerto transcrito a seguir:

"Por todo o exposto, e face a intempestividade do presente recurso, não conheço do recurso, mantendo-se a inabilitação/desclassificação da recorrente, prosseguindo-se o feito nos termos legais."

A Empresa Ativa Médico Cirúrgica Eireli também apresentou recurso (fls. 2179/2184), a fim de que fosse considerada habilitada na licitação, argumentando, em apertada síntese, que a exigência do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem restringiu o caráter competitivo do certame. Argumentou, ainda, que essa exigência havia onerado o certame, uma vez que, se não houvesse ocorrido a inabilitação das empresas que possuíam tal certificado, a licitação haveria sido mais econômica.

A Procuradoria Jurídica encaminhou o processo ao Setor de Compras para verificação se os preços praticados na Licitação encontravam-se dentro do valor de mercado. Em resposta, o Setor de Compras trouxe esclarecimentos sobre o procedimento de cotação de preços do referido Pregão. A Pregoeira e Presidente da Comissão Permanente de Licitação também informou, em síntese, que os preços dos itens ficaram abaixo do estimado, de acordo com o Termo de Referência, e que os valores comparados com as Atas de Registro de Preços do ano de 2013/2014 encontravam-se com preços compatíveis.

Em seu parecer (fls. 2189/2199), a Procuradoria Jurídica do Município adotou o parecer anteriormente elaborado de fls. 272/279, que fora favorável à manutenção da referida exigência, conforme trecho transcrito a seguir:

"(...)

A matéria trazida à baila já foi alvo de discussão neste mesmo processo licitatório, pela própria Recorrente, em fase de Impugnação ao Editai, conforme se observa às fls. 262/287.

Contudo, embora a concordância e a notoriedade de que o assunto está longe de findar-se pacificado, esta Procuradoria, na oportunidade da referida análise, opinou pela legalidade de tal exigência, ocasião que, julgou procedente em parte a predita Impugnação, mantendo-se a cláusula guerreada.

Portanto, diante de matéria já discutida por esta Administração neste mesmo procedimento licitatório, adoto o parecer de fls. 272/279, que ora transcrevo:

(...)"

Em seguida, citou o parecer do gestor da Secretaria Municipal de Saúde que motivou a inclusão da exigência editalícia questionada, bem como o parecer emitido pela Coordenação de Assistência Farmacêutica sobre o assunto. Por fim, manteve-se a inabilitação da empresa recorrente, conforme excerto do Parecer transcrito a seguir:

"(...)

Registre-se, por oportuno, que este procurador converteu em diligencia o presente processo solicitando manifestação do setores responsáveis (setor de

compras), para que o mesmo pudesse atestar quanto aos preços serem os praticados no mercado.

Veja-se que as fls. 09 o setor de compras informa que obteve o valor médio foi obtido por orçamentos de empresas por este contatadas, informando inclusive que a Recorrente foi procurada para apresentar cotação sendo certo que a mesma não manifestou-se no sentido de cotar.

(...)

Já as fls. 11 a responsável pela Licitação foi enfática em afirmar que os preços praticados ficaram abaixo do estimado. Ademais, afirma a chefe do setor de licitações que os valores comparados com as atas de registro de preços do ano de 2013/2014 que antecederam a presente licitação encontram-se em preços compatíveis, e ainda, que eventual item que porventura a oferta não for aceitável, facultará a administração à sua homologação ou não.

Pois bem, quanto aos itens estarem ou não dentro do valor de mercado, as informações constantes nos autos indicam que a administração observou o princípio da proposta mais vantajosa para a administração, com cotação de preço médio e realizando comparativo com as licitações realizadas pela própria administração anteriormente.

Adverte, todavia, este Procurador Geral de que em havendo qualquer valor que não esteja compatível com o praticado no marcado deve a administração adotar a postura de NÃO HOMOLOGAÇÃO sob pena de dano ao erário e responsabilidade pessoal do gestor.

Por todo o exposto, conheço do recurso, para no mérito, julgar improcedente, mantendo-se a inabilitação da Recorrente, prosseguindo-se o feito nos termos legais.

(...)"

Não se identificou, nos autos do processo, recurso apresentado pela Empresa Disk Med Padua Distribuidora de Medicamentos Ltda, que também fora inabilitada por não apresentar o CBPDA.

Registre-se que a Empresa Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda fora inabilitada no Pregão Presencial 040/204, por não apresentar os documentos do Item 13.7.5 - Licença de Funcionamento expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária Estadual/Municipal.

No entanto, após apresentar recurso, a referida Rynus fora considerada habilitada no certame, uma vez que apresentou Declaração emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Pádua/RJ, informando a revalidação da Licença para o exercício das atividades para o ano de 2014, com validade até 18/02/2015, bem como Relatório de Inspeção emitido pela Superintendência de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado de Saúde, o qual concluía que a referida empresa cumpriu o que determina as normas sanitárias legais pertinentes às Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Medicamentos.

Houve ainda recurso apresentado pela Empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda (fl. 2203/2214), que fora inabilitada no Pregão em análise por falta de numeração dos certificados

de Boas Práticas e Controle de Fabricação. Todavia, o citado recurso fora deferido, sendo esta Empresa considerada habilitada no certame (fls. 2217/2220).

Nesse contexto, devido às Empresas Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda e Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda terem seus recursos julgados procedentes e serem habilitadas no Pregão em análise, foi publicado aviso de convocação, em 23 de janeiro de 2015, no Jornal Folha de Itaperuna (Diário Oficial do Município), para reclassificação dos habilitados no Pregão Presencial n.º 040/2014, com a data da sessão para 02 de fevereiro de 2015, conforme documentação juntada ao processo (fl. 2223).

Assim, em 02 de fevereiro de 2015, houve nova reclassificação dos itens, considerando a habilitação das Empresas mencionadas (fls. 2229/2256).

Posteriormente, em 09 de fevereiro de 2015, a Pregoeira e a equipe de apoio vieram informar, em expediente denominado "Registro de Preços n.º 40/2014 – Realinhado", que as empresas Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, Rynus Noroeste Distribuidora de Med Ltda e Dist. de Medicamentos Brasil Miracema Ltda enviaram novas propostas de preços realinhando os preços dos itens adjudicados a cada empresa na sessão do dia 02 de fevereiro de 2015 (fls. 2272/2283).

Assim, os preços unitários dos itens adjudicados às empresas Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda e Rynus Noroeste Distribuidora de Med Ltda foram alterados para menor, ocorrendo diminuição nos valores adjudicados a essas empresas, conforme quadro abaixo. A Empresa Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda manteve os preços dos itens adjudicados na sessão do dia 02 de fevereiro de 2015.

Desse modo, em 10 de fevereiro de 2015, o Pregão n.º 040/2014 foi homologado pelo então Secretário Municipal de Saúde, conforme valores constantes do quadro a seguir, ocorrendo a publicação em 27 de fevereiro de 2015, no Jornal Folha de Itaperuna (Diário Oficial do Município), conforme documentação juntada ao processo (fl. 238).

Firmou-se, então, em 09 de fevereiro de 2015, a Ata de Registro de Preços N.º 07/2015 para registro de preços de medicamentos, durante o período de doze meses, resultante do Pregão n.º 040/2014 (fls. 2309/2321).

Quadro IV – Ata de Registro de Preços n.º 07/2015 – 09/02/2015

Empresa	Itens Adjudicados	Valor Registrado (R$)
Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda	01, 07, 11, 19, 25, 28, 37, 41, 42, 43, 60, 61, 66, 72, 79, 80, 82, 83, 86, 90, 91, 101, 103, 105, 108, 126, 131,136, 139, 145, 147, 150, 167, 171, 174, 189, 190, 191 e 195.	1.245.779,98
Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda	02, 05, 06, 08, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 29, 31, 32, 35, 36, 39, 40, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 65, 67, 71, 74, 75, 76, 77, 81, 85, 88, 92, 93, 102, 104, 107, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 124, 125, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 142, 144, 146, 148, 149, 151, 153, 154, 156, 160, 163,164, 168, 170, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 181, 184, 185, 186, 187, 193 e 194.	4.498.202,22
Especifarma Com de Medicamentos e Prod Hospitalares Ltda	119	240,00
Sanews Distribuidora de Produtos para Laboratório e Medicamentos para Uso Ambulatorial Ltda	09 e 178	12.692,40
Sogamax Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda_ME;	22, 26, 27, 33, 47, 64, 84, 89, 95, 97, 99, 100, 109, 110, 117, 122, 123, 140, 141, 152, 157, 158, 159, 161, 165, 182, 183 e 188.	631.823,62
Comercial Cirurgica RioClarense Ltda	03, 04, 13, 20, 21, 30, 34, 38, 48, 68, 69, 70, 73, 78, 94, 98, 106, 112, 127, 137, 138, 143, 155, 162, 166, 169, 180 e 192.	583.801,60
Total		**6.972.539,82**

Fonte: Processo n.º 12142/2014 (fls. 2309/2321)

Posteriormente, em 21 de maio de 2015, a Empresa Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda requereu, em razão de dificuldades financeiras de caixa e de acontecimentos inesperados na gestão do negócio, rescindir o contrato, amigavelmente, em relação a determinados itens listados anexos ao requerimento e adjudicá-los a outros licitantes consignados na referida Ata de Registro de Preços, mantendo-se os demais itens adjudicados, conforme documentação acostadas às fls. 2341/2344.

Nesse contexto, foi publicado, em 29 de maio de 2015, no Quadro de Avisos da Secretaria Municipal de Saúde, no sítio da Prefeitura na internet e no Jornal Folha de Itaperuna, aviso de convocação às demais empresas consignadas na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015, a fim de que comparecessem à nova sessão de julgamento de habilitação do segundo colocado do Pregão Presencial n.º 040/2014, no dia 02 de junho de 2015, para os seguintes itens: 08, 15, 17, 24, 31, 32, 35, 36, 39, 45, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 65, 71, 74, 81, 96, 104, 107, 113, 115, 118, 120, 128, 129, 132, 133, 134, 135, 144, 146, 148, 149, 156, 170, 175, 177, 181, 184, 186 e 187 (fls. 2350/2353).

Dessa forma, em 02 de junho de 2015, com base nos segundos colocados dos itens rescindidos pela Empresa Rynus do Pregão n.º 040/2014 (fls. 2355/2358), houve novo registro de preços de medicamentos, para o período de oito meses, mantendo-se os preços registrados anteriormente, conforme detalhado no quadro a seguir:

Quadro V – Chamamento Segundo Colocado – 02/06/2015

Empresa	Itens Adjudicados	Valor Registrado (R$)
Sogamax Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda-Me	31 e 134	47.647,50
Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda	08, 15, 17, 24, 32, 35, 36, 39, 45, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 65, 71, 81, 96, 104, 107, 113, 115, 118, 120, 128, 129, 132, 133, 135, 144, 146, 148, 149, 156, 170, 175, 177, 181, 184, 186 e 187.	2.086.642,43
Total		**2.134.289,93**

Fonte: Processo n.º 12142/2014 (fls. fls. 2355/2358)

O novo registro de preços supracitado foi homologado, em 10 de julho de 2015, pelo então Secretário Municipal de Saúde, e publicado no Jornal Folha de Itaperuna (Diário Oficial do Município), no sítio da Prefeitura na internet e no quadro de avisos da Secretaria Municipal de Saúde, conforme documentação juntada ao processo.

O Relatório Preliminar de Fiscalização foi encaminhado à Prefeitura de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, para apresentação de justificativas ou esclarecimentos por parte da Prefeitura.

Em resposta, a Prefeitura de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017, de 11 de setembro de 2017, manifestou-se nos seguintes termos:

> *"1. Considerações à constatação do item (01), página 183 a 194 do relatório:*
>
> > *1.Informações sobre o Pregão Presencial n° 040/2014, destinado à aquisição de medicamentos para atender à Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ, o qual resultou na Ata de Registro de Preços n° 07/2015*
>
> *Referindo-se à constatação da fiscalização do item acima mencionado, esclarecemos não ser competência do Departamento de Contabilidade deste Fundo Municipal de Saúde, se pronunciar a respeito, visto que tais procedimentos competem ao Departamento de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ."*

A Prefeitura Municipal de Itaperuna encaminhou ainda solicitação de dilação de prazo apresentada pela então Pregoeira e Presidente da Comissão de Licitação do Pregão em análise para esclarecimentos e elucidação dos fatos, a qual foi deferida pela CGU.

Desse modo, a Prefeitura Municipal de Itaperuna, mediante Ofício OF/GP/N.º 700/2017, de 20 de setembro de 2017, encaminhou as considerações e justificativas apresentadas pela então Pregoeira e Presidente da Comissão de Licitação do Pregão em comento, trazidas em expediente de 15 de setembro de 2017, conforme a seguir:

> *"(...)*
>
> *1-O Pregão nº040/2014 mencionado pelo relatório preliminar, fala dos itens demandados pela Unidade de Pronto Atendimento 24 Hr. Cabe esclarecer que*

a Unidade sempre teve um quantitativo estimado para maior, devida ao caráter da prestação de Urgência e Emergência, e por ser unidade de atendimento contínuo, a mesma não poderia ter seus serviços suspensos por haver esgotado naquele previsto na referida Licitação. Vale ainda dizer que os quantitativos estimados foram feitos com amplo estudo do Setor de Compras, com pesquisas anteriores de consumos dos medicamentos dos anos pregressos. Esclarece mais uma vez que o atendimento da Unidade de Pronto Atendimento(UPA 24 Hr) contempla o Município de Itaperuna e Regiões vizinhas, tendo uma demanda variável, difícil de mensurar, e ainda trata-se de Ata de Registro de Preços para viger em até 12(doze) meses, contando que na administração deve haver planejamento e previsibilidade;

2-A data do edital em parecer da Procuradoria Jurídica sobre prosseguimento resta nos avaliar que foi um mero erro de digitação, sendo apenas um erro formal que não ensejaria anulação de todo processo em tela, pois prima pela celeridade e economia processual;

3-O adiamento do Pregão nº 040/2014 ocorreu devido ao Decreto do Prefeito no qual determinou a suspensão das licitações em curso;

4-Noque tange a solicitação do Ilmo. Sr. Secretário, recém empossado,solicitando a inclusão do Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição (CBPDA), emitido pela Agencia Nacional de vigilância Sanitária(ANVISA), no Edital do referido Pregão, o mesmo ao assumir a pasta da Secretaria de Saúde teve o cuidado de garantir a aquisição de medicamentos e insumos fabricados e armazenados de acordo com as normas da ANVISA e seus escritos, visando desta feita zelar pela saúde pública, conforme expresso na Constituição Federal. Não se perdendo de vista queo bem principal a ser tutelado era o direito à saúde dos cidadãos. Relata que o Ilmo. Secretario agiu com boa fé, e com amparo legal da Procuradoria Geral do Município, com parecer exarado nos autos do processo bem como relatório da Coordenação de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, opinando favorável a indagação do Certificado (fl.229).

5-No que concerne a data da sessão pública ***(fl.2054/2110)de 17 de dezembro de 2014****, foi também um mero erro de digitação, já que nos avisos constavam a data correta, já parafraseando palavras do relatório,* ***"infere-se que é possível que tenha havido erro formal na redação da data na ata de sessão publica..."*** *e que realmente a data certa foi dia 30 de dezembro de 2014.*

6-Segundo o Quadro II demonstrado, apresentando as Empresas participantes do Pregão nº040/2017, há de se afirmar as vastas empresas que fizeram retiradas do edital, num total de 16(dezesseis)empresas.

7-A empresa Merriam-Farma Comércio de Produtos Farmacêuticos, conforme relata, apresentou recurso intempestivamente, pois ao retirar o edital, para futura participação no certame, deixou de observar o prazo de recurso do edital;

8-A empresa Ativa Médico Cirúrgica Eireli, argumentou restrição de caráter competitivo, não carece de suporte legal, pois ao fazer a retirada do Edital, também poderia observar que a exigência doCertificado estava embasado na ANVISA, e outros escritos, não sendo verídico, a falta de economicidade, pois os preços estavam em consonância com o TERMO DE REFERENCIA, cotados pelo Setor de Compras, que realizou um minucioso comparativo com as Atas de Registro de Preços do ano anterior. Salienta-se pelo Setor de Compras que a Empresa Ativa Médico Cirúrgica Eireli, ao ser solicitada para cotação, negou-se em fornecer o orçamento para obtiver a média;

9-A empresa Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda, ao ser Inabilitada apresentou recurso, sendo o mesmo acatado pela Douta Procuradoria Jurídica do Municipio, tendo em vista sanado pendencias sobre Certidão Municipal de Vigilância Sanitária, a qual tinha gerado a inabilitação no certame em tela;

10-Cumpre ressaltar que conforme descrito pela Controladoria Geral da União, em relatório preliminar, ficou mais que provado que a Inabilitação das empresas não se deu apenas pela ausência do Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição (CBPDA), e sim por outras exigências editalícias também. E ainda se observa que buscou de forma contínua a economicidade para administração pública, quando foi acolhido o recurso das Empresas Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda e Rioclarense Distribuidora de Med. Ltda, colocando-as no páreo juntamente com as habilitadas;

11-Em observação quanto à restrição de competitividade alegada, a mesma não guarda verdade com a realidade apresentada à época do certame, uma vez que existiram 16(dezesseis) empresas participantes do certame com apenas 03(três) desclassificadas/inabilitadas, por falta de cumprimento de exigências contidas no edital;

12-Após o acolhimento dos recursos das empresas houve a sessão pública de ata para adjudicação dos itens às empresas. Como no certame na fase de lances houve um decréscimo nos preços ofertados pelas empresas, que conheciam da sua condição de inabilitadas, vez que os recursos trataram das mesmas matérias, das impugnações ao edital oferecidas, que impossibilitou real competitividade entre as demais empresas. A Equipe de apoio juntamente com a pregoeira decidiu como um caso omisso ao edital, amparado na legislação pertinente e no principio da economicidade, solicitando REALINHAMENTO de preços das Empresas: Comercial Cirúrgica Rioclarense Distribuidora de Med. Ltda, Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda, registrando em ata de registros depreços os itens adjudicadosalterados para menor, obtendo assim, mais economia para administração pública. Assim entende-se queequipe de apoio com a pregoeira cumpriu a função de obter a melhor proposta e economicidade;

13-Diante do tempo transcorrido, a Empresa Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda, apresentou requerimento de desistência para alguns itens adjudicados alegando dificuldade financeira. Sendo feita a Convocação para

o segundo colocado, dos itens elencados pela referida empresa, para nova sessão de julgamento, compareceram 02(duas) empresas, as quais solicitaram interesse, e sendo homologados os itens.Acontece que as Empresas vencedoras dos itens desistentes pela empresaEmpresaRynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda, mantiveram seus preços registrados na sessão anterior a convocação do segundo colocado.

14-A figura do Pregoeiro e Presidente de Licitação é de dar, transparência, celeridade, economicidade, obter proposta mais vantajosa para a administração,ou seja, primar pelos princípios administrativos e constitucionais. O intuito sempre foi da proposta mais vantajosa para a administração pública, porém com qualidade e segurança. Em todo certame narrado ficou visualizado que desde a publicação até a data do presente certame foi decidido pela administração,à necessidade do aludido Certificado de Boas Práticas e Armazenamento e Distribuição(CBPDA). As empresas Merriam-Farma Comércio de Produtos Farmacêuticos e Ativa Médico Cirúrgica Eireli, ao decrescerem seus lances de forma a deixar os itens fora do valor praticado de mercado, tinham prévio conhecimento de suas condições de desabilitadas, não podendo considerar os preços ofertados no certame com parâmetro aos preços da vigência da ata de registro de preços, se acaso vencedoras fossem. Fica subentendido a possível má-fé das empresas que adentraram ao certame com previsibilidade de não serem vencedoras dos itens. Corroborando a prática de má-fé, pois o valor estimado foi baseado em cotação da empresa desabilitada, que na fase de lance, ofertou preço muito aquém ao orçado, uma vez que já conhecia sua condição de desabilitada.

15-Em relação aos itens registrados com valores acima mencionados no relatório da Controladoria Geral da União, ao verificar o montante, vê-se que não ultrapassou os 30%(por cento) praticados, como admissíveis e/ouaceitáveis para aquisição. Pois fez parte da lista de medicamentos e insumos um quantitativo de 195 itens de medicamentos e insumos para suprir em Ata de Registro de Preços na administração Pública para um período de 12 (doze) meses, preconizada pela Lei 10.520/02, com amparo da Lei de Licitações nº 8.666/93.Trata-se ainda, apenas de percentual mínimo de itens que desacordaram da tabela ANVISA. Diante desta, não há o que falar/intenção de prejuízo ao erário público, nos Pregões nº040/2014 e Pregão nº004/2016,

16- Ressalta ainda que o Pregão nº004/2016 citado no relatório desta Controladoria Geral da União sãopelos mesmos motivos do Pregão nº040/2014, ao qual reporta-se todas as justificativas e manifestações;

Diante do exposto, passa a declarar:

As licitações com seus respectivos pregões realizadas na Secretaria Municipal de saude, pela Equipe de apoio e pregoeira na condição de também presidente de licitação, referente ao período de fiscalização mencionado no relatório preliminar, vem respeitosamente frisar que todo cunho administrativo, teve o gestor à frente como Secretário de Municipal de Saúde, responsável pela manutenção da ordem, do comprometimento com a saúde pública,e não a

satisfação dos lucros das empresas produtoras de bens nessa área, mas sim com os usuários do Sistema Único de Saúde(SUS).

A aquisição de bens e serviços através da Lei do pregão trouxe diversas vantagens para a Administração Municipal. Dentre elas pode-se destacar: menor custo no procedimento licitatório, maior agilidade, desburocratização, melhor gerenciamento das despesas públicas, publicidade e transparência do procedimento, ampliação da disputa entre os fornecedores e prestadores de serviço, maiores vantagens econômicas, gerando economicidade a administração.

Assim:O artigo 1° da Lei n° 10.520/02 afirma que o pregão foi criadopara a aquisição de bens e serviços comuns, definidos, de forma um tanto quanto imprecisa, como "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado"....(Revista e Portal da Gestão Pública)

Cabe ressaltar que o objetivo, nas realizações dos Pregões foi em nenhum momento restringir a competividade das empresas, havendo uma observação maior para a importância da apresentação do documento e aquisição de medicamentos com a qualidade atestada pelo órgão fiscalizador, que no caso é ANVISA. Tanto que a nova redação inserida no Edital foi com a anuência da Procuradoria Geral do Município, e após questionamentos, com o aval da Coordenação Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde do Município, e autorização do Ilmo. Secretario como Gestor. O Certificado de Boas Práticas e Armazenamento e Distribuição (CBPDA)foi inserido para que as Empresas interessadas em fornecer seus produtos para a administração tivessem condições de armazenamentodos medicamentos exigidas pelo órgão fiscalizador,pois a aquisição de medicamentos e insumos são complexos, não podendo realizar a mesma sem a devida responsabilidade, conforme embasamento emLei Federal nº6.360/1976, c/c Portaria MS nº802/1998, sendo também vasta as Resoluções e julgados de TRFs, bem como Tribunal de Contas da União, no assunto em tela.

O Tribunal de Contas da União no acórdão n° 188/2010 decidiu que:

"...Ainda que os serviços objeto da licitação possam sugerir, a priori, certa complexidade, não há óbices para que sejam enquadrados como serviços comuns, eis que pautados em especificações usuais de mercado e detentores de padrões objetivamente definidos no edital".

Complementando,"No acórdão n° 2172/2008 o Tribunal de Contas da União afirmou que: "a utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei n° 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade".

Não há o que se falar em prejuízos para a administração, pois os Pregões nº040/2014 e 004/2016 alcançaram o objetivo, tendo publicidade, transparência, e ciência a todos, conforme lista de retirada acostadas nos autos dos processos licitatórios, e em todos os seus atos, conforme mencionado

nesta fiscalização em relatório preliminar - Controladoria Geral da União, como também participação dediversas empresas, restando apenas 03(três) desabilitadas por falta do aludido certificado.E se a Vigilância tem normas para que as Empresas se adequam quanto ao documento em tela, não tem motivos à administração para não solicitar, tendo em vista que a saúde pública dos usuários é que está sendo preservada. A Vigilância Sanitária tem o condão de assegurar que as Empresas mantenham em seus estabelecimentos com seus produtos armazenados de forma controlada, visando à integridade da qualidade dos produtos que ora serão comercializados, com a devida armazenagem.

Portanto, diante dos fatos narrados, apresentados, pede-se esta Controladoria Geral da União que acolha alegação, tendo em vista que não há ilegalidade de cunho administrativo, não há ilegalidade quanto à transparência, não houve prejuízo ao erário no montante por considerar irrisório diante dos quantitativos registrados para Ata de Registro de Preços.

Nestes termos, encaminha a presente manifestação, dando desta forma ciência aos interessados, com elevada estima e consideração. "

As considerações apresentadas pela então Pregoeira da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ serão analisadas no âmbito das constatações deste relatório que tratam das questões de restrição à competitividade, sobrepreço e prejuízo nos Pregões n.ºs 040/2014 e 004/2016.

Quanto ao item 1 da manifestação apresentada, que diz respeito às incoerências observadas na demanda apresentada pela Unidade de Pronto Atendimento 24 H para a referida licitação, especificamente entre a quantidade prevista anual dos medicamentos e a quantidade média mensal, cabe esclarecer que esse fato não foi tratado como uma constatação especificamente, mas fora relatado em razão das divergências identificadas.

A propósito, cabe esclarecer que as quantidades de medicamentos a serem adquiridos devem ser estimados em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação, conforme previsto na Lei n.º 8.666/93, em seu artigo art. 15, §7º, inciso II.

Quanto às informações constantes dos itens 2 e 5 da manifestação supracitada, a referida pregoeira informa a ocorrência de erros, e a manifestação constante do item 3 informa que o adiamento do Pregão n.º 040/2014 ocorreu devido ao Decreto do Prefeito no qual determinou a suspensão das licitações em curso. Vale esclarecer que esses fatos não foram tratados como constatações específicas, mas foram relatados em razão das incoerências identificadas na realização do Pregão Presencial n.º 040/2014.

2.1.2. Existência de cláusulas restritivas no edital do Pregão Presencial n.º 040/2014 destinado à aquisição de medicamentos, resultando em Sobrepreço de R$ 2.927.675,16 na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015 e em Prejuízo de R$ 330.848,32 em processos de pagamento analisados.

Fato

Após breve contextualização dos fatos ocorridos no âmbito do Pregão n.º 040/2014 para celebração da Ata de Registro de Preços n.º 07/2015, será apresentada análise sobre a exigência do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem (CBPDA) e seus efeitos econômicos sobre o Pregão em apreço, em razão das inabilitações ocorridas.

Ao analisarmos a ata da sessão inicial do Pregão Presencial n.º 040/2014, observou-se que as Empresas Ativa Médico Cirúrgica, Merriam-Farma Comércio de Produtos Farmaceuticos e Disk Med Padua Distribuidora de Medicamentos Ltda apresentaram o menor preço, durante a fase de lances, para 139 itens de um total de 195 itens licitados.

No entanto, essas empresas foram consideradas inabilitadas no Pregão por não apresentarem o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem (CBPDA) exigido no item 13.7.4 do edital.

Sobre o assunto, o Tribunal de Contas da União (TCU) em face de representação relacionada a possíveis irregularidades em Pregão conduzido pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz/SC, proferiu o Acórdão de Relação n.º 281/2015 – Plenário, considerou que a exigência de Certificados de Boas Práticas e de Distribuição e Armazenagem afronta o disposto no art. 30 da Lei 8.666/1993, devendo ser evitada em futuras contratações que envolvam aportes de recursos federais ou provenientes do SUS, conforme excerto transcrito a seguir:

> *"**Acórdão n.º 281/2015 – Plenário***
>
> *(...)*
>
> *1.7 Determinações/Recomendações/Orientações:*
>
> *1.7.1. dar ciência ao Município de Santo Amaro do Imperatriz/SC de que a exigência de Certificados de Boas Práticas e de Distribuição e Armazenagem, exigidos por ocasião do Pregão Presencial 17/2014 afrontam, no entendimento do TCU sobre a matéria, o disposto no art. 30 da Lei 8.666/1993, devendo ser evitada em futuras contratações que envolvam aportes de recursos federais ou provenientes do SUS. "*

O TCU, em seu Acórdão n.º 392/2011 – Plenário, analisou o edital de Pregão realizado pelo Ministério da Saúde para registro de preços de kits de testes de quantificação de RNA viral do HIV-1 e determinou ao DLOG/SE/MS que excluísse a exigência do "Certificado de Boas Práticas de Fabricação", mesmo tratamento conferido pelo DLOG ao Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição. O voto do relator concluiu ainda pela ausência de previsão legal para a formulação de exigência de Certificados de Boas Práticas de Fabricação, conforme trecho do aludido Acórdão transcrito a seguir:

> *"**Acórdão n.º 392/2011 – Plenário***
> ***Acórdão:***
>
> *(...)*
>
> *9.3. determinar ao DLOG/SE/MS, com base no art. 70, IX, da Constituição Federal, c/c art. 43, I, da Lei nº 8.443/92 e art. 250, II do Regimento*

Interno/TCU, a adoção das seguintes providências quanto ao edital do Pregão Presencial SRP nº 208/2010:

9.3.1. excluir a exigência de "Certificado de Boas Práticas de Fabricação – BPF" para fim de qualificação técnica, por falta de amparo legal, bem como por não se mostrar indispensável à garantia do cumprimento das obrigações a serem pactuadas;

(...)

Voto

(...)

6. Quanto ao "Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição para Produtos de Saúde", o órgão reconheceu que tal exigência não poderia ser feita às importadoras de produtos para saúde, como é o caso da representante, uma vez que a Anvisa deixou de concedê-las ou renová-las para empresas que terceirizam o armazenamento dos produtos. Já teria sido providenciada, inclusive, conforme pronunciamento do órgão, a sua exclusão do edital.

7. Esse deveria ser, a meu ver, o desfecho para ambas as exigências, haja vista a ausência de previsão legal para a sua formulação, justamente como defende a empresa representante.

8. Explico. Em se tratando de requisitos de habilitação, são basicamente dois os princípios a serem observados quando da sua fixação no instrumento convocatório: legalidade e proporcionalidade. Significa dizer que só se pode exigir aquilo que a lei autoriza ou determina que seja exigido (art. 27, caput, c/c art. 30, caput, ambos da Lei nº 8.666/93) e, ademais, as exigências deverão ser aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações a serem assumidas perante o ente público contratante (art. 37, XXI, in fine, da Constituição Federal de 1988) .

9. Por seu turno, o art. 30 da Lei nº 8.666/93 enumera os documentos que poderão ser exigidos para fim de comprovação da qualificação técnica, entre os quais não se incluem certificados de qualidade. O princípio da legalidade não teria, pois, sido observado no caso em tela.

10. Não se deve perder de perspectiva que as exigências de qualificação técnica têm por escopo aferir a aptidão da licitante para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, à luz do inc. II do aludido art. 30. E tal aptidão deve ser comprovada mediante atestados fornecidos por pessoas jurídicas devidamente registradas (§ 1º), nos quais conste declaração de que executou objeto similar ao licitado, e não mediante certificações de qualidade.

11. É preciso considerar também que, no âmbito federal, não foi editada lei especial que obrigue a apresentação dos certificados em questão para fim de habilitação em certames licitatórios, o que afasta a possibilidade de enquadramento dessa exigência no inc. IV do mencionado art. 30.

12. Apenas a título de argumentação, ainda que se considerasse legal a exigência supra, ela não atenderia, no caso concreto, ao princípio da proporcionalidade, não se revelando, na espécie, indispensável à garantia do cumprimento das obrigações a serem assumidas perante o Ministério da Saúde.

13. Aliás, como bem evidencia a representante (peça 1, pp. 6-7), já estariam sendo formuladas às licitantes exigências – tanto quanto à sua constituição e operação, quanto ao registro e comercialização de produtos – que juntas asseguram a regularidade sanitária da empresa e dos produtos por ela fabricados ou importados. Seria, assim, desnecessária, desarrazoada, desproporcional a exigência de qualquer tipo de certificado com esse mesmo desiderato. Transcrevo abaixo, por oportuno, as considerações aduzidas pela representante, verbis:

"De plano cumpre-nos destacar que, sob o ponto de vista sanitário, a qualificação de uma empresa para participar em certames é demonstrada e atestada por meio da obtenção e apresentação, atualizada, de suas:

a) Licença Sanitária, expedida pela autoridade sanitária local; e,
b) Autorização de Funcionamento, expedida pela autoridade sanitária federal.

É certo ainda que a concessão de licença sanitária e autorização de funcionamento pressupõem, dentre outras formalidades, a adoção e implementação por parte das empresas de uma série de procedimentos que incluem as boas práticas. Não havendo o cumprimento das boas práticas, a licença local e a autorização federal sequer são deferidas. E mais, posteriormente à obtenção de licença, o descumprimento de normas e procedimentos de boas práticas pode ensejar a suspensão ou cassação das licenças.

No caso de produtos de interesse sanitário e submetidos à vigilância sanitária, nos quais estão incluídos os produtos para saúde (materiais, equipamentos e produtos para diagnósticos de uso in vitro é exigido ainda o registro ou cadastro do produto junto à ANVISA, exceção feita para os isentos de registro ou aqueles que admitem procedimentos de importação diferenciados, nos termos da legislação."

14. Assim sendo, entendo que deva ser formulada determinação ao DLOG/SE/MS no sentido de que seja também excluída do edital a exigência de "Certificado de Boas Práticas de Fabricação" – mesmo tratamento já conferido ao "Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição para Produtos de Saúde" –, por absoluta falta de amparo legal, bem como por não se mostrar indispensável à garantia do cumprimento das obrigações a serem pactuadas.

(...)"

Por sua vez, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), no processo n.º 827857-3/16, ao analisar o edital de Pregão Presencial nº 32/16 da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ para aquisição de insumos e material hospitalar, determinou o adiamento do citado Pregão e também considerou excessiva a exigência do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento (CBPDA), conforme sessão ocorrida em 31/01/2017, *in verbis:*

> *"8 – Justifique ou suprima o subitem 13.7.5 do edital referente à exigência de apresentação de* ***Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento – CBPDA****, por não se tratar de requisito previsto em lei especial (inc. IV, art. 30 da Lei 8.666/93 – qualificação técnica);*
>
> *(...)" (grifo nosso)*

Em atenção à diligência encaminhada pelo TCE-RJ, a Prefeitura decidiu anular o aludido certame, antes de sua realização, em razão de diversos vícios identificados, de acordo com o informado pela Prefeitura em documentação juntada ao Processo n.º 827857-3/16.

Considerando o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre a exigência de Certificados de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem e as inabilitações ocorridas no Pregão n.º 040/2014, em razão de tal Certificado, solicitou-se à Prefeitura de Itaperuna, por meio da Solicitação de Fiscalização n.º 201700480/008, que esclarecesse as razões pelas quais houve a inclusão da exigência do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem emitido pela Anvisa para a habilitação das empresas licitantes (Item 13.7.4), nos editais dos Pregões Presenciais n.ºs 040/2014, 018/2015 e 004/2016.

Em resposta, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde informou, por meio do Ofício SMS/Licitação n.º 10/2017, de 13 de junho de 2017, o seguinte:

> *"Informo que a atual Comissão de Licitação, nomeada pela portaria n° 007, de 02 de janeiro de 2017, não exigiu em nenhum de seus atos, o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento emitido pela ANVISA, não podendo responder por critérios definidos pela Comissão de Licitação anterior.*
>
> *Informo também que em atendimento ao processo n° 827.857-3/16 do TCE/RJ, o mesmo solicitou a justificativa ou supressão do mesmo documento referente ao pregão realizado pela Comissão anterior. A Comissão atual, junto com a autoridade competente, decidiu por suprimir o item nas confecções de editais para futuros certames."*

Visando obter mais informações sobre o tema, realizou-se consulta no sítio eletrônico da Anvisa na internet *(http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/empresas/cbpda/informacoes-gerais)*, em 07 de junho de 2017, quando verificou-se que o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem (CBPDA) <u>não é obrigatório</u> para o funcionamento de uma empresa, conforme demonstrado a seguir:

5. O Certificado de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem é obrigatório para o funcionamento de uma empresa?

Não. As empresas produtoras de produtos sujeitos à vigilância sanitária devem, obrigatoriamente, cumprir com as Boas Práticas, seguindo os procedimentos e práticas estabelecidos em normas específicas da Anvisa. Entretanto, não é obrigatório que as empresas tenham Certificado de Boas Práticas para o seu regular funcionamento.

Analisando nossa Constituição Federal, observa-se que o art. 37, inciso XXI, preconiza que as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, vejamos:

> *"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
>
> *(...)*
>
> *XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

Por sua vez, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicada subsidiariamente à modalidade Pregão, preconiza, em seu artigo 3º, que a licitação destina-se a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e veda aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, *in verbis:*

> *"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*
>
> *§ **1o É vedado aos agentes públicos**:*
>
> *I - **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam*

preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;"
(grifo nosso)

No que diz respeito à qualificação técnica em licitações, o art. 30 da Lei n.º 8.666/93 rege o assunto, definindo as exigências cabíveis, conforme transcrito a seguir:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica ***limitar-se-á*** *a:*

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso."
(grifo nosso)

Sobre o assunto, a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União entende que as exigências contidas no art. 30 da Lei nº 8.666/93 são do tipo *numerus clausus*, ou seja, encontram-se esgotadas naquele dispositivo, vejamos (Decisão n.º 739/2001 – Plenário):

*"**As exigências contidas no art. 30 da Lei nº 8.666/93 são do tipo numerus clausus, ou seja, encontram-se esgotadas naquele dispositivo**, sendo defeso, aos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, inovar.*
(...)
4. Tais exigências somente seriam justificáveis se os referidos requisitos fossem previstos em lei especial, passando a situação, então, a enquadrar-se no inciso IV do referido art. 30.
(...)" (grifo nosso)

Assim sendo, em face da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre o assunto e da legislação analisada, entende-se que houve restrição ou frustração à competitividade no Pregão Presencial n.º 040/2014 da Prefeitura de Itaperuna/RJ, em razão da exigência editalícia para fins de qualificação técnica de apresentação do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento (CBPDA) emitido pela Anvisa (item 13.7.4), sobretudo pelo fato de que houve empresas que apresentaram, durante a fase de lances, preços mais

vantajosos do que os registrados na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015, mas que foram inabilitadas por falta de apresentação do aludido CBPDA.

Nesse contexto, com vistas a avaliar eventual antieconomicidade decorrente da inabilitação das Empresas Merriam-Farma Comércio de Produtos Farm Ltda, Ativa Médico Cirúrgica Eireli e Disk Med Padua Distribuidora de Med Ltda, elaborou-se quadro comparativo entre os preços ofertados pelas Empresas inabilitadas durante a licitação (quando esses foram os mais vantajosos na fase de lances do Pregão em apreço), e os preços consignados na Ata Registro de Preços n.º 07/2015, para esses mesmos itens, conforme quadro a seguir:

Quadro I - Sobrepreço Pregão n.º 040/2014

Item	**Medicamento**	**Apresentação**	**Qtd (A)**	**Valor Unit. Lance (R$) (B) [1]**	**Empresa Inabilitada**	**Valor Unit. (R$) (C) [2]**	**Empresa Vencedora**	**Diferença Valor Unitário (R$) (D)=(C-B)**	**Diferença Total (R$) (E)=(D*A)**
2	Aciclovir	Comprimido 200mg	24.000	0,11	Ativa	0,18	Rynus	0,07	1.680,00
3	Ácido Acetilsalicílico	Comprimido l00mg	937.200	0,02	Ativa	0,02	Comercial Cirúrgica Rioclarense	-	-
4	Ácido Fólico	Comprimido 5 mg	479.000	0,03	Merriam	0,06	Comercial Cirúrgica Rioclarense	0,03	14.370,00
5	Ácido Tranexamico 50mg/5ml	AMP	3.360	2,54	Ativa	4,03	Rynus	1,49	5.006,40
6	Albendazol	Suspensão oral 40mg/ml 10ml	19.000	1,06	Ativa	1,05	Rynus	- 0,01	- 190,00
7	Albendazol	comprimido mastigavel 400 mg	58.000	0,44	Merriam	0,45	Dist. Brasil Miracema	0,01	580,00
8	Alendronato De Sódio	Comprimido 70mg	6.400	0,69	Merriam	2,47	Rynus	1,78	11.392,00
9	Alopurinol	comprimido 100 mg	10.320	0,05	Ativa	0,07	Sanews	0,02	206,40
10	Alopurinol	comprimido 300 mg	10.700	0,12	Ativa	0,21	Rynus	0,09	963,00
12	Ambroxol	Xarope pediátrico 3mg/ml 100ml	21.000	1,50	Merrian	2,30	Rynus	0,80	16.800,00
13	Aminofilina 100mg	Comprimido	29.800	0,05	Merrian	0,09	Comercial Cirúrgica Rioclarense	0,04	1.192,00
14	Amiodarona	Comprimido 200mg	16.110	0,26	Ativa	0,43	Rynus	0,17	2.738,70
15	Amitriptilina	Comprimido 25mg	264.000	0,06	Merrian	0,23	Rynus	0,17	44.880,00
16	Amoxicilina	comprimido ou cápsula 500 mg	362.720	0,12	Ativa	0,21	Rynus	0,09	32.644,80
17	Amoxicilina	Pó para suspensão oral 50mg/ml 60ml	45.050	2,05	Merriam	3,57	Rynus	1,52	68.476,00
18	Amoxicilina + Clavulanato	comprimido 500mg+125mg	115.740	1,61	Merriam	2,30	Rynus	0,69	79.860,60
20	Anlodipino, Besilato 10mg	COMP	292.000	0,05	Merriam	0,13	Comercial Cirúrgica Rioclarense	0,08	23.360,00

Item	Medicamento	Apresentação	Qtd (A)	Valor Unit. Lance (R$) (B) [1]	Empresa Inabilitada	Valor Unit. (R$) (C) [2]	Empresa Vencedora	Diferença Valor Unitário (R$) (D)=(C-B)	Diferença Total (R$) (E)=(D*A)
21	Anlodipino, Besilato 5mg	COMP	563.960	0,03	Merriam	0,09	Comercial Cirúrgica Rioclarense	0,06	33.837,60
22	Atenolol	comprimido 50 mg	367.580	0,03	Merriam	0,12	Sogamax	0,09	33.082,20
23	Atenolol 25mg	COMP	1.440	0,02	Merriam	0,07	Rynus	0,05	72,00
24	Azitromicina	comprimido 500 mg	75.500	0,41	Ativa	0,75	Rynus	0,34	25.670,00
25	Azitromicina	Pó p/ susp Oral 40mg/ml 15ml	6.050	3,05	Merriam	6,26	Dist. Brasil Miracema	3,21	19.420,50
29	Bicarbonato de Sódio 8,4%- 10 ml	AMP	2.200	0,47	Ativa	0,59	Rynus	0,12	264,00
31	Bromazepam 6mg	Comp	74.000	0,10	Merriam	0,30	Rynus	0,20	14.800,00
32	Bromoprida 4mg/ml Sol. Oral 20ml (Gotas)	FR	17.050	1,18	Ativa	2,10	Rynus	0,92	15.686,00
33	Budesonida	Aerosol nasal 50mcg (eq.32mcg) 200 doses 10ml	1.292	24,78	Disk Med Padua	26,13	Sogamax	1,35	1.744,20
34	Captopril	comprimido 25mg	1.110.400	0,02	Ativa	0,05	Comercial Cirúrgica Rioclarense	0,03	33.312,00
35	Carbamazepina	Comprimido 200mg	840.000	0,11	Merriam	0,26	Rynus	0,15	126.000,00
36	Carbamazepina Solução	Frasc 100ml	112	8,84	Ativa	8,56	Rynus	- 0,28	- 31,36
39	Carbonato de Lítio	Comprimido 300mg	33.000	0,13	Merriam	0,27	Rynus	0,14	4.620,00
40	Carvedilol	Comprimido 3,125mg	72.390	0,37	Merriam	0,56	Rynus	0,19	13.754,10
41	Carvedilol	Comprimido 6,5 mg	74.000	0,41	Merriam	0,42	Dist. Brasil Miracema	0,01	740,00
44	Cefalexina	comprimido 500 mg	329.200	0,17	Ativa	0,40	Rynus	0,23	75.716,00
45	Cefalexina	Suspensão oral 50mg/ml 60ml	13.250	3,43	Merriam	6,00	Rynus	2,57	34.052,50
46	Cefalexina 250mg/5ml 60ml	FR	5.400	3,43	Merriam	5,64	Rynus	2,21	11.934,00
49	Ciprofloxacino	comprimido 500mg	89.800	0,17	Ativa	0,29	Rynus	0,12	10.776,00
50	Citalopram 20mg	Comp	174.000	0,26	Ativa	0,63	Rynus	0,37	64.380,00
51	Clomipramina	Comprimido l0mg	450	0,19	Merriam	0,33	Rynus	0,14	63,00
52	Clomipramina	Comprimido 25mg	29.000	0,76	Merriam	0,88	Rynus	0,12	3.480,00
53	Clonazepam	Solução oral 2,5 mg/ml 20ml	3.424	2,21	Merriam	4,45	Rynus	2,24	7.669,76

Item	Medicamento	Apresentação	Qtd (A)	Valor Unit. Lance (R$) (B) [1]	Empresa Inabilitada	Valor Unit. (R$) (C) [2]	Empresa Vencedora	Diferença Valor Unitário (R$) (D)=(C-B)	Diferença Total (R$) (E)=(D*A)
54	Clonazepam	Comprimido 2mg	640.000	0,18	Merriam	0,26	Rynus	0,08	51.200,00
55	Cloreto de Potássio 10% -10ml	AMP	3.100	0,18	Ativa	0,30	Rynus	0,12	372,00
57	Clorpromazina	Solução oral 40mg/ml 20ml	240	4,78	Ativa	3,76	Rynus	- 1,02	- 244,80
58	Clorpromazina	Comprimido l00mg	227.000	0,24	Ativa	0,22	Rynus	- 0,02	- 4.540,00
59	Clorpromazina 25mg	Comp	7.200	0,20	Ativa	0,13	Rynus	- 0,07	- 504,00
60	Complexo B	Gotas 30ml	12.200	2,05	Merriam	3,78	Dist. Brasil Miracema	1,73	21.106,00
61	Complexo B	Comprimido	100.800	0,10	Ativa	0,11	Dist. Brasil Miracema	0,01	1.008,00
62	Complexo B Injetável	Ampola 2ml	4.920	0,81	Ativa	1,48	Rynus	0,67	3.296,40
63	Dexametasona	Creme 0,1% l0g	26.680	0,74	Merriam	1,85	Rynus	1,11	29.614,80
65	Dexametasona, Fosfato 4 mg/ml	AMP	5.800	1,05	Ativa	1,92	Rynus	0,87	5.046,00
66	Dexclorfeniramina 2mg/5 ml 120 ml	FR	14.000	1,36	Merriam	2,43	Dist. Brasil Miracema	1,07	14.980,00
67	Dexclorfeniramina, Maleato	xarope 0,4mg/ml 100 ml	19.700	1,09	Merriam	2,30	Rynus	1,21	23.837,00
71	Diclofenaco de Sódio 25MG/ML 3ml	AMP	18.300	0,80	Merriam	1,76	Rynus	0,96	17.568,00
73	Digoxina	Comprimido 0,25	32.400	0,06	Merriam	0,10	Comercial Cirúrgica Rioclarense	0,04	1.296,00
74	Diltiazem, Cloridrato 30 mg	COMP	200	0,14	Merriam	0,15	Rynus	0,01	2,00
75	Dipirona	Solução oral gotas 500mg/ml 10ml	56.250	0,51	Ativa	1,25	Rynus	0,74	41.625,00
76	Dipirona Sódica 500mg/Ml - 2ml	AMP	120.000	0,63	Ativa	1,26	Rynus	0,63	75.600,00
77	Dopamina 50mg/10ml	AMP	1.400	1,10	Ativa	1,42	Rynus	0,32	448,00
78	Enalapril, Maleato	Comprimido l0mg	161.900	0,03	Ativa	0,13	Comercial Cirúrgica Rioclarense	0,10	16.190,00
79	Enalapril, Maieato	Comprimido 20mg	154.000	0,08	Merriam	0,20	Dist. Brasil Miracema	0,12	18.480,00
80	Escop + Dipirona 5ml	AMP	16.800	1,70	Merriam	3,64	Dist. Brasil Miracema	1,94	32.592,00
81	Espironolactona	Comprimido 25mg	160.000	0,10	Ativa	0,27	Rynus	0,17	27.200,00
82	Espíronolactona	Comprimido l00mg	16.000	0,29	Merriam	0,60	Dist. Brasil Miracema	0,31	4.960,00
85	Fenitoína	Comprimido 100mg	296.000	0,08	Merriam	0,11	Rynus	0,03	8.880,00

Item	Medicamento	Apresentação	Qtd (A)	Valor Unit. Lance (R$) (B) [1]	Empresa Inabilitada	Valor Unit. (R$) (C) [2]	Empresa Vencedora	Diferença Valor Unitário (R$) (D)=(C-B)	Diferença Total (R$) (E)=(D*A)
86	Fenitoína 50 mg/ml - 5 ml	AMP	2.300	1,47	Merriam	1,81	Dist. Brasil Miracema	0,34	782,00
88	Fenobarbital	Comprimido l00mg	460.000	0,08	Ativa	0,12	Rynus	0,04	18.400,00
92	Fenoterol, Bromidrato 5mg/ml 20ml (Gotas)	FR	800	1,85	Merriam	2,08	Rynus	0,23	184,00
93	Fluconazol	Cápsula 150 mg	36.080	0,18	Merriam	0,42	Rynus	0,24	8.659,20
96	Fluoxetina	Comprimido 20mg	670.000	0,03	Merriam	0,38	Rynus	0,35	234.500,00
97	Furosemida	Comprimido 40mg	283.200	0,04	Ativa	0,10	Sogamax	0,06	16.992,00
100	Glibenclamida	Comprimido 5mg	572.500	0,02	Ativa	0,10	Sogamax	0,08	45.800,00
102	Glicose 25% 10ml (Solução Hipertônica)	AMP	14.700	0,18	Ativa	0,30	Rynus	0,12	1.764,00
104	Haloperidol	Comprimido 5mg	465.000	0,08	Ativa	0,14	Rynus	0,06	27.900,00
107	Haloperidol 5 mg/ 1 ml	AMP	1.650	0,88	Merriam	1,77	Rynus	0,89	1.468,50
108	Haloperidol, Decanoato	Solução injetável 50mg/ml 1ml	3.300	8,60	Merriam	12,92	Dist. Brasil Miracema	4,32	14.256,00
110	Hidroclorotiazida	Comprimido 25mg	518.800	0,03	Merriam	0,10	Sogamax	0,07	36.316,00
111	Hidrocortisona, 500mg	F/A	5.400	7,58	Ativa	7,23	Rynus	- 0,35	- 1.890,00
113	Ibuprofeno	Comprimido 300mg	376.300	0,07	Ativa	0,26	Rynus	0,19	71.497,00
114	Ibuprofeno	Comprimido 600mg	159.600	0,09	Ativa	0,27	Rynus	0,18	28.728,00
115	Ibuprofeno	Solução oral 50mg/ml 30ml	16.300	1,11	Merriam	3,78	Rynus	2,67	43.521,00
116	Imipramina	Comprimido 25mg	195.000	0,15	Ativa	0,20	Rynus	0,05	9.750,00
118	IPRATRÓPIO, BROMETO 0,25MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO (GOTAS) 20ml	FR	2.750	0,80	Merriam	1,77	Rynus	0,97	2.667,50
119	Isossorbida, 10mg	COMP	1.500	0,06	Merriam	0,16	Especifarma	0,10	150,00
120	Isossorbida, Mononitrato	Comprimido 20 mg	51.700	0,12	Ativa	0,24	Rynus	0,12	6.204,00
121	Ivermectina	Comprimido 6mg	2.500	0,78	Merriam	1,46	Rynus	0,68	1.700,00
124	Levomepromazina 100mg	Comp	116.000	0,60	Ativa	0,50	Rynus	- 0,10	- 11.600,00
125	Levomepromazina 25mg	Comp	6.900	0,27	Ativa	0,24	Rynus	- 0,03	- 207,00
126	Levomepromazina 25mg Gotas	Frasc 20ml	144	10	Disk Med Padua	10,09	Dist. Brasil Miracema	0,09	12,96

Item	Medicamento	Apresentação	Qtd (A)	Valor Unit. Lance (R$) (B) [1]	Empresa Inabilitada	Valor Unit. (R$) (C) [2]	Empresa Vencedora	Diferença Valor Unitário (R$) (D)=(C-B)	Diferença Total (R$) (E)=(D*A)
128	Levotiroxitina	Comprimido 50 mcg	40.000	0,20	Ativa	0,35	Rynus	0,15	6.000,00
129	Levotiroxitina	Comprimido 100 mcg	40.000	0,17	Ativa	0,26	Rynus	0,09	3.600,00
130	Lidocaina, Cloridrato de	Gel 2% 30g	460	1,96	Merriam	4,40	Rynus	2,44	1.122,40
131	Loratadina	Comprimido 10mg	93.000	0,06	Merriam	0,16	Dist. Brasil Miracema	0,10	9.300,00
132	Loratadina	Xarope l00ml	10.800	2,23	Ativa	3,44	Rynus	1,21	13.068,00
133	Losartana Potássica	Comprimido 50mg	700.300	0,06	Merriam	0,19	Rynus	0,13	91.039,00
134	Metformina, Cloridrato de	Comprimido 500 mg	235.000	0,07	Ativa	0,15	Rynus	0,08	18.800,00
135	Metformina, Cloridrato de	Comprimido 850 mg	764.800	0,10	Ativa	0,24	Rynus	0,14	107.072,00
137	Metilfenidato L0mg	Comp	13.200	0,96	Disk Med Padua	0,99	Comercial Cirúrgica Rioclarense	0,03	396,00
138	Metoclopramida	Comprimido 10mg	16.000	0,08	Merriam	0,09	Comercial Cirúrgica Rioclarense	0,01	160,00
139	Metoclopramida, Cloridrato 5mg/ml 10ml	AMP	13.400	0,44	Disk Med Padua	0,45	Dist. Brasil Miracema	0,01	134,00
143	Metronidazol	Comprimido 250mg	230.000	0,07	Ativa	0,10	Comercial Cirúrgica Rioclarense	0,03	6.900,00
144	Metronidazol	Gel vaginal 2% 50g	11.500	3,68	Ativa	7,90	Rynus	4,22	48.530,00
145	Metronidazol 40mg/ml	suspensão oral l00ml	5.000	1,92	Ativa	5,85	Dist. Brasil Miracema	3,93	19.650,00
146	Miconazol, Nitrato	Creme 2% - uso dermatológico 28g	1.000	1,68	Merriam	1,81	Rynus	0,13	130,00
147	Miconazol, Nitrato	Creme vaginal 2% 80g	10.000	5,00	Merriam	8,68	Dist. Brasil Miracema	3,68	36.800,00
148	Neomicina + Bacitracina	Pomada dermatológica l0g	28.000	0,97	Ativa	1,79	Rynus	0,82	22.960,00
149	Nistatina	Suspensão oral 100.000 UI/ml 50ml	50	1,96	Ativa	3,75	Rynus	1,79	89,50
150	Nistatina Susp Oral 50 ml	FR	600	1,64	Ativa	3,64	Dist. Brasil Miracema	2,00	1.200,00
151	Nitrazepam 5mg	Comp	65.400	0,17	Ativa	0,20	Rynus	0,03	1.962,00
153	Nortriptilina	Cápsula 25mg	2.100	0,35	Merriam	0,63	Rynus	0,28	588,00
154	Omeprazol	Cápsula 20mg	844.800	0,06	Merriam	0,18	Rynus	0,12	101.376,00
156	Paracetamol	Sol oral 200 mg/ml l0ml	37.650	0,61	Merriam	1,37	Rynus	0,76	28.614,00

Item	Medicamento	Apresentação	Qtd (A)	Valor Unit. Lance (R$) (B) [1]	Empresa Inabilitada	Valor Unit. (R$) (C) [2]	Empresa Vencedora	Diferença Valor Unitário (R$) (D)=(C-B)	Diferença Total (R$) (E)=(D*A)
160	Prednisolona, Fosfato Sódico	Solução oral 4,02 (eq> 3mg/ml) 60ml	18.500	2,76	Ativa	7,50	Rynus	4,74	87.690,00
161	Prednisona	Comprimido 5 mg	39.800	0,06	Ativa	0,15	Sogamax	0,09	3.582,00
163	Prometazina	Comprimido 25mg	580.100	0,05	Ativa	0,19	Rynus	0,14	81.214,00
164	Prometazina, Cloridrato 25mg/ml	AMP	4.150	1,12	Merriam	1,63	Rynus	0,51	2.116,50
165	Propafenona	Comprimido 300 mg	25.000	2,78	Disk Med Padua	2,80	Sogamax	0,02	500,00
166	Propranolol, Cloridrato De	Comprimido 40 mg	498.100	0,02	Merriam	0,08	Comercial Cirúrgica Rioclarense	0,06	29.886,00
168	Ranitidina 25mg/ml 2ml	AMP	22.500	0,77	Ativa	1,23	Rynus	0,46	10.350,00
170	Risperidona 1mg	Comp	36.000	0,27	Ativa	0,79	Rynus	0,52	18.720,00
171	Risperidona 2mg	Comp	132.000	0,25	Ativa	0,81	Dist. Brasil Miracema	0,56	73.920,00
172	Sais Para Reidratação Oral	Pó para solução oral 27,9g	27.000	0,50	Merriam	1,19	Rynus	0,69	18.630,00
173	Salbutamol	Xarope 100ml	2.500	1,10	Ativa	1,48	Rynus	0,38	950,00
174	Sertralina 50 Mg	Comp	23.600	0,59	Disk Med Padua	0,63	Dist. Brasil Miracema	0,04	944,00
175	Sinvastatina	Comprimido 20mg	435.800	0,08	Ativa	0,30	Rynus	0,22	95.876,00
176	Sinvastatina	Comprimido 40 mg	451.000	0,14	Merriam	0,36	Rynus	0,22	99.220,00
178	Sulfametoxazol + Trimetropina	Comprimido 400+80mg	79.800	0,06	Ativa	0,15	Sanews	0,09	7.182,00
179	Sulfametoxazol + Trimetropina	Suspensão oral 40mg + 8mg 50ml	9.500	1,09	Ativa	2,40	Rynus	1,31	12.445,00
180	Sulfato Terroso	Comprimido 40 mg Fe++	360.000	0,02	Ativa	0,08	Comercial Cirúrgica Rioclarense	0,06	21.600,00
181	Sulfato Ferroso	Solução oral 25 mg/ml Fe++ 30ml	8.000	1,58	Merriam	2,44	Rynus	0,86	6.880,00
183	Sulpirida Gotas	Frasc 30ml	60	11,8	Disk Med Padua	11,88	Sogamax	0,08	4,80
184	Tiamina	Comprimido 300mg	53.600	0,11	Merriam	0,25	Rynus	0,14	7.504,00
185	Timolol	Colírio 0,5% 5ml	4.000	3,15	Merriam	2,90	Rynus	- 0,25	- 1.000,00
186	Tioridazina 100mg	Comp	38.400	0,96	Merriam	0,92	Rynus	- 0,04	- 1.536,00
187	Tioridazina 50mg	Comp	7.200	0,54	Merriam	0,81	Rynus	0,27	1.944,00
189	Topiramato 100mg	Comp	18.600	2,15	Merriam	2,82	Dist. Brasil Miracema	0,67	12.462,00

Item	Medicamento	Apresentação	Qtd (A)	Valor Unit. Lance (R$) (B) [1]	Empresa Inabilitada	Valor Unit. (R$) (C) [2]	Empresa Vencedora	Diferença Valor Unitário (R$) (D)=(C-B)	Diferença Total (R$) (E)=(D*A)
190	Valproato de Sódio Ou Ác. Valpróico	Cápsula ou comprimido 288mg (eq. 250 mg)	42.000	0,24	Merriam	0,64	Dist. Brasil Miracema	0,40	16.800,00
192	Valproato de Sódio Ou Ác. Valpróico	Comprimido 576 mg (eq. 500mg)	20.000	0,72	Merriam	0,97	Comercial Cirúrgica Rioclarense	0,25	5.000,00
193	Varfarina	Comprimido 5mg	45.000	0,11	Ativa	0,30	Rynus	0,19	8.550,00
194	Verapamil	Comprimido 80mg	38.000	0,05	Ativa	0,16	Rynus	0,11	4.180,00
Total									**2.927.675,16**

1 – Coluna (B) refere-se ao valor unitário para determinado item do Pregão apresentado pela empresa inabilitada durante a fase de lances.
2 – Coluna (C) refere-se ao valor registrado para determinado item do Pregão para a empresa vencedora do item do Pregão.
Fonte: Processo 12142/2014 e planilha de cálculo (*Pregão n.º 040/2014.xlsx*)

Observou-se, assim, a ocorrência de um **sobrepreço de R$ 2.927.675,16** na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015, em função da diferença entre os valores registrados no Pregão Presencial n.º 040/2014 e os valores que poderiam ser registrados caso as Empresas Merriam-Farma Comércio de Produtos Farm Ltda, Ativa Médico Cirúrgica Eireli e Disk Med Padua Distribuidora de Med Ltda não houvessem sido inabilitadas indevidamente, em razão de cláusula restritiva à competitividade (exigência do CBPDA) e, portanto, ilegal.

Nesse contexto, a fim de verificar a ocorrência de aquisição de medicamentos com sobrepreço, foram solicitados à Prefeitura, por meio das Solicitações de Fiscalização n.os 201700480/006, 011 e 012, processos de pagamento relacionados ao Pregão n.º 040/2014 que tenham sido financiados com recursos federais, com base em listagem fornecida pela Prefeitura, e tendo como critério a materialidade dessas aquisições.

Assim, foram analisados os seguintes processos de pagamento: 2015/3/4002; 2015/3/4005; 2015/9/19197; 2015/03/004006; 2015/05/009469; 2015/07/015268; 2015/07/015269; 2015/07/015270; 2015/09/019173; 2015/09/019174; 2015/11/023071; 2015/11/023073; e 2015/11/023075, 2015/09/019171, 2015/04/006721 e 2015/09/019170.

Como resultado da análise, verificou-se a ocorrência de prejuízo no montante de **R$ 330.848,32,** sendo **R$ 321.760,36** pagos por recursos federais repassados, em razão de pagamentos e/ou liquidação de Notas Fiscais de medicamentos que foram identificados com sobrepreço na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015, conforme processos supracitados e cálculos realizados em planilha elaborada pela equipe de fiscalização da CGU-Regional/RJ.

Cumpre registrar ainda que houve outra exigência indevida no Pregão n.º 040/2014 referente à qualificação econômica, quando fora exigido no edital de licitação a comprovação de a empresa licitante fosse dotada de capital social devidamente integralizado igual ou superior a dez por cento (10%) do valor contratado.

A Lei de Licitações, no entanto, em seu art. 31, §§2º e 3º, preconiza que a Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, o qual não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, vejamos:

> *"Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:*
>
> *(...)*
>
> *§2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1o do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.*
>
> *§3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.*
>
> *(...)"*

Todavia, não houve empresas inabilitadas por essa exigência no Pregão em comento.

Manifestação da Unidade Examinada

O Relatório Preliminar de Fiscalização foi encaminhado à Prefeitura de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, para apresentação de justificativas ou esclarecimentos por parte da Prefeitura.

Em resposta, a Prefeitura de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017, de 11 de setembro de 2017, manifestou-se nos seguintes termos:

> *"2. Considerações à constatação do item (02), página 194 a 211 do relatório:*
>
> > *2. Sobrepreço de R$ 2.927.675,16 na Ata de Registro de Preços n° 07/2015, em razão de cláusulas restritivas no Pregão Presencial n° 040/2014, destinado à aquisição de medicamentos, resultando no Prejuízo de R$ 330.848,32 em processo de pagamentos analisados.*
>
> *Referindo-se à constatação da fiscalização do item acima mencionado, esclarecemos não ser competência do Departamento de Contabilidade deste Fundo Municipal de Saúde, se pronunciar a respeito, visto que tais procedimentos competem ao Departamento de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ."*

A Prefeitura Municipal de Itaperuna encaminhou ainda solicitação de dilação de prazo apresentada pela então Pregoeira e Presidente da Comissão de Licitação do Pregão em análise para esclarecimentos e elucidação dos fatos, a qual foi deferida pela CGU.

Desse modo, a Prefeitura Municipal de Itaperuna, mediante Ofício OF/GP/N.º 700/2017, de 20 de setembro de 2017, encaminhou as considerações e justificativas apresentadas pela então Pregoeira e Presidente da Comissão de Licitação do Pregão em comento, trazidas em expediente de 15 de setembro de 2017, conforme transcrito a seguir:

> *"(...)*
>
> *1-O Pregão nº040/2014 mencionado pelo relatório preliminar, fala dos itens demandados pela Unidade de Pronto Atendimento 24 Hr. Cabe esclarecer que a Unidade sempre teve um quantitativo estimado para maior, devida ao caráter da prestação de Urgência e Emergência, e por ser unidade de atendimento contínuo, a mesma não poderia ter seus serviços suspensos por haver esgotado naquele previsto na referida Licitação. Vale ainda dizer que os quantitativos estimados foram feitos com amplo estudo do Setor de Compras, com pesquisas anteriores de consumos dos medicamentos dos anos pregressos. Esclarece mais uma vez que o atendimento da Unidade de Pronto Atendimento(UPA 24 Hr) contempla o Município de Itaperuna e Regiões vizinhas, tendo uma demanda variável, difícil de mensurar, e ainda trata-se de Ata de Registro de Preços para viger em até 12(doze) meses, contando que na administração deve haver planejamento e previsibilidade;*
>
> *2-A data do edital em parecer da Procuradoria Jurídica sobre prosseguimento resta nos avaliar que foi um mero erro de digitação, sendo apenas um erro formal que não ensejaria anulação de todo processo em tela, pois prima pela celeridade e economia processual;*
>
> *3-O adiamento do Pregão nº 040/2014 ocorreu devido ao Decreto do Prefeito no qual determinou a suspensão das licitações em curso;*
>
> *4-Noque tange a solicitação do Ilmo. Sr. Secretário, recém empossado, solicitando a inclusão do Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição (CBPDA), emitido pela Agencia Nacional de vigilância Sanitária(ANVISA), no Edital do referido Pregão, o mesmo ao assumir a pasta da Secretaria de Saúde teve o cuidado de garantir a aquisição de medicamentos e insumos fabricados e armazenados de acordo com as normas da ANVISA e seus escritos, visando desta feita zelar pela saúde pública, conforme expresso na Constituição Federal. Não se perdendo de vista que o bem principal a ser tutelado era o direito à saúde dos cidadãos. Relata que o Ilmo. Secretario agiu com boa fé, e com amparo legal da Procuradoria Geral do Município, com parecer exarado nos autos do processo bem como relatório da Coordenação de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, opinando favorável a indagação do Certificado (fl.229).*
>
> *5-No que concerne a data da sessão pública (fl.2054/2110) de 17 de dezembro de 2014, foi também um mero erro de digitação, já que nos avisos constavam*

a data correta, já parafraseando palavras do relatório, "infere-se que é possível que tenha havido erro formal na redação da data na ata de sessão publica..." e que realmente a data certa foi dia 30 de dezembro de 2014.

6-Segundo o Quadro II demonstrado, apresentando as Empresas participantes do Pregão nº040/2017, há de se afirmar as vastas empresas que fizeram retiradas do edital, num total de 16(dezesseis) empresas.

7-A empresa Merriam-Farma Comércio de Produtos Farmacêuticos, conforme relata, apresentou recurso intempestivamente, pois ao retirar o edital, para futura participação no certame, deixou de observar o prazo de recurso do edital;

8-A empresa Ativa Médico Cirúrgica Eireli, argumentou restrição de caráter competitivo, não carece de suporte legal, pois ao fazer a retirada do Edital, também poderia observar que a exigência do Certificado estava embasado na ANVISA, e outros escritos, não sendo verídico, a falta de economicidade, pois os preços estavam em consonância com o TERMO DE REFERENCIA, cotados pelo Setor de Compras, que realizou um minucioso comparativo com as Atas de Registro de Preços do ano anterior. Salienta-se pelo Setor de Compras que a Empresa Ativa Médico Cirúrgica Eireli, ao ser solicitada para cotação, negou-se em fornecer o orçamento para obtiver a média;

9-A empresa Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda, ao ser Inabilitada apresentou recurso, sendo o mesmo acatado pela Douta Procuradoria Jurídica do Municipio, tendo em vista sanado pendencias sobre Certidão Municipal de Vigilância Sanitária, a qual tinha gerado a inabilitação no certame em tela;

10-Cumpre ressaltar que conforme descrito pela Controladoria Geral da União, em relatório preliminar, ficou mais que provado que a Inabilitação das empresas não se deu apenas pela ausência do Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição (CBPDA), e sim por outras exigências editalícias também. E ainda se observa que buscou de forma contínua a economicidade para administração pública, quando foi acolhido o recurso das Empresas Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda e Rioclarense Distribuidora de Med. Ltda, colocando-as no páreo juntamente com as habilitadas;

11-Em observação quanto à restrição de competitividade alegada, a mesma não guarda verdade com a realidade apresentada à época do certame, uma vez que existiram 16(dezesseis) empresas participantes do certame com apenas 03(três) desclassificadas/inabilitadas, por falta de cumprimento de exigências contidas no edital;

12-Após o acolhimento dos recursos das empresas houve a sessão pública de ata para adjudicação dos itens às empresas. Como no certame na fase de lances houve um decréscimo nos preços ofertados pelas empresas, que conheciam da sua condição de inabilitadas, vez que os recursos trataram das mesmas matérias, das impugnações ao edital oferecidas, que impossibilitou

real competitividade entre as demais empresas. A Equipe de apoio juntamente com a pregoeira decidiu como um caso omisso ao edital, amparado na legislação pertinente e no principio da economicidade, solicitando REALINHAMENTO de preços das Empresas: Comercial Cirúrgica Rioclarense Distribuidora de Med. Ltda, Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda, registrando em ata de registros depreços os itens adjudicados alterados para menor, obtendo assim, mais economia para administração pública. Assim entende-se que equipe de apoio com a pregoeira cumpriu a função de obter a melhor proposta e economicidade;

13-Diante do tempo transcorrido, a Empresa Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda, apresentou requerimento de desistência para alguns itens adjudicados alegando dificuldade financeira. Sendo feita a Convocação para o segundo colocado, dos itens elencados pela referida empresa, para nova sessão de julgamento, compareceram 02(duas) empresas, as quais solicitaram interesse, e sendo homologados os itens. Acontece que as Empresas vencedoras dos itens desistentes pela empresa EmpresaRynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda, mantiveram seus preços registrados na sessão anterior a convocação do segundo colocado.

14-A figura do Pregoeiro e Presidente de Licitação é de dar, transparência, celeridade, economicidade, obter proposta mais vantajosa para a administração,ou seja, primar pelos princípios administrativos e constitucionais. O intuito sempre foi da proposta mais vantajosa para a administração pública, porém com qualidade e segurança. Em todo certame narrado ficou visualizado que desde a publicação até a data do presente certame foi decidido pela administração, à necessidade do aludido Certificado de Boas Práticas e Armazenamento e Distribuição(CBPDA). As empresas Merriam-Farma Comércio de Produtos Farmacêuticos e Ativa Médico Cirúrgica Eireli, ao decrescerem seus lances de forma a deixar os itens fora do valor praticado de mercado, tinham prévio conhecimento de suas condições de desabilitadas, não podendo considerar os preços ofertados no certame com parâmetro aos preços da vigência da ata de registro de preços, se acaso vencedoras fossem. Fica subentendido a possível má-fé das empresas que adentraram ao certame com previsibilidade de não serem vencedoras dos itens. Corroborando a prática de má-fé, pois o valor estimado foi baseado em cotação da empresa desabilitada, que na fase de lance, ofertou preço muito aquém ao orçado, uma vez que já conhecia sua condição de desabilitada.

15-Em relação aos itens registrados com valores acima mencionados no relatório da Controladoria Geral da União, ao verificar o montante, vê-se que não ultrapassou os 30%(por cento) praticados, como admissíveis e/ou aceitáveis para aquisição. Pois fez parte da lista de medicamentos e insumos um quantitativo de 195 itens de medicamentos e insumos para suprir em Ata de Registro de Preços na administração Pública para um período de 12 (doze) meses, preconizada pela Lei 10.520/02, com amparo da Lei de Licitações nº 8.666/93.Trata-se ainda, apenas de percentual mínimo de itens que desacordaram da tabela ANVISA. Diante desta, não há o que falar/intenção de prejuízo ao erário público, nos Pregões nº040/2014 e Pregão nº004/2016,

16- Ressalta ainda que o Pregão nº004/2016 citado no relatório desta Controladoria Geral da União são pelos mesmos motivos do Pregão nº040/2014, ao qual reporta-se todas as justificativas e manifestações;

Diante do exposto, passa a declarar:

As licitações com seus respectivos pregões realizadas na Secretaria Municipal de saude, pela Equipe de apoio e pregoeira na condição de também presidente de licitação, referente ao período de fiscalização mencionado no relatório preliminar, vem respeitosamente frisar que todo cunho administrativo, teve o gestor à frente como Secretário de Municipal de Saúde, responsável pela manutenção da ordem, do comprometimento com a saúde pública, e não a satisfação dos lucros das empresas produtoras de bens nessa área, mas sim com os usuários do Sistema Único de Saúde(SUS).

A aquisição de bens e serviços através da Lei do pregão trouxe diversas vantagens para a Administração Municipal. Dentre elas pode-se destacar: menor custo no procedimento licitatório, maior agilidade, desburocratização, melhor gerenciamento das despesas públicas, publicidade e transparência do procedimento, ampliação da disputa entre os fornecedores e prestadores de serviço, maiores vantagens econômicas, gerando economicidade a administração.

Assim: O artigo 1° da Lei n° 10.520/02 afirma que o pregão foi criado para a aquisição de bens e serviços comuns, definidos, de forma um tanto quanto imprecisa, como "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado"....(Revista e Portal da Gestão Pública)

Cabe ressaltar que o objetivo, nas realizações dos Pregões foi em nenhum momento restringir a competividade das empresas, havendo uma observação maior para a importância da apresentação do documento e aquisição de medicamentos com a qualidade atestada pelo órgão fiscalizador, que no caso é ANVISA. Tanto que a nova redação inserida no Edital foi com a anuência da Procuradoria Geral do Município, e após questionamentos, com o aval da Coordenação Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde do Município, e autorização do Ilmo. Secretario como Gestor. O Certificado de Boas Práticas e Armazenamento e Distribuição (CBPDA) foi inserido para que as Empresas interessadas em fornecer seus produtos para a administração tivessem condições de armazenamento dos medicamentos exigidas pelo órgão fiscalizador, pois a aquisição de medicamentos e insumos são complexos, não podendo realizar a mesma sem a devida responsabilidade, conforme embasamento em Lei Federal nº6.360/1976, c/c Portaria MS nº802/1998, sendo também vasta as Resoluções e julgados de TRFs, bem como Tribunal de Contas da União, no assunto em tela.

O Tribunal de Contas da União no acórdão n° 188/2010 decidiu que:

"...Ainda que os serviços objeto da licitação possam sugerir, a priori, certa complexidade, não há óbices para que sejam enquadrados como serviços

comuns, eis que pautados em especificações usuais de mercado e detentores de padrões objetivamente definidos no edital".

Complementando, "No acórdão n° 2172/2008 o Tribunal de Contas da União afirmou que: "a utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei n° 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade".

Não há o que se falar em prejuízos para a administração, pois os Pregões nº040/2014 e 004/2016 alcançaram o objetivo, tendo publicidade, transparência, e ciência a todos, conforme lista de retirada acostadas nos autos dos processos licitatórios, e em todos os seus atos, conforme mencionado nesta fiscalização em relatório preliminar - Controladoria Geral da União, como também participação de diversas empresas, restando apenas 03(três) desabilitadas por falta do aludido certificado. E se a Vigilância tem normas para que as Empresas se adequam quanto ao documento em tela, não tem motivos à administração para não solicitar, tendo em vista que a saúde pública dos usuários é que está sendo preservada. A Vigilância Sanitária tem o condão de assegurar que as Empresas mantenham em seus estabelecimentos com seus produtos armazenados de forma controlada, visando à integridade da qualidade dos produtos que ora serão comercializados, com a devida armazenagem.

Portanto, diante dos fatos narrados, apresentados, pede-se esta Controladoria Geral da União que acolha alegação, tendo em vista que não há ilegalidade de cunho administrativo, não há ilegalidade quanto à transparência, não houve prejuízo ao erário no montante por considerar irrisório diante dos quantitativos registrados para Ata de Registro de Preços.

Nestes termos, encaminha a presente manifestação, dando desta forma ciência aos interessados, com elevada estima e consideração. "

Análise do Controle Interno

As informações apresentadas pela Prefeitura e pela então Pregoeira e Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ não elidem a constatação registrada.

O Tribunal de Contas da União considerou que a exigência de Certificados de Boas Práticas e de Distribuição e Armazenagem afronta o disposto no art. 30 da Lei 8.666/1993, devendo ser evitada em futuras contratações que envolvam aportes de recursos federais ou provenientes do SUS, conforme Acórdão de Relação n.º 281/2015 – Plenário.

Ademais, a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União entende que as exigências contidas no art. 30 da Lei nº 8.666/93 são do tipo *numerus clausus*, ou seja, encontram-se esgotadas naquele dispositivo.

Vale dizer que o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem (CBPDA) não é obrigatório para o funcionamento de uma empresa, conforme consta no sítio eletrônico da Anvisa na internet *(http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/empresas/cbpda/informacoes-gerais)*, demonstrado a seguir:

5. O Certificado de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem é obrigatório para o funcionamento de uma empresa?

Não. As empresas produtoras de produtos sujeitos à vigilância sanitária devem, obrigatoriamente, cumprir com as Boas Práticas, seguindo os procedimentos e práticas estabelecidos em normas específicas da Anvisa. Entretanto, não é obrigatório que as empresas tenham Certificado de Boas Práticas para o seu regular funcionamento.

A Portaria Interministerial nº 128, de 29 de maio de 2008, que estabelece diretrizes para a contratação pública de medicamentos e fármacos pelo Sistema Único de Saúde, não faz menção ao Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem, tampouco a Portaria/GM/MS 2.814, de 29 de maio de 1998 cita o referido Certificado (CBPDA).

O Pregão Presencial n.º 040/2014 teve nove empresas credenciadas para participarem do referido Pregão.

Houve, no entanto, três empresas inabilitadas no curso do Pregão em tela, em razão da não apresentação do Certificado de Boas Práticas de Distribuição a Armazenagem (CBPDA), sendo que essas empresas apresentaram os menores preços para 139 de um total de 195 itens do referido Pregão, prejudicando assim a economicidade da contratação.

Sobre a argumentação trazida no sentido de que as empresas inabilitadas, por ter prévio conhecimento de sua condição de inabilitadas, decresceram seus preços na fase de lances, de forma a deixar os itens fora do valor praticado no mercado, realizamos pesquisas no *data warehouse* do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (DW-SIASG), com vistas a identificar os preços de certos medicamentos nas compras realizadas por órgãos federais, estaduais e municipais situados no estado do Rio de Janeiro, no período de julho de 2014 a junho de 2015, ou seja, seis meses antes até seis meses após a sessão do Pregão realizada em 30 de dezembro de 2014, e compará-los com os preços apresentados pelas empresas inabilitadas no Pregão n.º 040/2014.

Efetuamos ainda consulta ao sítio eletrônico "Painel de Preços" do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tomando como base o exercício disponível no Sistema mais próximo da data da sessão do citado Pregão, exercício de 2016, ou seja, posterior ao mencionado Pregão, para também comparar os preços de certos medicamentos nas compras realizadas por órgãos federais, estaduais e municipais situados no estado do Rio de Janeiro e compará-los com os preços praticados pelas empresas inabilitadas no Pregão em comento.

Nesse sentido, realizamos amostra composta pelos quinze medicamentos com maior sobrepreço calculado no "Quadro I" desta constatação, os quais corresponderam a aproximadamente 50% do sobrepreço total identificado.

Assim, observou-se que, em geral, os preços apresentados pelas empresas inabilitadas estavam acima ou iguais aos valores da mediana ou do menor valor encontrado para os preços de

aquisição de medicamentos em compras efetuadas por órgãos federais ou outros públicos estaduais/municipais situados no estado do Rio de Janeiro encontrados nas pesquisas realizadas no DW-SIASG e no Sistema "Painel de Preços", conforme quadro a seguir. A exceção foi o medicamento Fluoxetina 20 mg, o qual teve seu preço abaixo da mediana e do menor valor encontrado para o valor do referido medicamento identificado em outras compras governamentais.

Quadro II – Cotejamento Medicamentos em Compras Governamentais

Item	Medicamento	Apresentação	Qtd	Valor Unit. Lance (R$) (B)	Empresa Inabilitada	Mediana DW SIASG (R$)	Menor Preço DW SIASG (R$)	Mediana Painel de Preços (R$)	Menor Preço Painel de Preços (R$)
96	Fluoxetina	Comprimido 20mg	670.000	0,03	Merriam	0,063	0,049	0,07	0,0485
35	Carbamazepina	Comprimido 200mg	840.000	0,11	Merriam	0,08	0,07	0,10	0,067
135	Metformina, cloridrato de	Comprimido 850 mg	764.800	0,10	Ativa	0,07	0,0599	0,08	0,0549
154	Omeprazol	Cápsula 20mg	844.800	0,06	Merriam	0,06	0,04	0,07	0,03
176	Sinvastatina	Comprimido 40 mg	451.000	0,14	Merriam	0,13	0,11	0,14	0,13
175	Sinvastatina	Comprimido 20mg	435.800	0,08	Ativa	0,064	0,053	0,08	0,06
133	Losartana Potássica	Comprimido 50mg	700.300	0,06	Merriam	0,0635	0,0407	0,05	0,0289
160	Prednisolona, fosfato sódico	Solução oral 4,02 (eq> 3mg/ml) 60ml	18.500	2,76	Ativa	3,81	2,27	3,51	3,51
163	Prometazina	Comprimido 25mg	580.100	0,05	Ativa	0,095	0,05	0,15	0,0495
18	Amoxicilina + clavulanato	comprimido 500mg+125mg	115.740	1,61	Merriam	0,74	0,09	0,93	0,19
44	Cefalexina	comprimido 500 mg	329.200	0,17	Ativa	0,195	0,14	0,86	0,1487
76	Dipirona Sódica 500mg/ml - 2ml	AMP	120.000	0,63	Ativa	0,65	0,15	0,47	0,3299
171	Risperidona 2mg	Comp	132.000	0,25	Ativa	0,39	0,39	0,16	0,149
113	Ibuprofeno	Comprimido 300mg	376.300	0,07	Ativa	0,0862	0,0585	0,08	0,0499
17	Amoxicilina	pó para suspensão oral 50mg/ml 60ml	45.050	2,05	Merriam	1,54	1,2	2,2	1,904

Fonte: Processo n.º 12142/2014, planilha de cálculo (*Pregão n.º 040/2014.xlsx*), Sistema DW-Siasg, Sistema Painel de Preços do Ministério do Planejamento. Desenvolvimento e Gestão.

Portanto, observou-se a existência de preços praticados em compras efetuadas por outros órgãos federais, estaduais ou municipais situados no estado do Rio de Janeiro com valores compatíveis com os preços apresentados pelas empresas que foram inabilitadas no Pregão em referência.

Assim sendo, em face da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre o assunto e da legislação analisada, entende-se que houve restrição ou frustração à competitividade no Pregão Presencial n.º 040/2014 da Prefeitura de Itaperuna/RJ, em razão da exigência editalícia para fins de qualificação técnica de apresentação do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento (CBPDA) emitido pela Anvisa, sobretudo porque houve empresas que apresentaram, durante a fase de lances, preços mais vantajosos do que os registrados na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015, mas que foram inabilitadas por falta de apresentação do aludido CBPDA.

Observou-se, assim, a ocorrência de um **sobrepreço de R$ 2.927.675,16** na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015, em função da diferença entre os valores registrados no Pregão Presencial n.º 040/2014 e os valores que poderiam ser registrados caso as Empresas Merriam-Farma Comércio de Produtos Farm Ltda, Ativa Médico Cirúrgica Eireli e Disk Med Padua Distribuidora de Med Ltda não houvessem sido inabilitadas indevidamente, em razão de cláusula restritiva à competitividade (exigência do CBPDA).

Verificou-se, ainda, a ocorrência de prejuízo no montante de **R$ 330.848,32,** sendo **R$ 321.760,36** pagos por recursos federais repassados, em razão de pagamentos e/ou liquidação de Notas Fiscais de medicamentos que foram identificados com sobrepreço na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015, conforme processos supracitados e cálculos realizados.

2.1.3. Sobrepreço de R$ 239.498,16 no Pregão Presencial n.º 040/2014, que resultou na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015, em razão de preços registrados em valores superiores aos limites definidos pela Anvisa para venda de medicamentos à Administração Pública.

Fato

Trata-se da análise do Pregão Presencial n.º 040/2014 (Processo n.º 12142/2014), tipo menor preço por item, realizado pela Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ em dezembro de 2014, cujo objeto consistiu em registrar preços para aquisição de 195 medicamentos com a finalidade de atender a Farmácia Básica, Farmácia Judicial, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Programa Saúde da Família (PSF's), DST/AIDs, Saúde da Mulher, Posto de Urgência Dr. Muniz Bussade – PU e Unidade de Pronto Atendimento 24H de Itaperuna – UPA, Setores da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ.

Conforme já informado anteriormente neste relatório, foi realizada cotação de preços pelo Setor de Compras para os 195 itens da licitação, e, com base na média dos valores unitários orçados pelas empresas, obteve-se a estimativa para a licitação no montante de **R$ 8.571.191,93**, conforme documento às fls. 31/39, com data de 10 de setembro de 2014.

As seguintes empresas apresentaram orçamentos para a cotação de preços:

Quadro I – Empresas participantes Cotação de Preços Pregão Presencial n.º 040/2014.

Empresa	CNPJ
Getfarma Distribuidora de Medicamentos Ltda	07.309.478/0001-47
Disk Med Padua Distribuidora de Medicamentos Ltda	04.216.957/0001-20
Distribuidora Hospitalar Consumed Minas Ltda	10.235.795/0001-70

Fonte: Processo n.º 12142/2014

Vale destacar a ocorrência de cláusula restritiva à competitividade no edital do Pregão em apreço no que tange à exigência do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem (CBPDA) emitido pela Anvisa (fl. 189), sobretudo por ter havido empresas que apresentaram, durante a fase de lances do certame, preços mais vantajosos dos que os registrados na Ata resultante do Pregão, mas que foram declaradas inabilitadas por não apresentarem tal Certificado, conforme já analisado neste relatório.

Em 30 de dezembro de 2014, foi realizado o Pregão Presencial n.º 040/2014, tipo menor preço por item, para registro de preços de 195 medicamentos (fls. 2054/2110), conforme relatado anteriormente.

Em 10 de fevereiro de 2015, o Pregão n.º 040/2014 foi homologado pelo então Secretário Municipal de Saúde, conforme valores constantes do quadro a seguir. Firmou-se, então, em 09 de fevereiro de 2015, a Ata de Registro de Preços N.º 07/2015 para registro de preços de medicamentos, durante o período de doze meses, resultante do Pregão n.º 040/2014 (fls. 2309/2321).

Quadro II – Ata de Registro de Preços n.º 07/2015 – 09/02/2015

Empresa	Itens Adjudicados	Valor Registrado (R$)
Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda	01, 07, 11, 19, 25, 28, 37, 41, 42, 43, 60, 61, 66, 72, 79, 80, 82, 83, 86, 90, 91, 101, 103, 105, 108, 126, 131,136, 139, 145, 147, 150, 167, 171, 174, 189, 190, 191 e 195.	1.245.779,98
Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda	02, 05, 06, 08, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 29, 31, 32, 35, 36, 39, 40, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 65, 67, 71, 74, 75, 76, 77, 81, 85, 88, 92, 93, 102, 104, 107, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 124, 125, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 142, 144, 146, 148, 149, 151, 153, 154, 156, 160, 163,164, 168, 170, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 181, 184, 185, 186, 187, 193 e 194.	4.498.202,22
Especifarma Com de Medicamentos e Prod Hospitalares Ltda	119	240,00
Sanews Distribuidora de Produtos para Laboratório e Medicamentos para Uso Ambulatorial Ltda	09 e 178	12.692,40
Sogamax Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda_ME;	22, 26, 27, 33, 47, 64, 84, 89, 95, 97, 99, 100, 109, 110, 117, 122, 123, 140, 141, 152, 157, 158, 159, 161, 165, 182, 183 e 188.	631.823,62
Comercial Cirurgica RioClarense Ltda	03, 04, 13, 20, 21, 30, 34, 38, 48, 68, 69, 70, 73, 78, 94, 98, 106, 112, 127, 137, 138, 143, 155, 162, 166, 169, 180 e 192.	583.801,60
Total		**6.972.539,82**

Fonte: Processo n.º 12142/2014 (fls. 2309/2321)

Assim, com vistas a analisar a economicidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015 decorrente do Pregão Presencial n.º 040/2014, elaborou-se, com base no critério da materialidade, amostra relativa aos medicamentos registrados, a fim de avaliar se tais preços encontravam-se abaixo do Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) ou do Preço de Fábrica (quando não sujeitos ao PMVG), ambos publicados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) da Anvisa, para determinado período. A amostra foi composta por 73 medicamentos, que corresponderam a 77% do valor total do Pregão.

Para as aquisições públicas de medicamentos, existem em vigor dois tetos máximos de preços: o Preço Fábrica (PF) e o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG).

- Preço Fábrica (PF) é o teto de preço pelo qual um laboratório ou distribuidor pode comercializar um medicamento no mercado brasileiro.

- Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) é o resultado da aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) sobre o Preço Fábrica [PF* (1-CAP)].

Esse entendimento foi ratificado pelo Tribunal de Contas da União, mediante o Acórdão nº. 1437/2007 – Plenário, *in verbis:*

> *"**Acórdão:***
>
> *(...)*
>
> ***9.2**. determinar ao Ministério da Saúde que dê ampla divulgação junto aos órgãos e entidades federais que fazem aquisições de medicamentos para atendimento da população, bem como junto às secretarias estaduais e municipais de saúde, acerca do teor das Resoluções da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED nº s 2/2004 e 4/2006, bem como da Orientação Interpretativa nº 02/2006, da mesma Câmara, com vistas a alertar os gestores estaduais e municipais que, em caso de não observância das resoluções pelos fornecedores de medicamentos quando de compras efetuadas pelo setor público, deverá o gestor comunicar o fato à CMED e ao Ministério Público Federal e Estadual, sob pena de responsabilização por aquisição antieconômica e pela devolução dos recursos pagos acima do teto estabelecido pelos normativos da CMED, mediante instauração de tomada da contas especial;"*

Assim, após análises sobre os preços definidos pela Anvisa, observou-se a ocorrência de um **sobrepreço de R$ 239.498,16** na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015, em função da diferença entre os valores registrados no Pregão Presencial n.º 040/2014 para certos medicamentos e os preços máximos publicados pela Anvisa, tendo como referência a tabela vigente à época da pesquisa de preços realizada pela Prefeitura de Itaperuna/RJ, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela I - Pregão n.º 040/2014 x Referência Anvisa

Item	Apresentação	Qtd Item Pregão (A)	Cotação de Preços (R$)	Preço Unitário Ata Registro de Preços (R$) (B)	Marca	Referência Anvisa (ago/2014) (R$) (C)	Sobrepreço Preço Unitário (R$) (D)=(B-C)	Sobrepreço (R$) (E)=(A*D)
76 - Dipirona Sódica 500mg/ml - 2ml	AMP	120.000	1,56	1,26	Hipolabor	1,08	0,18	21.600,00
123 - Levodopa+Benserazida	Comprimido 200+50mg	52.000	2,50	2,31	Roche	1,47	0,84	43.680,00
144 – Metronidazol*	Gel vaginal 2% 50g	11.500	8,53	7,90	Prati	3,26	4,64	53.360,00
147 - Miconazol, Nitrato	Creme vaginal 2% 80g	10.000	8,95	8,68	Prati	5,31	3,37	33.700,00
122 - Levodopa+Benserazida	Comprimido 100+25mg	48.000	1,87	1,68	Roche	0,91	0,77	36.960,00
165 - Propafenona	Comprimido 300 mg	25.000	2,91	2,80	Abbot	2,06	0,74	18.500,00
30 - Biperideno	Comprimido 2mg	258.000	0,38	0,21	União Química	0,2	0,01	2.580,00
108 - Haloperidol, Decanoato	Solução injetável 50mg/ml 1ml	3.300	13,32	12,92	União	12,85	0,07	231,00
33 – Budesonida**	Aerosol nasal 50mcg (eq.32mcg) 200 doses 10ml	1.292	26,22	26,13	Astrazeneca	18,4	7,73	9.987,16
141 - Metoprolol, succinato	Comprimido de liberação prolongada 50 mg	30.000	1,46	1,34	Astrazeneca	1,07	0,27	8.100,00
180 - Sulfato Ferroso	Comprimido 40 mg Fe++	360.000	0,11	0,08	Prati	0,05	0,03	10.800,00
Total								**239.498,16**

Fonte: Processo n.º 12142/2014, Planilha de Cálculo (*Pregão n.º 040/2014.xlsx*) e arquivo com lista de preços de medicamentos – preços fábrica e máximo de venda ao governo (xls_conformidade_gov_site_2014_08_20.xls).

* O item 144 – Metronidazol (Gel vaginal 2% 50g) - fora posteriormente registrado para a Empresa Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda, no mesmo valor de R$ 7,90 e na quantidade de 9.500, em razão de a Empresa Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda ter solicitado a rescisão amigável desse item.

Observe-se que os preços obtidos na cotação desses medicamentos para subsidiar a estimativa da licitação em comento já se encontravam acima dos preços máximos definidos pela Anvisa para aquisições pela Administração Pública, conforme quadro acima.

Assim, verifica-se que houve falha no procedimento de cotação e estimativa de preços realizado pela Prefeitura de Itaperuna em relação ao Pregão n.º 040/2014, possibilitando, dessa forma, a ocorrência de aquisições acima dos preços máximos estabelecidos pela Anvisa, resultando no sobrepreço supracitado.

Vale esclarecer que, durante o cotejamento entre os preços máximos estabelecidos pela Anvisa e os preços registrados no Pregão em apreço, nos casos em que houve identificação de sobrepreço e havia mais de um preço unitário para um princípio ativo de um mesmo laboratório, definiu-se como critério adotar o maior preço unitário identificado na tabela da Anvisa para o princípio ativo analisado, de forma a ser mais prudente no cálculo do sobrepreço.

Nesse contexto, a fim de verificar a ocorrência de aquisição de medicamentos com sobrepreço, foram solicitados à Prefeitura, por meio das Solicitações de Fiscalização n.os 201700480/006, 011 e 012, processos de pagamento relacionados ao Pregão n.º 040/2014 que tenham sido financiados com recursos federais, com base em listagem fornecida pela Prefeitura, e tendo como critério a materialidade dessas aquisições.

Assim, foram analisados os seguintes processos de pagamento: 2015/3/4002; 2015/3/4005; 2015/9/19197; 2015/03/004006; 2015/05/009469; 2015/07/015268; 2015/07/015269; 2015/07/015270; 2015/09/019173; 2015/09/019174; 2015/11/023071; 2015/11/023073; e 2015/11/023075, 2015/09/019171, 2015/04/006721 e 2015/09/019170.

Como resultado da análise, verificou-se a ocorrência de superfaturamento no montante de **R$ 3.855,30** pagos por recursos federais repassados, em razão de pagamentos e/ou liquidação de Notas Fiscais de medicamentos que foram identificados com sobrepreço na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015, por estarem acima dos preços máximos estabelecidos pela Anvisa, conforme processos supracitados e cálculos realizados em planilha elaborada pela equipe de fiscalização da CGU-Regional/RJ.

Manifestação da Unidade Examinada

O Relatório Preliminar de Fiscalização foi encaminhado à Prefeitura de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, para apresentação de justificativas ou esclarecimentos por parte da Prefeitura.

Em resposta, a Prefeitura de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017, de 11 de setembro de 2017, manifestou-se nos seguintes termos:

> *"3. Considerações à constatação do item (03), página 211 a 216 do relatório:*
>
> > *3. Sobrepreço de R$ 239.498,16 no Pregão Presencial n° 040/2014, que resultou na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015, em razão de preços registrados em valores superiores aos limites definidos pela Anvisa para venda de Medicamentos à Administração Pública.*
>
> *Referindo-se à constatação da fiscalização do item acima mencionado, esclarecemos não ser competência do Departamento de Contabilidade deste Fundo Municipal de Saúde, se pronunciar a respeito, visto que tais procedimentos competem ao Departamento de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ."*

A Prefeitura Municipal de Itaperuna encaminhou ainda solicitação de dilação de prazo apresentada pela então Pregoeira e Presidente da Comissão de Licitação do Pregão em análise para esclarecimentos e elucidação dos fatos, a qual foi deferida pela CGU.

Desse modo, a Prefeitura Municipal de Itaperuna, mediante Ofício OF/GP/N.º 700/2017, de 20 de setembro de 2017, encaminhou as considerações e justificativas apresentadas pela então Pregoeira e Presidente da Comissão de Licitação do Pregão em comento, trazidas em expediente de 15 de setembro de 2017, conforme transcrito a seguir:

> *"(...)*
>
> *15-Em relação aos itens registrados com valores acima mencionados no relatório da Controladoria Geral da União, ao verificar o montante, vê-se que não ultrapassou os 30%(por cento) praticados, como admissíveis e/ouaceitáveis para aquisição. Pois fez parte da lista de medicamentos e insumos um quantitativo de 195 itens de medicamentos e insumos para suprir em Ata de Registro de Preços na administração Pública para um período de 12 (doze) meses, preconizada pela Lei 10.520/02, com amparo da Lei de Licitações nº 8.666/93.Trata-se ainda, apenas de percentual mínimo de itens que desacordaram da tabela ANVISA. Diante desta, não há o que falar/intenção de prejuízo ao erário público, nos Pregões nº040/2014 e Pregão nº004/2016,*
>
> *16- Ressalta ainda que o Pregão nº004/2016 citado no relatório desta Controladoria Geral da União sãopelos mesmos motivos do Pregão nº040/2014, ao qual reporta-se todas as justificativas e manifestações;*
>
> *Diante do exposto, passa a declarar:*
>
> *As licitações com seus respectivos pregões realizadas na Secretaria Municipal de saude, pela Equipe de apoio e pregoeira na condição de também presidente de licitação, referente ao período de fiscalização mencionado no relatório preliminar, vem respeitosamente frisar que todo cunho administrativo, teve o gestor à frente como Secretário de Municipal de Saúde, responsável pela manutenção da ordem, do comprometimento com a saúde pública,e não a satisfação dos lucros das empresas produtoras de bens nessa área, mas sim com os usuários do Sistema Único de Saúde(SUS).*
>
> *A aquisição de bens e serviços através da Lei do pregão trouxe diversas vantagens para a Administração Municipal. Dentre elas pode-se destacar: menor custo no procedimento licitatório, maior agilidade, desburocratização, melhor gerenciamento das despesas públicas, publicidade e transparência do procedimento, ampliação da disputa entre os fornecedores e prestadores de serviço, maiores vantagens econômicas, gerando economicidade a administração.*
>
> *Assim:O artigo 1° da Lei n° 10.520/02 afirma que o pregão foi criadopara a aquisição de bens e serviços comuns, definidos, de forma um tanto quanto imprecisa, como "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam*

ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado"....(Revista e Portal da Gestão Pública)

Cabe ressaltar que o objetivo, nas realizações dos Pregões foi em nenhum momento restringir a competividade das empresas, havendo uma observação maior para a importância da apresentação do documento e aquisição de medicamentos com a qualidade atestada pelo órgão fiscalizador, que no caso é ANVISA. Tanto que a nova redação inserida no Edital foi com a anuência da Procuradoria Geral do Município, e após questionamentos, com o aval da Coordenação Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde do Município, e autorização do Ilmo. Secretario como Gestor. O Certificado de Boas Práticas e Armazenamento e Distribuição (CBPDA)foi inserido para que as Empresas interessadas em fornecer seus produtos para a administração tivessem condições de armazenamentodos medicamentos exigidas pelo órgão fiscalizador,pois a aquisição de medicamentos e insumos são complexos, não podendo realizar a mesma sem a devida responsabilidade, conforme embasamento emLei Federal nº6.360/1976, c/c Portaria MS nº802/1998, sendo também vasta as Resoluções e julgados de TRFs, bem como Tribunal de Contas da União, no assunto em tela.

O Tribunal de Contas da União no acórdão n° 188/2010 decidiu que:

"...Ainda que os serviços objeto da licitação possam sugerir, a priori, certa complexidade, não há óbices para que sejam enquadrados como serviços comuns, eis que pautados em especificações usuais de mercado e detentores de padrões objetivamente definidos no edital".

Complementando,"No acórdão n° 2172/2008 o Tribunal de Contas da União afirmou que: "a utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei n° 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade".

Não há o que se falar em prejuízos para a administração, pois os Pregões nº040/2014 e 004/2016 alcançaram o objetivo, tendo publicidade, transparência, e ciência a todos, conforme lista de retirada acostadas nos autos dos processos licitatórios, e em todos os seus atos, conforme mencionado nesta fiscalização em relatório preliminar - Controladoria Geral da União, como também participação dediversas empresas, restando apenas 03(três) desabilitadas por falta do aludido certificado.E se a Vigilância tem normas para que as Empresas se adequam quanto ao documento em tela, não tem motivos à administração para não solicitar, tendo em vista que a saúde pública dos usuários é que está sendo preservada. A Vigilância Sanitária tem o condão de assegurar que as Empresas mantenham em seus estabelecimentos com seus produtos armazenados de forma controlada, visando à integridade da qualidade dos produtos que ora serão comercializados, com a devida armazenagem.

Portanto, diante dos fatos narrados, apresentados, pede-se esta Controladoria Geral da União que acolha alegação, tendo em vista que não há ilegalidade de cunho administrativo, não há ilegalidade quanto à transparência, não

houve prejuízo ao erário no montante por considerar irrisório diante dos quantitativos registrados para Ata de Registro de Preços.

Nestes termos, encaminha a presente manifestação, dando desta forma ciência aos interessados, com elevada estima e consideração. "

Análise do Controle Interno

A manifestação apresentada pela Prefeitura e as informações prestadas pela então Pregoeira e Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ não elidem a constatação registrada.

Os preços de aquisição de medicamentos por órgãos públicos estaduais ou municipais devem estar abaixo dos preços máximos definidos pela Anvisa para aquisições de medicamentos pela Administração Pública, conforme definido e publicado nas Resoluções e Comunicados da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) da Anvisa e na Orientação Interpretativa nº 02/2006, da mesma Câmara, bem como em observância ao preconizado pelo Tribunal de Contas da União, mediante o Acórdão nº. 1437/2007 - Plenário.

Assim, observou-se a ocorrência de um **sobrepreço de R$ 239.498,16** na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015, em função da diferença entre os valores registrados no Pregão Presencial n.º 040/2014 para certos medicamentos e os preços máximos definidos pela Anvisa.

Verificou-se, ainda, em uma amostra de processos de pagamentos analisados, a ocorrência de superfaturamento no montante de **R$ 3.855,30** pagos por recursos federais repassados, em razão de pagamentos e/ou liquidação de Notas Fiscais de medicamentos que foram identificados com sobrepreço na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015.

2.1.4. Sobrepreço de R$ 131.285,96 no Pregão Presencial n.º 004/2016, que resultou na Ata de Registro de Preços n.º 12/2016, em razão de preços registrados em valores superiores aos limites definidos pela Anvisa para venda de medicamentos à Administração Pública; e Restrição à competitividade no Pregão Presencial n.º 004/2016, em razão da exigência de Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem (CBPDA).

Fato

Trata-se da análise ao Pregão Presencial n.º 004/2016 (Processo n.º 21675/2015), tipo menor preço por item, realizado pela Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ em março de 2016, cujo objeto consistiu em registrar preços para aquisição de 164 medicamentos com a finalidade de atender a Farmácia Básica, Farmácia Judicial, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Programa Saúde da Família (PSF's), DST/AIDs, Saúde da Mulher, Posto de Urgência Dr. Muniz Bussade – PU e Unidade de Pronto Atendimento 24H de Itaperuna – UPA da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ.

Os setores/unidades requisitantes enviaram à Secretaria Municipal de Saúde listagem de medicamentos para subsidiar a licitação em comento, informando o nome dos fármacos, apresentação e quantitativo estimado anual.

Observaram-se incoerências na demanda apresentada pela Unidade de Pronto Atendimento 24 H e pelo Posto de Urgência – PU para a referida licitação, especificamente entre a quantidade prevista anual dos medicamentos e a quantidade média mensal, uma vez que o quantitativo anual (fls. 24/26 e 31/32), para a maioria dos itens, correspondia a 24 vezes o quantitativo médio mensal informado na demanda. Não foram identificados no processo esclarecimentos ou motivação para essa divergência.

Foi realizada cotação de preços pelo Setor de Compras para os 164 itens da licitação, e, com base na média dos valores unitários orçados pelas empresas, obteve-se a estimativa para a licitação no montante de **R$ 6.033.561,31**, conforme documento às fls. 56/62, com data de 22 de fevereiro de 2016.

As seguintes empresas apresentaram orçamentos para a cotação de preços:

Quadro I – Empresas Cotação de Preços Pregão n.º 004/2016

Empresa	CNPJ
Disk Med Padua Distribuidora de Medicamentos Ltda	04.216.957/0001-20
Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda	67.729.178/0004-91
Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda	03.946.428/0001-10
Sogamax Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda-Me	00.857.492/0001-36
SNA Comércio e Distribuição Eireli	16.736.512/0001-50
Alfalagos Ltda	05.194.502/0001-14

Fonte: Processo n.º 21675/2015

Em 10 de março de 2016, a Pregoeira encaminhou o edital da licitação à Procuradoria Geral do Município, que emitiu parecer, com data de 11 de março de 2016, no sentido de que não havia óbice para o prosseguimento da licitação.

O aviso de convocação do Pregão foi publicado, em 11 de março de 2016, em quadro de avisos da Secretaria Municipal de Saúde, no sítio da Prefeitura na internet, no Jornal Folha de Itaperuna (Diário Oficial do Município) e, em 15 de março de 2016, no Jornal Diário do Noroeste, informando a data de 31 de março de 2016, para entrega dos documentos e proposta comercial, conforme documentação juntada ao processo (fls. 204/208).

Assim, em 31 de março de 2016, foi realizada a sessão pública do Pregão Presencial n.º 004/2016, tipo menor preço por item, para registro de preços de 164 medicamentos (fls. 2205/2309).

A seguir, será apresentado um quadro com as empresas que retiraram o edital, participaram ou sagraram-se vencedoras do Pregão Presencial n.º 004/2016.

Quadro II – Empresas Participantes Pregão n.º 004/2016

Empresas	CNPJ	Retiraram o Edital	Participantes	Vencedoras
Noromed Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda - ME	12.391.412/0001-89	X	X	X
Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda	03.946.428/0001-10	X	X	X
Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda - Me	07.134.049/0001-86	X	X	X
Medicom Rio Farma Ltda	39.499.710/0001-43	X	X	X
Sogamax Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda-Me	00.857.492/0001-36	X	X	X

Fonte: Processo n.º 21675/2015

Não houve qualquer manifestação de intenção de recurso pelas empresas licitantes (fl. 2293). Desse modo, em 20 de abril de 2016, o Pregão n.º 004/2016 foi homologado pelo então Secretário Municipal de Saúde.

Desse modo, firmou-se a Ata de Registro de Preços n.º 012/2016 para registro de preços de medicamentos, durante o período de doze meses, resultante do Pregão n.º 004/2016, conforme valores constantes do quadro a seguir:

Quadro III – Ata de Registro de Preços n.º 12/2016

Empresa	Itens Adjudicados	Valor Registrado (R$)
Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda	04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12,13, 15, 17, 18, 19, 21, 27, 28, 32, 34, 41, 44, 46, 51, 56, 58, 65, 66, 67, 71, 74, 78, 81, 82, 83, 84, 87, 91, 96, 97, 98, 104, 105, 113, 114, 115, 123, 125, 128, 129, 131, 135, 136, 140, 142, 145, 147, 151, 156 e 159	2.624.948,64
Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda	03, 14, 23, 24, 26, 29, 38, 48, 54, 63, 80, 88, 93, 94, 100, 112, 117, 120, 127, 130, 148, 149, 152, 154 e 164	1.028.810,10
Noromed Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda - ME	01, 02, 08, 22, 30, 33, 40, 43, 47, 53, 55, 59, 60, 61, 64, 75, 79, 90, 101, 102, 109, 110, 111, 118, 124, 139, 141, 143, 144, 150, 157, 158 e 162	711.384,02
Sogamax Distribuidora de Produtos Farmaceuticos Ltda_ME;	20, 36, 42, 45, 49, 52, 62, 70, 89, 99, 106, 107, 116, 119 e 126	601.247,20
Medicom Rio Farma Ltda	16, 31, 35, 37, 39, 50, 57, 68, 69, 72, 73, 76, 77, 85, 92, 132, 133, 134, 146, 153, 155, 160, 161 e 163	456.017,64
Total		**5.422.407,60**

Fonte: Processo n.º 21675/2015

Cumpre registrar que o edital do Pregão n.º 004/2016, exigiu em seu item 13.7.5, como requisito de qualificação técnica, a apresentação do Certificado de Boas Práticas de Distribuição de Armazenagem (CBPDA) emitida pela Anvisa, conforme a seguir (fl.124):

> *"13.7.5 - A empresa licitante deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento emitido pela ANVISA, Publicado no Diário Oficial da União com a emissão inferior a 24 (vinte e quatro) meses, referente aos objetos licitados, conforme determinação da Lei Federal n° 6.360/1976 e Portaria no Ministério da Saúde no 802/1998, para cada lote correspondente."*

Sobre a exigência do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem, o Tribunal de Contas da União (TCU) em face de representação relacionada a possíveis irregularidades em Pregão conduzido pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz/SC, proferiu o Acórdão de Relação n.º 281/2015 – Plenário, considerou que a exigência de Certificados de Boas Práticas e de Distribuição e Armazenagem afronta o disposto no art. 30 da Lei 8.666/1993, devendo ser evitada em futuras contratações que envolvam aportes de recursos federais ou provenientes do SUS, conforme excerto transcrito a seguir:

> *"**Acórdão n.º 281/2015 – Plenário***
>
> *(...)*
>
> *1.7 Determinações/Recomendações/Orientações:*
>
> *1.7.1. dar ciência ao Município de Santo Amaro do Imperatriz/SC de que a exigência de Certificados de Boas Práticas e de Distribuição e Armazenagem, exigidos por ocasião do Pregão Presencial 17/2014 afrontam, no entendimento do TCU sobre a matéria, o disposto no art. 30 da Lei 8.666/1993, devendo ser evitada em futuras contratações que envolvam aportes de recursos federais ou provenientes do SUS. "*

Por sua vez, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), no processo n.º 827857-3/16, ao analisar o edital de Pregão Presencial nº 32/16 da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ para aquisição de insumos e material hospitalar, determinou o adiamento do citado Pregão e também considerou excessiva a exigência do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento (CBPDA), conforme sessão ocorrida em 31/01/2017, *in verbis:*

> *"8 – Justifique ou suprima o subitem 13.7.5 do edital referente à exigência de apresentação de **Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento – CBPDA**, por não se tratar de requisito previsto em lei especial (inc. IV, art. 30 da Lei 8.666/93 – qualificação técnica);*
>
> *(...)" (grifo nosso)*

Em atenção à diligência encaminhada pelo TCE-RJ, a Prefeitura de Itaperuna decidiu anular o aludido certame, antes de sua realização, em razão de diversos vícios identificados, conforme informado pela Prefeitura em documentação juntada ao Processo n.º 827857-3/16.

Considerando o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre a exigência de Certificados de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem e as inabilitações ocorridas no Pregão n.º 040/2014, em razão de tal Certificado, solicitou-se à Prefeitura de Itaperuna/RJ, por meio da Solicitação de Fiscalização n.º 201700480/008, que esclarecesse as razões pelas quais houve a inclusão da exigência do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento emitido pela Anvisa para a habilitação das empresas licitantes (Item 13.7.4), nos editais dos Pregões Presenciais n.ºs 040/2014, 018/2015 e 004/2016.

Em resposta, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde informou, por meio do Ofício SMS/Licitação n.º 10/2017, de 13 de junho de 2017, o seguinte:

> *"Informo que a atual Comissão de Licitação, nomeada pela portaria n° 007, de 02 de janeiro de 2017, não exigiu em nenhum de seus atos, o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento emitido pela ANVISA, não podendo responder por critérios definidos pela Comissão de Licitação anterior.*
>
> *Informo também que em atendimento ao processo n° 827.857-3/16 do TCE/RJ, o mesmo solicitou a justificativa ou supressão do mesmo documento referente ao pregão realizado pela Comissão anterior. A Comissão atual, junto com a autoridade competente, decidiu por suprimir o item nas confecções de editais para futuros certames."*

Visando obter mais informações sobre o tema, realizou-se consulta no sítio eletrônico da Anvisa na internet *(http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/empresas/cbpda/informacoes-gerais)*, em 07 de junho de 2017, quando verificou-se que o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem (CBPDA) não é obrigatório para o funcionamento de uma empresa, conforme demonstrado a seguir:

5. O Certificado de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem é obrigatório para o funcionamento de uma empresa?

Não. As empresas produtoras de produtos sujeitos à vigilância sanitária devem, obrigatoriamente, cumprir com as Boas Práticas, seguindo os procedimentos e práticas estabelecidos em normas específicas da Anvisa. Entretanto, não é obrigatório que as empresas tenham Certificado de Boas Práticas para o seu regular funcionamento.

Analisando nossa Constituição Federal, observa-se que o art. 37, inciso XXI, preconiza que as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, vejamos:

> *"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
>
> *(...)*
>
> *XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências*

de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Por sua vez, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicada subsidiariamente à modalidade Pregão, preconiza, em seu artigo 3º, que a licitação destina-se a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e veda aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, *in verbis:*

> *"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*
>
> *§ **1o É vedado aos agentes públicos**:*
>
> *I - **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;"*
> *(grifo nosso)*

No que diz respeito à qualificação técnica em licitações, o art. 30 da Lei n.º 8.666/93 rege o assunto, definindo as exigências cabíveis, conforme transcrito a seguir:

> *"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á** a:*
>
> *I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;*
>
> *II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*
>
> *III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*
>
> *IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso."*
> *(grifo nosso)*

A propósito, a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União entende que as exigências contidas no art. 30 da Lei nº 8.666/93 são do tipo *numerus clausus*, ou seja, encontram-se esgotadas naquele dispositivo, vejamos *in verbis* (Decisão n.º 739/2001 – Plenário):

> *"**As exigências contidas no art. 30 da Lei nº 8.666/93 são do tipo numerus clausus, ou seja, encontram-se esgotadas naquele dispositivo**, sendo defeso, aos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, inovar.*
> *(...)*
> *4. Tais exigências somente seriam justificáveis se os referidos requisitos fossem previstos em lei especial, passando a situação, então, a enquadrar-se no inciso IV do referido art. 30.*
> *(...)" (grifo nosso)*

Assim, em face da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre o assunto e da legislação analisada, entende-se que houve restrição à competitividade no Pregão Presencial n.º 004/2016, em razão da exigência editalícia, para fins de qualificação técnica, de apresentação do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento (CBPDA) emitido pela Anvisa (item 13.7.5), em que pese não ter havido empresas inabilitadas por essa exigência no Pregão em comento.

Cumpre registrar ainda que houve outra exigência indevida no Pregão n.º 004/2016, referente à qualificação econômica, quando fora exigido no edital de licitação a comprovação de que a empresa licitante fosse dotada de capital social devidamente integralizado igual ou superior a dez por cento (10%) do valor contratado.

A Lei de Licitações, no entanto, em seu art. 31, §§2º e 3º, preconiza que a Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, o qual não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Todavia, não houve empresas inabilitadas por essa exigência no Pregão em comento.

Nesse contexto, com vistas a analisar a economicidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços n.º 012/2016 decorrente do Pregão em tela, elaborou-se amostra dos medicamentos registrados, adotando como critério a materialidade, a fim de avaliar se tais preços encontravam-se abaixo do Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) ou do Preço de Fábrica (quando não sujeitos ao PMVG), ambos publicados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) da Anvisa, para determinado período. A amostra foi composta por 81 medicamentos de um total de 155, correspondentes a 88% do valor total do Pregão.

Para as aquisições públicas de medicamentos, existem em vigor dois tetos máximos de preços: o Preço Fábrica (PF) e o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG).

- Preço Fábrica (PF) é o teto de preço pelo qual um laboratório ou distribuidor pode comercializar um medicamento no mercado brasileiro.

- Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) é o resultado da aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) sobre o Preço Fábrica [PF* (1-CAP)].

Esse entendimento foi ratificado pelo Tribunal de Contas da União, mediante o Acórdão nº. 1437/2007 – Plenário.

Assim, após análises sobre os preços definidos pela Anvisa, observou-se a ocorrência de um **sobrepreço de R$ 131.285,96** na Ata de Registro de Preços n.º 12/2016, em função da diferença entre os valores registrados no Pregão Presencial n.º 004/2016 e os preços máximos publicados pela Anvisa, tendo como referência a tabela vigente à época da pesquisa de preços realizada pela Prefeitura de Itaperuna/RJ, conforme tabela a seguir:

Tabela I – Pregão n.º 004/2016 x Referência Anvisa

Item	**Unidade**	**Qtd Item Pregão (A)**	**Cotação de Preços (R$)**	**Preço Unitário Pregão (R$) (B)**	**Marca**	**Referência Anvisa (fev/2016) (R$) (C)**	**Diferença Preço Unitário (R$) (D)=(B-C)**	**Sobrepreço (R$) (E)=(A*D)**
33 - Carbonato de Cálcio 1500mg + Colecalciferol 400UI	COMPR	13.500	0,98	0,94	IMEC	0,79	0,15	2.025,00
63 - Diclofenaco de Sódio 25mg/ml	AMPOLA 3 ml	23.376	1,08	1,00	FARMACE	0,74	0,26	6.077,76
75 - Fenitoína 100mg	COMPR	25.000	0,44	0,43	CAZI	0,24	0,19	4.750,00
78 - Fenobarbital 100mg	COMPR	185.000	0,21	0,19	CRISTALIA	0,18	0,01	1.850,00
97 - Hidrocortisona 500mg	PO	10.440	15,96	15,60	UNIÃO	9,47	6,13	63.997,20
106 - Levodopa 100mg + Benserazida 25mg	COMPR	18.000	1,91	1,90	ROCHE	1,14	0,76	13.680,00
107 - Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	COMPR	10.000	2,73	2,70	ROCHE	1,57	1,13	11.300,00
120 - Metoclopramida, Cloridrato 5,0mg/ml - Ampola 2ml	AMP	33.960	0,60	0,53	TEUTO	0,43	0,10	3.396,00
144 - Propafenona 300mg	COMPR	9.000	3,00	2,90	ALTHAIA	1,41	1,49	13.410,00
156 - Sulfato Ferroso 40mg, (40mg de ferro elementar)	COMPR	270.000	0,11	0,09	PRATI	0,05	0,04	10.800,00
Total								**131.285,96**

Fonte: Processo n.º 21675/2015, planilha de cálculo (*Pregão 004-2016.xlsx*) e arquivo com lista de preços de medicamentos – preços fábrica e máximo de venda ao governo (*xls_conformidade_gov_site_2016_02_22.xls*).

Vale esclarecer que, durante o cotejamento entre os preços máximos estabelecidos pela Anvisa e os preços registrados no Pregão em apreço, nos casos em que houve identificação de sobrepreço e havia mais de um preço unitário para um princípio ativo de um mesmo laboratório, definiu-se como critério adotar o maior preço unitário identificado na tabela da Anvisa para o princípio ativo analisado, de forma a ser mais prudente no cálculo do sobrepreço.

Observe-se que os preços obtidos na cotação desses medicamentos para subsidiar a estimativa da licitação em comento já se encontravam acima dos preços máximos definidos pela Anvisa para aquisições pela Administração Pública, conforme tabela acima (Tabela I – Pregão n.º 004/2016 x Referência Anvisa).

Assim, verificou-se que houve falha no procedimento de cotação e estimativa de preços realizado pela Prefeitura de Itaperuna em relação ao Pregão n.º 004/2016, possibilitando, dessa forma, a ocorrência de aquisições acima dos preços máximos estabelecidos pela Anvisa, resultando no sobrepreço supracitado.

Nesse contexto, a fim de verificar a ocorrência de pagamentos de medicamentos com sobrepreço, foram solicitados à Prefeitura, por meio da Solicitação de Fiscalização n.º 201700480/006, processos de pagamento relacionados ao Pregão n.º 004/2016 que tenham sido financiados com recursos federais da farmácia básica, com base em listagem fornecida pela Prefeitura, e tendo como critério a materialidade dessas aquisições.

Assim, foram analisados os seguintes processos de pagamento: 2016/5/9060; 2016/5/9074; 2016/5/9075; 2016/5/9076; 2016/5/9077 e 2016/8/16584.

Como resultado da análise, verificou-se a ocorrência de prejuízo no montante de R$ 5.376,40, sendo R$ 3.986,40 financiados com recursos federais**,** em razão de pagamentos e/ou liquidação de Notas Fiscais cujos medicamentos foram identificados com sobrepreço na Ata de Registro de Preços n.º 12/2016, conforme processos supracitados e cálculos realizados em planilha elaborada pela equipe de fiscalização da CGU-Regional/RJ.

Manifestação da Unidade Examinada

O Relatório Preliminar de Fiscalização foi encaminhado à Prefeitura de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, para apresentação de justificativas ou esclarecimentos por parte da Prefeitura.

Em resposta, a Prefeitura de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017, de 11 de setembro de 2017, manifestou-se nos seguintes termos:

> *"4. Considerações à constatação do item (04), página 216 a 225 do relatório:*
>
> > *4. Sobrepreço de R$ 131.285,96 no Pregão Presencial nº 004/2016, que resultou na Ata de Registro de Preços nº 12/2016, em razão de preços registrados em valores superiores aos limites definidos pela Anvisa para venda de*

medicamentos à Administração Pública; e Restrição à competitividade no Pregão Presencial nº 004/2016, em razão da exigência do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem (CBPDA).

Referindo-se à constatação da fiscalização do item acima mencionado, esclarecemos não ser competência do Departamento de Contabilidade deste Fundo Municipal de Saúde, se pronunciar a respeito, visto que tais procedimentos competem ao Departamento de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ."

A Prefeitura Municipal de Itaperuna encaminhou ainda solicitação de dilação de prazo apresentada pela então Pregoeira e Presidente da Comissão de Licitação do Pregão em análise para esclarecimentos e elucidação dos fatos, a qual foi deferida pela CGU.

Desse modo, a Prefeitura Municipal de Itaperuna, mediante Ofício OF/GP/N.º 700/2017, de 20 de setembro de 2017, encaminhou as considerações e justificativas apresentadas pela então Pregoeira e Presidente da Comissão de Licitação do Pregão em comento, trazidas em expediente de 15 de setembro de 2017, conforme transcrito a seguir:

"(...)

1-O Pregão nº040/2014 mencionado pelo relatório preliminar, fala dos itens demandados pela Unidade de Pronto Atendimento 24 Hr. Cabe esclarecer que a Unidade sempre teve um quantitativo estimado para maior, devida ao caráter da prestação de Urgência e Emergência, e por ser unidade de atendimento contínuo, a mesma não poderia ter seus serviços suspensos por haver esgotado naquele previsto na referida Licitação. Vale ainda dizer que os quantitativos estimados foram feitos com amplo estudo do Setor de Compras, com pesquisas anteriores de consumos dos medicamentos dos anos pregressos. Esclarece mais uma vez que o atendimento da Unidade de Pronto Atendimento(UPA 24 Hr) contempla o Município de Itaperuna e Regiões vizinhas, tendo uma demanda variável, difícil de mensurar, e ainda trata-se de Ata de Registro de Preços para viger em até 12(doze) meses, contando que na administração deve haver planejamento e previsibilidade;

2-A data do edital em parecer da Procuradoria Jurídica sobre prosseguimento resta nos avaliar que foi um mero erro de digitação, sendo apenas um erro formal que não ensejaria anulação de todo processo em tela, pois prima pela celeridade e economia processual;

3-O adiamento do Pregão nº 040/2014 ocorreu devido ao Decreto do Prefeito no qual determinou a suspensão das licitações em curso;

4-Noque tange a solicitação do Ilmo. Sr. Secretário, recém empossado,solicitando a inclusão do Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição (CBPDA), emitido pela Agencia Nacional de vigilância Sanitária(ANVISA), no Edital do referido Pregão, o mesmo ao assumir a pasta da Secretaria de Saúde teve o cuidado de garantir a aquisição

de medicamentos e insumos fabricados e armazenados de acordo com as normas da ANVISA e seus escritos, visando desta feita zelar pela saúde pública, conforme expresso na Constituição Federal. Não se perdendo de vista queo bem principal a ser tutelado era o direito à saúde dos cidadãos. Relata que o Ilmo. Secretario agiu com boa fé, e com amparo legal da Procuradoria Geral do Município, com parecer exarado nos autos do processo bem como relatório da Coordenação de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, opinando favorável a indagação do Certificado (fl.229).

5-No que concerne a data da sessão pública (fl.2054/2110)de 17 de dezembro de 2014, foi também um mero erro de digitação, já que nos avisos constavam a data correta, já parafraseando palavras do relatório, "infere-se que é possível que tenha havido erro formal na redação da data na ata de sessão publica..." e que realmente a data certa foi dia 30 de dezembro de 2014.

6-Segundo o Quadro II demonstrado, apresentando as Empresas participantes do Pregão nº040/2017, há de se afirmar as vastas empresas que fizeram retiradas do edital, num total de 16(dezesseis)empresas.

7-A empresa Merriam-Farma Comércio de Produtos Farmacêuticos, conforme relata, apresentou recurso intempestivamente, pois ao retirar o edital, para futura participação no certame, deixou de observar o prazo de recurso do edital;

8-A empresa Ativa Médico Cirúrgica Eireli, argumentou restrição de caráter competitivo, não carece de suporte legal, pois ao fazer a retirada do Edital, também poderia observar que a exigência doCertificado estava embasado na ANVISA, e outros escritos, não sendo verídico, a falta de economicidade, pois os preços estavam em consonância com o TERMO DE REFERENCIA, cotados pelo Setor de Compras, que realizou um minucioso comparativo com as Atas de Registro de Preços do ano anterior. Salienta-se pelo Setor de Compras que a Empresa Ativa Médico Cirúrgica Eireli, ao ser solicitada para cotação, negou-se em fornecer o orçamento para obtiver a média;

9-A empresa Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda, ao ser Inabilitada apresentou recurso, sendo o mesmo acatado pela Douta Procuradoria Jurídica do Municipio, tendo em vista sanado pendencias sobre Certidão Municipal de Vigilância Sanitária, a qual tinha gerado a inabilitação no certame em tela;

10-Cumpre ressaltar que conforme descrito pela Controladoria Geral da União, em relatório preliminar, ficou mais que provado que a Inabilitação das empresas não se deu apenas pela ausência do Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição (CBPDA), e sim por outras exigências editalícias também. E ainda se observa que buscou de forma contínua a economicidade para administração pública, quando foi acolhido o recurso das Empresas Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda e Rioclarense Distribuidora de Med. Ltda, colocando-as no páreo juntamente com as habilitadas;

11-Em observação quanto à restrição de competitividade alegada, a mesma não guarda verdade com a realidade apresentada à época do certame, uma vez que existiram 16(dezesseis) empresas participantes do certame com apenas 03(três) desclassificadas/inabilitadas, por falta de cumprimento de exigências contidas no edital;

12-Após o acolhimento dos recursos das empresas houve a sessão pública de ata para adjudicação dos itens às empresas. Como no certame na fase de lances houve um decréscimo nos preços ofertados pelas empresas, que conheciam da sua condição de inabilitadas, vez que os recursos trataram das mesmas matérias, das impugnações ao edital oferecidas, que impossibilitou real competitividade entre as demais empresas. A Equipe de apoio juntamente com a pregoeira decidiu como um caso omisso ao edital, amparado na legislação pertinente e no principio da economicidade, solicitando REALINHAMENTO de preços das Empresas: Comercial Cirúrgica Rioclarense Distribuidora de Med. Ltda, Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda, registrando em ata de registros depreços os itens adjudicadosalterados para menor, obtendo assim, mais economia para administração pública. Assim entende-se queequipe de apoio com a pregoeira cumpriu a função de obter a melhor proposta e economicidade;

13-Diante do tempo transcorrido, a Empresa Rynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda, apresentou requerimento de desistência para alguns itens adjudicados alegando dificuldade financeira. Sendo feita a Convocação para o segundo colocado, dos itens elencados pela referida empresa, para nova sessão de julgamento, compareceram 02(duas) empresas, as quais solicitaram interesse, e sendo homologados os itens.Acontece que as Empresas vencedoras dos itens desistentes pela empresaEmpresaRynus Noroeste Distribuidora de Medicamentos Ltda, mantiveram seus preços registrados na sessão anterior a convocação do segundo colocado.

14-A figura do Pregoeiro e Presidente de Licitação é de dar, transparência, celeridade, economicidade, obter proposta mais vantajosa para a administração,ou seja, primar pelos princípios administrativos e constitucionais. O intuito sempre foi da proposta mais vantajosa para a administração pública, porém com qualidade e segurança. Em todo certame narrado ficou visualizado que desde a publicação até a data do presente certame foi decidido pela administração,à necessidade do aludido Certificado de Boas Práticas e Armazenamento e Distribuição(CBPDA). As empresas Merriam-Farma Comércio de Produtos Farmacêuticos e Ativa Médico Cirúrgica Eireli, ao decrescerem seus lances de forma a deixar os itens fora do valor praticado de mercado, tinham prévio conhecimento de suas condições de desabilitadas, não podendo considerar os preços ofertados no certame com parâmetro aos preços da vigência da ata de registro de preços, se acaso vencedoras fossem. Fica subentendido a possível má-fé das empresas que adentraram ao certame com previsibilidade de não serem vencedoras dos itens. Corroborando a prática de má-fé, pois o valor estimado foi baseado em cotação da empresa desabilitada, que na fase de lance, ofertou preço muito aquém ao orçado, uma vez que já conhecia sua condição de desabilitada.

15-Em relação aos itens registrados com valores acima mencionados no relatório da Controladoria Geral da União, ao verificar o montante, vê-se que não ultrapassou os 30%(por cento) praticados, como admissíveis e/ouaceitáveis para aquisição. Pois fez parte da lista de medicamentos e insumos um quantitativo de 195 itens de medicamentos e insumos para suprir em Ata de Registro de Preços na administração Pública para um período de 12 (doze) meses, preconizada pela Lei 10.520/02, com amparo da Lei de Licitações nº 8.666/93.Trata-se ainda, apenas de percentual mínimo de itens que desacordaram da tabela ANVISA. Diante desta, não há o que falar/intenção de prejuízo ao erário público, nos Pregões nº040/2014 e Pregão nº004/2016,

16- Ressalta ainda que o Pregão nº004/2016 citado no relatório desta Controladoria Geral da União sãopelos mesmos motivos do Pregão nº040/2014, ao qual reporta-se todas as justificativas e manifestações;

Diante do exposto, passa a declarar:

As licitações com seus respectivos pregões realizadas na Secretaria Municipal de saude, pela Equipe de apoio e pregoeira na condição de também presidente de licitação, referente ao período de fiscalização mencionado no relatório preliminar, vem respeitosamente frisar que todo cunho administrativo, teve o gestor à frente como Secretário de Municipal de Saúde, responsável pela manutenção da ordem, do comprometimento com a saúde pública,e não a satisfação dos lucros das empresas produtoras de bens nessa área, mas sim com os usuários do Sistema Único de Saúde(SUS).

A aquisição de bens e serviços através da Lei do pregão trouxe diversas vantagens para a Administração Municipal. Dentre elas pode-se destacar: menor custo no procedimento licitatório, maior agilidade, desburocratização, melhor gerenciamento das despesas públicas, publicidade e transparência do procedimento, ampliação da disputa entre os fornecedores e prestadores de serviço, maiores vantagens econômicas, gerando economicidade a administração.

Assim:O artigo 1° da Lei n° 10.520/02 afirma que o pregão foi criadopara a aquisição de bens e serviços comuns, definidos, de forma um tanto quanto imprecisa, como "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado"....(Revista e Portal da Gestão Pública)

Cabe ressaltar que o objetivo, nas realizações dos Pregões foi em nenhum momento restringir a competividade das empresas, havendo uma observação maior para a importância da apresentação do documento e aquisição de medicamentos com a qualidade atestada pelo órgão fiscalizador, que no caso é ANVISA. Tanto que a nova redação inserida no Edital foi com a anuência da Procuradoria Geral do Município, e após questionamentos, com o aval da Coordenação Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde do Município, e autorização do Ilmo. Secretario como Gestor. O Certificado de Boas Práticas e Armazenamento e Distribuição (CBPDA)foi inserido para que as Empresas

interessadas em fornecer seus produtos para a administração tivessem condições de armazenamentodos medicamentos exigidas pelo órgão fiscalizador,pois a aquisição de medicamentos e insumos são complexos, não podendo realizar a mesma sem a devida responsabilidade, conforme embasamento emLei Federal nº6.360/1976, c/c Portaria MS nº802/1998, sendo também vasta as Resoluções e julgados de TRFs, bem como Tribunal de Contas da União, no assunto em tela.

O Tribunal de Contas da União no acórdão n° 188/2010 decidiu que:

"...Ainda que os serviços objeto da licitação possam sugerir, a priori, certa complexidade, não há óbices para que sejam enquadrados como serviços comuns, eis que pautados em especificações usuais de mercado e detentores de padrões objetivamente definidos no edital".

Complementando,"No acórdão n° 2172/2008 o Tribunal de Contas da União afirmou que: "a utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei n° 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade".

Não há o que se falar em prejuízos para a administração, pois os Pregões nº040/2014 e 004/2016 alcançaram o objetivo, tendo publicidade, transparência, e ciência a todos, conforme lista de retirada acostadas nos autos dos processos licitatórios, e em todos os seus atos, conforme mencionado nesta fiscalização em relatório preliminar - Controladoria Geral da União, como também participação dediversas empresas, restando apenas 03(três) desabilitadas por falta do aludido certificado.E se a Vigilância tem normas para que as Empresas se adequam quanto ao documento em tela, não tem motivos à administração para não solicitar, tendo em vista que a saúde pública dos usuários é que está sendo preservada. A Vigilância Sanitária tem o condão de assegurar que as Empresas mantenham em seus estabelecimentos com seus produtos armazenados de forma controlada, visando à integridade da qualidade dos produtos que ora serão comercializados, com a devida armazenagem.

Portanto, diante dos fatos narrados, apresentados, pede-se esta Controladoria Geral da União que acolha alegação, tendo em vista que não há ilegalidade de cunho administrativo, não há ilegalidade quanto à transparência, não houve prejuízo ao erário no montante por considerar irrisório diante dos quantitativos registrados para Ata de Registro de Preços.

Nestes termos, encaminha a presente manifestação, dando desta forma ciência aos interessados, com elevada estima e consideração. "

Análise do Controle Interno

As informações apresentadas pela Prefeitura e pela então Pregoeira e Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ não elidem a constatação registrada.

O Tribunal de Contas da União considerou que a exigência de Certificados de Boas Práticas e de Distribuição e Armazenagem afronta o disposto no art. 30 da Lei 8.666/1993, devendo ser evitada em futuras contratações que envolvam aportes de recursos federais ou provenientes do SUS, conforme Acórdão de Relação n.º 281/2015 – Plenário.

Ademais, a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União entende que as exigências contidas no art. 30 da Lei nº 8.666/93 são do tipo *numerus clausus*, ou seja, encontram-se esgotadas naquele dispositivo.

Vale dizer que o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem (CBPDA) não é obrigatório para o funcionamento de uma empresa, conforme consta no sítio eletrônico da Anvisa na internet *(http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/empresas/cbpda/informacoes-gerais)*, demonstrado a seguir:

5. O Certificado de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem é obrigatório para o funcionamento de uma empresa?

Não. As empresas produtoras de produtos sujeitos à vigilância sanitária devem, obrigatoriamente, cumprir com as Boas Práticas, seguindo os procedimentos e práticas estabelecidos em normas específicas da Anvisa. Entretanto, não é obrigatório que as empresas tenham Certificado de Boas Práticas para o seu regular funcionamento.

A Portaria Interministerial nº 128, de 29 de maio de 2008, que estabelece diretrizes para a contratação pública de medicamentos e fármacos pelo Sistema Único de Saúde, não faz menção ao Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem, tampouco a Portaria/GM/MS 2.814, de 29 de maio de 1998 cita o referido Certificado (CBPDA).

No Pregão Presencial n.º 040/2014, houve apenas cinco empresas credenciadas e que apresentaram propostas de preços.

Assim sendo, em face da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre o assunto e da legislação analisada, entende-se que houve restrição ou frustração à competitividade no Pregão Presencial n.º 004/2016 da Prefeitura de Itaperuna/RJ, em razão da exigência editalícia para fins de qualificação técnica de apresentação do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento (CBPDA) emitido pela Anvisa.

Quanto sobrepreço identificado, os preços de aquisição de medicamentos por órgãos públicos estaduais ou municipais devem estar abaixo dos preços máximos definidos pela Anvisa para aquisições de medicamentos pela Administração Pública, conforme definido e publicado nas Resoluções e Comunicados da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) da Anvisa e na Orientação Interpretativa nº 02/2006, da mesma Câmara, bem como em observância ao preconizado pelo Tribunal de Contas da União, mediante o Acórdão nº. 1437/2007 - Plenário.

Assim, observou-se a ocorrência de um **sobrepreço de R$ 131.285,96** na Ata de Registro de Preços n.º 12/2016, em função da diferença entre os valores registrados no Pregão Presencial n.º 004/2016 para determinados medicamentos e os preços máximos definidos pela Anvisa.

Verificou-se, ainda, em uma amostra de processos de pagamentos analisados, a ocorrência de prejuízo no montante de **R$ 5.376,40**, sendo **R$ 3.986,40** financiados com recursos federais**,** em razão de pagamentos e/ou liquidação de Notas Fiscais cujos medicamentos foram identificados com sobrepreço na Ata de Registro de Preços n.º 12/2016.

Quanto ao item 1 da manifestação apresentada, que diz respeito às incoerências observadas na demanda apresentada pela Unidade de Pronto Atendimento 24 H para a referida licitação, especificamente entre a quantidade prevista anual dos medicamentos e a quantidade média mensal, cabe esclarecer que essa questão não foi tratada como uma constatação especificamente, mas fora relatada em razão das divergências identificadas.

A propósito, cabe esclarecer que as quantidades de medicamentos a serem adquiridos devem ser estimados em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação, conforme previsto na Lei n.º 8.666/93, em seu artigo art. 15, §7º, inciso II.

2.1.5. Não recebimento de R$ 443.714,96 referentes à contrapartida estadual para o Componente Básico da Assistência Farmacêutica, no período de jan/2015 a abril/2017, bem como ausência de aplicação da contrapartida municipal para o Componente Básico da Assistência Farmacêutica, no valor de R$ 547.660,03, no período de jan/2015 a abril/2017.

Fato

Conforme definido na Portaria GM/MS n.º 1.555, de 30 de julho de 2013, a qual dispõe sobre as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS, o financiamento do mencionado Componente da Assistência Farmacêutica é de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com aplicação, no mínimo dos seguintes valores de seus orçamentos próprios, vejamos:

> *"Art. 3º O financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica é de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme normas estabelecidas nesta Portaria, com aplicação, no mínimo, dos seguintes valores de seus orçamentos próprios:*
>
> *I - União: R$ 5,10 (cinco reais e dez centavos) por habitante/ano, para financiar a aquisição dos medicamentos e insumos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica constantes dos Anexos I e IV da RENAME vigente no SUS;*
>
> *II - Estados: R$ 2,36 (dois reais e trinta e seis centavos) por habitante/ano, para financiar a aquisição dos medicamentos e insumos constantes dos Anexos I e IV da RENAME vigente no SUS, incluindo os insumos para os usuários insulinodependentes estabelecidos na Portaria nº 2.583/GM/MS, de 10 de outubro de 2007, constantes no Anexo IV da RENAME vigente no SUS; e*

III - Municípios: R$ 2,36 (dois reais e trinta e seis centavos) por habitante/ano, para financiar a aquisição dos medicamentos e insumos constantes dos Anexos I e IV da RENAME vigente no SUS, incluindo os insumos para os usuários insulinodependentes estabelecidos na Portaria nº 2.583/GM/MS, de 10 de outubro de 2007, constantes no Anexo IV da RENAME vigente no SUS."

Nesse sentido, conforme disposto na Deliberação CIB-RJ n.º 2.661, de 26 de dezembro de 2013, que trata do financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, há previsão para transferência de recursos por parte da Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Estado do Rio de Janeiro para o Fundo Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ, com vistas a financiar o referido componente da assistência farmacêutica, conforme exposto a seguir:

"Art. 2º - Estabelecer no âmbito do Estado do Rio de Janeiro os mecanismos e as responsabilidades para financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, conforme estabelecido no Anexo I desta Deliberação, com aplicação dos seguintes valores de seus orçamentos próprios:

I - União: R$ 5,10 (cinco reais e dez centavos) por habitante/ano, para financiar a aquisição dos medicamentos e insumos constantes dos Anexos I e IV da RENAME vigente no SUS, em conta-corrente vinculada ao Fundo Municipal de Saúde aberta para este fim;

II - Estado do Rio de Janeiro: R$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por habitante/ano, para financiar a aquisição dos medicamentos e insumos constantes dos Anexos I e IV da RENAME vigente no SUS, incluindo os insumos para os usuários insulino-dependentes estabelecidos na Portaria nº 2.583/GM/MS, de 10 de outubro de 2007, constantes no Anexo IV da RENAME vigente no SUS, em conta-corrente do Banco oficialmente designado pelo Estado, vinculada ao Fundo Municipal de Saúde aberta para este fim; e

III - Municípios: valor mínimo de R$ 2,36 (dois reais e trinta e seis centavos) por habitante/ano, para financiar a aquisição dos medicamentos e insumos constantes dos Anexos I e IV da RENAME vigente no SUS, incluindo os insumos para os usuários insulinodependentes estabelecidos na Portaria nº 2.583/GM/MS, de 10 de outubro de 2007, constantes no Anexo IV da RENAME vigente no SUS."

Desse modo, observa-se que os valores definidos pela CIB-RJ para as contrapartidas estaduais e municipais para financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutico foram, respectivamente, R$ 2,50 e R$ 2,36 por habitante/ano.

Com vistas a verificar se os repasses estaduais para financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica do Município de Itaperuna/RJ estavam ocorrendo de acordo com o pactuado na CIB, foi solicitado à Prefeitura, por meio da Solicitação de Fiscalização nº 201700480/002, que informasse os valores recebidos como contrapartida estadual e os valores

aplicados como contrapartida municipal para o mencionado Componente da Assistência Farmacêutica, no período de 01/01/2015 a 30/04/2017.

Solicitou-se ainda que, caso o Município não houvesse recebido os valores referentes à contrapartida estadual no período supracitado, fossem informadas as razões para tal fato, bem como as providências adotadas pelo Município para solucionar tal problema.

Em resposta, o Secretário Municipal de Saúde, mediante o Ofício SMS/DC/N.º 65/2017, de 19 de maio de 2017, manifestou-se nos seguintes termos:

> *"Resposta ao item 02:*
> *Em atenção a Solicitação de Fiscalização acima anexamos planilha que respondem os itens 2 e 5, onde consta relação dos recursos recebidos: (Federal – Fonte 102; Estadual – Fonte 211; e Aplicação de contrapartida Municipal – Fontes 100 – RP e 111 – Impostos e Transferências de Impostos."*
> *(...)*
>
> *d) Resposta ao item 04:*
> *Respondendo o item 4, os últimos recursos estaduais enviados foram nos meses de junho/2015, julho/2015 e outubro/2015, não sendo enviado nenhum recurso desde então.*
>
> *e) Resposta ao item 05:*
> *Não localizamos nenhum ofício ou documento notificando ou cobrando o Estado pela ausência dos repasses.*
>
> *(...)"*

Ao serem analisadas as informações enviadas pela Prefeitura sobre as contrapartidas estaduais e municipais, identificou-se que o Estado do Rio de Janeiro transferiu em 2015 o montante total de R$ 136.433,04. Não foram identificados repasses realizados no exercício de 2016, tampouco no período de janeiro a abril de 2017.

Considerando que, conforme Anexo I da Deliberação CIB-RJ n.º 2.661/2013, o valor anual da contrapartida estadual do Componente Básico da Assistência Farmacêutica a ser repassado ao Fundo Municipal de Saúde de Itaperuna é de R$ 248.635,00, verificou-se que o Estado do Rio de Janeiro deixou de transferir, no exercício de 2015, o montante de R$ 112.201,96.

Desse modo, como não houve repasses de contrapartidas estaduais no exercício de 2016, tampouco no período de janeiro a abril de 2017, identificou-se que o Governo do Estado do Rio de Janeiro deixou de repassar o valor total de **R$ 443.714,96,** referentes a contrapartidas estaduais, ao Fundo Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ, no período de 2015 a abril/2017, conforme quadro a seguir:

Tabela I – Contrapartidas Estaduais período 2015 a abril/2017

Exercício	Valor Previsto (Deliberação CIB-RJ n.º 2.661/2013) (R$) (A)	Valor Repassado (R$) (B)	Diferença (A-B)
2015	248.635,00	136.433,04	112.201,96
2016	248.635,00	0,00	248.635,00
2017*	82.878,00	0,00	82.878,00
Total	**580.148,00**	**136.433,04**	**443.714,96**

*Período de janeiro a abril de 2017
Fonte: Deliberação CIB-RJ n.º 2.661/2013 e Ofício SMS/DC/N.º 65/2017, de 19 de maio de 2017

A propósito, solicitou-se à Prefeitura de Itaperuna que, caso o Município não tenha recebido os valores referentes à contrapartida estadual nesse período, informasse as razões para tal fato, bem como as providências adotadas pelo Município para solucionar tal problema. Em resposta, o Secretário Municipal de Saúde, mediante o Ofício SMS/DC/N.º 65/2017, de 19 de maio de 2017, informou o seguinte:

> *"Não localizamos nenhum ofício ou documento notificando ou cobrando o Estado pela ausência de repasses."*

De modo semelhante, a Prefeitura Municipal de Itaperuna deve aplicar anualmente o montante de R$ 2,36 por habitante/ano, a partir de seus próprios recursos para financiar o Componente Básico da Assistência Farmacêutica. Assim, com base na população residente estimada de 99.454 constante da Deliberação CIB-RJ n.º 2.661, o Município de Itaperuna deveria ter aplicado anualmente o montante de R$ 234.711,44 no referido Componente.

Considerando que não foram identificadas aplicações de recursos próprios municipais no Componente Básico da Assistência Farmacêutica, a Prefeitura de Itaperuna/RJ deixou de aplicar o montante total de R$ **547.660,03**, em relação ao período de 2015 a abril de 2017, conforme quadro a seguir:

Tabela II – Contrapartidas Municipais período de 2015 a abril/2017

Exercício	Valor Previsto (Deliberação CIB-RJ n.º 2.661/2013) (R$) (A)	Valor Aplicado (R$) (B)	Diferença (A-B)
2015	234.711,44	0,00	234.711,44
2016	234.711,44	0,00	234.711,44
2017*	78.237,15	0,00	78.237,15
Total	**547.660,03**	**0,00**	**547.660,03**

*Período de janeiro a abril de 2017
Fonte: Deliberação CIB-RJ n.º 2.661/2013 e Ofício SMS/DC/N.º 65/2017, de 19 de maio de 2017

Assim sendo, verificou-se que o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Itaperuna não têm aplicado, conforme disposto na Deliberação CIB-RJ n.º 2.661/2013 e na Portaria GM/MS n.º 1.555, de 30 de julho de 2013, as contrapartidas financeiras a partir de seus orçamentos próprios, para financiar o Componente Básico da Assistência Farmacêutica do Município de Itaperuna/RJ.

Manifestação da Unidade Examinada

O Relatório Preliminar de Fiscalização foi encaminhado à Prefeitura de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, para apresentação de justificativas ou esclarecimentos por parte da Prefeitura.

Em resposta, a Prefeitura de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017, de 11 de setembro de 2017, manifestou-se nos seguintes termos:

> "*Considerando as constatações apontadas no relatório de fiscalização 201700480, no que se refere as contrapartidas estaduais, as mesmas realmente não estão sendo repassadas ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, entretanto está sendo tomada medidas que visam requerer os repasses pendentes.*

Exercício	*Valor Previsto conforme, Deliberação CIB-RJ n.º 2.661/2013*	*Valor Repassado*	*Valor a Repassar*
2015	*248.635,00*	*136.433,04*	*112.201,96*
2016	*248.635,00*	*0,00*	*248.635,00*
*2017**	*82.878,00*	*0,00*	*82.878,00*
Totais	*580.148,00*	*136.433,04*	*443.714,96*

Tabela 1 - Contrapartidas Estaduais no período de 2015 a abril/2017
**Período de janeiro a abril/2017*
Fonte: Deliberação CIB-RJ n° 2.661/2013

> *No que se refere às contrapartidas municipais apontadas no relatório, foram realizados atualização até a competência agosto/2017, o que importou em um valor pendente de R$ 625.897,20, conforme tabela 2 abaixo.*

Exercício	*Valor Previsto conforme, Deliberação CIB-RJ n.º 2.661/2013*	*Valor Repassado*	*Valor a Repassar*
2015	*234.711,44*	*0,00*	*234.711,44*
2016	*234.711,44*	*0,00*	*234.711,44*
*2017**	*156.474,32*	*0,00*	*156.474,32*
Totais	*625.897,20*	*0,00*	*625.897,20*

Tabela 2 - Contrapartidas Municipais no período de 2015 a agosto/2017
**Período de Janeiro a Agosto/2017*
Fonte: Deliberação CIB-RJ n° 2.661/2013

> *Diante do valor pendente apurado, foi elaborado um plano para regularização no prazo de 40 meses, com parcelas mensais no valor de R$ 15.647,43, conforme tabela 3 abaixo.*

Exercício	*Período Planejado*	*Quantidade meses*	*Valor Mensal*	*Valor Total*
2017	*De Set. a Dez.*	*04*	*15.647,43*	*62.589,72*
2018	*De Jan. a Dez.*	*12*	*15.647,43*	*187.769,16*
2019	*De Jan. a Dez.*	*12*	*15.647,43*	*187.769,16*
2020	*De Jan. a Dez.*	*12*	*15.647,43*	*187.769,16*
			Total	*625.897,20*

Tabela 3 - Parcelamento das contrapartidas municipais em 40 meses.

“

Análise do Controle Interno

Observou-se que o Governo do Estado do Rio de Janeiro deixou de repassar, no período de 2015 a abril/2017, o valor total de R$ 443.714,96 ao Fundo Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ**,** referentes às contrapartidas estaduais para financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica do SUS do Município de Itaperuna, conforme previsto na Deliberação CIB-RJ n.º 2.661.

A Prefeitura informou que estão sendo tomadas medidas que visam requerer os repasses pendentes, todavia não apresentou documentação ou informação que comprovasse a adoção de tais providências, a fim de que o Município de Itaperuna recebesse tais recursos para financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, de acordo com o definido na Comissão Intergestores Bipartite.

No que se refere à ausência de efetivação das contrapartidas municipais no período de 2015 a abril/2017 para financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica do SUS do Município de Itaperuna, conforme estabelecido na Portaria GM/MS n.º 1.555/2013 e na supracitada Deliberação CIB, a Prefeitura reconheceu tal pendência e elaborou um plano de regularização, para que, no prazo de quarenta meses, sejam efetivadas as parcelas pendentes referentes ao período de 2015 a agosto/2017, correspondentes ao valor total de R$ 625.897,20.

Assim sendo, permanece a constatação, em razão dos fatos identificados, sendo necessária a adoção de providências pelo Fundo Nacional de Saúde e pela Prefeitura de Itaperuna/RJ junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, com vistas à efetivação das referidas contrapartidas estaduais previstas na Deliberação CIB-RJ n.º 2.661/2013.

Outrossim, faz-se necessário que a Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ passe a efetivar as citadas contrapartidas municipais previstas na Portaria GM/MS n.º 1.555/2013 e na mencionada Deliberação CIB-RJ.

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Condições inadequadas de armazenamento/empilhamento de caixas de medicamentos no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ.

Fato

Em visita realizada ao Almoxarifado Central da Saúde da Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ, em 22 de maio de 2017, observou-se a existência de caixas de medicamentos estocadas no solo sobre camada de papelão, sem o apoio de paletes/estrados, e em contato com a parede. Observou-se ainda que não havia ventilação entre essas caixas de medicamento.

Assim, verificou-se a existência de condições inadequadas de armazenamento e empilhamento de caixas de medicamentos no Almoxarifado Central da Saúde, conforme registros fotográficos exibidos no quadro a seguir:

Quadro I – Visita Almoxarifado Central em 22 de maio de 2017

Foto – Caixas de medicamentos em condições inadequadas de armazenamento - Município de Itaperuna/RJ, 22 de maio de 2017	Foto – Caixas de medicamentos em condições inadequadas de armazenamento - Município de Itaperuna/RJ, 22 de maio de 2017

Fonte: Registros fotográficos efetuados em visita ao Almoxarifado Central da Saúde.

Conforme preconizado pelo Manual elaborado pelo Ministério da Saúde (Assistência Farmacêutica na Atenção Básica" – Instruções Técnicas para sua Organização" - 2ª edição – 2006), em seu item 5.4.1.3 Estocagem, deve-se manter distância entre os produtos, e entre produtos e paredes, piso, teto e empilhamentos, a fim de facilitar a circulação interna de ar. Não se deve encostar medicamentos junto às paredes, ao teto, ou em contato com o chão, por causa da umidade, vejamos:

> *"**5.4.1.3 Estocagem***
> *(...)*
> *c) Condições para a estocagem de medicamentos*

(...)

- *Deve-se manter distância entre os produtos, e entre produtos e paredes, piso, teto e empilhamentos, a fim de facilitar a circulação interna de ar. Manter uma distância mínima de 50 cm da parede, solo, teto, e entre os produtos e cada um desses itens, para evitar formação de zonas de calor. Não se deve encostar medicamentos junto às paredes, ao teto, ou em contato com o chão, por causa da umidade.*

(...)

- *Empilhamento*
    - *Observar o empilhamento máximo permitido para o produto (ver recomendações do fabricante); as pilhas devem obedecer às recomendações dos fabricantes, quanto ao limite de peso e resistência. Não ultrapassar cinco caixas e uma altura máxima de 2,5m, para evitar desabamentos e deformações por compressões. Devem ser mantidas a certa distância das paredes."*

Cumpre informar que, em visita realizada pela CGU, posteriormente, ao Almoxarifado Central da Saúde, em 24 de maio de 2017, verificou-se que não mais havia caixas de medicamentos armazenadas inadequadamente no local, e que fora providenciado outro termômetro para o local, sendo este um modelo digital.

Manifestação da Unidade Examinada

O Relatório Preliminar de Fiscalização foi encaminhado à Prefeitura de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, para apresentação de justificativas ou esclarecimentos por parte da Prefeitura.

Em resposta, a Prefeitura de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017, de 11 de setembro de 2017, apresentou a seguinte manifestação constante de expediente de 06 de setembro de 2017:

> *"No dia 22/05/17, haviam caixas de medicamento empilhados em cima de papelões em virtude de falta de espaço nas prateleiras. Porém em uma próxima visita do auditor, no dia 24/05/17, o mesmo verificou que o problema foi solucionado, como foi dito no relatório."*

Análise do Controle Interno

Apesar de a Prefeitura Municipal de Itaperuna ter dado tratamento ao armazenamento inadequado de caixas de medicamentos, após a visita realizada pela equipe de fiscalização, permanece a constatação, em razão de os argumentos apresentados não elidirem o fato observado, e que, logo em seguida a nossa primeira inspeção, a situação fora resolvida.

Conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, *"não se deve encostar medicamentos junto às paredes, ao teto, ou em contato com o chão, por causa da umidade"*.

Recomenda-se ainda "*observar o empilhamento máximo permitido para o produto (ver recomendações do fabricante); as pilhas devem obedecer às recomendações dos fabricantes, quanto ao limite de peso e resistência*". Essas recomendações visam a evitar desabamentos e deformações por compressões.

2.2.2. Falhas nos controles de estoque e de movimentação de medicamentos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ.

Fato

Com vistas a avaliar a fidedignidade dos registros de entrada e de saída de medicamentos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ, foram solicitados relatórios do Sistema de Controle de Estoque de Medicamentos da Prefeitura contendo relação dos medicamentos enviados pela Almoxarifado Central às Unidades de Saúde "Fiteiro", "Jardim Surubi" e "Farmácia Básica".

Solicitou-se ainda a disponibilização, em meio digital, dos comprovantes de recebimento dos medicamentos enviados pelo Almoxarifado Central da Saúde às Unidades de Saúde "Fiteiro" e "Jardim Surubi", no período de 01 de junho de 2016 a 24 de maio de 2017, com o devido atesto de recebimento pelas Unidades de Saúde citadas.

Em relação à Unidade "Farmácia Básica", obtivemos relatório extraído do Sistema de Controle de Estoque, em arquivo digital, contendo a movimentação de estoque de medicamentos da Unidade, referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 25 de maio de 2017.

Assim, com base em amostra elaborada pela equipe de fiscalização, foram cotejados os registros de saída de determinados medicamentos do Almoxarifado Central da Saúde para as Unidades de Saúde "Fiteiro", "Jardim Surubi" e "Farmácia Básica", com os respectivos pedidos internos de medicamentos com os atestos de recebimento das unidades citadas e com relatório extraído do Sistema de Controle de Estoque da "Farmácia Básica".

Como resultado, não foram identificados comprovantes de recebimento ou registros de entrada em sistema em relação às movimentações listadas a seguir:

Quadro I – Relação de Medicamentos Distribuídos pelo Almoxarifado Central

Medicamento	Qtd	Data	Requisição	Unidade Destino
Ácido Fólico 5 mg	180	15/12/2016	1224/16	PSF - Surubi
Paracetamol 500 mg	240	15/12/2016	1224/16	PSF - Surubi
Dexametasona 0,1% Creme Tópico Tubo 10G	120	15/12/2016	1224/16	PSF - Surubi
Captopril 25 mg	180	15/12/2016	1224/16	PSF - Surubi
Sulfametoxazol 40 mg + Trimetoprima 8mg/ml	36	15/12/2016	1224/16	PSF - Surubi
Sulfato Ferroso 40 mg	180	15/12/2016	1224/16	PSF - Surubi
Diclofenaco de Sódio 50 mg	600	15/12/2016	1224/16	PSF - Surubi
Neomicina + bacitracina 5 mg/250 UI Pomada	120	15/12/2016	1224/16	PSF - Surubi
Ácido Acetil Salicílico 100 mg (A.A.S)	300	15/12/2016	1224/16	PSF - Surubi
Dexclorfeniramina 2mg/5ml - Solução Oral	36	15/12/2016	1224/16	PSF - Surubi
Ranitidina 150 mg	240	15/12/2016	1224/16	PSF - Surubi
Azitromicina 500 mg	150	15/12/2016	1224/16	PSF - Surubi
Cloreto de Sódio Sol Nasal 0.9%	12	15/12/2016	1224/16	PSF - Surubi
Complexo B Gotas - Frasco 30 ml	26	15/12/2016	1224/16	PSF - Surubi
Insulina Regular Humana 100 UI/Ml	6	02/02/2017	152/2017	Farmácia Básica
Insulina Regular Humana 100 UI/Ml	20	09/03/2017	255/2017	Farmácia Básica
Insulina NPH Humana 100UI/ml	41	09/03/2017	255/2017	Farmácia Básica
Insulina Regular Humana 100 UI/Ml	20	04/04/2017	337/2017	Farmácia Básica
Insulina NPH Humana 100UI/ml	50	04/05/2017	480/2017	Farmácia Básica
Insulina Regular Humana 100 UI/Ml	20	04/05/2017	480/2017	Farmácia Básica
Insulina NPH Humana 100UI/ml	40	02/06/2016	191/16	Farmácia Básica
Insulina NPH Humana 100UI/ml	2	30/06/2016	253/16	Farmácia Básica
Insulina Regular Humana 100 UI/Ml	7	30/06/2016	253/16	Farmácia Básica
Amoxicilina 500 mg + Clavulanato de Potássio 125 mg	200	15/07/2016	388/16	Farmácia Básica
Amoxicilina 500 mg	3003	15/07/2016	388/16	Farmácia Básica
Amoxicilina 500 mg + Clavulanato de Potássio 125 mg	200	18/07/2016	398/16	Farmácia Básica
Fluoxetina 20mg*	1000	27/07/2016	479/16	Farmácia Básica
Insulina NPH Humana 100UI/ml	40	23/08/2016	629/16	Farmácia Básica
Insulina NPH Humana 100UI/ml	2	23/08/2016	656/16	Farmácia Básica
Fluoxetina 20mg	8910	03/10/2016	924/16	Farmácia Básica
Insulina Regular Humana 100 UI/Ml	20	03/10/2016	924/16	Farmácia Básica
Insulina NPH Humana 100UI/ml	40	07/10/2016	1013/16	Farmácia Básica
Insulina Regular Humana 100 UI/Ml	50	07/10/2016	1013/16	Farmácia Básica
Amoxicilina 500 mg + Clavulanato de Potássio 125 mg	2277	21/11/2016	1041/16	Farmácia Básica
Captopril 25 mg	80	21/11/2016	1051/16	Farmácia Básica
Insulina NPH Humana 100UI/ml	50	30/11/2016	1153/16	Farmácia Básica
Amoxicilina 500 mg + Clavulanato de Potássio 125 mg	80	12/12/2016	1177/2016	Farmácia Básica
Insulina NPH Humana 100UI/ml	5	14/12/2016	1289/16	Farmácia Básica
Insulina Regular Humana 100 UI/Ml	10	14/12/2016	1289/16	Farmácia Básica
Insulina NPH Humana 100UI/ml	40	20/12/2016	1259/16	Farmácia Básica
Insulina Regular Humana 100 UI/Ml	20	20/12/2016	1259/16	Farmácia Básica
Loratadina 10 mg	24	26/12/2016	1298/16	Farmácia Básica

* Sobre a Fluoxetina 20mg, consta a saída de 1000 Unidades do Almoxarifado Central para a Farmácia Básica, embora haja registro de entrada de 9.940 unidades na Farmácia Básica, na mesma data.

Fonte: Pedidos de medicamentos com atesto de recebimento e Relatórios extraídos do sistema de controle de estoque da Prefeitura de Itaperuna.

Cumpre registrar que, embora tenha havido divergências nos controles de entrada e de saída dos medicamentos citados acima, foram identificados registros ou recibos de recebimento de diversos outras movimentações de medicamentos do Almoxarifado Central às Unidades citadas.

Nesse mesmo sentido de verificar a fidedignidade dos controles de estoque de medicamentos existentes no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna, realizamos inspeção física no Almoxarifado Central da Saúde e nas Unidades de Saúde "Fiteiro", "Jardim Surubi" e Farmácia Básica, durante os dias 22, 24 e 25 de maio de 2017, quando cotejou-se o quantitativo de medicamentos registrados em sistema de informação ou ficha de prateleira com a quantidade existente de fato nas prateleiras, com base em amostra elaborada pela equipe de fiscalização composta por 64 itens.

Como resultado, foram identificadas as divergências constantes do quadro a seguir:

Quadro II – Inspeção Física realizada em 22, 24 e 25 de maio de 2017

Item	Medicamento	Conferência CGU	Sistema ou Ficha de Prateleira	Data	Unidade
1	Permetrina Loção 5% 50mg/g	48	50	22/05/2017	Almoxarifado Central
2	Metronidazol - Comprimido 250 mg	8.600	8.500	22/05/2017	Almoxarifado Central
3	Diazepan 10 mg	36.000	37.000	22/05/2017	Almoxarifado Central
4	Fluoxetina 20 mg	45.010	44.990	24/05/2017	Almoxarifado Central
5	Hidroclorotiazida 25 mg	39.420	40.000	24/05/2017	Almoxarifado Central
6	Amiodarona 200 mg	780	810	25/05/2017	Farmácia Básica
7	Insulina NPH 100UI/ml - 10 ml	23	45	25/05/2017	Farmácia Básica
8	Insulina Regular 10 ml	8	4	25/05/2017	Farmácia Básica
9	Ácido Fólico 5 mg	40	44	25/05/2017	Jardim Surubi
10	Azitromicina 500 mg	86	80	25/05/2017	Jardim Surubi

Fonte: Planilhas de levantamento de estoque decorrente de inspeção física realizada em 22, 24 e 25 de maio de 2017 nas Unidades de Saúde citadas e Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde.

Assim sendo, verificou-se que dez itens inspecionados apresentaram divergência entre o quantitativo registrado em sistema/ficha de prateleira e o quantitativo de fato existente nas prateleiras, em um total de 64 itens verificados na amostra.

Manifestação da Unidade Examinada

O Relatório Preliminar de Fiscalização foi encaminhado à Prefeitura de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, para apresentação de justificativas ou esclarecimentos por parte da Prefeitura.

Em resposta, a Prefeitura de Itaperuna/RJ, por meio do Ofício OF/GP/N.º 639/2017, de 11 de setembro de 2017, apresentou a seguinte manifestação constante de expediente de 06 de setembro de 2017:

"Os pedidos e recibos de cada unidade relacionada estão em total conformidade com as baixas dadas através do nosso sistema. E todos se encontram arquivados neste almoxarifado.

Quanto as divergências identificadas na inspeção física, os medicamentos Metronidazol 250mg e Fluoxetina 20mg, o quantitativo que excede com o do sistema se dá pelo fato de a distribuidora não fracionar a quantidade que é enviada de acordo com o pedido empenhado.

E os medicamentos Permetrina loção 5% 50mg, Diazepan lOmg e Hidroclorotiazida 25 mg onde o quantitativo foi menos que o apresentado pelo sistema, foi verificado um erro de digitação no controle de estoque que já foi corrigido."

Posteriormente, o Almoxarifado Central da Prefeitura de Itaperuna/RJ, encaminhou outras requisições de medicamentos, mediante e-mail de 05 de outubro de 2017, e manifestou-se nos seguintes termos:

"Foi encaminhado para este Almoxarifado, pela contabilidade no dia 26/09/17, como mostra o anexo I, um e-mail solicitando respostas para a CGU, não constando o prazo para responder o mesmo. Diante disso estamos enviando nesta data, o solicitado por esta CGU, tendo em vista o tempo que foi preciso para procura das requisições em nossos arquivos.

Justificando sobre a Fluoxetina 20mg da requisição 924/16, constatamos que foi um erro de digitação da requisição 479/16 (segue em anexo) que foi corrigido com a requisição 924/16.

Justificando sobre a Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg da requisição 1041/16, constatamos em razão da validade curta, foram distribuídas para outros setores desta secretaria com a finalidade de evitar a perda do medicamento.

As demais solicitações seguem em anexo.
Informo também que nas requisições de transferência pode haver divergência quanto aos número, pois ao realizarmos as transferências de estoque com saída do material, são gerados 3 números diferentes de requisições."

Análise do Controle Interno

No que diz respeito ao controle de movimentação de estoque de medicamentos, apesar de a Prefeitura ter informado que os pedidos e recibos de cada unidade relacionada estão em total conformidade com as baixas dadas no sistema e que todos se encontram arquivados no almoxarifado, os referidos comprovantes ou pedidos de medicamentos constantes do Quadro I desta constatação foram apresentados com inconsistências ou com informações incoerentes frente ao Sistema de Controle de Estoque da Prefeitura, o que faz com que a constatação seja mantida.

As Requisições de n.ºs 1224/16, 388/16, 1051/16, 1153/16 e 1298/16 não contêm o carimbo com a identificação do(a) signatário(a) da Unidade que recebera os medicamentos.

Em relação às Requisições de n.ºs 152/17, 255/17, 337/17, 191/16, 253/16, 398/16, 629/16, 1013/16, apesar de a Prefeitura ter apresentado a requisição assinada e carimbada pelo recebedor do medicamento movimentado, o respectivo registro de entrada do medicamento não consta do Relatório de Entrada de Medicamentos da Farmácia Básica, o que demonstra falha no procedimento de movimentação e controle de estoque da Secretaria Municipal de Saúde.

No que se refere às Requisições n.ºs 480/17, 1289/16 e 1259/16 não foi especificada a quantidade atendida de cada medicamento.

Por fim, a quantidade de Fluoxetina 20mg da Requisição n.º 479 diverge do quantitativo registrado no Relatório de Entrada de Medicamentos da Farmácia Básica, mesmo considerando a Requisição n.º 924/16, e, na Requisição 1177/16, a apresentação do medicamento constante da Requisição não corresponde à apresentação do medicamento registrado no sistema de saída do Almoxarifado Central.

Cumpre registrar que, embora tenha havido divergências nos controles de entrada e de saída dos medicamentos citados acima, foram identificados registros/recibos de recebimento de diversos outras movimentações de medicamentos do Almoxarifado Central às Unidades citadas.

Observou-se que a Secretaria Municipal de Saúde possui uma sistemática de controle de estoque de medicamentos implementada por meio de sistema de informação, no Almoxarifado Central da Saúde e na Unidade "Farmácia Básica", e por meio de ficha de prateleira, nas Unidades de Saúde "Fiteiro" e "Jardim Surubi". No entanto, essa sistemática de controle necessita de aprimoramentos, principalmente no que diz respeito ao controle das insulinas.

O sistema de controle de medicamentos deve informar, de maneira atualizada e com precisão, o estoque atual de medicamentos, bem como avisar, com a antecedência necessária, os medicamentos que estão com prazo de validade por vencer, com vistas a auxiliar a gestão de medicamentos da Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ.

3. Conclusão

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado.

Destacam-se as seguintes ocorrências identificadas:

- Existência de cláusulas restritivas no edital do Pregão Presencial n.º 040/2014 destinado à aquisição de medicamentos, resultando em Sobrepreço de R$ 2.927.675,16 na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015 e em Prejuízo de R$ 330.848,32 em processos de pagamento analisados;

- Sobrepreço de R$ 239.498,16 no Pregão Presencial n.º 040/2014, que resultou na Ata de Registro de Preços n.º 07/2015, em razão de preços registrados em valores superiores aos limites definidos pela Anvisa para venda de medicamentos à Administração Pública;
- Sobrepreço de R$ 131.285,96 no Pregão Presencial n.º 004/2016, que resultou na Ata de Registro de Preços n.º 12/2016, em razão de preços registrados em valores superiores aos limites definidos pela Anvisa para venda de medicamentos à Administração Pública; e Restrição à competitividade no Pregão Presencial n.º 004/2016, em razão da exigência de Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem (CBPDA); e
- Não recebimento de R$ 443.714,96 referentes à contrapartida estadual para o Componente Básico da Assistência Farmacêutica, no período de jan/2015 a abril/2017, bem como ausência de aplicação da contrapartida municipal para o Componente Básico da Assistência Farmacêutica, no valor de R$ 547.660,03, no período de jan/2015 a abril/2017.

No que tange ao Pregão n.º 040/2014, cabe esclarecer que os itens 33, 76, 108, 144, 147, 165 e 180 da *"Tabela I - Pregão n.º 040/2014 x Referência Anvisa"* constante do item 2.1.3 desta Ordem de Serviço (OS 201700480) também foram incluídos no cálculo do prejuízo apurado em razão da exigência restritiva relacionada à apresentação do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem (CBPDA) no Pregão n.º 040/2014 (item 2.1.2).

Nesse contexto, em relação aos itens 33, 144 e 165, observou-se que o sobrepreço identificado no cotejamento com os preços máximos definidos pela Anvisa (item 2.1.3) é maior do que o sobrepreço apurado em razão da exigência restritiva de apresentação do CBPDA (item 2.1.2). Portanto, o sobrepreço relacionado à constatação 2.1.2 seria de R$ 2.876.900,96 (=R$ 2.927.675,16 - R$ 1.744,20 - R$ 48.530,00 – R$ 500,00).

Todavia, no que se refere aos itens 76, 108, 147 e 180, o sobrepreço apurado é maior no item 2.1.2 do que no item 2.1.3. Logo, o sobrepreço relacionado à constatação 2.1.3 seria de R$ 173.167,16 (=R$ 239.498,16 – R$ 21.600,00 – R$ 231,00 – R$ 33.700,00 – R$ 10.800,00).

Assim sendo, no Pregão Presencial n.º 040/2014, considerando as constatações 2.1.2 e 2.1.3, identificou-se como sobrepreço total o montante de **R$ 3.050.068,12** (=R$ 2.876.900,96 + R$ 173.167,16) e superfaturamento total de **R$ 332.369,32** (=R$ 330.848,32 + R$ 3.855,30 - R$ 639,30 - R$ 1.695,00), consideração feita para evitar contabilização duplicada de valores.

Ordem de Serviço: 201701211
Município/UF: Itaperuna/RJ
Órgão: MINISTERIO DAS CIDADES
Instrumento de Transferência: Contrato de Repasse - 634240
Unidade Examinada: MUNICIPIO DE ITAPERUNA
Montante de Recursos Financeiros: R$ 9.193.288,59

1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 22 a 26 de maio de 2017 sobre a aplicação dos recursos no âmbito do Programa 0310 - Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, Ação: 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, do Ministério das Cidades.

A ação de fiscalização destinou-se a verificar a execução do Contrato de Repasse nº 0260107-69/2008 (SIAFI 634240), cujo objeto é infraestrutura de drenagem com construção de galerias pluviais, estação de bombeamento (elevatória) com comporta e reestruturação da pavimentação existente nas áreas de intervenção, no bairro Vinhosa, no Município de Itaperuna, no valor total, originalmente pactuado, de R$ 8.223.700,00, com utilização de recursos próprios do município de R$412.000,00 e repasse federal, via CAIXA, pelo Ministério das Cidades, de R$ 7.811.700,00. Após repactuações, o valor total foi de R$ 9.193.288,59, com contrapartida no valor de R$ 1.381.588,59, pela Prefeitura Municipal de Itaperuna.

O objetivo foi verificar a legalidade da contratação e da execução do objeto do repasse, além do estágio do andamento do objeto contratado na qualidade especificada.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

2.1.1. Formalização Legal do Convênio n.º 634240/2008, cujo objeto é a obra de drenagem pluvial e a pavimentação de paralelepípedos no Município de Itaperuna/RJ.

Fato

TERMO DE COMPROMISSO N. º 634240/2008-RJ

O Termo de Compromisso - TC foi firmado em 26 de setembro de 2008, com montante de R$ 8.223.700,00, com cronograma de desembolso de 12 meses.

A Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ, em 26 de setembro de 2008, comprometeu-se a elaborar, sob suas expensas, o Plano de Manejo de Águas Pluviais do referido município, no prazo de 1 ano, a contar a data da solicitação do repasse federal.

O projeto básico, memorial descritivo, especificação técnica, projeto de drenagem de águas pluviais, planilha orçamentária e respectiva memória de cálculo, cronograma físico-financeiro foram elaborados pela Prefeitura, conforme previsto para este tipo de transferência voluntária de recursos federais.

O referido termo de compromisso apresentou os seguintes aditivos:

Termo Aditivo ao TC - 1ª Prorrogação, de 14 de setembro de 2010, alterou a vigência contratual da data da assinatura até 26 de março de 2011.

Termo Aditivo ao TC - 2ª Prorrogação, de 26 de março de 2011, alterou a vigência contratual para 26 de março de 2012, justificada pelo município em razão do início das obras em dezembro de 2010 e pelo atraso no atendimento das pendências técnicas.

Termo Aditivo ao TC - 3ª Prorrogação, de 25 de março de 2012, alterou a vigência contratual para 26 de março de 2013, justificada pelo município em razão do atraso na liberação da prorrogação da licença ambiental pelo INEA-RJ.

Termo Aditivo ao TC - 4ª Prorrogação, de 18 de março de 2013, alterou a vigência contratual para 22 de setembro de 2013, justificada pelo município pela alteração do projeto básico, execução da planilha rerratificada e atraso na renovação da licença ambiental junto ao INEA.

Termo Aditivo ao TC - 5ª Prorrogação, de 25 de julho de 2013, alterou a vigência contratual para 17 de setembro de 2014, justificada pelo município em razão da desistência da contratada e necessidade de realizar nova licitação.

Termo Aditivo ao TC - 6ª Prorrogação, de 15 de julho de 2014, alterou o valor da contrapartida de R$ 412.000,00 para R$ 1.138.668,78, via aporte municipal de R$ 726.668,78.

Termo Aditivo ao TC - 7ª Prorrogação, de 15 de setembro de 2014, alterou a vigência contratual para 12 de setembro de 2015, justificada pelo município em razão da existência de rede da CEDAE e de telefonia no local da obra, que requer cautela.

Termo Aditivo ao TC - 8ª Prorrogação, de 29 dezembro de 2014, alterou o valor da contrapartida de R$ 412.000,00 para R$ 1.381.588,59, via aporte municipal de R$ 969.588,59.
Termo Aditivo ao TC - 9ª Prorrogação, de 12 de setembro de 2015, alterou a vigência contratual para 12 de setembro de 2016, justificada pelo município em razão de atraso no aporte financeiro por parte do Ministério 09/2015.
Termo Aditivo ao TC - 10ª Prorrogação, de 12 de setembro de 2016, alterou a vigência contratual para 30 de agosto de 2019, justificada pelo município em razão de atraso no aporte financeiro por parte do Ministério 07/2016.
O termo de compromisso e respectivos aditivos foram publicados no Diário Oficial da União – DOU n.º 243, Seção 3, de 06 de outubro de 2008; o 1º Aditivo publicado no DOU n.º 179, Seção 3, de 17 de setembro de 2010; o 2º Aditivo publicado no DOU n.º 60, Seção 3, de 29 de março de 2011; o 3º Aditivo publicado no DOU n.º 67, Seção 3, de 05 de abril de 2012; o 4º Aditivo publicado no DOU n.º 61, Seção 3, de 01 de abril de 2013; o 5º Aditivo publicado no DOU n.º 147, Seção 3, de 01 de agosto de 2013; o 7º Aditivo publicado no DOU n.º 186, Seção 3, de 26 de setembro de 2014; o 8º Aditivo publicado no DOU n.º 35, Seção 3, de 23 de fevereiro de 2015; o 9º Aditivo publicado no DOU n.º 188, Seção 3, de 01 de outubro de 2015 e o 10º Aditivo publicado no DOU n.º 221, Seção 3, de 18 de novembro 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO:

1. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2010

A licitação, na modalidade concorrência, tipo empreitada por preço unitário, com edital de 24 de maio de 2010, está acostada no processo administrativo n.º 2.650/2010.
A planilha orçamentária foi elaborada pela Prefeitura e os custos obtidos na base de dados da EMOP-RJ, com data de referência de março de 2009 e BDI de 16%.
O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial da União n.º 98, de 25 de maio de 2010, seção 3, pág.176.
Empresas que adquiriram o edital apresentadas no quadro 1:

Quadro 1: Empresas que adquiriram o edital.

CNPJ	Empresa
04.397.791/0001-96	JDCON Construções e Incorporações Ltda.
00.118.060/0001-03	IMBEG Engenharia Ltda.
31.333.792/0001-40	Rocha Costa Engenharia Ltda.
30.183.941/0001-79	Zadar Ltda.
68.555.291/0001-18	Engesan Engenharia e Saneamento S/C Ltda.
01.992.029/0001-60	R. C. Vieira Engenharia Ltda.

06.253.120/0001-87	MAM Paula & Cia Ltda. CNPJ:
30.399.307/0001-78	Construtora Avenida Ltda.
Fonte: elaborado a partir de informações extraídas do processo de **formalização** do termo de compromisso, pagamentos e documentos afins.	

A licitação foi suspensa *sine die*, em 16 de junho de 2010, a pedido do Prefeito, motivada pela necessidade de realização de alterações de projeto e publicada no Diário Oficial da União n.º 115, de 18 de junho de 2010, seção 3, pág.264.

A retomada da licitação foi autorizada em 16 de julho de 2010, pelo Prefeito, tendo em vista o atendimento às alterações do projeto relacionadas ao Trabalho Técnico Social e publicada no Diário Oficial da União n.º 160, de 20 de agosto de 2010, seção 3, pág.161.

O aviso de retomada da licitação também foi publicado na Folha de Itaperuna n.º 420, folha 313, em 20 de agosto de 2010.

Empresas que adquiriram o edital apresentadas no quadro 2:

Quadro 2: Empresas que adquiriram o edital.	
CNPJ	**Empresa**
04.397.791/0001-96	JDCON Construções e Incorporações Ltda.
31.333.792/0001-40	Rocha Costa Engenharia Ltda.
01.992.029/0001-60	R. C. Vieira Engenharia Ltda.
21.667.142/0001-87	Mecanorte Ltda.
Fonte: elaborado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, pagamentos e documentos afins.	

A Rocha Costa Engenharia Ltda. realizou visita técnica ao local previsto para a obra, em 08 de setembro de 2010.

A Ata da Sessão Pública, realizada em 22 de setembro de 2010, registrou a presença da empresa Rocha Costa Engenharia Ltda. e respectivos documentos de habilitação e proposta:

Valor da proposta: R$ 9.984.995,22, BDI = 19%; desconto linear = 3%, que contemplou:

- Drenagem: R$ 7.817.449,22
- Esgotamento sanitário: R$ 2.077.546,00 (refere-se ao contrato de repasse 260108-73/2008. Não integrou o escopo da fiscalização).

O Termo de Adjudicação e Homologação, de 19 de outubro de 2010, atribuiu à Rocha Costa Engenharia Ltda. o objeto licitado.

2. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2013

Em razão da rescisão da contratação oriunda da Concorrência nº01/2010, foi realizada nova licitação do remanescente do objeto, na modalidade concorrência, com edital em 10 de

outubro de 2013, regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço, está acostada no processo administrativo nº 18.233/2013.

A planilha orçamentária, de 25 de agosto de 2013, foi elaborada pela Prefeitura, com valores dos itens atualizados, na data de referência de fevereiro de 2013, a partir da base de dados do EMOP, exceto para os itens 1.1, 3.1 e 3.12, que permaneceram com os valores orçados originalmente com data base de fevereiro de 2009, justificada pela exclusão destes itens no banco de custos EMOP com data de referência de 2013, conforme Ofício/ENG n.º 01/2013, de 02 de setembro de 2013, acrescida de BDI de 16% e montante de R$ 7.771.672,37, via processo administrativo nº 15.561/2013.

O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial da União n.º 242, seção 3, pág.297 e na Folha de Itaperuna n.º 601, em 13 de dezembro de 2013.

Empresas que adquiriram o edital:

Empresas que adquiriram o edital apresentadas no quadro 3:

Quadro 3: Empresas que adquiriram o edital.	
CNPJ	**Empresa**
02.607.346/0001-88	Servicon Prestação de Serviços Ltda.
39.238.308/0001-05	Conan Construções e montagens Ltda.
05.262.245/0001-00	Katana Construtora Ltda.
11.070.734/0001-86	Construtora Márcio Costa Ltda.
30.399.307/0001-78	Construtora Avenida Ltda.
17.158.858/0001-81	Pantheón Engenharia Ltda.
Fonte: elaborado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, pagamentos e documentos afins.	

A Servicon Prestação de Serviços Ltda. e Pantheón Engenharia Ltda. realizaram visita técnica ao local da obra, em 13 de janeiro de 2014.

A Ata da Sessão Pública, realizada em 17 de janeiro de 2014, registrou a presença, com respectivos documentos de habilitação e propostas, das empresas Servicon Prestação de Serviços Ltda., Construtora Avenida Ltda. e Pantheón Engenharia Ltda. e remarcou a sessão para 27 de janeiro de 2014, motivada pela necessidade de haver tempo hábil para análise dos documentos.

A Ata da Sessão Pública, de 27 de janeiro de 2014 registrou a presença das empresas acima informadas e declarou vencedora a empresa Servicon Prestação de Serviços Ltda., nos seguintes termos:

Valor da proposta: R$ 10.052.794,18; que contemplou:

- Drenagem de águas pluviais: R$ 7.874.616,91, BDI = 16%,

- Esgotamento sanitário: R$ 2.178.177,27 e BDI = 19,00%, (refere-se ao contrato de repasse 260108-73/2008. Não integrou o escopo da fiscalização).

O Termo de Adjudicação e Homologação, de 20 de fevereiro de 2014, atribuiu à Servicon Prestação de Serviços Ltda. o objeto licitado, pelo Prefeito.

CONTRATOS:

1. CONTRATO N.º 052/2010

A contratação, decorrente da Concorrência nº 01/2010, formalizou-se pelo Contrato nº 052/2010, em 18 de novembro de 2010, com a Rocha Costa Engenharia Ltda., nos seguintes termos:

- Objeto:
  - Esgotamento Sanitário – infraestrutura de esgoto sanitário e construção de estação de tratamento de esgoto – ETE. Referiu-se ao contrato de repasse 260108-73/2008. Não integrou o escopo da fiscalização.
  - Infraestrutura de Drenagem – construção de galerias pluviais e estação de bombeamento (elevatória) com comporta.
- Prazo de execução: 12 meses.
- Valor contratado: R$ 9.984.995,22.

O extrato do contrato foi publicado na Folha de Itaperuna, seção Atos do Poder Executivo da Prefeitura de Itaperuna, Folha de Itaperuna n.º não identificado, em 19 de novembro de 2010. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 052/2010, em 14 de junho de 2012, prorrogou o prazo de vigência por 357 dias, a contar de 09 de dezembro de 2011, expirando em 31 de outubro de 2012. A prorrogação intempestiva foi relatada em constatação específica deste relatório.

1.1 RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 052/2010

A Construtora Rocha Costa Ltda., em 21 de março de 2013, solicitou a rescisão contratual em dois expedientes acostados no processo administrativo nº 4.860/2013 e informou que a obra estava em andamento, que foram cumpridas as obrigações da contratada e da omissão da Administração anterior sobre a regularização do contrato, de modo que acarretou período sem amparo contratual e as dificuldades encontradas em contratação de mão de obra especializada e locação/aquisição de equipamentos. Assim, solicitou a rescisão, amparada na cláusula 11ª, em especial na 11.3, e que as sanções não fossem aplicadas.

A rescisão foi formalizada em 04 de novembro de 2013 e o extrato foi publicado na seção Atos do Poder Executivo da Prefeitura de Itaperuna, Folha de Itaperuna n.º 596, em 08 de novembro de 2013.

2. CONTRATO N.º 06/2014 - SERVICON PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

A contratação, decorrente da concorrência nº 02/2013, formalizou-se pelo Contrato n.º 006/2014, firmado em 21 de fevereiro de 2014, nos seguintes termos:

- Objeto e valor:
  - Infraestrutura de Drenagem – R$ 7.874.616,91.
  - Esgotamento Sanitário – R$ 2.178.177,27. Refere-se ao contrato de repasse 260108-73/2008. Não integrou o escopo da fiscalização.
- Prazo de execução: 12 meses, a contar dia seguinte do recebimento, pela contratada, da autorização de início da execução dos serviços.
- Valor contratado: R$ 10.052.794,18.
- BDI = 16%.

O extrato do contrato foi publicado na Folha de Itaperuna, seção Atos do Poder Executivo da Prefeitura de Itaperuna, Folha de Itaperuna n.º 07, em 21 de fevereiro de 2014.

O Segundo Termo Aditivo nº 06/2014, datado de 30 de fevereiro de 2015, prorrogou o prazo de contratação por 12 meses. Infere-se erro formal na data. Pois não existe dia 30 de fevereiro. Não foi localizada rescisão contratual ou documento que formalizou interrupção na execução dos serviços.

Destaca-se que o contrato de repasse contemplou um Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS, que representou 3% do montante contratado. Contudo a referida ação não integrou o escopo da fiscalização da obra avaliada.

2.1.2. Inspeção Física do Convênio n.º 634240/2008, realizada em 24 e 25 de maio de 2017.

Fato

A seguir, são apresentadas as informações referentes à inspeção física realizada pela equipe da CGU, em 24 e 25 de maio de 2017:

LOCALIZAÇÃO

As obras foram realizadas, parcialmente, nas ruas descritas no plano de trabalho, na Vinhosa: Buarque de Nazareth, 10 de Maio, Prolândio Nogueira, Rua Sátiro Garibalde, Galdino Lessa; Francisco Salles Figueira, Lenira Tinoco Cavalheiros, 21 de Abril, Coronel Luiz Ferraz e Rui Barbosa.

Acerca da adequabilidade, face à facilidade de acesso e à proximidade com a comunidade do público alvo do projeto, é satisfatória, pois a obra localiza-se no centro da cidade e em região com grande tráfego de veículos e pessoas; inclusive, destinados para os estabelecimentos hospitalares ali localizados.

TITULARIDADE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

Foram apresentados os seguintes documentos:

- Declaração, expedida, pela Prefeitura de Itaperuna, em 26 de agosto de 2008, que informa que a área da Praça Marílio Braga, localizada no entroncamento das ruas Bartolomeu Manhães de Souza com a Travessa Gessy Boechat é de uso comum do povo.
- Declaração, expedida, pela Prefeitura de Itaperuna, em 14 de julho 2009, que informa que a área a ser utilizada para a linha de recalque da drenagem não possui documentação comprobatória, com registro em cartório, pois seria, onde já existe uma galeria de águas pluviais.

CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO

Durante a inspeção física, observou-se que a obra está paralisada, não concluída e disponível à população nos trechos que foram executados, conforme detalhado neste relatório.

Com relação ao atendimento à finalidade prevista da obra, que é efetuar a drenagem das águas das chuvas na região, não é satisfatório. Pois como a obra não foi concluída, o circuito de drenagem não está completo e em plena função.

FISCALIZAÇÃO

1. CONTRATO N.º 052/2010

Os representantes da Administração CPF: ***.013.887-**, CPF: ***.101.807-** e CPF: **.613.797-** foram designados para fiscalizar a obra, por meio do Ofício OF/SMP/nº259/2010, de 19 de outubro de 2010, da Secretaria Municipal de Planejamento.

O representante da Administração CPF: ***.013.887-** foi designado para fiscalizar a obra por meio da Ordem de Execução dos Serviços SMP/ODS 009/2010, de 08 de dezembro de 2010.

2. CONTRATO N.º 06/2014

A engenheira civil ***.856.157-** foi designada pela Ordem de Serviço, da Secretaria Municipal de Obras, de 31 de março de 2014.

O OF/SMO/nº210/2014, de 14 de julho de 2014, substituiu a engenheira supracitada para fiscalizar as obras e designou o engenheiro ***.865.727-**.

INSTRUMENTOS DE REGISTRO DE ATIVIDADES TÉCNICAS

Considerando os dois períodos de execução, 03 de março de 2011 a 28 de novembro de 2012 (Rocha Costa Engenharia Ltda.) e 31 de março de 2014 a 14 a abril de 2015 (Servicon Prestação de Serviços Ltda.), foram disponibilizados os seguintes registros formalizados de atividades técnicas referentes à obra:

Tabela 1: Registros de ART e períodos de vigência.			
ART		**Período de Vigência**	
Projeto básico arquitetônico, fiscalização e orçamento (esgotamento sanitário e drenagem)	IN00573389	11/05/2011	indeterminado
Projeto Básico pavimentação	AO51892	01/06/2007	30 dias
Projeto (esgotamento sanitário e drenagem)	AO6421	01/06/2007	07 dias
	AO22401 (vinculada a AO6420)	01/06/2007	07 dias
	IN00513716	03/03/2011	12 meses
Execução (esgotamento sanitário e drenagem)	IN00513716	03/03/2011	12 meses
	IN01201566	25/03/2014	12 meses
Fiscalização (esgotamento sanitário e drenagem)	IN01212633	07/04/2014	12 meses
Fiscalização (esgotamento sanitário e drenagem)	OL00027614	14/07/2014	12 meses
Fonte: elaborado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso e documentos afins.			

LICENÇAS AMBIENTAIS

- Licença de Instalação – LI nº 014163, expedida pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA, em 12 de maio de 2008, com validade até 12 de maio de 2011. Publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro n 113, parte V, em 24 de junho de 2008.
- Licença de Instalação – LI nº 018167, expedida pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA, em 10 de novembro de 2011, com validade até 10 de novembro de 2014.
- Licença de Instalação – LI nº IN029493, expedida pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente - INEA, em 17 de janeiro de 2015, com validade indeterminada desde que respeitadas as condições nela estabelecidas e nos documentos e informações constantes no processo E-07/202868/2017 e anexos.

BOTA FORA

Com relação ao bota fora relacionado à execução realizada pela empresa Rocha Costa Ltda., o fato foi relatado em constatação específica.

A Servicon Serviços de Engenharia Ltda., por meio da Autorização SEMMA nº 001/2014, expedida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, autorizou à referida empresa a depositar os sedimentos no vazadouro de resíduos sólidos municipal, localizado na RJ 210, km 05, na localidade de Jabuticaba, distante 7,5km do local da obra.

Adicionalmente, após a notificação do teor do relatório preliminar da CGU, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 12 de setembro de 2017, por meio do documento Anexo 4, do documento "Resposta ao Relatório Preliminar CGU", título declaração Nº 011/201, emitida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em 04 de setembro de 2017, que informa a localização de todos os bota fora que recebem resíduos da cidade, conforme descrição:

> *"Declaro para os devidos fins que os resíduos sólidos urbanos oriundos da coleta são depositados na lixeira municipal situada na estrada RJ 201, Km 7 – Jabuticaba, zona rural, Itaperuna/RJ, nas coordenadas UTM 203576,42 m E / 7656909.87 m S, fuso 24k – Datum WGS84."*

ANÁLISE DE CUSTOS REALIZADA PELA CAIXA

Concorrência nº 01/2010:

Realização informada no Laudo de Análise Técnica de Engenharia – UGU/CAIXA LD n.º 33/2009, de 22 de maio de 2009, que comprovou análise conforme custos EMOP, referência março de 2009.

A Verificação de Resultado do Processo Licitatório – VRPL/CAIXA n.º 83/2010, de 30 de dezembro de 2010, aprovou os custos apresentados no processo licitatório, porém registrou como pendência, afeta à custo, a apresentação de dois orçamentos de preços de mercado do item 3.22 - Montagem de Comporta, que não foi executado.

Concorrência nº 02/2013:

A Verificação de Resultado do Processo Licitatório – VRPL/CAIXA n.º 010/2014, de 08 de maio de 2014, aprovou os custos apresentados no processo licitatório, porém registrou com pendência de custo para o item 4.2 a ser revisto ou justificado.

ORDEM DE INÍCIO DAS OBRAS

1. **CONTRATO N.º 052/2010**

Ordem de Execução dos Serviços SMP/ODS 009/2010, expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento, da Prefeitura Municipal de Itaperuna, em 08 de dezembro de 2010.

2. **CONTRATO N.º 006/2014**

Ordem de Serviço, expedida pela Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Itaperuna, em 31 de março de 2014.

INSPEÇÃO FÍSICA - REGISTRO FOTOGRÁFICO

A inspeção realizada pela equipe da CGU, em 24 e 25 de maio de 2017, constatou que a obra está paralisada. A empresa Servicon Prestação de Serviços Ltda. interrompeu a execução e desocupou o local destinado ao canteiro de obras (no estacionamento da Secretaria Municipal de Saúde). Os processos disponibilizados não relatam sobre a interrupção e/ou encerramento da execução dos serviços, conforme tratado em constatação específica deste relatório.

Foram identificadas falhas ligadas à execução e à qualidade da obra abordadas em constatações específicas deste relatório.

Foto 01 – Placa da Obra – Rua 10 de Maio com Rua Rui Barbosa, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 02 – Canteiro de obras e barracão abandonados, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 03 – elementos abandonados no canteiro, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 04 – tubos de concreto abandonados em deterioração no canteiro, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 05 – tubos de concreto abandonados no canteiro, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 06 – galeria técnica abandonada no canteiro, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 07 – deságue no Rio Muriaé e Rua Buarque de Nazareth, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 08 – PV 56 – no deságue no Rio Muriaé – Rua Buarque de Nazareth com Av. Senador Francisco Tinoco, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

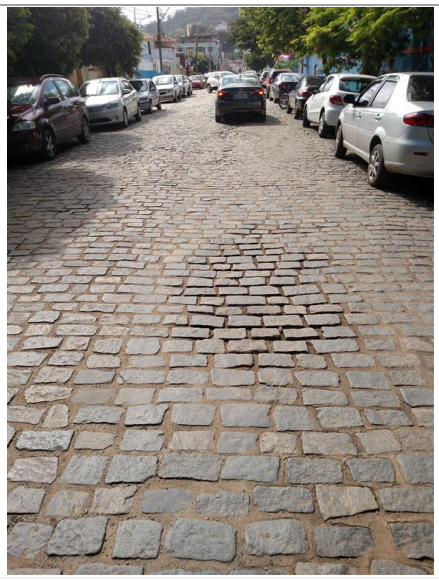


Foto 09 –Encontro da pavimentação em paralelos com o asfalto na rua Buarque de Nazareth, trecho entre beira Rio Av. Cardoso, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.	Foto 10 – Rua Buarque de Nazareth, trecho entre beira rio e av. Cardoso, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.
Foto 11 – Rua 10 de maio, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.	Foto 12 – Execução parcial do PV43 ao PV44 na Rua Prolândio Nogueira, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017

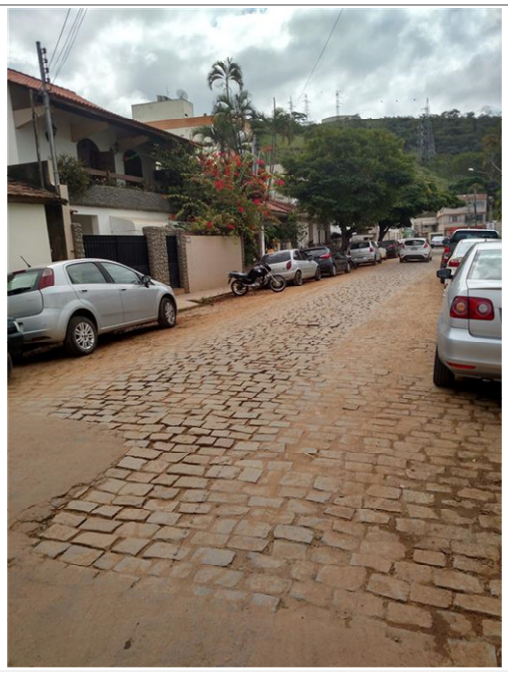
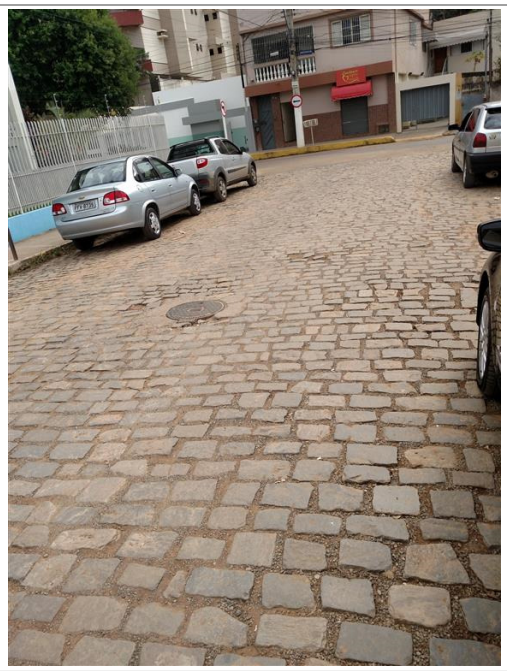

	

Foto 13 – Rua Sátiro Garibalde, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.	Foto 14 – PV 15 - Rua Sátiro Garibalde, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

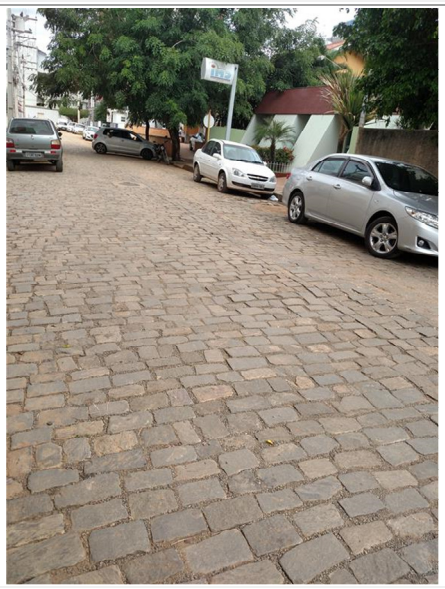


Foto 15 – Rua Galdino Lessa, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 16 – Rua Francisco Salles Figueira, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 17 – • PV 25, Rua Francisco Salles Figueira – trecho entre rua Cel. Luiz Ferraz e Rui Barbosa, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 18 – Bocas de lobo: simples e dupla - Rua Lenira Tinoco Calheiro com Rua Júlio César, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 19 – Rua Lenira Tinoco Calheiros, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

BOLETINS DE MEDIÇÃO

1) ROCHA COSTA ENGENHARIA LTDA.

Foram realizadas 7 (sete) medições e um levantamento da execução acumulada de R$ 1.109.022,55, incluído o BDI, que correspondeu a 13,76%, do valor originalmente contratado, com a discriminação da execução realizada até 28 de novembro de 2012 dos seguintes grupos de serviços, excluído o BDI:

- Projetos: 90,89% - R$ 110.433,53.
- Serviços preliminares: 86,18% - R$ 9.025,12.
- Rede de Drenagem: 12,73% - R$ 963.526,54.
- Pavimentos: R$ 6,83% - R$ 24.304,56.
- Serviços Complementares: 22,81% - R$ 1.732,80.

1) SERVICON PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

Foram realizadas 8 (oito) medições de execução acumulada de R$ 3.014.899,62, incluído o BDI, equivalente a 38,29%, do valor originalmente contratado, com a discriminação da execução realizada até 13 de abril de 2015, dos seguintes grupos de serviços, excluído o BDI:

- Projetos: 79,20% - R$ 8.614,61.
- Serviços preliminares: 100% - R$ 1.754,90.
- Rede de Drenagem: 38,26% - R$ 2.834.803,28.
- Pavimentos: R$ 36,32% - R$ 161.885,64.
- Serviços Complementares: 100% - R$ 7.855,50.

PAGAMENTOS

Conta vinculada na Caixa Econômica Federal: agência: 0182, contas: 006.647052-1, 013-1496-0, 006.647053-0 e 013.011705-9.

O site da CAIXA, em 28 de junho de 2017, referente ao acompanhamento das obras disponibilizou as seguintes operações de repasse realizadas:

Tabela 2: Valores repassados pela CAIXA.					
Parcela	**Status**	**Data de Inclusão**	**Número da OB**	**Data da OB**	**Valor Solicitado/Recebido (R$)**
1	Realizada	06/11/2009	0808527	09/11/2010	1.562.340,00
2	Realizada	06/11/2009	0807158	09/10/2014	321.060,87
3	Realizada	06/11/2009	0802256	29/01/2014	754.610,22
4	Realizada	25/02/2015	0810501	29/12/2015	791.325,21
5	Realizada	25/02/2015	0812880	30/12/2015	46.870,20
6	Selecionada	25/02/2015	-----	----	4.335.493,50
Total					3.476.206,50
Fonte: Consulta Site CAIXA – Acompanhamento de Obras, em 10 de julho de 2017.					

A análise dos processos administrativos de pagamentos referentes ao Contrato comprovou que foram realizadas 7 (sete) medições, pela empresa Rocha Costa Ltda., e 8 (oito) medições, pela empresa Servicon Ltda.

A Tabela 3 apresenta os valores dos pagamentos informados obtidos por meio da análise processual:

Tabela 3: Notas fiscais dos pagamentos realizados às empresas contratadas (Rocha Costa e Servicon).				
Medição	**Nota Fiscal Nº**	**Empresa**	**Data de emissão da NF**	**Valor Total da NF (R$)**
1ª	13	Rocha Costa	03/05/2011 (eletrônica)	54.170,15
1ª	799		23/05/2011 (manual)	54.170,15
2ª	19		04/05/2012	221.536,27
3ª	21		28/05/2012	121.004,37
4ª	29		22/06/2012	217.185,92
5ª	39		27/07/2012	262.348,77
6ª	50		10/10/2012	144.584,74
7ª	57		11/12/2012	54.291,65
1 e 2ª	54	Servicon	10/07/2014	342.868,74
3ª	60		11/08/2014	563.961,78
4ª	65		29/10/2014	113.491,71
5ª	70		26/11/2014	681.246,53
6ª	76		25/02/2017	403.022,82
7ª	06		13/04/2015	395.030,86 + 99.643,63
8ª	27-E		13/01/2016	494.674,49
Total				4.169.062,43
Fonte: elaborado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, pagamentos e documentos afins.				

SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA ROCHA COSTA ENGENHARIA

Em 16 de junho de 2017, verificou-se que a empresa Rocha Costa Engenharia está cumprindo sanção de suspensão de participar de licitações até 08 de dezembro de 2018, conforme detalhamento a seguir:

Sanção	Início Sanção	Final Sanção	Órgão Sancionador	Origem Informação	Data Informação	Situação da Penalidade

Suspensão - Lei de Licitações	09/12/2016	08/12/2018	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ)	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ)	01/12/2016	Ativa
Quadro 04: Extraído do Sistema Marcos CGU – Fonte: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, em 16 de junho de 2017.						

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Itens não justificados que totalizaram superfaturamento de R$ 767.839,76 na execução do Convênio n.º 634240/2008.

Fato

Em análise à execução do contrato, foi identificado superfaturamento, conforme os itens a seguir detalhados, cujo emprego não foi comprovado e/ou justificado, com análise realizada a partir dos boletins de medição da Rocha Costa Engenharia Ltda. (sete) e da Servicon Prestação de Serviços Ltda. (oito), calculados a partir das bases de preços EMOP, data de referência de março de 2009 e fevereiro de 2013, respectivamente, da análise documental e da inspeção física:

SUPERFATURAMENTO:

1. **CONTRATO N.º 052/2010 - ROCHA COSTA ENGENHARIA LTDA.:**

a) **Item 3.1 – Locação de equipe de topografia, p/serv. avulsos de locação (implantação) de obras, totalizando superfaturamento de R$ 129.861,13.**

A fim de estimar a evolução dos serviços executado, o assentamento de paralelos é um serviço que caracteriza a conclusão da obra em cada trecho e este possui execução acumulada de 6,89%.

A evolução geral da obra, indica execução total acumulada de 13,77%.

Porém, o serviço de locação de topografia foi medido com execução acumulada de 87,65%.

Considerando que a locação de topografia é serviço prévio à execução da etapa de drenagem, a glosa foi calculada considerando o percentual de execução geral da obra de 13,77%., a partir da diferença entre o serviço medido do item 3.1 e o equivalente a 13,77% de execução.

Quadro 1 - Item 3.1 – EMOP 01.016.1100.			
Item 3.1 - Item medido acumulado.			
Descrição	**Quantidade medida acumulada(%)**	**Preço unitário (R$)**	**Total faturado (BDI=16%) (R$)**
Locação de equipe de topografia, p/serv. avulsos de locação (implantação) de obras.	(503,09h) 87,65%	264,00	154.066,28 (1)
Item 3.1 - Execução estimada de 13,77%.			
Descrição	**Quantidade estimada de execução (%)**	**Preço unitário (R$)**	**Total (BDI=16%) (R$)**
Locação de equipe de topografia, p/serv. avulsos de locação (implantação) de obras.	79,04h 13,77%	264,00	24.205,15 (2)
Valor superfaturado = (1) - (2)			**129.861,13**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, boletins de medição, planilha contratada e documentos afins.			

b) **Item 3.12 – Esgotamento de vala com bomba, p/m3 escavação em material de 1 categoria. Abaixo do nível d'água. 24 horas por dia, totalizando superfaturamento de R$ 38.242,74.**

O item 3.12 não é pertinente às características da camada do solo submetida à obra na região. Então, ele foi glosado.

Quadro 2- Item 3.12 – EMOP: 05.010.015-0 - execução não justificada.			
Descrição	**Quantidade Medida Acumulada (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total faturado (BDI=16 %) (R$)**
Esgotamento de vala com bomba, p/m3 escavação em material de 1 categoria. Abaixo do nível d'água 24 horas por dia.	(1.214,50m^3) 17,11%	31,54	**38.242,74**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, boletins de medição, planilha contratada e documentos afins.			

c) **Item 3.39 – Ligação predial de esgoto sanitário, segundo instruções da CEDAE, inclusive caixa de inspeção com tampão de ferro fundido leve, em logradouro sem pavimentação, dotado de coletor único. Este custo inclui escavação e reaterro, totalizando superfaturamento de R$ 29.776,38.**

O item 3.39 integra o rol de serviços contratados das obras de drenagem pluvial e de esgotamento sanitário, contratadas pelo mesmo contrato e realizadas no mesmo local.

Acrescenta-se que tal serviço é pertinente à obra de esgotamento sanitário.

A Solicitação de Fiscalização nº 201701211/10, de 27 de julho de 2017, solicitou justificativas para a referida duplicidades. Em 28 de julho de 2017, o Município informou, por e-mail, que:

> *"Em contato com engenheiro fiscal que elaborou a planilha à época (contrato de 2010), este justificou a existência do item "Ligação predial de esgoto sanitário [...] nas duas planilhas devido aos seguintes fatos:*
>
> *"Quando há a escavação da via para instalação da drenagem pluvial, e nesta via já há ramal para coleta de esgoto, se faz necessária a interrupção das ligações de esgoto residenciais/prediais já existentes para passagem dos tubos de drenagem, sendo necessária, após a conclusão do serviço de drenagem, a religação dos tubos de esgoto ao coletor de esgotos principal.*
>
> *De forma análoga, quando há a escavação da via para instalação da drenagem pluvial e coleta de esgoto, também se faz necessária a ligação dos tubos de esgoto residenciais/prediais ao coletor de esgotos principal.*
>
> *Considerando que as intervenções de drenagem e esgotamento não são necessariamente nas mesmas vias, ou seja, há trechos de ruas para execução apenas de drenagem (esgoto já existente) e outros trechos para execução de drenagem e esgoto, foi inserido o item 3.39 nas duas planilhas.*
>
> *Este foi o relato do orçamentista."*

Destaca-se que as obras de esgotamento sanitário e drenagem pluvial, embora com recursos oriundos de repasses diferentes, foram objeto das mesmas licitações e contratações para execução nas mesmas ruas. Ou seja, a empresa contratada foi responsável pela execução das duas obras. Assim, uma vez que a área foi submetida a intervenção, as duas obras, de drenagem pluvial e de esgotamento sanitário, deveriam ser executadas, para posterior recomposição da pavimentação existente.

Então, as ligações prediais de esgoto foram impactadas pela obra somente uma vez, no momento da execução da intervenção, conforme contratação e lógica de eficiência de execução e logística, considerando também a região ser de grande fluxo de pessoas e tráfego.

Quadro 4 - Item 3.39 - EMOP 15.065.015-0 - Execução não justificada.			
Descrição	**Quantidade medida acumulada(%)**	**Preço unitário (R$)**	**Total faturado (BDI=16%) (R$)**

Ligação predial de esgoto sanitário, segundo instruções da CEDAE, inclusive caixa de inspeção com tampão de ferro fundido leve, em logradouro sem pavimentação, dotado de coletor único. Este custo inclui escavação e reaterro.	19,46 un 12,80%	1.319,08	**29.776,38**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, boletins de medição, planilha contratada e documentos afins.			

Obs.: Destaca-se que a unidade fracionada para execução do item apresentado no quadro acima não é viável, porém para o cálculo da glosa foi mantida quantidade fracionada informada no boletim de medição acumulado.

Assim, o valor apurado, referente à execução da empresa Rocha Costa Engenharia Ltda., de superfaturamento por inexecução foi de **R$ 197.880,25,** que representou **18,39%** do total executado de R$ 1.075.751,86 pela referida contratada.

2. CONTRATO N.º 006/2014 - SERVICON PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.:

Cabe informar que os preços constantes nas planilhas contratadas e nos boletins de medição não reproduzem o custo contratado (EMOP-RJ) com a aplicação do BDI de 16%. Assim, os cálculos dos preços foram efetuados adotando-se tais custos e o BDI de 16%.

a) **Item 3.1 – Locação de equipe de topografia, p/serv. avulsos de locação (implantação) de obras, totalizando superfaturamento de R$ 4.474,73.**

A fim de estimar a evolução dos serviços executado, o assentamento de paralelos é um serviço que caracteriza a conclusão da obra em cada trecho e este possui execução acumulada de 36,32%.

A evolução geral da obra, indica execução total acumulada de 38,29%.

Porém, o serviço de locação de topografia foi medido com execução acumulada de 59,26%.

Considerando que a locação de topografia é serviço prévio à execução da etapa de drenagem, a glosa foi calculada considerando o percentual de execução geral da obra de 38,29%., a partir da diferença entre o serviço medido do item 3.1 e o equivalente a 38,29% de execução.

Quadro 5 - Item 3.1 – EMOP 01.016.1100.			
Item 3.1 - Item medido acumulado.			
Descrição	**Quantidade medida acumulada (%)**	**Preço unitário (R$)**	**Total faturado (BDI=16%) (R$)**
Locação de equipe de topografia, p/serv. avulsos de locação (implantação) de obras.	(42,02h) 59,26%	259,44	12.646,01 (1)
Item 3.1 - Execução estimada de 38,39%.			

Descrição	Quantidade estimada de execução (%)	Preço unitário (R$)	Total (BDI=16%) (R$)
Locação de equipe de topografia, p/serv. avulsos de locação (implantação) de obras.	(27,15h) 38,29%	259,44	8.171,29 (2)
Valor superfaturado = (1) - (2)			**4.474,73**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, boletins de medição, planilha contratada e documentos afins.			

b) **Item 3.12 – Esgotamento de vala com bomba, p/m^3 escavação em material de 1 categoria. Abaixo do nível d'água. 24 horas por dia, totalizando superfaturamento de R$ 67.906,48.**

Este item não é pertinente às características da camada do solo afetada pela obra região. Então, ele foi glosado.

Quadro 6 - Item 3.12 - Execução não justificada – EMOP: 05.010.015-0.			
Descrição	**Quantida de medida acumulad a (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total faturado (BDI=16 %) (R$)**
Esgotamento de vala com bomba, p/m3 escavação em material de 1 categoria. Abaixo do nível d'água 24 horas por dia.	(2.153m^3) 36,60%	31,54	**67.906,48**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, boletins de medição, planilha contratada e documentos afins.			

c) **Item 3.17 – Reaterro de vala/cava com material de boa qualidade, utilizando vibro compactador portátil, exclusive material; Item 3.18 -Areia, inclusive transporte para a região metropolitana do Rio de Janeiro; Item 3.42 – Saibro, inclusive transporte e fornecimento e Item 3.43 – Pedra-de-mão, inclusive transporte para a região metropolitana do Rio de Janeiro, totalizando superfaturamento de R$ 466.521,94.**

Os serviços acima descritos, itens 3.17, 3.18, 3.42 e 3.43, medidos estão incluídos na composição dos seguintes itens executados:

Quadro 7 - Itens executados.		
Item	**EMOP**	**Descrição**
3.14	06.004.0100-0	Tubo de concreto armado, classe PA-2 (NBR 8890/03), para galerias de águas pluviais, com diâmetro de 800mm, aterro e soca até a altura da geratriz superior do tubo, considerando o material da própria escavação, inclusive fornecimento do material para rejuntamento com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4 e acerto de fundo de vala. FORNECIMENTO e ASSENTAMENTO.
3.15	06.004.0096-0	Tubo de concreto armado, classe PA-2 (NBR 8890/03), para galerias de águas pluviais, com diâmetro de 600mm, aterro e soca até a altura da geratriz superior do tubo, considerando o material da própria escavação, inclusive fornecimento do material para rejuntamento com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4 e acerto de fundo de vala. FORNECIMENTO e ASSENTAMENTO.

3.16	06.004.0062-0	Tubo de concreto armado, classe PA-1 (NBR 8890/03), para galerias de águas pluviais, com diâmetro de 400mm, aterro e soca até a altura da geratriz superior do tubo, considerando o material da própria escavação, inclusive fornecimento do material para rejuntamento com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4 e acerto de fundo de vala. FORNECIMENTO e ASSENTAMENTO
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, boletins de medição, planilha contratada e documentos afins.		

Assim, foi calculada a glosa dos itens 3.17, 3.18, 3.42 e 3.43, conforme cálculo a seguir:

Quadro 8- Itens inseridos em serviços executados do Quadro 5.					
Item	**EMOP**	**Descrição**	**Quantidade medida acumulada (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total faturado (BDI=16 %) (R$)**
3.17	**06.004.0062-0**	**Reaterro de vala/cava com material de boa qualidade, utilizando vibro compactador portátil, exclusive material**	(6.998,85m^3) 36,22%	15,09	105.623,84 (1)
3.18	**20.092.001-0**	**Areia, inclusive transporte para a região metropolitana do Rio de Janeiro**	(1.198,44m^3) 38,33%	54,88	65.769,91 (2)
3.42	**20.104.0001-0**	**Saibro, inclusive transporte, Fornecimento**	(6.424,39 m^3) 33,30%	43,29	278.119,55 (3)
3.43	**20.098.0001-0**	**Pedra-de-mão, inclusive transporte para região metropolitana do Rio de Janeiro**	(208,78 m^3) 32,85%	81,47	17.008,64 (4)
Valor superfaturado = (1) + (2) + (3) + (4)					**466.521,94**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, boletins de medição, planilha contratada e documentos afins.					

d) Item 3.39 – Ligação predial de esgoto sanitário, segundo instruções da CEDAE, inclusive caixa de inspeção com tampão de ferro fundido leve, em logradouro sem pavimentação, dotado de coletor único. Este custo inclui escavação e reaterro, totalizando superfaturamento de R$ 35.531,08.

Mesma justificativa apresentada para o item "a" da empresa Rocha Costa Engenharia Ltda.

Quadro 10 - Item 3.39 - Execução não justificada.			
Descrição	**Quantidade medida acumulada(%)**	**Preço unitário (R$)**	**Total faturado (BDI=16%) (R$)**
Ligação predial de esgoto sanitário, segundo instruções da CEDAE, inclusive caixa de inspeção com tampão de ferro fundido leve, em logradouro sem pavimentação, dotado de coletor único. Este custo inclui escavação e reaterro.	18,00un 100%	1.701,68	**35.531,08**

Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, boletins de medição, planilha contratada e documentos afins.

e) **Item 3.4 - Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 50km/h, em caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 12t, totalizando superfaturamento de R$ 61.698,00.**

A quantidade de material transportado de 20.776,540t foi obtida no item 3.3, que é o material carregado oriundo da escavação.

Assim, o item foi glosado subtraindo da quantidade medida acumulada do item 3.4 a quantidade de material transportada obtida no item 3.3.

Quadro 11 - Item 3.4 – EMOP: 04.005.0143-1..			
Item 3.4 - Item medido acumulado.			
Descrição	**Quantidade medida acumulada(%)**	**Preço unitário (R$)**	**Total faturado (R$)**
Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 50km/h, em caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 12t.	(66.484,92m^3) 38,47%	0,74	77.122,51 (1)
Item 3.4 - Quantidade transportada do item 3.3			
Descrição	**Quantidade medida acumulada(%)**	**Preço unitário (R$)**	**Total faturado (R$)**
Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 50km/h, em caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 12t.	(20.776,54 m^3) 38,47%	0,74	15.424,50 (2)
Valor superfaturado = (1) - (2)			**61.698,00**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, boletins de medição, planilha contratada e documentos afins.			

Referente à execução da empresa Servicon Prestação de Serviços Ltda., o valor apurado de superfaturamento por inexecução foi de **R$ 569.959,50,** que representou **18,90%** do total executado de R$ 3.014.899,62 pela referida contratada.

Por fim, o valor total apurado de superfaturamento foi de **R$ 767.839,76,** que representou **18,77%** do total executado de R$ 4.090.641,49, pelas duas empresas contratadas.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do Relatório Preliminar por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 12 de setembro de 2017, por meio do documento "Resposta ao Relatório Preliminar CGU e os seguintes documentos anexados: 1 – Contrato e Termo Aditivo nº006/2014, 2 – Termo de paralisação de obras – Servicon, 3 – Notificação de retomada das obras e 4 – Declaração de resíduos sólidos, que não contêm manifestação acerca do fato apresentado.

Análise do Controle Interno

A manifestação apresentada pela Prefeitura não contemplou documentos afetos aos procedimentos relacionados às glosas dos serviços já executados, permanecendo o fato apontado pela equipe de fiscalização.

2.2.2. Análise de potencial prejuízo.

Fato

Com relação ao potencial prejuízo, não foi realizado o cálculo em razão da impossibilidade de continuidade de realização da obra, conforme detalhamento a seguir:

1. **CONTRATO N.º 052/2010 - ROCHA COSTA ENGENHARIA LTDA.:**
   O contrato foi rescindido em 04 de novembro de 2013. Logo, não há potencial prejuízo.
2. **CONTRATO N.º 006/2014 - SERVICON PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.:**
   Não foi localizada a rescisão contratual, porém a obra encontra-se paralisada, inclusive formalmente desde 2015, data da última medição disponibilizada pela CAIXA e Prefeitura.
   Adicionalmente, a empresa contratada retirou-se do canteiro de obras.
   Assim, infere-se que o contrato está tacitamente encerrado e/ou rescindido.
   Por fim, não há potencial prejuízo, uma vez que não há previsão e amparo contratual para continuidade da realização da obra.

2.2.3. Falha no projeto básico, que acarretou a alteração do objeto.

Fato

Durante a execução da obra, após o primeiro boletim de medição da empresa Rocha Costa Engenharia Ltda., foram identificadas limitações técnicas, que ensejaram relevantes alterações do objeto, e, consequentemente, alterações de projeto e, assim, resultaram em impactos no custo e no prazo na obra. O Parecer Técnico, de 25 de novembro de 2011, emitido pela Coordenadoria de Projetos, Secretaria Municipal de Planejamento, explicita tal fato:

> *"A Presente justificativa tem por objetivo esclarecer e fundamentar os motivos pelos quais foram necessários a alterações no projeto inicial da obra e consequentemente da respectiva planilha orçamentária.*
>
> *O projeto inicial de drenagem composto por galerias tubulares, canaletas de concreto armado, caixas de ralo, poço de visita, estação de bombeamento e comporta automática, foi idealizado compreendendo desde a esquina da Rua Lenira Tinoco esquina com a Rua Áurea Bravo Lessa até o deságue na mediação do final da Rua Dez de Maio próximo ao antigo clube renascença, onde seria instalada a estação de bombeamento e a comporta automática.*
>
> *Dado a ordem de início de execução de obra, foi realizado primeiramente o levantamento topográfico de toda a galeria, para, além da conferência das cotas planialtimétricas fazer a locação de toda a galeria inclusive da estação de bombeamento e comporta automática. Deste ponto adiante, portanto, verificou-se a inexistência de local apropriado para instalação da estação e comporta, uma vez que ambas necessitam não só do local para instalação, mas também de local apropriado para operação e manutenção.*
>
> *Desta forma, diante da dificuldade espacial encontrada, foram realizados estudos visando uma solução para o problema, que se iniciou com um novo levantamento topográfico da bacia, verificando as cotas altimétricas e distância entre os pontos. Neste momento, várias possibilidades foram levantadas, inclusive da mudança do local da estação de bombeamento e comporta. No entanto, todos os locais possíveis ainda sim eram tecnicamente precários, o que acarretaria um custo ainda maior para uma adequação. Na insistente tentativa de viabilizar a execução da obra, e de posse de um novo levantamento planialtimétrico mais abrangente, unia solução viável seria a de uma alteração no encaminhamento da água, deste modo do trecho de galeria a fim de dispensar os dispositivos de bombeamento e comporta automática.*
>
> *Nesse sentido, foi elaborado um projeto conservando em torno de 90% da galeria do projeto inicial e acrescentando outros trechos da galeria em ruas que não haviam sido contempladas por falta de recursos financeiros, mas que também necessitavam de*

drenagem. Deste macio, o novo projeto, conservando o mesmo valor de contrato, mudaria o ponto de deságue final da galeria e consequentemente dispensando a estação de bombeamento e comporta automática. Neste escopo, o projeto foi reestudado e alterado, o que levou a uma rede de galerias maior do que a do projeto inicial além de excluir problemas com a manutenção dos equipamentos da estação de bombeamento e comporta automática que precisa de manutenção e operacionalização periódica e qualificada, o que tornaria ainda mais custoso, acarretando prejuízo eterno ao erário público.

Segue em anexo o projeto alterado e respectiva planilha orçamentária de custos-Planilha Retificada/Ratificada."

O inciso IX e alíneas a, b e d, do art.6º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, definem o grau de detalhamento técnico do projeto básico:

"IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;

b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;

....

d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

...."

A previsão legal estabelece que os estudos preliminares devem assegurar a viabilidade técnica do objeto. Porém, o parecer comprovou que, após o primeiro boletim de medição, a inviabilidade técnica de execução objeto foi identificada, durante o levantamento topográfico da obra.

Destaca-se que levantamento topográfico deveria ter sido realizado no momento de elaboração do projeto básico, a fim de dados para a elaboração de um projeto factível e, consequentemente, assegurar a viabilidade técnica do objeto a ser licitado. Tal fato motivou a necessidade de elaboração de novo projeto com relevantes alterações. A exemplificar, a identificação da inviabilidade técnica de execução de estação elevatória com comporta em qualquer localidade na região da Vinhos, que resultou na alteração do tipo de deságue e de algumas ruas contempladas no projeto inicial, que resultou em um lapso temporal de aproximadamente 1 ano da primeira (07 de abril de 2011) para a segunda medição (10 de março de 2012).

Adicionalmente, cabe destacar que o sétimo termo aditivo ao Termo de Compromisso referiu-se à prorrogação de prazo de vigência por 12 meses e foi justificado pelo município em razão da existência de rede da CEDAE e de telefonia no local da obra, e assim requeria cautela na execução da obra. Porém, as interferências decorrentes das citadas redes devem ser previstas no projeto básico, uma vez que estão presentas na quase totalidade das obras urbanas.

Por fim, constatou-se falha no planejamento da licitação, pela elaboração do projeto básico inviável tecnicamente, que fora identificada durante a execução da obra, conforme justificativa e detalhamento, que acarretou a necessidade de termos aditivos, de novo projeto e impactou no prazo de execução.

Adicionalmente, não foram identificadas penalizações aos projetistas responsáveis pelo projeto básico.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do Relatório Preliminar por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 12 de setembro de 2017, por meio do documento “Resposta ao Relatório Preliminar CGU" e os seguintes documentos anexados: 1 – Contrato e Termo Aditivo nº006/2014, 2 – Termo de paralisação de obras – Servicon, 3 – Notificação de retomada das obras e 4 – Declaração de resíduos sólidos, que não contêm manifestação acerca do fato apresentado.

Análise do Controle Interno

A manifestação da Prefeitura Municipal de Itaperuna não contemplou documentos e/ou justificativas para falhas que ensejaram as alterações de projeto. Também, não houve disponibilização de informações sobre os procedimentos referentes às penalizações aos projetistas responsáveis pelo planejamento e projeto da obra, permanecendo o fato apontado pela equipe de fiscalização.

2.2.4. Execução da obra sem cobertura contratual do Convênio n.º 634240/2008.

Fato

A tabela a seguir apresenta os prazos contratuais e período de execução da obra.

Tabela 1: Prazos e período de execução da obra.		
Contrato nº 052/2010 – Rocha Costa Ltda.	**Data Inicial**	**Data Final**
Contrato	18/11/2010	17/11/2011
Primeiro Aditivo Contratual	09/12/2011	07/12/2012
Contrato nº 006/20104 – Servicon Ltda.	**Data Inicial**	**Data Final**
Contrato	21/02/2014	20/02/2015
Segundo Aditivo Contratual	30/03/2015	28/02/2016
Fonte: elaborado a partir de informações extraídas dos processos de formalização do termo de compromisso, licitatório e engenharia relacionados.		

Constatou-se prorrogação intempestiva do Contrato n.º 052/2010, por meio do Primeiro Termo Aditivo, em 29 de março de 2012, que prorrogou o prazo de vigência por 357 dias, a contar de 09 de dezembro de 2011, expirando em 31 de outubro de 2012.

De acordo com o oitavo e último boletim de medição, a obra foi executada até o dia 13 de abril de 2015 e o Contrato n º 006/2014 da obra expirou em 20 de fevereiro de 2015.

Por meio da Solicitação de Fiscalização nº 201701211/01, item 6, em 04 de maio de 2017, e nº 201701211, item 2, em 17 de julho de 2017, foi solicitado o Aditivo Contratual em comento. Até o dia 21 de julho de 2017, não houve disponibilização do documento solicitado.

Evidenciou-se execução no período de 31 de março a 13 de abril de 2015, referente ao boletim de medição n.º8, sem cobertura contratual.

Adicionalmente, o Ofício n.º 235/2016/SEI/GPU/SNSA-MCIDADES, 21 de dezembro de 2016, onde o Ministério notifica o município que o contrato em tela, paralisado, com execução de 44, 50%, tem 100% dos recursos empenhados e caso não houvesse nova medição até 30 de maio de 2017, o contrato seria encerrado com redução de meta. Soma-se que e-mail GEGOV – GN Planejamento e Desempenho de Redes – Governo, de 17 de março de 2017, alterou o prazo de apresentação da medição para 30 de junho de 2017.

Assim, há possível execução contratual em data posterior à 13 de abril de 2015.

Por fim, chama-se a atenção mais uma vez que houve execução contratual após 31 de março de 2015 e que esta não possui amparo contratual.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do Relatório Preliminar por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 12 de setembro de 2017, por meio do documento "Resposta ao Relatório Preliminar CGU", que informou:

> "*No relatório foi especificado uma medição sem cobertura contratual (pág.86), no período de 31 de março a 13 de abril de 2015, porém como no próprio documento cita (pág.64), o Segundo Termo Aditivo do contrato nº06/2014 datado de 30 de fevereiro de 2015, prorrogou por 12 meses o prazo do contrato, tornando a medição nº 8 legal perante cobertura de contrato vigente."*

Foram disponibilizados também os anexos: 1 – Contrato e Termo Aditivo nº006/2014, 2 – Termo de paralisação de obras – Servicon, 3 – Notificação de retomada das obras e 4 – Declaração de resíduos sólidos, que não contêm manifestação acerca do fato apresentado.

Análise do Controle Interno

Com relação ao Contrato n.º 052/2010 e Primeiro Termo Aditivo, firmado com a empresa Rocha Costa, não foi apresentada manifestação pela Prefeitura.

Sobre o Contrato nº 006/20104 e Segundo Aditivo Contratual, firmado com a Servicon Ltda., acatamos que houve execução com amparo contratual.

A obra foi paralisada em 13 de julho de 2015, conforme OF./S.M.O/Nº183/2015, expedido pela Secretaria Municipal de Obras à empresa Servicon e à Procuradoria Geral do Município. De forma que, contratualmente, restou em torno de sete meses de prazo contratual a ser cumprido.

A Notificação de Retomada das Obras, expedida em 18 de agosto de 2017, pela Secretaria Municipal de Planejamento informou à empresa Servicon sobre a retomada das obras.

Ressalta-se que o prazo contratual remanescente é de sete meses e que a a obra possui execução aproximada de 50% do objeto, além da necessidade de realizar nova mobilização.

Permanecendo parcialmente o fato apontado pela equipe de fiscalização.

2.2.5. Atrasos e execução interrompida do Convênio n.º 634240/2008.

Fato

A fim de verificar o cumprimento do cronograma de execução da obra, analisou-se a compatibilidade do estágio atual, via inspeção física em comparação com os boletins de medição e informações processuais, além da previsão de execução, formalizada no cronograma físico-financeiro e no plano de trabalho.

A execução da obra encontra-se paralisada, a contratação com a primeira empresa, Rocha Costa Engenharia Ltda., foi rescindida e a empresa atualmente contratada, Servicon Prestação de Serviços Ltda., retirou-se do local e canteiro de obras.

A seguir, são apresentados os dados extraídos dos seguintes Portais Governamentais:

- **Site CAIXA – Acompanhamento de Obras:**

- Percentual obra/serviços: 44,50 %;
- Data última medição: 15 de julho de 2014;
- Situação obra/serviços: paralisada;
- Pendências de engenharia: boletim de medição.
- Valor liberado na conta vinculada do contrato ou bloqueado, no caso de pendências jurídicas e/ou técnicas obras/serviços: R$ 3.476.206,50.

Fonte: site CAIXA – acompanhamento de obras, em 10 de julho de 2017.

- **Portal da Transparência da CGU:**

- Situação: adimplente;
- Valor Liberado: R$ 3.476.206,50;
- Início da vigência: 26 de setembro de 2008;
- Fim da vigência: 12 de setembro de 2016;
- Data última liberação: 30 de dezembro de 2016.

Fonte: site Portal da Transparência da CGU, em 10 de julho de 2017.

- **Contrato n.º 052/2010, firmado em 18 de novembro de 2010**:
  - Cronograma físico-financeiro pactuado: período de execução de 12 meses
  - Contrato rescindido em 04 de novembro de 2013, documentado em 21 de março de 2013, assunto: Rescisão contratual - Contrato n.º 52/2010, processo n.º 2650/2010, a empresa Rocha Costa informou que não havia interesse em continuar nos contratos, que cumpriu as etapas vigentes e que a administração anterior foi omissa na

regularização do contrato, ficando a descoberto. Assim, requereu, fundamentada no item 11.3 do contrato, a rescisão contratual.

- .1º Termo Aditivo Contratual de prazo de 357 dias.

➢ **Contrato n.º 06/2014, firmado em 21 de fevereiro de 2014**:

- Cronograma Físico-Financeiro pactuado: período de execução de 12 meses
- Segundo Termo aditivo de prazo de 12 meses.

➢ **Rerratificação, em 13 de julho de 2011:**

- Valor contratado de R$ 7.817.449,22, com a empresa Rocha Costa Engenharia Ltda. foi mantido.
- Houve redução e acréscimo de quantidades. Especialmente, eliminação dos itens 3.21 e 3.22 referentes à estação elevatória de águas pluviais e a montagem da comporta.

➢ **Rerratificação, em 25 de agosto de 2013:**

- Valor contratado de R$ 7.874.616,92,22, com a Servicon Serviços de Engenharia Ltda. foi mantido.
- Houve redução e acréscimo de quantidades.

➢ **Boletins de Medição (BM):**

1. **Rocha Costa Engenharia Ltda.**

Boletim de Medição	**Data do BM**	**Período**	**Percentual por categoria***		**Percentual Total**	
			Executado	**Acumulado**	**Executado**	**Acumulado**
1	03/03/2011	09/12/2010 a 07/04/2011	1) 16,81 2) 86,18 3) 0,35 4) 0,00 5) 0,00	1) 16,81 2) 86,18 3) 0,35 4) 0,00 5) 0,00	0,69	0,69
2	12/07/2011	10/03/2012 a 04/05/2012	1) 17,22 2) 0,00 3) 0,48 4) 0,00 5) 0,00	1) 34,03 2) 86,18 3) 0,83 4) 0,00 5) 0,00	0,71	1,40
RERRATIFICAÇÃO						
2 RERRAR	13/07/2011	----	1) 17,22 2) 0,00 3) 2,76 4) 0,00 5) 0,96	1) 34,03 2) 86,18 3) 3,11 4) 0,00 5) 0,96	2,83	3,53
			1) 17,37	1) 51,39		

3	13/07/2011	----	2) 0,00 3) 1,36 4) 0,00 5) 5,70	2) 86,18 3) 4,45 4) 0,00 5) 11,40%	1,60	5,23
4	13/07/2011	----	1) 17,37 2) 0,00 3) 1,39 4) 4,83 5) 5,70	1) 68,76 2) 86,18 3) 5,84 4) 4,83 5) 17,11	1,84	7,07
5	13/07/2011	----	1) 17,37 2) 0,00 3) 3,20 4) 2,00 5) 5,70	1) 86,13 2) 86,18 3) 9,03 4) 6,83 5) 22,81	3,46	10,53
6	01/11/2011	----	1) 4,20% 2) 0,00% 3) 1,90% 4) 0,00% 5) 0,00%	1) 90,33% 2) 86,18% 3) 10,94% 4) 6,83% 5) 22,81%	1,91	12,44
7	28/11/2012	------	1) 0,56% 2) 0,00% 3) 0,74% 4) 0,00% 5) 0,00%	1) 90,89% 2) 86,18% 3) 11,68% 4) 6,83% 5) 22,81%	0,70	13,77
Encerramento Executado Acumulado	06/03/2013	-----	-----	1) 90,89% 2) 86,18% 3) 12,73% 4) 6,83% 5) 22,81%	------	13,76

Quadro 1: Elaborado a partir dos boletins de medição.

2. Servicon Prestação de Serviços Ltda.

Boletim de Medição	Data do BM	Período	Percentual por categoria*		Percentual Total	
			Executado	Acumulado	Executado	Acumulado
1	--------	25/03/2014 a 25/04/2014	1) 30 2) 100 3) 0,89 4) 0,00 5) 7,32	1) 30 2) 100 3) 0,89 4) 0,00 5) 7,32	0,91	0,91

RERRATIFICAÇÃO						
2	---------	21/04/2014 a 25/05/2014	1) 24,60 2) 0,00 3) 4,29 4) 0,00 5) 7,32	1) 54,60 2) 100 3) 5,19 4) 0,00 5) 7,32	3,98	4,87
3	-----	26/05/2014 a 26/06/2014	1) 0,00 2) 0,00 3) 4,69 4) 0,00 5) 18,95	1) 54,60 2) 100 3) 9,21 4) 0,00 5) 26,27	4,43	8,78
4	------	27/07/2014 a 29/08/2014	1) 0,00% 2) 0,00 3) 1,21 4) 5,23 5) 9,47	1) 54,60% 2) 100 3) 13,29 4) 5,23 5) 61,44	-----	12,96
5	-------	29/08/2014 a 02/09/2014	1) 24,60 2) 0,00 3) 8,52 4) 8,27 5) 38,56	1) 79,20 2) 100 3) 21,91 4) 13,50 5) 100	8,65	21,61
6	------	02/09/2014ª 10/12/2014	1) 0,00% 2) 0,00% 3) 5,24% 4) 3,32% 5) 0,00%	1) 79,20% 2) 100% 3) 27,15% 4) 16,82% 5) 100,00%	5,12	26,73
7	------	10/12/2014a 11/03/2015	1) 0,00% 2) 0,00% 3) 6,15% 4) 8,86% 5) 0,00%	1) 79,20% 2) 100% 3) 33,29% 4) 25,68% 5) 100,00%	6,28	33,01
8	------	12/03/2015 a 13/04/2015	1) 0,00% 2) 0,00% 3) 4,97% 4) 10,64% 5) 0,00%	1) 79,20% 2) 100% 3) 38,26% 4) 36,32% 5) 100,00%	5,28	38,29

Quadro 2: Elaborado a partir dos boletins de medição.

Legenda das categorias:

1. Projetos.
2. Serviços preliminares.
3. Rede de Drenagem.

4. Pavimentos.
5. Serviços Complementares.

➢ Relatório de Acompanhamento de Engenharia – RAE/CAIXA:

Inspeção/RAE / Data	Prazo decorrido (dias)	Atraso (-)/ adiantamento (+) (dias e %)	Empresa Contratada	Serviços acumulados por categoria* (%)		Serviços Acumulados (%)	
				Previsto	Executado	Previsto	Executado
1ª **118/2011** **25/04/2011**	35	-33	Rocha Costa.	1) 24 2) 24 3) 24 4) 00 5) 00	1) 16,81 2) 86,18 3) 0,35 4) 0,00 5) 0,00	--	0,69
2ª **113/2012** **25/04/2012**	477	-465	Rocha Costa.	1) 24 2) 24 3) 24 4) 00 5) 00	1) 34,03 2) 86,18 3) 3,08 4) 0,00 5) 5,70	--	3,53
3ª **275/2012** **26/07/2012**	547	-520-	Rocha Costa.	1) 24 2) 24 3) 24 4) 00 5) 00	1) 34,03 2) 86,18 3) 3,08 4) 00 5) 5,70	---	7,85
4ª	Não foi localizado no processo disponibilizado.						
5ª **366/2012** **04/09/2012**	581	-542	Rocha Costa	1) 24 2) 24 3) 24 4) 00 5) 00	1) 86,13 2) 86,19 3) 10,09 4) 6,89 5) 22,81	---	11,21
6ª **481/2012** **30/11/2012**	707	-659	Rocha Costa	1) 24 2) 24 3) 24 4) 00 5) 00	1) 90,89 2) 86,18 3) 12,73 4) 6,89 5) 22,81	---	13,76
1ª **150/2014**	37	-11		1) 30 2) 100	1) 30 2) 100	0,06	0,28

08/05/2014			Servicon	3) --- 4) --- 5) ---	3) 0,22 4) --- 5) 7,32		
2ª **194/2014** **09/07/2014**	58	-14	Servicon	1) 60 2) 100 3) 5 4) --- 5) ---	1) 54,60 2) 100 3) 4,52 4) 0 5) 7,32	4,81	4,35
3ª **230/2014** **08/08/2014**	106	-19	Servicon	1) 60 2) 100 3) 5 4) --- 5) ---	1) 54,60 2) 100 3) 12,09 4) 0 5) 51,87	4,81	11,52
4ª **261/2014** **23/10/2014**	159	-67	Servicon	1) 100 2) 100 3) 20 4) 20 5) ---	1) 54,60 2) 100 3) 13,29 4) 5,20 5) 61,35	20,11	12,96
5ª **266/2014** **13/11/2014**	251	-129	Servicon	1) 100 2) 100 3) 20 4) 30 5) ---	1) 79,20 2) 100 3) 21,92 4) 13,44 5) 99,91	30,08	21,61
6ª **020/2014** **19/02/2015**	281	-156	Servicon	1) 100 2) 100 3) 40 4) 40 5) ---	1) 79,20 2) 100 3) 27,16 4) 16,74 5) 99,91	40,06	26,73
7ª **032/2015** **27/03/2015**	365	-221	Servicon	1) 100 2) 100 3) 50 4) 50 5) ---	1) 79,20 2) 100 3) 33,30 4) 25,56 5) 99,91	50,03	33,01
8ª **048/2015** **25/05/2015**	426	-221	Servicon	1) 100 2) 100 3) 60 4) 60 5) 20	1) 79,20 2) 100 3) 38,28 4) 36,14 5) 99,91	60,02	38,29
Obs 1.: Os valores dos RAE's desconsideraram a execução acumulada de 13,08%, de R$ 1.075.751,87 na previsão e na execução.							

Obs 2.: Há divergência entre o a execução acumulada final da Rocha Costa nos RAE 481/2012 e o RAE 150/2014. Obs 3.: Os cálculos desconsideram o montante referente ao trabalho técnico social.
Quadro 3: Elaborado a partir dos Relatórios de Acompanhamento de Engenharia – RAE/CAIXA**.**.

RAE's (Rocha Costa) 1, 2, 3,4,5 e 6: a CAIXA avaliou o prazo de execução como "normal". Apesar da identificação dos atrasos na execução, conforme dados apresentados no Quadro 3:.

RAE's (Servicon) 1, 2 e 3: a CAIXA avaliou a situação em relação ao prazo em "normal". Apesar da identificação dos atrasos na execução, conforme dados apresentados no Quadro 3.

RAE's (Servicon) 4, 5, 6, 7 e 8: a CAIXA avaliou a situação em relação ao prazo em "atrasada".

- **Fatos que impactaram de forma relevante na execução:**

– **25 de novembro de 2011 - Parecer Técnico –** Prefeitura informou e justificou alterações no projeto inicial por inviabilidade técnica do projeto licitado/contratado após iniciada a obra, conforme relatado em constatação específica deste relatório.

– **12 de agosto de 2013 - Ofício n.º 184 SEPLAN/2013** - o município informou a vigência do contrato de repasse até 17 de setembro de 2014 e que o contrato encontrava-se descoberto (Prefeitura x empresa) desde 30 de novembro de 2012, informou também a omissão da Administração anterior em virtude da não confecção dos Termos Aditivos. Acrescentou o pedido rescisão contratual da Rocha Costa Engenharia Ltda. à Prefeitura. Por fim, informou que providencias estavam sendo tomadas para realização de novo certame.

– **22 de outubro de 2013**, a CAIXA informou a proposta de nova licitação e os valores já executados e aumento da contrapartida.

- **Inspeção Física – Estágio da execução:**

As obras foram parcialmente realizadas nas ruas previstas conforme descritas no plano de trabalho:

- Rua Buarque de Nazareth – Concluída.
- Rua 10 de Maio – executada até o PV 35.
- Rua Prolândio Nogueira – executada até o PV 43.
- Rua Sátiro Garibalde - executada até o PV 15 ao PV 19.
- Rua Galdino Lessa - executada do PV 10 ao PV 13
- Rua Francisco Salles Figueira – trecho do PV 25 e PV 26 e trecho PV 06 ao PV 08.
- Rua Lenira Tinoco Cavalheiros – executada do PV01-A ao PV03.

- Rua 21 de Abril – não executada.
- Rua Coronel Luiz Ferraz – não executada.
- Rua Rui Barbosa – não executada.

A inspeção constatou que a obra foi interrompida e que a empresa responsável pela execução, Servicon Prestação de Serviços Ltda., retirou-se do canteiro de obras.

Porém, não há informações no processo sobre o encerramento das obras.

Em 21 de dezembro de 2016, por meio do Ofício n.º 235/2016/SEI/GPU/SNSA-MCIDADES, o Ministério notificou o município que o contrato em tela, paralisado, com execução de 44,50%, tem 100% dos recursos empenhados e caso não houvesse apresentação de novo boletim de medição até 30 de maio de 2017, o contrato seria encerrado com redução de meta.

Adicionalmente, conforme e-mail GEGOV – GN Planejamento e Desempenho de Redes – Governo, de 17 de março de 2017, foi informado que houve alteração do prazo de apresentação da medição para 30 de junho de 2017.

Assim, o tempo decorrido em atividades formais e documentais, as alterações de projeto que alteram o objeto, as duas contratações originárias de duas licitações, as duas rerratificações realizadas, a rescisão contratual de uma contratada e a interrupção dos serviços pela outra contratada são fatos que impactaram no prazo de execução, pois a obra deveria ter sido concluída em 11 de maio de 2017 e, na citada data, a execução acumulada era de 48,84%, considerando os serviços realizados pelas duas empresas contratadas.

Acrescenta-se que há os impactos de custos não quantificados neste relatório gerados por obras paralisadas e/ou interrompidas.

Levando em conta que não há empresa mobilizada em campo, que metade das obras ainda está pendente de realização e que há solicitação de reprogramação, conclui-se que ainda não há previsão de retomada e conclusão das obras.

Adicionalmente, não há compatibilidade entre a situação encontrada no local da obra e as informações processuais, consubstanciadas pela solicitação do Ministério das Cidades de apresentação de boletim de medição.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do Relatório Preliminar por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 12 de setembro de 2017, por meio do documento “Resposta ao Relatório Preliminar CGU" e os seguintes documentos anexados: 1 – Contrato

e Termo Aditivo nº006/2014, 2 – Termo de paralisação de obras – Servicon, 3 – Notificação de retomada das obras e 4 – Declaração de resíduos sólidos.

O referido Anexo 3, datado de 17 de agosto de 2017, apresentou a seguinte informação:

> *"Através da presente, na qualidade de CONTRATANTE da obra do sistema de drenagem de águas pluviais e esgotamento sanitário no Bairro Vinhosa, conforme CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014, onde vossa empresa configura como CONTRATADA, solicitamos a imediata RETOMADA DE EXECUÇÃO DE OBRA, uma vez que já não existem empecilhos para a plena execução.*
>
> *Salientamos que o Contrato Administrativo nº 006/2014, assinado em 21 de fevereiro de 2014, com prazo de 12 meses e com Ordem de Início em 31 de março de 2014, encontra-se VALIDO através do Primeiro Termo Aditivo, de 16 de março de 2015, estendendo por mais 12 meses o contrato, tendo sua paralisao de contagem de prazo interrompida em 13 de Julho de 2015 através do ofício OF/SMO/183/2015.*
>
> *Salientamos, ainda, que o Contrato de Repasse com` o Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, está ATIVO sob os números 0260107-69/2008 e 0260108-73/2008.*
>
> *Ressaltamos que a referida obra é financiada pelo Govemo Federal, o qual exige a obediência aos prazos estipulados para a liberação dos recursos, e que fomos notificados pela Caixa Econômica Federal, gestora do contrato, através do Ofício nº 0076/2017/GIGQV/VM a retomar as obras ora paralisadas, onde o não atendimento resultaria em cancelamento dos repasses e consequentemente a perda dos valores pelo Município.*
>
> *Cabe, por fim, enfatizar que, em não ocorrendo o reinicio da execução da obra dentro do prazo de 1 (um) dia a contar do recebimento deste pela Contratada, conforme Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 006/2014, o contrato será rescindido conforme determina a Lei 8.666/93. Sujeitando-se ainda, vossa empresa a todas as penalidades prevista no contrato born como na legislao em vigor, especialmente a Lei 8.666/93.*
>
> *Informamos que qualquer pedido de reajustamento de preço de contrato só possuirá validade caso a obra esteja em pleno andamento. "*

Análise do Controle Interno

O Contrato n.º 052/2010 firmado com a empresa Rocha Costa, foi rescindido e há a necessidade de realização de manutenção corretiva em trechos executados. Este fato impactará nos novos prazos de execução

O Contrato nº 006/2014 firmado com a Servicon Ltda. foi impactado pela paralisação da obra em 13 de julho de 2015, conforme OF/S.M.O/Nº183/2015, expedido pela Secretaria Municipal de Obras à empresa Servicon e à Procuradoria Geral do Município.

Em 18 de agosto de 2017, foi expedida a Notificação de Retomada das Obras, pela Secretaria Municipal de Planejamento que informou à empresa Servicon sobre a retomada das obras.

Ressalta-se que o prazo contratual remanescente é de sete meses para a execução da obra e que a obra possui execução aproximada de 50% do objeto, além da necessidade de realizar nova mobilização.

Considerando que a obra possui duas empresas que realizaram a execução do objeto, com execução aproximada de 50% do objeto e que há necessidade das formalizações legais para a retomada da obra e da nova mobilização da(s) empresa(s), se o tempo remanescente não for suficiente para conclusão do objeto, deverá ser programada tempestivamente a realização de aditivos contratuais.

Permanecendo assim o fato apontado pela equipe de fiscalização.

2.2.6. Deficiências na execução e no reparo dos paralelos.

Fato

Durante a inspeção física, realizada pela equipe da CGU-Regional/RJ, constatou-se as seguintes deficiências na execução da base e na colocação dos paralelos, na Vinhosa, conforme detalhamento e registros fotográficos:

- Desnível na colocação dos paralelos.

Foto 01 – Rua Buarque de Nazareth, entre Beira Rio Muriaé e Avenida Cardoso, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

- Buracos:

Foto 02 - Rua Buarque de Nazareth, entre Avenida Cardoso e Rua Rotary, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 03 – Rua Buarque de Nazareth, entre Avenida Cardoso e Rua Rotary, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

- Paralelos faltantes:

Foto 04 – Rua Buarque de Nazareth, entre Avenida Cardoso e Rua Rotary, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

- Má execução dos paralelos, inclusive junto à boca de lobo e ao poço de visita:

Foto 05 – Rua Buarque de Nazareth, entre Avenida Cardoso esquina com a Rua Rotary, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.	Foto 06 –Rua 10 de maio, entre Rua Buarque de Nazareth e Rua Assis Ribeiro, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.
Foto 07 – Rua 10 de Maio – do PV 45 ao 45B, trecho entre Rua Assis Ribeiro e Rua Buarque de Nazareth, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.	Foto 08 – Rua 10 de Maio – do PV 45 ao 45B, trecho entre Rua Assis Ribeiro e Rua Buarque de Nazareth, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.
Foto 09 – Rua Galdino Lessa, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.	

- Recuperação realizada com técnica e material diferente do executado originalmente:

Foto 10 – Remendos - Rua Buarque de Nazareth, entre Avenida Cardoso esquina com a Rua Rotary, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 11- Remendos - Cruzamento da Rua 10 de Maio com Rua Buarque de Nazareth., Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 12 - Remendos - Cruzamento da Rua 10 de Maio com Rua Buarque de Nazareth., Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

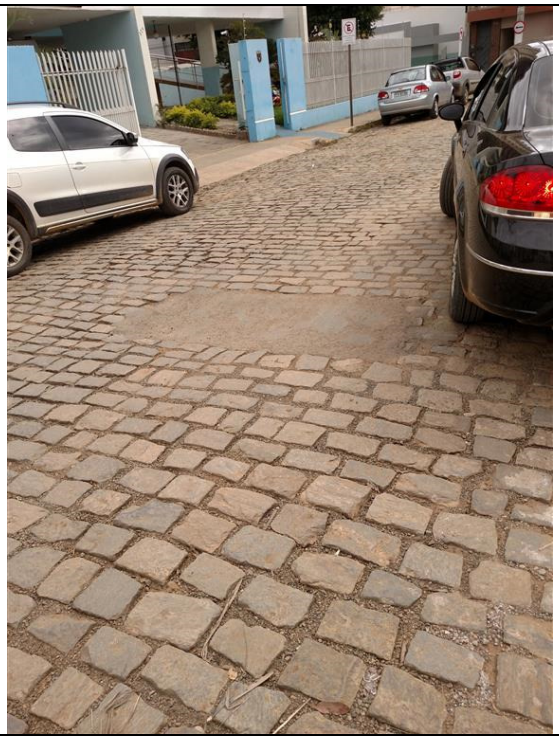


Foto 13 – Remendos - Rua Sátiro Garibalde, Vinhosa, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

- Buraco e recuperação realizada com técnica e material diferente do executado originalmente:

Foto 14 – Rua 10 de maio entre Assis Ribeiro e Buarque de Nazareth, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

- Recalque diferencial em relação ao topo do poço de visita, com desalinhamento dos paralelos e erros de acabamento:

Foto 15 – Rua Buarque de Nazareth, entre Avenida Cardoso esquina com a Rua Rotary, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 16 – Rua 10 de maio entre Assis Ribeiro e Buarque de Nazareth, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Considerando que a obra realizada pela empresa Rocha Costa Engenharia Ltda., de março de 2011 a novembro de 2012, representou 13,76% do total contratado e a execução da empresa Servicon Prestação de Serviços Ltda. foi de março de 2014 a abril de 2015, equivaleu a 38,29% do remanescente contratado, conclui-se que parte representativa da obra foi executada

em 2014 e 2015, logo há dois anos. Assim, as deficiências de qualidade não são justificáveis do pequeno decurso de tempo da sua execução.

Acrescenta-se que as falhas e deficiências identificadas impactam na utilidade das vias e reduzem a vida útil da pavimentação e da drenagem, que são maximizados em razão da obra situar-se em região com concentração de hospitais e centros médicos, no centro da cidade, com grande tráfego de veículos e fluxo de pessoas.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do Relatório Preliminar por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 12 de setembro de 2017, por meio do documento "Resposta ao Relatório Preliminar CGU", que informou:

> *"...*
>
> *RESPOSTA DO RELATÓRIO*
>
> *Quanto às deficiências citadas na página 91, a empresa executora será notificada a reparar tais deficiências de execução encontrada no relatório como desníveis e má execução dos paralelos."*

Análise do Controle Interno

A manifestação apresentada não comprova a ciência da empresa contratada, Servicon ou Rocha Costa, e nem as providências adotadas para que as patologias sejam sanadas.

Cabe destacar que se houver patologias nos trechos executados pela empresa Rocha Costa, estes não possuem cobertura contratual para serem executados pela empresa Servicon.

À data da inspeção realizada pela CGU, não restou evidenciada a mobilização da empresa Servicon no canteiro de obras, de forma a comprovar a continuidade dos serviços.

Adicionalmente, informamos que a empresa Rocha Costa Engenharia está cumprindo sanção de suspensão de participar de licitações até 08 de dezembro de 2018, conforme já informado neste relatório.

Assim, permanece o fato apontado pela equipe de fiscalização, tendo em visa que a mera promessa de notificação não garante a reparação necessária.

2.2.7. Execução de item divergente do contratado e medido.

Fato

A inspeção física, realizada em 25 de maio de 2017, detectou a utilização de tubo de PVC, no ramal projetado de 400mm, conforme memorial descritivo, que conecta o poço de visita 51 a boca de lobo, em frente ao Itaperuna Tênis Clube, situado na rua Buarque de Nazareth, 77, conforme registro fotográfico a seguir:

Foto 1 – Boca de lobo do PV 51 – Rua Buarque de Nazareth, Bairro Vinhosa, Itaperuna (RJ), 25 de maio de 2017.

Foto 2 – Tubo de PVC em caixa de ralo da boca de lobo do PV 51 – Rua Buarque de Nazareth, Bairro Vinhosa, Itaperuna (RJ), 25 de maio de 2017.

Foto 3 – Tubo de PVC em caixa de ralo da Boca de Lobo do PV 51 – Rua Buarque de Nazareth, Bairro Vinhosa, Itaperuna (RJ), 25 de maio de 2017.

O projeto e o item 3.16 da planilha contratada e boletins de medição das empresas Rocha Costa Engenharia Ltda. (sete boletins de medição) e Servicon Serviços de Engenharia Ltda. (oito boletins de medição) previram os tubos com 400 mm de diâmetro em concreto armado. Foi identificada execução do referido item pela empresa Servicon Prestação de Serviços Ltda. Acrescenta-se que não foi possível abrir a referida boca de lobo, que se encontrava fixada à caixa de ralo, nem verificar o diâmetro do tubo de PVC utilizado. A fixação, sem possibilidade de acesso, pode provocar problemas de manutenção e limpeza dos poços.

O possível superfaturamento deverá ser apurado em momento posterior, tendo em vista as condições encontradas no local. Além disso, a equipe de fiscalização não tem como estimar se toda a tubulação executada em PVC ao invés da tubulação de concreto de 400mm contratada.

Por fim, infere-se que a tubulação em PVC não possui 400mm de diâmetro, conforme previsão de projeto. Porém não foi possível aferir a referida dimensão em razão do não acesso à boca de lobo.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do Relatório Preliminar por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 12 de setembro de 2017, por meio do documento "Resposta ao Relatório Preliminar CGU" e os seguintes anexos : 1 – Contrato e Termo Aditivo nº006/2014, 2 – Termo de paralisação de obras – Servicon, 3 – Notificação de retomada das obras e 4 – Declaração de resíduos sólidos, que não contêm manifestação acerca do fato apresentado.

Análise do Controle Interno

A Prefeitura Municipal de Itaperuna não apresentou manifestação sobre a impropriedade apresentada, permanecendo o fato apontado pela equipe de fiscalização.

2.2.8. Falta de indicação do local de depósito dos resíduos sólidos da construção civil - RSCC.

Fato

A obra foi executada pelas empresas Rocha Costa Ltda. e Servicon Serviços de Engenharia Ltda., respectivamente.

Com relação à execução pela empresa Rocha Costa Ltda., a Prefeitura declarou, em 01 de julho de 2009, que a responsabilidade acerca do local apropriado para o depósito dos resíduos sólidos da construção civil – RSCC seria de inteira responsabilidade da empresa ganhadora do certame e explicitado no edital licitatório.

A informação dos referidos locais foi solicitada pelas Solicitação de Fiscalização nº 201701211/003, item 4, de 20 de junho de 2017, e nº 201701211/08, item 1, de 17 de julho de 2017.

Até o dia 21 de julho, a informação acerca do local utilizado pela empresa Rocha Costa Ltda. não foi disponibilizada.

Assim, não restou comprovada a utilização e respectiva localização do depósito dos resíduos sólidos da construção civil – RSCC.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do RELATÓRIO PRELIMINAR por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 12 de setembro de 2017, por meio do documento "Resposta ao Relatório Preliminar CGU" nos seguintes termos:

> *"...*
>
> *RESPOSTA AO RELATÓRIO*
>
> *Todo o Depósito dos Resíduos Sólidos da construção Civil – RSCC apresenta localização na lixeira municipal de acordo com a declaração Nº 011/2017 emitida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente. (DOC ANEXO 4).*"

O referido Anexo 4 - Declaração nº 011/2017 informou, em 04 de setembro de 2017:

> *"Declaro para os devidos fins que os resíduos sólidos urbanos oriundos da coleta são depositados na lixeira municipal situada na estrada RJ 201, Km 7 – Jabuticaba, zona rural, Itaperuna/RJ, nas coordenadas UTM 203576,42 m E / 7656909.87 m S, fuso 24k – Datum WGS84."*

Análise do Controle Interno

A Prefeitura Municipal de Itaperuna, por meio da Declaração nº 011/2017, informou a localização do local que recebe os resíduos sólidos da cidade. Porém o referido documento foi elaborado em data posterior à ciência da Prefeitura do teor do relatório. Fato que não evidencia que a definição sobre o local ocorreu antes do início da obra.

Adicionalmente, os manifestos de resíduos do bota fora referente às obras da Rocha Costa e da Servicon, que foram solicitados pela Solicitação de Fiscalização nº 201701211/005, item 2, de 07 de julho de 2017, não foram disponibilizados.

Assim, as justificativas apresentadas pela Prefeitura não elidem o fato apontado, uma vez que a existência e utilização não foram comprovadas documentalmente, via declaração tempestiva e documentos referentes aos transportes realizados.

2.2.9. Utilização de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART´s) de execução e fiscalização expirados em obras executadas pela Secretaria Municipal de Obras de Itaperuna/RJ.

Fato

Considerando que os registros técnicos obrigatórios de responsabilidade técnica são os instrumentos que formalizam o compromisso dos profissionais com a qualidade dos serviços prestados, a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, preceitua e delibera sobre a obrigatoriedade da Anotação de Responsabilidade Técnica –ART, conforme artigo a seguir:

> *Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).*

Por meio da Solicitação de Fiscalização 201700777/09, de 19 de julho de 2017, foram solicitados as seguintes Anotações de Responsabilidade Técnica (ART):

- Execução e guia de pagamento, com vigência a partir de 3 de março de 2012, referente à execução da Rocha Costa Engenharia Ltda.
- Execução e guia de pagamento, com vigência a partir de 24 de março de 2015, referente à execução da Servicon Prestação de Serviços.
- Fiscalização e guia de pagamento referentes à execução pela Rocha Costa Engenharia Ltda.

Não houve disponibilização dos referidos documentos até o dia 08 de agosto de 2017,

Logo, não foi possível atestar a emissão das ART's de execução e fiscalização com vigência a partir de 12 de maio de 2016.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do RELATÓRIO PRELIMINAR por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 12 de setembro de 2017, por meio do documento "Resposta ao Relatório Preliminar CGU" nos seguintes termos:

> *"...*
>
> *RESPOSTA AO RELATÓRIO*
>
> *Solicitação de Fiscalização 201700777/9 – nos arquivos não foram encontrados quaisquer documentos referentes as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de fiscalização da obra por parte da Prefeitura Municipal de Itaperuna e das empresas Rocha Costa e Servicon. Contudo solicitamos as respectivas empresas suas*

vias as ART´s emitidas por cada empresa estando no aguardo das respectivas respostas."

Análise do Controle Interno

A Prefeitura Municipal de Itaperuna não disponibilizou os documentos faltantes, permanecendo o fato apontado pela equipe de fiscalização.

2.2.10. Notificação intempestiva e insuficiente do recurso repassado às entidades legalmente previstas no art. 2º, da Lei nº 9.452/97.

Fato

Com relação à notificação realizada pela Prefeitura acerca do repasse do recurso federal recebido aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais, com sede no município, o art.2º, da Lei nº 9.452/97, determina:

> *"Art. 2° A Prefeitura do Município beneficiário da liberação de recursos, de que trata o art. 1° desta Lei, notificará os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos.*
>
> *Art. 3° As Câmaras Municipais representarão ao Tribunal de Contas da União o descumprimento do estabelecido nesta Lei."*

Em resposta à Solicitação de Fiscalização nº 201701211/03, de 20 junho de 2017, a Prefeitura encaminhou os seguintes documentos:

- Ofício SMF nº 109/211, de 21 de fevereiro de 2011, onde informou o recebimento de R$ 1.562.340,00, em 21 de fevereiro de 2011, sem a identificação do destinatário e sem atesto do recebimento.
- Ofício SMF nº 125/2015, de 05 de fevereiro de 2015, onde informou o recebimento de R$ 754.610,22, em 04 de fevereiro de 2015, ao Sindicato do Comércio Varejista de Itaperuna.
- Ofício SMF nº 386/2017, de 23 de junho de 2017, que informou que o recurso repassado pela CAIXA de R$ 791.325,61, em 04 de janeiro de 2016, não fora informado às entidades e que será informado no mês em curso.

Assim, evidenciou-se que houve notificação intempestiva e insuficiente, efetuada para alguns dos destinatários legais, sem identificação do tipo de recurso repassado e de valor parcial do

montante repassado pela CAIXA de R$ 3.476.206,50.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do Relatório Preliminar por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 12 de setembro de 2017., por meio do documento "Resposta ao Relatório Preliminar CGU e os seguintes documentos anexados: : 1 – Contrato e Termo Aditivo nº006/2014, 2 – Termo de paralisação de obras – Servicon, 3 – Notificação de retomada das obras e 4 – Declaração de resíduos sólidos, que não contêm manifestação acerca do fato apresentado.

Análise do Controle Interno

A Prefeitura Municipal de Itaperuna não disponibilizou os documentos faltantes permanecendo o fato apontado pela equipe de fiscalização.

3. Conclusão

Com base nos exames realizados, concluiu-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado, tendo em vista as seguintes ocorrências identificadas: ART´s de execução e fiscalização expirados, execução e cronograma em atraso, execução da obra sem cobertura contratual, deficiências na execução e no reparo dos paralelos, execução de item divergente do contratado e medido, falha no projeto básico, que acarretou alteração do objeto, Falta de indicação do local de depósito dos resíduos sólidos da construção civil - RSCC e notificação intempestiva e insuficiente do recurso repassado às entidades legalmente previstas no art. 2º, da Lei nº 9.452/97.

Considerando o montante fiscalizado de R$ 7.817.449,22 (contrato n.º 52/2010) e R$ 7.874.616,92 (contrato n.º 06/2014), que representou 100% do valor contratado, registrou-se a ocorrência de itens de serviço de engenharia não justificados, que totalizaram o superfaturamento de R$ 767.839,76, conforme relatado na Constatação 2.2.1 deste relatório.

Ordem de Serviço: 201700777
Município/UF: Itaperuna/RJ
Órgão: MINISTERIO DAS CIDADES
Instrumento de Transferência: Contrato de Repasse - 799931
Unidade Examinada: MUNICIPIO DE ITAPERUNA
Montante de Recursos Financeiros: R$ 4.304.600,00

1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 22 a 26 de maio de 2017 sobre a aplicação dos recursos no âmbito do Programa 2054 – Planejamento Urbano, Ação: 1D73 – Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, do Ministério das Cidades.

A ação de fiscalização destinou-se a verificar a execução do Contrato de Repasse nº 01013574-71/2013 (SICONV 799931/2013), cujo objeto é a pavimentação em paralelepípedos, sinalização preventiva, drenagem e execução de calçadas em diversas do Município de Itaperuna, no formalizada no total de R$ 4.304.600,00, com utilização de recursos próprios do município de R$ 350.000,00 e repasse federal de R$ 3.954.600,00.

O objetivo foi verificar a legalidade da contratação e da execução do objeto do repasse, além do estágio do andamento do objeto contratado na qualidade especificada.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

2.1.1. Formalização legal do Convênio n.º 799931/2013, cujo objeto é a pavimentação de paralelepípedos, drenagem e calçadas no Município de Itaperuna/RJ.

Fato

A execução do Convênio SINCOV nº 799931/2013 formalizou-se pelo processo nº 2594.1013574-71/2013, cujo objeto é a pavimentação em paralelepípedos, drenagem e calçadas de diversas ruas dos Loteamentos São Manoel e João Bedim, no município de

Itaperuna, no Rio de Janeiro, firmado pela CAIXA, em nome do Ministério das Cidades, com a Prefeitura Municipal de Itaperuna, CNPJ: 28.916.716/0001-52.

TERMO DE COMPROMISSO N. º 799931/2013-RJ

O Termo de Compromisso - TC e Anexo, de 31 de dezembro de 2013, previram o repasse de recursos federais, via CAIXA, pelo Ministério das Cidades, por meio do Convênio nº 799931/2013, de R$ 3.954.600,00, e utilização de recursos próprios do Município de R$ 350.000,00, totalizando R$ 4.304.600,00, com vigência original de 31 de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2014, com prorrogações e vigência atual até 31 de dezembro de 2018.

Termo Aditivo ao TC - 1ª Prorrogação, de 05 de dezembro de 2014, alterou a vigência contratual para 31 de dezembro de 2015.

Termo Aditivo ao TC - 2ª Prorrogação, de 18 de dezembro de 2015, alterou a vigência contratual para 25 de dezembro de 2016 – justificada, pela municipalidade, sobre a necessidade de haver tempo hábil de execução e prestação de contas, motivada pelo atraso na alocação do repasse pelo Governo Federal.

Termo Aditivo ao TC - 3ª Prorrogação, de 22 de dezembro de 2016, alterou a vigência contratual para 31 de dezembro de 2018.

O Plano de Trabalho previu prazo de execução de 31 de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2014.

O projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária (datas base: fevereiro/2013 e dezembro/2013) e respectiva memória de cálculo, cronograma físico-financeiro foram elaborados pela Prefeitura, conforme previsto para este tipo de transferência voluntária de recursos federais.

O referido termo foi publicado no Diário Oficial da União nº 8, Seção 3, de 13 de janeiro de 2014.

PROCESSO LICITATÓRIO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 02/2014

A licitação foi realizada na modalidade Concorrência nº 02/2014, com edital e projeto básico (memorial descritivo, de 17 de março de 2014, memória de cálculo, planilha orçamentárias, cronograma físico-financeiro e plantas datados de 14 de novembro de 2014 e 05 de junho de 2014) sob o regime de empreitada global, tipo menor preço, por meio dos processos administrativos nº 10.046/2014 e 2015/3/005616 (setor de protocolo).

A planilha orçamentária, elaborada pela Prefeitura, foi orçada em R$ 4.304.600,00, com data de referência de dezembro de 2013, a partir das bases de dados do SINAPI (item 2.1) e EMOP, acrescida de BDI de 19% e cronograma de execução com previsão de 12 meses.

O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial da União nº 224, Seção 3, p.253, de 19 de novembro de 2014.

Não foram identificadas exigências de qualificação e capacidade técnica exorbitantes no edital de licitação.

A Ata da Sessão Pública, realizada em 16 de janeiro de 2015, registrou a presença das empresas a seguir informadas e respectivos documentos de habilitação e propostas:

- Construtora Avenida Ltda., CNPJ: 30.399.307/0001-78:
  Valor da proposta: R$ 4.140.616,68.
- Dafla Comércio Serviços & Gerenciamento Ltda.–EPP, CNPJ: 12.603.970/0001-60:
  Valor da 1ª proposta: R$ 4.250.340,34.
  Valor da 2ª proposta: R$ 4.140.012,36 – Vencedora do certame.

No entanto, a Dafla Comércio Serviços & Gerenciamento Ltda. declarou ser empresa de pequeno porte e, por consequência, beneficiada pela Lei complementar nº 123/2006, e assim apresentou nova proposta de R$ 4.140.012,36.

De acordo com o Termo de Adjudicação e Homologação, de 29 de janeiro de 2015, a Dafla Comércio Serviços & Gerenciamento Ltda. –EPP, foi considerada habilitada e vencedora pelo Prefeito, com proposta de R$ 4.140.012,36.

CONTRATO N.º 004/2015

A contratação formalizou-se pelo Contrato nº 004/2015, de 06 de fevereiro de 2015, com a supracitada empresa, nas seguintes condições:

- BDI de 14,45%.
- Custos unitários de referência de dezembro de 2013 da base EMOP.
- Prazo de execução: 22 de fevereiro de 2016 (12 meses a contar dia seguinte do recebimento, pela contratada, da autorização de início da execução dos serviços).
- Valor contratado: RS 4.140.012,36.

O extrato do contrato foi publicado na Folha de Itaperuna, seção Atos do Poder Executivo da Prefeitura de Itaperuna, em 12 de fevereiro de 2015.

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2015, firmado em 11 de maio de 2016, prorrogou em 12 meses a vigência contratual, motivado pela Municipalidade por necessidade de tempo hábil para execução e prestação de contas.

O Termo Aditivo Contratual subsequente foi solicitado, por meio da Solicitação de Fiscalização nº 201700777/008, de 12 de junho de 2017, e não foi disponibilizado. Este assunto foi tratado em Constatação específica.

2.1.2. Inspeção física do Convênio n.º 799931/2013 realizada em 24 e 25 de maio de 2017.

Fato

A seguir, são apresentados os itens verificados na inspeção física realizada pela equipe da CGU, em 24 e 25 de maio de 2017.

LOCALIZAÇÃO

As obras estão localizadas nas ruas previstas no plano de trabalho.

Loteamento São Manoel: em realização, nas ruas: José Mendes Martins, Jose Manoel Martins, Abílio Martins da Silva, Tenente Antônio José da Silva, Deputado José Cerqueira Bastos, Dr. Dirceu Cardoso de Lima, Mozart Bastos Soares, Antônio Armond Boechat, Dr. Morvam Alves Moreira e Antônio Rossi Bastos.

Loteamento João Bedim: prevista na rua Nair Almeida Cerqueira.

Acerca da adequabilidade, face à facilidade de acesso e à proximidade com a comunidade do público alvo do projeto, é satisfatória, uma vez que as obras são de infraestrutura em loteamentos residenciais.

TITULARIDADE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

Foram apresentados os seguintes documentos:

- Certidão expedida, em 05 de novembro de 2014, pelo Registro Geral de Imóveis da 1ª Circunscrição Territorial, do Cartório do 2º Ofício de Justiça, da Comarca de Itaperuna, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- Declarações, expedidas pela Prefeitura de Itaperuna, em 14 de março e 07 de novembro de 2014, com a informação que a área é de uso comum do povo.

FISCALIZAÇÃO

O representante da Administração, servidor municipal, engenheiro civil, CPF: ***.630.877 - **, foi designado para acompanhar a execução do Contrato, formalizada na Ordem de Serviço, de 12 de maio de 2015, expedida pelo Secretário Municipal de Obras.

PRAZOS CONTRATUAIS E DE EXECUÇÃO

Quadro1: Prazos e período de execução da obra relacionada ao Contrato nº 004/2015.

	Vigência	
	Data Inicial	**Data Final**
Contrato	12/05/2015	11/05/2016
Primeiro Aditivo Contratual	11/05/2016	10/05/2017
Segundo Aditivo Contratual	09/05/2017	08/05/2018

Fonte: elaborado a partir de informações extraídas dos processos de formalização do Termo de Compromisso.

INSTRUMENTOS DE REGISTRO DE ATIVIDADES TÉCNICAS

Foram disponibilizados os seguintes registros formalizados de atividades técnicas referentes à obra:

Quadro 2: Registros de ART e períodos de vigência.			
ART		**Período de Vigência**	
Orçamento (Loteamento São Manoel)	OL00069456	21/11/2014	6 meses
Projeto (Loteamento São Manoel)			
Execução (Loteamentos São Manoel e João Bedim)	OL00176033	12/05/2015	12 meses
Fiscalização (Loteamentos São Manoel e João Bedim)	OL00203109	12/05/2015	12 meses
Fiscalização (Loteamentos São Manoel e João Bedim)	OL00634140	11/05/2016	13 meses
Prestação de serviços de engenharia para CAIXA	OL00128850	01/02/2015	60 meses
Fonte: elaborado a partir de informações extraídas dos processos de formalização do Termo de Compromisso.			

Com relação às ART´s de Orçamento e Fiscalização não se referirem ao Loteamento João Bedim, representa falha formal, uma vez que o orçamento e projetos contemplam de forma unificada os dois loteamentos.

Acerca das ART's não disponibilizadas, o assunto foi tratado em Constatação específica.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Declaração expedida pela Prefeitura Municipal de Itaperuna, em 03 de junho de 2014, que afirma acerca da obra não ferir nenhuma área de nascentes, córregos ou qualquer área de preservação ambiental, que os deságues ocorrerão no Valão da Cehab e não causarão nenhum impacto negativo ao meio ambiente, sendo dispensado licenciamento do INEA.

BOTA FORA

Loteamento São Manoel: na Secretaria Municipal de Obras de Itaperuna. Distância da obra: 1,675km.

Loteamento João Bedim: Obra não iniciada.

ANÁLISE DE CUSTOS PELA CAIXA

Realizada pelo Laudo de Análise Técnica de Engenharia – LAE/CAIXA nº 56/2014, de 03 de junho de 2014, que apontou pendências orçamentárias, a serem saneadas e tratadas no VRPL/CAIXA.

A Verificação de Resultado do Processo Licitatório – VRPL/CAIXA nº 18/2015, de 07 de maio de 2015, informou as inconsistências identificadas. Porém, a referida análise foi aprovada, sem pendências afetas a custos.

ORDEM DE SERVIÇO - INÍCIO DAS OBRAS

Expedida pela Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Itaperuna, em 12 de maio de 2015.

INSPEÇÃO FÍSICA

- Foi realizada contagem dos poços de visita e caixas de ralo executados e em execução em todas as ruas contempladas pela obra. As inconsistências identificadas foram tratadas em constatação específica.
- A amostra de poços de visita e bocas de lobo conexas inspecionados (8, 10, 13, 18, 23, 24 e 28) e comprovou o emprego dos tubos de concreto de 600mm, no ramal principal, e de 300mm, nos ramais secundários, em conformidade com o projeto.

CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO

Loteamento João Bedim:

A obra prevista para a Rua Nair Almeida Cerqueira não foi iniciada, conforme fotos a seguir:

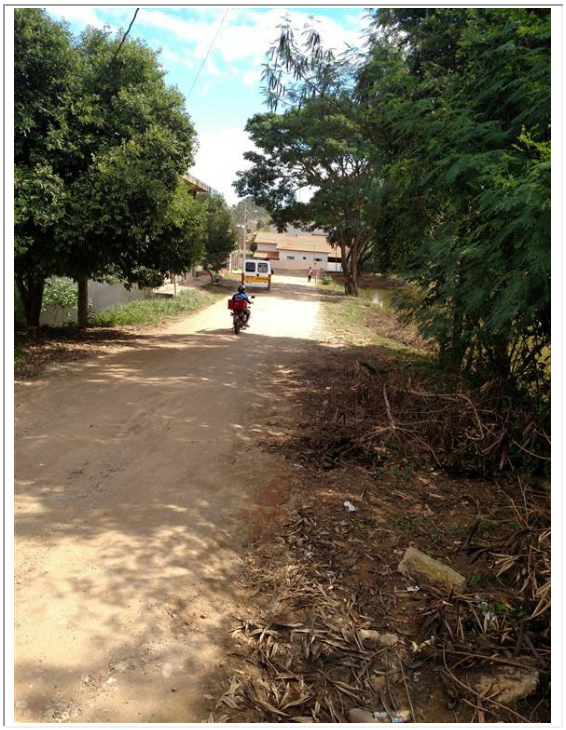


Foto 01 – Nair Almeida Cerqueira, Loteamento João Bedim, Itaperuna (RJ), 25 de maio de 2017.	Foto 02 – Nair Almeida Cerqueira, Loteamento João Bedim, Itaperuna (RJ), 25 de maio de 2017.

Loteamento São Manoel:

A obra está em execução, encontrando-se disponível à população, em trechos concluídos de algumas ruas e atendendo à finalidade prevista.

REGISTRO FOTOGRÁFICO

A inspeção realizada pela equipe da CGU, em 25 de maio de 2017, constatou o andamento das obras e o atraso na execução dos serviços, no Loteamento São Manoel.

Foto 3 – Valão e Rua Deputado José Cerqueira Bastos, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 4 – Rua Deputado José Cerqueira Bastos, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 5 –Vista da descarga da galeria no Valão na Rua Deputado José Cerqueira Bastos esquina Com Rua José Mendes Martins, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 6 –Vista da descarga da galeria no Valão na Rua Deputado José Cerqueira Bastos, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 7 – Rua José Mendes Martins, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 8 – Rua Antonio A. Boechat, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 9 – PV08- Rua José Mendes Martins com Rua Antônio R. Bastos, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 10 – Boca de lobo do PV08, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 11 – Rua Antonio R. Bastos, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 12 – PV10- Rua José Mendes Martins com Rua Antônio R. Bastos, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 13 – Boca de lobo do PV10- Rua José Mendes Martins com Rua Antônio R. Bastos, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.	Foto 14 –Rua José Mendes Martins com Rua Dirceu Cardoso Lima, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.
Foto 15 – PV 33 - Rua Dirceu Cardoso Lima – pavimentação mais alta que o topo da tampa do PV -, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.	Foto 16 - Pavimentação Incompleta – Rua Dirceu Cardoso Lima, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.
Foto 17 - Pavimentação Incompleta – Rua Dirceu Cardoso Lima, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.	Foto 18 - Pavimentação Incompleta – Rua Tenente Antônio José da Silva, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 19 - Pavimentação Incompleta – Rua Tenente Antônio José da Silva, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 20 – Ramal de 300mm - Rua Tenente Antônio José da Silva, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 21 - Pavimentação Incompleta – Calçadas e Drenagem - Rua Tenente Antônio José da Silva, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 22 – PV35 - Rua Tenente Antônio José da Silva com rua Deputado José de Cerqueira Bastos, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 23 - Pavimentação Incompleta – Calçadas e Drenagem - Rua Abílio Martins da Silva, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 24 – Calçadas e Drenagem - Rua Abílio Martins da Silva com Rua Morvan Alves Moreira, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 25 – Rua Abílio Martins da Silva com Rua Mozart Bastos Soares, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 26 – PV18 - Rua Manoel Martins com Morvan Alves Moreira, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 27 – PV24 – PV com interferência na execução - Rua Morvan Alves Moreira, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 28 –Rua Morvan Alves Moreira, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 29– Calçada– Rua Mozart Bastos Soares, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.	Foto 30 – Pavimentação Completa – Rua Mozart Bastos Soares, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

BOLETINS DE MEDIÇÃO

Foram realizadas 8 (oito) medições até o 20 de fevereiro de 2017, que totalizaram R$2.025,948,82, e representou 48,84% do total contratado e com a discriminação da execução:

- Serviços iniciais: 100% - R$ 4.802,70.
- Fornecimento e assentamento de paralelo: 39,18% - R$ 930.372,84.
- Sinalização preventiva: 91,08% - R$ 1.032,36.
- Drenagem: R$ 67,74% - R$ 789.854,07.
- Execução de calçadas: 50,53% - R$ 299.886,87.

PAGAMENTOS EFETUADOS

Conta vinculada na Caixa Econômica Federal: 0182.006.00647115-3.

O site da CAIXA – Acompanhamento de Obras, em 06 de junho de 2017, referente ao acompanhamento das obras disponibilizou as seguintes operações de pagamento realizadas:

Quadro 3: Repasses da CAIXA.

Parcela	Status	Data de Inclusão	Número da OB	Data da OB	Valor Solicitado/Recebido (R$)
1	Creditada	20/11/2015	0808373	20/11/2015	413.311,06
2	Creditada	07/03/2016	0801340	07/03/2016	128.631,28
3	Creditada	03/10/2016	0807877	03/10/2016	633.760,24
4	Creditada	23/12/2016	0811972	23/12/2016	254.411,28
Total					**1.430.113,86**

Fonte: Consulta Site CAIXA – Acompanhamento de Obras – em 06 de junho de 2017.

A análise dos processos administrativos de pagamentos referentes ao Contrato comprovou que foram efetuadas 8 (oito) medições.

A tabela apresenta os valores dos pagamentos realizados de 7 medições realizadas, a partir das notas fiscais disponibilizadas:

Quadro 4: Listagem dos pagamentos realizados à empresa contratada.					
Medição	**Nota Fiscal Nº**	**Data de emissão da NF**	**Valor Total da NF (R$)**	**Retenção ISS (R$)**	**Valor Pago à empresa Dafla (R$)**
1ª	2015000 - 1	04/12/2015	181.145,11	5.434,35	175.710,76
2ª	2015000-004 (cancelada – anotação manual)	04/12/2015	266.750,07	8.002,50	258.747,57
3ª	2016000- 1	27/01/2016	142.014,90	4.260,45	137.754,45
4ª					
5ª	2016000- 2	20/05/2011	273.233,32	8.197,00	265.036,32
6ª	2016000- 3	15/02/2012	416.793,31	0,00	416.793,31
7ª	2016000- 5	01/11/2012	276.753,84	8.302,59	268.450,25
Total					**1.263.745,09**
Fonte: elaborado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, pagamentos e documentos afins.					

2.1.3. Falta de detalhamento das glosas da CAIXA.

Fato

Com relação aos Relatórios de Acompanhamento de Engenharia – RAE/CAIXA, verificou-se que o 7º RAE nº 31/2016, de 01 de novembro de 2016, determinou a glosa total de R$ 93.908,26, com as respectivas justificativas. Porém, o RAE não apresenta a memória de cálculo, a fim de identificar precisamente as glosas realizadas e seu detalhamento.

Dessa forma, é recomendado que a memória de cálculo das glosas seja parte integrante dos Relatórios de Acompanhamento de Engenharia – RAE/CAIXA.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do RELATÓRIO PRELIMINAR por meio do Ofício nº 15.676/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 11 de setembro de 2017, a CAIXA não se manifestou no prazo de 10 (dez) dias concedido no ofício.

Análise do Controle Interno

Não houve manifestação da CAIXA acerca do Relatório, encaminhado por meio do Ofício nº 15.676/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 11 de setembro de 2017.

Permanecendo o fato apontado pela equipe de fiscalização.

2.1.4. Deficiências nos controles sobre efetivação das glosas da CAIXA.

Fato

No sétimo Relatório de Acompanhamento de Engenharia – RAE/CAIXARAE nº 31/2016, de 01 de novembro de 2016, a CAIXA determinou a glosa totalizada de R$ 93.908,26, a seguir discriminada:

1 QUADRO DE GLOSAS - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (ACOMPANHAMENTO POR BM)

Meta	Item orçam.	Itens Glosados Descrição	Unid.	Percentual Glosado (%)	Valor total do Item (R$)	Valor Total Glosado (R$)	Motivo da Glosa
2	2.1	Pavimentação em Paralelepípedo	m2	0,94	1.731.500,72	16.276,11	não executado
2	2.2	Sarjeta e Meio-fio	m2	6,17	327.992,60	20.237,14	não executado
2	2.3	Escavação mecânica de vala	m3	9,77	59.053,21	5.769,50	não executado
2	2.4	Carga e Descarga	t	1,52	63.373,21	963,27	não executado
2	2.5	Transporte de carga de qualquer natureza	t x km	1,52	17.717,44	269,31	não executado
2	2.6	Recebimento de carga e descarga	t	1,52	3.915,75	59,52	não executado
2	2.7	Aterro, saibro	m3	0,94	164.953,69	1.550,56	não executado
2	2.8	Meio-fio tipo tento	m	11,34	5.962,22	676,12	não executado
4	4.9	Caixa Ralo	unid.	8,33	75.601,14	6.297,57	não executado
4	4.12	Tubo de concreto armado 600mm	m	3,82	441.903,79	16.880,72	não executado
5	5.1	Patio de Concreto	m2	4,20	347.384,36	14.590,14	desacordo com os projetos
5	5.2	Preparo Manual de Terreno	m2	4,20	86.707,14	3.641,70	desacordo com os projetos
5	5.3	Carga Manual e Descarga	t	4,20	52.371,15	2.199,59	desacordo com os projetos
5	5.4	Transporte de Carga	t x km	4,20	2.370,00	99,54	desacordo com os projetos
5	5.5	Aterro	m3	4,20	104.701,65	4.397,47	desacordo com os projetos
Total						93.908,26	

Quadro 1 – extraído do 7º RAE/CAIXA nº 31/2016.

Em 14 de novembro de 2016, por e-mail, a GIGOV da CAIXA de Campos dos Goytacazes comunicou à Prefeitura acerca das glosas identificadas, no item 4, das respectivas justificativas, no item 4.1, e informou, no item 5.1, o fato como pendência para próximo desbloqueio a apresentação das justificativas para algumas das glosas

Foi verificado que não há um sistema próprio de controles de pagamentos e glosas de serviços pela CAIXA.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do Relatório Preliminar por meio do Ofício nº 15.676/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 11 de setembro de 2017, a CAIXA se manifestou, por meio do Ofício n.º 001/2017/GIGOVCM/RJ, de 20 de setembro de 2017, da seguinte forma:

“ Nos empreendimentos acompanhados por BM percentual, a evolução dos serviços é medida pelo percentual executado em relação à quantidade prevista na planilha orçamentária licitada, sendo este percentual aferido visualmente. Caso sejam constatados serviços que não possam ser acatados, o arquiteto/engenheiro da GIGOV realiza a respectiva glosa e registra a justificativa no ERA, assim como outras decisões adotadas no decorrer da medição. É adotado como procedimento pela CAIXA, oficiar ao Tomador com relação às glosas e solicitar posicionamento deste, restando ao mesmo, proceder com as medidas de saneamento ou apresentação de esclarecimentos no prazo determinado em ofício. Uma vez registradas as glosas no quadro anexo ao Relatório de Acompanhamento de Engenharia, estas passam a ter caráter permanente ao longo do acompanhamento e apenas em nova vistoria de aferição, onde serão verificados inclusive os itens glosados que compõem o quadro, as glosas serão retiradas mediante o saneamento ou atendimento das pendências apontadas”.

Análise do Controle Interno

A Caixa apresentou o seu método de realização de controle de efetivação das glosas pelo gestor. Porém, este baseia-se no acompanhamento por meio das glosas constantes no RAE anterior. A CAIXA não tem um sistema de acompanhamento de avanço de obras com o qual seja possível controlar os serviços constantes das planilhas orçamentárias, tanto com relação ao pagamento e seus preços unitários, quanto à evolução dos serviços, ajudando no controle do cronograma da obra. Adicionalmente, esse sistema permitiria o controle de glosas o que tornaria o controle mais efetivo, contribuindo para a visão global da obra.

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas

ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Itens não justificados totalizando superfaturamento de R$ 220.510,90 na execução do Convênio n.º 799931/2013.

Fato

Em análise à execução do contrato, foi identificado superfaturamento, conforme os itens a seguir detalhados, cujo emprego não foi comprovado e/ou justificado, calculados a partir das bases de preços EMOP e SINAPI, com custos desonerados, com avaliação realizada a partir da oitava medição (última), que contemplou o período de execução de 08 de setembro de 2016 a 20 de fevereiro de 2017, da análise documental e da inspeção física.

Ressalta-se que as glosas identificadas pela CAIXA não foram contabilizadas nesta constatação.

SUPERFATURAMENTO:

a) **Item 2.3 - Escavação mecânica de vala não escorada em material de 1ª categoria com pedras, instalações prediais ou outros redutores de produtividade ou cavas de fundação, até 1,50m de profundidade, utilizando retroescavadeira, exclusive esgotamento, totalizando superfaturamento de R$ 17.170,51.**

O item 2.3 não é pertinente à execução do serviço de assentamento de paralelos. Então, ele foi glosado.

Ressalta-se que o respectivo serviço está entre os itens contratados que compõem a categoria de serviços para a execução de drenagem, no item 4.1.

Quadro 1 - Item 2.3 – EMOP 03.016.005B - Escavação mecânica de vala não escorada.			
Descrição	**Quantidade medida acumulada (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Escavação mecânica de vala não escorada em material de 1ª categoria com pedras, instalações prediais ou outros redutores de produtividade ou cavas de fundação, até 1,50m de profundidade, utilizando retroescavadeira, exclusive esgotamento.	(1.258,61m^3) 29%	13,64	**17.170,51**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.			

b) **Item 2.5 - Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 20km/h, totalizando superfaturamento de R$ 2.748,57.**

A quantidade de material transportado de 3.360,70t foi obtida dos itens 2.4 - carga e descarga e 2.6 - recebimento de carga, descarga e manobra.

Assim, o item foi glosado subtraindo da quantidade medida acumulada do item 2.5 a quantidade de material transportado do item 2.4, que é igual ao item 2.6.

Quadro 2 - Item 2.5 – EMOP 04.005.0125A.			
Item 2.5 – Item medido acumulado.			
Descrição	**Quantidade medida acumulada (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 20km/h.	38% (5.715,18t)	1,17	6.671,84 (1)
Item 3.4 - Quantidade de material transportada oriunda dos itens 2.4 e 2.6.			
Descrição	**Quantidade transportada acumulada (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total (BDI=14,45%) (R$)**
Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 50km/h, em caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 12t	37% (3.360,72t)	1,17	3.923,27 (2)
Valor superfaturado = (1) - (2)			**2.748,57**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, boletins de medição, planilha contratada e documentos afins.			

c) **Item 2.6 - Recebimento de carga, descarga e manobra de caminhão basculante de 10m³ ou 15t, com capacidade de 8,00m³ ou 12t, totalizando superfaturamento de R$ 1,461,60.**

O serviço já está incluído no item 2.4, EMOP 04.011.0051B - Carga e descarga mecânica, com pá-carregadeira, com 1,50m³ de capacidade, utilizando caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 8t, considerados para o caminhão os tempos de espera, manobra, carga e descarga e para a carregadeira os tempos de espera e operação para cargas de 50t por dia de 8h

Assim, o item 2.6 EMOP 04.018.0020B foi glosado.

Quadro 3 – Item 2.6 – EMOP 04.018.0020B - Recebimento de carga, descarga e manobra de caminhão basculante de 10m³ ou 15t, com capacidade de 8,00m³ ou 12t.			
Descrição	**Quantidade medida acumulada (%)**	**Preço unitário com BDI(R$)**	**Total faturado (BDI=14,45%) (R$)**

Recebimento de carga, descarga e manobra de caminhão basculante de 10m³ ou 15t, com capacidade de 8,00m³ ou 12t.	69% (3.360,7t)	0,44	**1.461,60**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.			

d) **Item 4.3 - Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 30km/h, totalizando superfaturamento de R$ 4.163,56.**

A quantidade de material transportado de 8.230,49t foi obtida do item 4.2 - carga e descarga.

Assim, o item foi glosado subtraindo da quantidade medida acumulada do item 4.3 a quantidade de material transportado.

Quadro 4 – Item 4.3 - EMOP 04.005.0123B.			
Item 4.3 –- Item medido acumulado.			
Descrição	**Quantidade medida acumulada (%) (t)**	**Preço unitário com BDI(R$)**	**Total faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 30km/h.	(13.580,32t) 69%	0,77826	10.569,02 (1)
Item 3.4 - Quantidade transportada originária do item 4.2.			
Descrição	**Quantidade transportada acumulada (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total (BDI=14,45%) (R$)**
Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 30km/h.	(8.230,49t) 69,00%	0,77826	6.405,46 (2)
Valor superfaturado = (1) - (2)			**4.163,56**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, boletins de medição, planilha contratada e documentos afins.			

e) **Item 4.4 - Recebimento de carga, descarga e manobra de caminhão basculante de 10m³ ou 15t, com capacidade de 8,00m³ ou 12t, totalizando superfaturamento de R$ 3.579,51.**

O serviço já está incluído no item 4.2, EMOP 04.011.0051B - Carga e descarga mecânica, com pá-carregadeira, com 1,50m³ de capacidade, utilizando caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 8t, considerados para o caminhão os tempos de espera, manobra, carga e descarga e para a carregadeira os tempos de espera e operação para cargas de 50t por dia de 8h

Assim, o item 4.4 EMOP 04.018.0020B foi glosado.

Quadro 5 – Item 4.4 – EMOP 04.018.0020B - Recebimento de carga, descarga e manobra de caminhão basculante de 10m³ ou 15t, com capacidade de 8,00m³ ou 12t.				
Descrição	**Unidade**	**Quantidade medida acumulada (%)**	**Preço unitário com BDI(R$)**	**Total faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Recebimento de carga, descarga e manobra de caminhão basculante de 10m³ ou 15t, com capacidade de 8,00m³ ou 12t.	t	69 % (8.230,48t)	0,43	**3.579,52**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.				

f) **Item 4.6 - Saibro, inclusive transporte/fornecimento, totalizando superfaturamento de R$ 129.337,15.**

A nota fiscal nº 15.488, de 06 de junho de 2017, foi expedida em data posterior à última medição realizada, em 20 de fevereiro de 2017, e às Solicitações de Fiscalização nº 201700777/04 e 7, de 12 de maio e 5 de junho de 2017, respectivamente, e para a quantidade de 1.000m^3, quantidade inferior a executada de 2.669,68.

Logo, não houve comprovação da aquisição do saibro à data de execução dos serviços.

Quadro 6 - Item 4.6 – EMOP 20.104.0001A - Saibro, inclusive transporte/fornecimento.				
Descrição	**Unidade**	**Quantidade medida acumulada (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Saibro, inclusive transporte/fornecimento.	m^3	(2.669,68m^3) 69%	42,33	**129.337,15**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.				

g) **Item 4.7 - Reaterro de vala/cava com material de boa qualidade, utilizando vibro compactador portátil, exclusive material, totalizando superfaturamento de R$ 37.917,84.**

O serviço está incluído nos itens faturados "4.11 - Tubo de concreto simples, classe PS-1 (NBR 8890/03), para coletor de águas pluviais, de 300mm de diâmetro, aterro e soca até a altura da geratriz superior do tubo, considerando o material da própria escavação, inclusive fornecimento do material para rejuntamento com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4, inclusive acerto de fundo de vala, fornecimento e assentamento" e "4.12 – Tubo de concreto simples, classe PS-2 (NB 8890/03), para coletor de águas pluviais, de 500mm de diâmetro, aterro e soca até a altura da geratriz superior do tubo, considerando o material da própria escavação, inclusive fornecimento do material para rejuntamento

com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4, inclusive acerto de fundo de vala, fornecimento e assentamento."

Quadro 7- Item 4.7 – EMOP 03.011.0015B - Reaterro de vala/cava.				
Descrição	**Unidade**	**Quantidade medida acumulada (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Reaterro de vala/cava com material de boa qualidade, utilizando vibro compactador portátil, exclusive material.	m^3	(2.669,66m^3) 69%	14,20	**37.917,84**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.				

h) **Item 4.8 - Poço de visita em alvenaria de blocos de concreto (20 x 20 x 40cm), em paredes de 0,20m de espessura, com 1,20 x 1,20 x 1,40m, para coletor de águas pluviais de 0,40 a 0,70m de diâmetro, utilizando argamassa de cimento e areia, no traço 1:4 em volume, sendo as paredes chapiscadas e revestidas internamente com a mesma argamassa, enchimento dos blocos e base em concreto simples, tampa de concreto armado, sendo o concreto dosado para um fck=10MPa e degraus de ferro fundido, inclusive fornecimento de todos os materiais, totalizando superfaturamento de R$ 6.651,93.**

A inspeção física indicou 38 unidades executadas, restando executar 6 unidades na Rua Tenente Antônio José da Silva, no trecho entre as ruas Mozart Bastos Soares e Rua Dirceu Cardoso Lima.

Considerando que já foram medidas 42 unidades, há 04 poços de visita não executados.

Quadro 8 - Item 4.8 – EMOP 06.015.0010A - Poço de visita em alvenaria de blocos de concreto.				
Descrição	**Unidade**	**Quantidade medida sem comprovação (un)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Poço de visita em alvenaria de blocos de concreto (20 x 20 x 40cm), em paredes de 0,20m de espessura, com 1,20 x 1,20 x 1,40m, para coletor de águas pluviais de 0,40 a 0,70m de diâmetro, utilizando argamassa de cimento e areia, no traço 1:4 em volume, sendo as paredes chapiscadas e revestidas internamente com a mesma argamassa, enchimento dos blocos e base em concreto simples, tampa de concreto armado, sendo o concreto dosado para um fck=10MPa e degraus de ferro fundido, inclusive fornecimento de todos os materiais.	un	4	1.662,98	**6.651,93**

Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.

i) **Item 5.3 - Carga manual e descarga mecânica de material a granel (agregados, pedra-de-mão, paralelos, terra e escombros), compreendendo os tempos para carga, descarga e manobras do caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 8t, empregando 2 serventes na carga, totalizando superfaturamento de R$ 17.480,22.**

A natureza do serviço de carga manual não é apropriada aos materiais empregados na execução das calçadas nas quantidades contratadas.

Logo, o item de serviço contratado foi substituído pelo item EMOP 04.011.0051-B, referente à carga e descarga mecanizada, na mesma data base de referência.

Assim, a glosa foi calculada pela diferença entre o item 5.3 faturado e o item que deveria ser empregado referente à carga e descarga mecanizada extraído do banco de custos da EMOP.

Quadro 9 – Item 5.3 - EMOP 04.006.0008B				
Item 5.3 — Item faturado.				
Descrição	**Unidade**	**Quantidade medida acumulada (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Carga manual e descarga mecânica de material a granel (agregados, pedra-de-mão, paralelos, terra e escombros), compreendendo os tempos para carga, descarga e manobras do caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 8t, empregando 2 serventes na carga.	t	51% (1.275,96t)	20,74	26.461,29
EMOP 04.011.0051B - Carga e descarga mecanizada.				
Descrição	**Unidade**	**Quantidade medida acumulada (%)**	**Preço unitário (R$)**	**Total faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Carga e descarga mecânica, com pá-carregadeira, com 1,50m³ de capacidade, utilizando caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 8t, considerados para o caminhão os tempos de espera, manobra, carga e descarga e para a carregadeira os tempos de espera e operação para cargas de 50t por dia de 8h.	t	51% (1.275,96t)	7,04	8.981,07
Valor superfaturado (R$)				**R$ 17.480,22**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.				

Por fim, foi apurado o valor de superfaturamento por quantidade de **R$ 220.510,90**, que representou **10,88%** do total medido.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do RELATÓRIO PRELIMINAR por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 01 de setembro de 2017, que encaminhou a planilha elaborada na rerratificação, datada de setembro de 2017, com os seguintes documentos relacionados: cronograma físico-financeiro e 11 plantas (1 nomeada de justificativa, 3 da medição acumulada e 7 da rerratificação).

Análise do Controle Interno

A manifestação apresentada pela Prefeitura que contemplou documentos afetos ao processo de rerratificação contratual e medições realizadas e acumuladas. Porém, estes não se referem aos procedimentos relacionados às glosas dos serviços já executados.

Permanecendo o fato apontado pela equipe de fiscalização, um vez que a Prefeitura Municipal de Itaperuna não disponibilizou documentos relacionados às glosas dos itens descritos ou as providências adotadas.

2.2.2. Itens não justificados totalizando potencial prejuízo de R$ 204.167,51 na execução do Convênio n.º 799931/2013.

Fato

Com relação aos itens (29) contratados, verificou-se que os todos os serviços foram contratados por custos obtidos das bases de dados governamentais, EMOP e SINAPI, desonerados, com data de referência de dezembro de 2013. Assim, não foi identificada a ocorrência de sobrepreço na contratação.

Acerca dos itens não justificáveis para a obra e que ainda não foram executados, localizados a partir da análise da planilha contratada, da oitava medição e da inspeção física, foram identificados os seguintes casos de potencial prejuízo, caso ocorra o faturamento:

POTENCIAL PREJUÍZO:

a) **Item 2.3 - Escavação mecânica de vala não escorada em material de 1ª categoria com pedras, instalações prediais ou outros redutores de produtividade ou cavas de**

fundação, até 1,50m de profundidade, utilizando retroescavadeira, exclusive esgotamento, totalizando potencial prejuízo de R$ 41.882,70.

O serviço contratado apresenta a mesma justificativa técnica do item a, do tópico "superfaturamento".

O potencial prejuízo equivale a quantidade residual de serviço a ser executado, que a diferença entre a quantidade contratada e a medição acumulada

Quadro 1 - Item 2.3 - EMOP 03.016.005B - Escavação mecânica de vala não escorada.			
Descrição	**Quantidade não medida (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total não faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Escavação mecânica de vala não escorada em material de 1ª categoria com pedras, instalações prediais ou outros redutores de produtividade ou cavas de fundação, até 1,50m de profundidade, utilizando retroescavadeira, exclusive esgotamento.	(3.070,03m^3) 71%	13,18	**41.882,70**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.			

b) **Item 2.5 - Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 20km/h, totalizando superfaturamento de R$ 11.045,60.**

O potencial prejuízo foi calculado a partir da diferença entre a quantidade contratada (15.176,97txkm) e a medição acumulada (5.715,18t).

.Quadro 2 - Item 2.5 – EMOP 04.005.0125A.			
Descrição	**Quantidade não medida (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total não faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 20km/h.	(9.461,79txkm) 62%	1,17	**11.045,60**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, boletins de medição, planilha contratada e documentos afins.			

c) **Item 2.6 - Recebimento de carga, descarga e manobra de caminhão basculante de 10m³ ou 15t, com capacidade de 8,00m³ ou 12t, totalizando superfaturamento de R$ 2.454,14.**

O serviço já está incluído no item 2.4, EMOP 04.011.0051B - Carga e descarga mecânica, com pá-carregadeira, com 1,50m³ de capacidade, utilizando caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 8t, considerados para o caminhão os tempos de espera,

manobra, carga e descarga e para a carregadeira os tempos de espera e operação para cargas de 50t por dia de 8h

Assim, a parcela não executada do item 2.6 EMOP 04.018.0020B foi excluída.

Quadro 3 – Item 2.6 – EMOP 04.018.0020B.			
Descrição	**Quantidade não medida (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total não faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Recebimento de carga, descarga e manobra de caminhão basculante de 10m³ ou 15t, com capacidade de 8,00m³ ou 12t.	62% (5.642,87t)	0,44	**2.454,14**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.			

d) **Item 4.3 - Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 30km/h, totalizando superfaturamento de R$ 4.737,21.**

O potencial prejuízo foi calculado subtraindo da quantidade contratada (19.667,24t) a quantidade medida acumulada (13.580,32t).

Quadro 4 - Item 4.3 – EMOP 04.005.0123B.			
Descrição	**Quantidade não medida (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total não faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Transporte de carga de qualquer natureza, exclusive as despesas de carga e descarga, tanto de espera do caminhão como do servente ou equipamento auxiliar, à velocidade média de 30km/h.	(6.086,92txkm) 31%	0,77826	**4.737,21**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do Termo de compromisso, fotos, boletins de medição, planilha contratada e documentos afins.			

e) **Item 4.4 - Recebimento de carga, descarga e manobra de caminhão basculante de 10m³ ou 15t, com capacidade de 8,00m³ ou 12t, item 4.4, totalizando potencial prejuízo de R$ 1.604,40.**

O serviço contratado apresenta a mesma justificativa técnica do item e, do tópico "superfaturamento".

O potencial prejuízo foi calculado subtraindo da quantidade contratada (11.919,54t) a quantidade medida acumulada (8.230,49t).

Quadro 5 – Item 4.4 – EMOP 04.018.0020B - Recebimento de carga, descarga e manobra de caminhão basculante de 10m³ ou 15t, com capacidade de 8,00m³ ou 12t.				
Descrição	**Unidade**	**Quantidade não Medida (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total não faturado (BDI=14,45%) (R$)**

Recebimento de carga, descarga e manobra de caminhão basculante de 10m³ ou 15t, com capacidade de 8,00m³ ou 12t.	t	31 % (3.689,05t)	0,43	**1.604,40**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.				

f) **Item 4.7 - Reaterro de vala/cava com material de boa qualidade, utilizando vibro compactador portátil, exclusive material, totalizando potencial prejuízo de R$ 17.171,44.**

O serviço contratado apresenta a mesma justificativa técnica do item g, do tópico "superfaturamento".

O potencial prejuízo foi calculado subtraindo da quantidade contratada (3.878,64m^3) a quantidade medida acumulada (2.669,66m^3).

Quadro 6- Item 4.7 – EMOP 03.011.0015B - Reaterro de vala/cava.				
Descrição	**Unidade**	**Quantidade Medida (%)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total não faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Reaterro de vala/cava com material de boa qualidade, utilizando vibro compactador portátil, exclusive material.	m^3	(1.208,98m^3) 31%	14,20	17.171,44
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.				

g) **Item 4.8 - Poço de visita em alvenaria de blocos de concreto (20 x 20 x 40cm), em paredes de 0,20m de espessura, com 1,20 x 1,20 x 1,40m, para coletor de águas pluviais de 0,40 a 0,70m de diâmetro, utilizando argamassa de cimento e areia, no traço 1:4 em volume, sendo as paredes chapiscadas e revestidas internamente com a mesma argamassa, enchimento dos blocos e base em concreto simples, tampa de concreto armado, sendo o concreto dosado para um fck=10MPa e degraus de ferro fundido, inclusive fornecimento de todos os materiais, totalizando potencial prejuízo de R$ 16.629,81.**

O boletim de medição oito indica contratação de 54 unidades, a planta baixa indica 44 poços de visita.

Logo, resultou em 10 poços de visita sem localização para execução.

Quadro 7 - Item 4.8 – EMOP 06.015.0010A - Poço de visita em alvenaria de blocos de concreto.				
Descrição	**Unidade**	**Quantidade não justificada (un)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total não faturado (BDI=14,45%) (R$)**

Poço de visita em alvenaria de blocos de concreto (20 x 20 x 40cm), em paredes de 0,20m de espessura, com 1,20 x 1,20 x 1,40m, para coletor de águas pluviais de 0,40 a 0,70m de diâmetro, utilizando argamassa de cimento e areia, no traço 1:4 em volume, sendo as paredes chapiscadas e revestidas internamente com a mesma argamassa, enchimento dos blocos e base em concreto simples, tampa de concreto armado, sendo o concreto dosado para um fck=10MPa e degraus de ferro fundido, inclusive fornecimento de todos os materiais.	un	10	1.662,98	**16.629,81**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do Termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.				

h) **Item 4.10 - Tampão completo de ferro fundido, com 250kg, para poço de visita ou caixa de areia, padrão CEDAE tipo K-240, classe 300, assentado com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4 em volume. Fornecimento e assentamento, totalizando potencial prejuízo de R$ 4.848,22.**

O boletim de medição 8 indica contratação de 54 unidades, a planta baixa indica 44 poços de visita. Logo, resultou em 10 tampões de fofo sem localização para execução.

Quadro 8 - Item 4.10 – Tampão completo de ferro fundido.				
Descrição	**Unidade**	**Quantidade Medida sem comprovação (un)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total não faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Tampão completo de ferro fundido, com 250kg, para poço de visita ou caixa de areia, padrão CEDAE tipo K-240, classe 300, assentado com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4 em volume. Fornecimento e assentamento,	un	10	484,82	**4.848,22**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do Termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.				

i) **Item 4.11 - Tubo de concreto simples, classe PS-1 (NBR 8890/03), para coletor de águas pluviais, de 300mm de diâmetro, aterro e soca até a altura da geratriz superior do tubo, considerando o material da própria escavação, inclusive fornecimento do material para rejuntamento com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4, inclusive acerto de fundo de vala. Fornecimento e assentamento, totalizando potencial prejuízo de R$ 9.516,85.**

O boletim de medição 8 indica contratação de 647,52m, a planta baixa indica extensão total em tubos de 464,00m.

Logo, resultou em 183,52m de tubo sem comprovação de localização para execução.

Quadro 9 - Item 4.11 – EMOP 06.003.0053A - Tubo de concreto armado de 300mm.				
Descrição	**Unidade**	**Quantidade não justificada (m)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total não faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Tubo de concreto armado, classe PA-1 (NBR 8890/03), para galerias de águas pluviais, com diâmetro de 300mm, aterro e soca até a altura da geratriz superior do tubo, considerando o material da própria escavação, inclusive fornecimento do material para rejuntamento com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4 e acerto de fundo de vala.	m	183,52	51,86	**9.516,85**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do Termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.				

j) **Item 4.12 - Tubo de concreto armado, classe PA-1 (NBR 8890/03), para galerias de águas pluviais, com diâmetro de 600mm, aterro e soca até a altura da geratriz superior do tubo, considerando o material da própria escavação, inclusive fornecimento do material para rejuntamento com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4 e acerto de fundo de vala. Fornecimento e assentamento, totalizando potencial prejuízo de R$ 77.161,88.**

O boletim de medição 8 indica contratação de 2.698,00m, a planta baixa e respectivos quantitativos indicam extensão total em tubos de 2.226,90m.

Logo, resultou em 471,10m de tubo sem comprovação de localização a ser executado.

Quadro 10 - Item 4.12 – EMOP 06.004.0066A - Tubo de concreto armado de 600mm.				
Descrição	**Unidade**	**Quantidade não justificada (m)**	**Preço unitário com BDI (R$)**	**Total não faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Tubo de concreto armado, classe PA-1 (NBR 8890/03), para galerias de águas pluviais, com diâmetro de 600mm, aterro e soca até a altura da geratriz superior do tubo, considerando o material da própria escavação, inclusive fornecimento do material para rejuntamento com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4 e acerto de fundo de vala.	m	471,10	163,79	**77.161,18**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.				

k) **Item 5.3 - Carga manual e descarga mecânica de material a granel (agregados, pedra-de-mão, paralelos, terra e escombros), compreendendo os tempos para carga,**

descarga e manobras do caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 8t, empregando 2 serventes na carga, totalizando potencial prejuízo de R$ 17.115,95.

A natureza do serviço de carga manual não é apropriada aos materiais empregados na execução das calçadas.

Logo, o item de serviço foi substituído pelo item EMOP 04.011.0051-B, referente à carga e descarga mecanizada, na mesma data base de referência.

Por fim, foi calculado o potencial prejuízo por meio da diferença entre o item a ser medido e o item que deveria ser empregado.

Quadro 11 - Item 5.3 – EMOP 04.006.0008-B				
Item 5.3 - Carga manual e descarga mecânica de material a granel.				
Descrição	**Unidade**	**Quantidade Não Medida (%)**	**Preço unitário (R$)**	**Total não faturado (BDI=14,45%) (R$)**
Carga manual e descarga mecânica de material a granel (agregados, pedra-de-mão, paralelos, terra e escombros), compreendendo os tempos para carga, descarga e manobras do caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 8t, empregando 2 serventes na carga.	t	49% (1.249,37t)	18,12	25.909,86 (1)
EMOP 04.011.0051-B Carga e descarga mecânica.				
Descrição	**Unidade**	**Quantidade Não Medida (%)**	**Preço unitário (R$)**	**Total (BDI=14,45%) (R$)**
Carga e descarga mecânica, com pá-carregadeira, com 1,50m³ de capacidade, utilizando caminhão basculante a óleo diesel, com capacidade útil de 8t, considerados para o caminhão os tempos de espera, manobra, carga e descarga e para a carregadeira os tempos de espera e operação para cargas de 50t por dia de 8h.	t	49% (1.249,37t)	6,15	8.793,91 (2)
Potencial prejuízo = (1) – (2)				**R$ 17.115,95**
Fonte: elaborado e calculado a partir de informações extraídas do processo de formalização do termo de compromisso, fotos, medição, planilha contratada e documentos afins.				

Assim, o valor apurado de potencial prejuízo foi de **R$ 204.167,51,** que representou **9,66%** do total a ser medido.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do RELATÓRIO PRELIMINAR por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 01 de setembro de 2017, que encaminhou a planilha elaborada na rerratificação, datada de setembro de 2017, com os seguintes documentos relacionados: cronograma físico-financeiro e 11 plantas (1 nomeada de justificativa, 3 da medição acumulada e 7 da rerratificação).

Análise do Controle Interno

Como o processo de rerratificação não está concluído, por meio das formalizações entre as partes envolvidas (Prefeitura de Itaperuna, empresa Contratada e CAIXA), não há validade jurídica dos cálculos apresentados, de forma que a realização de análises de custos configura-se inócua.

Desse modo, fica mantida a constatação.

2.2.3. Interferências no acesso aos poços de visita.

Fato

Foram identificadas as seguintes interferências, que resultaram em prejuízo à função dos poços de visita de viabilizar o acesso às instalações da rede pluvial:

- O acesso ao PV, considerando o tampão, foi executado em cota diferente ao greide da via.
- Trilho atravessando a chaminé do poço de visita.

Seguem os registros fotográficos:

Foto 1 – PV 33 - Rua Dirceu Cardoso Lima – pavimentação mais alta que o topo da tampa do PV -, Itaperuna (RJ), 25 e 26 de maio de 2017.

Foto 2 – PV 33 - Rua Dirceu Cardoso Lima – pavimentação mais alta que o topo da tampa do PV -, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Foto 3 – PV24 – PV com interferência na execução - Rua Morvan Alves Moreira, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.	Foto 4 – PV24 – PV com interferência na execução - Rua Morvan Alves Moreira, Itaperuna (RJ), 24 e 25 de maio de 2017.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do RELATÓRIO PRELIMINAR por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 01 de setembro de 2017, que encaminhou a planilha elaborada na rerratificação, datada de setembro de 2017, com os seguintes documentos relacionados: cronograma físico-financeiro e 11 plantas (1 nomeada de justificativa, 3 da medição acumulada e 7 da rerratificação).

Análise do Controle Interno

A Prefeitura Municipal de Itaperuna não apresentou as providências adotadas para a mitigação das interferências identificadas na obra.
Permanecendo o fato apontado pela equipe de fiscalização.

2.2.4. Restrição de escopo - Não disponibilização completa de processo licitatório.

Fato

O processo licitatório referente à Concorrência nº 02/2014 foi solicitado por meio da Solicitação de Fiscalização nº 201700777/01, item 2, de 13 de abril de 2017.

Durante os trabalhos de campo, houve disponibilização dos processos administrativos referentes ao repasse, licitação e execução, conforme registrado, via e-mail, em 26 de maio de 2017, acerca do conteúdo disponibilizado.

Porém, em 02 de junho de 2017, a Municipalidade encaminhou manifestação sobre a não localização do volume referente às páginas 1 a 132, do processo licitatório (pasta física), conforme a informação a seguir transcrita:

> *"...*
>
> *3) De acordo com o material entregue anteriormente, só foram encontradas as folhas 132 em diante no processo licitatório (pasta física).*
>
> *Nenhuma outra secretaria, inclusive a Diretoria de Licitações e Contratos, possui cópia das folhas 1 a 131."*

Dessa forma, não houve localização de diversos documentos; como, por exemplo, a proposta comercial da licitante perdedora (Construtora Avenida).

Acrescenta-se que a análise realizada pela CAIXA, por meio da análise do relatório Verificação de Resultado de Processo Licitatório – VRPL, não contempla apresentação das propostas dos licitantes.

Assim, restou evidenciada a restrição de escopo de análise, pela não disponibilização total do processo licitatório.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do RELATÓRIO PRELIMINAR por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 01 de setembro de 2017, que encaminhou a planilha elaborada na rerratificação, datada de setembro de 2017, com os seguintes documentos relacionados: cronograma físico-financeiro e 11 plantas (1 nomeada de justificativa, 3 da medição acumulada e 7 da rerratificação).

Análise do Controle Interno

A Prefeitura Municipal de Itaperuna não disponibilizou os documentos faltantes.

Permanecendo o fato apontado pela equipe de fiscalização.

2.2.5. Análise de fraude nas licitações do Convênio n.º 799931/2013.

Fato

A fim de verificar a legalidade da Concorrência n° 02/2014, identificando, quando for o caso, a ocorrência de restrição à competitividade e a prática de conluio, foram realizadas as seguintes verificações:

Conforme já relatado, houve restrição de escopo pela não disponibilização do volume referente às páginas 1 a 132.

Assim, foi realizada análise parcial, a partir de documentos disponibilizados pela CAIXA e pela Municipalidade, dos seguintes aspectos.

- Publicidade (art.21, da Lei nº 8.666/93): acerca das publicações obrigatórias do termo de compromisso e seus aditivos, do aviso de licitação e contrato e aditivos foi identificada, conforme relatado em Informação específica. Porém, em razão da restrição de escopo, não foi possível verificar o cumprimento de todas as exigências legais.
- Habilitação econômico-financeiras (art.31, da Lei nº 8.666/93): Não foram identificadas exigências exorbitantes compatíveis com o porte do objeto licitado. Porém, em razão da restrição de escopo, não foi possível verificar o cumprimento de todas as exigências legais relativas aos documentos disponibilizados pelos licitantes.
- Habilitação técnica da empresa e do profissional de engenharia (art.30, da Lei nº 8.666/93): Não foram identificadas exigências exorbitantes compatíveis com o porte do objeto licitado. Porém, em razão da restrição de escopo, não foi possível verificar o cumprimento de todas as exigências legais relativas aos documentos disponibilizados pelos licitantes.

Com relação ao número de licitantes que adquiriram o edital, do total de empresas que apresentaram documentos de habilitação, do número de empresas que apresentaram propostas, das impugnações apresentadas pelos licitantes à Comissão de Licitação, a fim de apurar possível favorecimento, restrição de competitividade, ocorrência de conluio entre empresas, comissões de licitações e agentes municipais, montagem de processo licitatório, ocorrência de propostas fictícias ou de cobertura, não foi possível realizar a verificação em razão da restrição de escopo.

2.2.6. Deficiências no projeto básico e na licitação que acarretaram atrasos e reprogramação durante a execução do Convênio n.º 799931/2013.

Fato

Com relação à verificação da adequação dos prazos previstos, do estágio atual e da previsão de conclusão das obras, a inspeção física realizada, pela equipe da CGU, constatou que a obra está em execução, porém com cronograma em atraso.

Foram identificadas as seguintes deficiências no Projeto Básico e na Licitação que impactaram e ainda interferem no atraso para conclusão da obra:

A. Verificou-se as seguintes falhas na etapa de planejamento da licitação, durante o levantamento inicial do objeto (projeto básico, planilha orçamentária e memorial descritivo), que contém os documentos que delimitam a obra a ser licitada:

1) Edital da licitação, da concorrência nº 02/2014, item 3.4, de 05 de junho de 2014, previu visita técnica pelas licitantes aos locais da obra e respectiva emissão de "Atestado de Visita Técnica", expedida pela Municipalidade, conforme reprodução a seguir:

   "*3.4 Será obrigatória a realização de visita técnica pelas licitantes, naquela ocasião os interessados tomarão conhecimento de todas as peculiaridades das obras. A visita técnica deverá ser realizada por intermédio de seu(s) sócio(s) ou preposto qualificado e adequadamente inscrito no CREA, indicado pela empresa, nessa visita, será expedido o "Atestado de Visita Técnica" pelo Secretário Municipal de Obras ou por quem vier a ser designado pata o fim, que consistirá em documento obrigatório a ser incluído no envelope "A" Documentação nos termos do inciso III do artigo 30, da lei 8. 666/93. A Visita Técnica será realizada até o 3 ° (terceiro) dia útil anterior a data marcada para a apresentação das propostas, devendo ser previamente agendada junto a Secretaria Municipal de Obras."*

   Em resposta à Solicitação de Fiscalização nº 201700777/06, de 31 de maio de 2017, acerca da disponibilização dos referidos atestados, a Municipalidade informou, por e-mail, em 02 de junho de 2017, que conforme o material entregue anteriormente, só foram encontradas as folhas 132 em diante, do processo licitatório, e que nenhuma outra secretaria, inclusive a Diretoria de Licitações e Contratos, possui cópia das folhas 1 a 131. Logo, não foi possível comprovar o conhecimento prévio dos licitantes do objeto licitado/contratado.

2) Não houve previsão, no projeto básico, dos seguintes parâmetros técnicos, identificadas pela Prefeitura, em 21 de novembro de 2016, que requerem alterações no projeto:

   - Implantação de guarda corpo e de um muro para contenção de talude na calçada ao lado do córrego que margeia a Avenida Deputado José Cerqueira Garcia.

Foto 1 – Valão e Avenida Deputado José Cerqueira Garcia, Itaperuna (RJ), 25 de maio de 2017.

Foto 2 – Valão e Avenida Deputado José Cerqueira Garcia sem previsão de guarda corpo e muro de contenção, Itaperuna (RJ), 25 de maio de 2017.

- As dimensões das ruas e das calçadas divergem das medidas do projeto licitado e contratado.
- Existência de calçadas executadas por moradores e não representadas em projeto. Destaca-se que o loteamento possui edificações (residências) prévias à execução da obra de infraestrutura.

Em 21 de novembro de 2016, a Prefeitura de Itaperuna, por meio do Ofício n 168/SEPLAN/2016, solicitou reprogramação do contrato e do cronograma físico-financeiro motivadas por falhas de projeto, na etapa de planejamento da licitação, durante o levantamento

inicial do objeto (projeto básico, planilha orçamentária e memorial descritivo), que contém os documentos que delimitam a obra a ser licitada.

Assim, tais fatos impactaram nos prazos de execução, ensejaram alterações de projetos, que resultam em custos e ainda impactará nos prazos das etapas não iniciadas/não concluídas.

Frisa-se que a obra, desconsiderando o atraso para início, deveria ter sido concluída em 11 de maio de 2017 e, na citada data, a execução acumulada era de 48,84%. Levando em conta que metade das obras ainda serão realizadas e as alterações solicitadas de reprogramação, conclui-se que ainda não há previsão de conclusão das obras.

Por fim, não foram identificadas penalizações aos projetistas responsáveis pelo projeto básico.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do RELATÓRIO PRELIMINAR por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 01 de setembro de 2017, que encaminhou a planilha elaborada na rerratificação, datada de setembro de 2017, com os seguintes documentos relacionados: cronograma físico-financeiro e 11 plantas (1 nomeada de justificativa, 3 da medição acumulada e 7 da rerratificação).

Análise do Controle Interno

A rerratificação, em andamento, datada de setembro de 2017, prevê a implantação de guarda corpo e de um muro para contenção de talude ao lado do córrego que margeia a Avenida Deputado José Cerqueira Garcia.

Não houve disponibilização de informações sobre os procedimentos referentes às penalizações aos projetistas responsáveis pelo planejamento e projeto da obra.

Por fim, restou comprovado o início das tratativas adotadas pela Prefeitura para sanar a impropriedade técnica, uma vez que a rerratificação ainda não está efetivada.

Com relação as demais falhar identificadas, não foram encaminhadas providências.

Permanecendo o fato apontado pela equipe de fiscalização.

2.2.7. Atraso na execução do Convênio n.º 799931/2013.

Fato

A fim de verificar o cumprimento do cronograma de execução da obra, foi analisada a compatibilidade do estágio atual, via inspeção física, boletins de medição e informações

processuais, com a previsão de execução, formalizada no cronograma físico-financeiro e no plano de trabalho.

A seguir, são apresentados os dados obtidos sobre o estágio atual da obra:

- **Site CAIXA – Acompanhamento de Obras:**

- Percentual Obra/Serviços: 36,16 %;
- Data última medição: 27/10/2016;
- Situação Obra/Serviços: atrasada;
- Pendências de Engenharia registradas: Documentação técnica com pendências resultantes da análise.
- Total recebido pela Prefeitura: R$ 1.430.113,86 (até 23 de dezembro de 2016).

Fonte: site CAIXA – acompanhamento de obras, em 05 de junho de 2017.

- **Portal da Transparência da CGU:**

- Situação: em execução;
- Valor Liberado: 1.430.113,86;
- Início da Vigência: 31/12/2013;
- Fim da Vigência: 31/12/2018;
- Data Última Liberação: 23/12/2016.

Fonte: site Portal da Transparência da CGU, em 05 de junho de 2017.

- **Contrato n.º 004/2015**, de 06 de fevereiro de 2015:

- Prazo de execução: 22 de fevereiro de 2016 (12 meses a contar dia seguinte do recebimento, pela contratada, da autorização de início da execução dos serviços).
- Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2015, de 11 de maio de 2016:
  - ✓ Prorrogação em 12 meses a vigência contratual.
- Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 004/2015: Não disponibilizado. Assunto tratado em Constatação específica.

- **Plano de Trabalho e Cronograma Físico-Financeiro pactuados:**
  - Valor Liberado: 4.304.600,00;
  - Início da Vigência: 31 de dezembro de 2013.
  - Fim da Vigência: 31 de dezembro de 2014.
  - Período de execução: 360 dias.
  - Obs: dos meses 6 ao 12, o documento os identifica como ” mês 6 – 180 dias.”

- **Cronograma Físico-Financeiro Repactuado:**
  - Período de execução: 240 dias.
  - Conclusão da obra: maio de 2017.
- **Cronograma Físico-Financeiro Reprogramado:**
  - Período de execução: 8 meses.
  - Serviços a serem executados: 62,40% do montante contratado.

- **Boletins de Medição (BM):**

  Disponibilizados pela CAIXA.

Boletim de Medição	Data do BM	Período	Percentual por categoria*		Percentual Total	
			Executado	Acumulado	Executado	Acumulado
1	10/06/2015	18/05/2015 a 10/06/2015	1) 59,60% 2) 0,00% 3) 39,83% 4) 15,25% 5) 0,00%	1) 59,60% 2) 0,00% 3) 39,83% 4) 15,25% 5) 0 ,00%	4,38	4,38
2	30/07/2015	10/06/2015a 30/07/2015	1) 0,00% 2) 0,00% 3) 30,54% 4) 22,85% 5) 0,00%	1) 59,60% 2) 0,00% 3) 69,46% 4) 38,10% 5) 0,00%	6,44	10,82
3	Sem data	30/07/2015a 03/09/2015	1) 0,00% 2) 0,00% 3) 21,81% 4) 8,10% 5) 0,00%	1) 59,60% 2) 0,00% 3) 91,28% 4) 46,72% 5) 0,00%	2,43	13,25
4	Sem data	04/09/2015a 09/10/2015	1) 0,00% 2) 0,69% 3) 0,00% 4) 0,00% 5) 4,20%	1) 59,60% 2) 0,69% 3) 91,28% 4) 46,72% 5) 4,20%	1,00	14,25
5	Sem data	10/10/2015 a 04/03/2016	1) 40,00% 2) 9,82% 3) 0,00% 4) 1,08% 5) 4,31%	1) 100,00% 2) 10,51% 3) 91,28% 4) 47,80% 5) 8,51%	6,60	20,85
			1) 0,00%	1) 100,00%		

6	**Sem data**	**05/03/2016 a 13/05/2016**	**2) 12,74% 3) 0,00% 4) 1,50% 5) 16,31%**	**2) 23,25% 3) 91,28% 4) 49,29% 5) 24,82%**	**6,60**	**30,92**
7	**09/09/2016**	**14/05/2016 a 08/09/2016**	**1) 0,00% 2) 10,12% 3) 0,00% 4) 4,29% 5) 13,52%**	**1) 100,00% 2) 33,37% 3) 91,28% 4) 53,59% 5) 38,34%**	**8,95**	**39,87**
8	**Sem data**	**08/09/2016 a 20/02/2017**	**1) 0,00% 2) 7,74% 3) 0,00% 4) 16,14% 5) 16,38%**	**1) 100,00% 2) 39,18% 3) 91,28% 4) 67,74% 5) 50,53%**	**10,90**	**48,84**

Quadro 1: Elaborado a partir dos boletins de medicação.

*** Legenda das categorias:**

1. Serviços preliminares
2. Fornecimento e assentamento de paralelo
3. Sinalização Preventiva
4. Drenagem
5. Execução de calçadas

➢ Relatório de Acompanhamento de Engenharia – RAE/CAIXA:

Inspeção/RAE / Data	**Prazo decorrido (dias)**	**Atraso/ adiantamento (dias e %)**	**Serviços acumulados por categoria* (%)**		**Serviços (%)**		**Serviços Acumulados (%)**	
			Previsto	**Executado**	**Previsto**	**Executado**	**Previsto**	**Executado**
1ª 067/2015 04/08/2015	**111**	**-96 - 26,2%**	**1) 5,00% 2) 5,00% 3) ------ 4) 5,00% 5) 5,00%**	**1) 55,66% 2) 0,00% 3) -------- 4) 15,25% 5) 0,00%**	**4,81**	**4,21**	**4,81**	**4,21**
2ª Sem Número 04/09/2015	**142**	**- 104 -28,5%**	**1) 10,00% 2) 10,00% 3) ----- 4) 10,00% 5) 10,00%**	**1) 61,48% 2) 0,00% 3) ---- 4) 38,10% 5) 0,00%**	**4,81**	**6,20**	**9,62**	**10,405**

4ª Sem Número 30/12/2015	**7,6 meses**	**-----**	Não disponível.	Não disponível	**-----**	**-----**	**15**	**14,25**
5ª Sem Número 05/04/2016	**10,8 meses**	**-------**	Não disponível.	Não disponível	**----**	**----**	**15**	**20,85**
6ª Sem Número 21/06/2016	**13,2 meses**	**-------**	Não disponível.	Não disponível	**----**	**----**	**15**	**30,92**
7ª 31/2016 01/11/2016	**17,5 meses**	**-------**	Não disponível.	Não disponível	**----**	**----**	**100**	**36,16**
Quadro 2: Elaborado a partir dos Relatório de Acompanhamento de Engenharia da CAIXA.								

- **Inspeção Física – Estágio da execução:**

<u>Loteamento São Manoel</u>:

- ✓ José Mendes Martins: calçadas, drenagem e pavimentação concluídas.
- ✓ Manoel Martins: calçadas, drenagem e pavimentação concluídas.
- ✓ Abílio Martins da Silva: drenagem concluída. Pavimentação e calçadas em execução.
- ✓ Tenente Antônio José da Silva: calçadas e drenagem concluídas. Pavimentação em execução.
- ✓ Deputado José Cerqueira Bastos: drenagem e movimentação de terra em execução. Pavimentação e calçadas não realizadas.
- ✓ Dr. Dirceu Cardoso de Lima: drenagem em conclusão. Calçadas concluídas. Pavimentação não realizada.
- ✓ Mozart Bastos Soares: drenagem realizada nas ruas transversais. Pavimentação não prevista.
- ✓ Antônio Armond Boechat: calçadas, drenagem e pavimentação concluídas.
- ✓ Dr. Morvam Alves Moreira: calçadas e drenagem concluídas. Pavimentação em conclusão.
- ✓ Antônio Rossi Bastos: calçadas, drenagem e pavimentação concluídas até a Rua Tenente Antônio José da Silva. Após esta rua, há previsão de calçadas e drenagem superficial.

<u>Loteamento João Bedim</u> - Rua Nair Almeida Cerqueira: obra não iniciada.

Em 05 de junho de 2017, a previsão de conclusão estava formalizada e prevista, no Termo de Compromisso, para 31 de dezembro de 2018. O termo aditivo contratual vigente expirou em 11 de maio de 2017. Assim, a execução não possui amparo contratual desde o dia 12 de maio de 2017.

A inspeção física, as plantas, os dados dos boletins de medição e os RAE´s apresentaram compatibilidade entre estágios de execução.

Houve o atraso de 96 dias para o início da obra, em 18 de maio de 2015, que representou 26,2% do prazo inicialmente pactuado, conforme relatado pela CAIXA. Acrescenta-se, que a referida instituição identificou o prazo de execução da obra como atrasado, a partir do 4º Relatório de Acompanhamento de Engenharia RAE/CAIXA, de 3 de dezembro de 2015.

Adicionalmente, a reprogramação da obra informa que a conclusão deveria ter ocorrido em maio de 2017 e na referida data a execução acumulada encontrava-se em 48,84%, conforme o último (oitavo) boletim de medição, com aferição até 20 de fevereiro de 2017.

Assim, restou comprovado o atraso nos procedimentos formais e na execução da obra, que foi pactuada em dezembro de 2013, autorizada e iniciada em maio de 2015, com previsão de 12 meses para execução, e em junho de 2017 está com execução aproximada de 50%.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do RELATÓRIO PRELIMINAR por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 01 de setembro de 2017, que encaminhou a planilha elaborada na rerratificação, datada de setembro de 2017, com os seguintes documentos relacionados: cronograma físico-financeiro e 11 plantas (1 nomeada de justificativa, 3 da medição acumulada e 7 da rerratificação).

Análise do Controle Interno

Considerando que a rerratificação, em andamento, está datada de setembro de 2017 e quereprogramou a execução para nove meses, infere-se que, a contar de outubro de 2017, a obra deverá ser concluída em junho de 2018.

Adiciona-se que a rerratificação altera os itens originalmente contratados, exceto nos itens 3.1 e 3.2, conforme totalização dos valores apresentada no quadro a seguir:

Quadro 1: Rerratificação em setembro de 2017.	
Prazo de execução (acrescido)	Nove meses

Itens	Total acrescido do BDI (R$)
Excluídos/reduzidos	- 460.743,34
Acrescidos	166.430,37
Inseridos (os itens não foram localizados na planilha)	456.617,71
Total rerratificado (R$)	**162.304,74**
Fonte: elaborado a partir de informações extraídas da planilha de rerratificação e projetos afins.	

Ainda, a rerratificação do contrato, objetivando a conclusão do objeto, representa o acréscimo no prazo de execução de nove meses e elevação de custos de R$ 162.304,74.

Cabe destacar a iniciativa da Prefeitura, após a identificação pela CGU das impropriedades, em realizar os ajustes técnicos e contratuais, a fim de sanar as falhas para viabilizar a conclusão das obras. Porém, não foram encaminhados termos aditivos ou quaisquer documentos, que evidenciam a efetivação da rerratificação contratual, comprovada a ciência/concordância da empresa contratada e da CAIXA.

De acordo com os documentos disponibilizados, as tratativas acerca da rerratificação do contrato foram iniciadas e estão em andamento, mas o processo ainda não foi concluído, de modo que ainda não há validade jurídica dos documentos encaminhados e, consequentemente, data prevista para o início da contagem do prazo para o prazo de execução firmado no termo aditivo.

Permanecendo o fato apontado pela equipe de fiscalização, uma vez que os ajustes realizados (rerratificação) ainda estão em andamento e dos impactos já existentes causados pelos atrasos e custos extras.

2.2.8. Utilização de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART´s) de execução e fiscalização expirados em obras executadas pela Secretaria Municipal de Obras de Itaperuna/RJ.

Fato

Considerando que os registros técnicos obrigatórios de responsabilidade técnica é o instrumento que formaliza o compromisso do profissional com a qualidade dos serviços prestados, a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, preceitua e delibera sobre a obrigatoriedade da Anotação de Responsabilidade Técnica –ART, conforme artigo a seguir:

> *Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).*

Por meio da Solicitação de Fiscalização 201700777/08, de 12 de junho de 2017, foram solicitados as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de execução e de fiscalização da obra, em andamento, a partir de 12 de maio de 2016, sob responsabilidade da Prefeitura.
Foi disponibilizada a ART nº OL00634140, referente à fiscalização, sem a respectiva guia de pagamento e com vigência expirada em 11 de junho de 2017. Acrescenta-se que não foi possível atestar a data de emissão do documento.
Em 21 de junho de 2017, via Solicitação de Fiscalização 201700777/09, foi solicitada a guia de pagamento da Anotação acima descrita, a ART de fiscalização e guia de pagamento a partir de 11 de junho de 2017 e da ART e guia de pagamento referente à execução a partir de maio de 2016.
Não houve disponibilização dos referidos documentos até o dia 26 de junho de 2016,
Logo, não foi possível atestar a emissão das ART's de execução e fiscalização com vigência a partir de 12 de maio de 2016.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do RELATÓRIO PRELIMINAR por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 01 de setembro de 2017, que encaminhou a planilha elaborada na rerratificação, datada de setembro de 2017, com os seguintes documentos relacionados: cronograma físico-financeiro e 11 plantas (1 nomeada de justificativa, 3 da medição acumulada e 7 da rerratificação).

Análise do Controle Interno

A Prefeitura Municipal de Itaperuna não disponibilizou os documentos faltantes.
Permanecendo o fato apontado pela equipe de fiscalização.

2.2.9. Notificação intempestiva e insuficiente pela Prefeitura sobre a liberação de recurso federal aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais, com sede no município.

Fato

Com relação à notificação realizada pela Prefeitura acerca do repasse do recurso federal recebido aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais,

com sede no município, o art.2º, da Lei nº 9.452/97, determina:

> *"Art. 2° A Prefeitura do Município beneficiário da liberação de recursos, de que trata o art. 1° desta Lei, notificará os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos.*
>
> *Art. 3° As Câmaras Municipais representarão ao Tribunal de Contas da União o descumprimento do estabelecido nesta Lei."*

Em resposta à Solicitação de Fiscalização nº 20170777/04 e 7, de 12 de maio e 05 de junho de 2017, a municipalidade encaminhou o Ofício SMF nº 290/2015, de 22 de maio de 2017, onde informou o recebimento de R$ 88.590,00, a um partido político.

Assim, evidenciou-se que as publicações foram intempestivas, insuficientes, sem identificação do recurso repassado e de valor parcial acerca do montante já repassado de R$ 88.590,00, conforme informação da CAIXA de repasse já efetuado de R$ 1.430.113,86.

Manifestação da Unidade Examinada

Notificada do teor do RELATÓRIO PRELIMINAR por meio do Ofício nº 14.221/2017/GAB/RJ/Regional/RJ-CGU, de 24 de agosto de 2017, a Prefeitura Municipal de Itaperuna manifestou-se por e-mail, em 01 de setembro de 2017, que encaminhou a planilha elaborada na rerratificação, datada de setembro de 2017, com os seguintes documentos relacionados: cronograma físico-financeiro e 11 plantas (1 nomeada de justificativa, 3 da medição acumulada e 7 da rerratificação).

Análise do Controle Interno

A Prefeitura Municipal de Itaperuna não disponibilizou os documentos faltantes.

Permanecendo o fato apontado pela equipe de fiscalização.

3. Conclusão

Com base nos exames realizados, concluiu-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado, tendo em vista as seguintes ocorrências identificadas: ART´s de execução e fiscalização expirados, execução sem cobertura contratual, falta de detalhamento das glosas da CAIXA, deficiências nos controles sobre efetivação das glosas da CAIXA, notificação intempestiva

e insuficiente pela Prefeitura sobre a liberação de recurso federal aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais, com sede no município, deficiências no projeto básico e licitação que acarretaram atrasos, superfaturamento de R$ 220.510,90 e potencial prejuízo de R$ 204.167,51, conforme relatado nas Constatações 2.1.3, 2.1.4, 2.2.1, 2.2.3, 2.2.4, 2.2.6, 2.2.7, 2.2.8, 2.2.9 e 2.2.10 deste relatório.

Ordem de Serviço: 201701032
Município/UF: Itaperuna/RJ
Órgão: MINISTERIO DO ESPORTE
Instrumento de Transferência: Convênio - 806376
Unidade Examinada: MUNICIPIO DE ITAPERUNA
Montante de Recursos Financeiros: R$ 584.073,00

1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 22 a 26 de maio de 2017 sobre a aplicação dos recursos do Programa 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos / Ação 20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

A ação de fiscalização destinou-se a verificar a execução do Programa Segundo Tempo, objeto do Convênio nº 806376/2014 no Município de Itaperuna/RJ, no valor de R$ 584.073,00, sendo R$ 556.260,00 da União e o restante de contrapartida.
Destaca-se que não houve restrição de escopo.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

2.1.1. Informações gerais sobre o Convênio nº 806376/2014, celebrado entre o Ministério do Esporte e a Prefeitura Municipal de Itaperuna para desenvolvimento do Programa Segundo Tempo.

Fato

O Ministério do Esporte – ME e a Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ – CNPJ nº 28.916.716/0001-52, por meio do Processo nº 58701.001629/2014-63 e a proposta SICONV nº. 038092/2014, celebraram o Convênio nº. 806376/2014, com o objetivo geral de ampliação da prática do esporte como forma de inclusão social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, democratizando o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social.

O referido convênio possui as seguintes características:

- Objeto: "Implantação de 10 (dez) núcleos de esporte educacional do Programa Segundo Tempo, em atendimento às crianças, jovens e adolescentes no município de Itaperuna-RJ".
- Valor: R$584.073,00, cabendo R$556.260,00 à concedente e R$27.813,00 ao convenente, a título de contrapartida financeira.
- Período de Vigência: por 24 meses a partir de sua assinatura, que se deu em 9 de dezembro de 2014. Prorrogada até 18 de março de 2018, por meio do Primeiro Termo Aditivo, de 8 de dezembro de 2016.
- Integralização das parcelas:

  Primeira parcela do concedente: R$294.630,00, em 2 de fevereiro de 2015;

  Segunda parcela do concedente: R$261.630,00, ainda não repassada.

  Primeira e única parcela do convenente: R$27.813,00, em 27 de julho de 2015.

  Os recursos foram movimentados na conta específica do convênio de nº 0060001864, da agência 0182/1 da Caixa Econômica Federal, segundo registros do SICONV.
- Plano de Trabalho: conforme detalhado a seguir.

Quadro: Plano de Trabalho

Em R$

Meta	Especificação	Etapa	Especificação	Valor
1	Planejamento e desenvolvimento do projeto	1	Encargos sociais	60.960,00
		2	Material esportivo	33.000,00
		3	Recursos humanos	462.300,00
TOTAL META 1				***556.260,00***
2	Divulgação/identificação e material permanente (contrapartida)	1	Boné tactel	9.680,00
		2	Garrafas squeeze	3.300,00
		3	Material permanente	6.033,00
		4	Produção de banners	1.400,00
		5	Produção de faixas	1.400,00
		6	Produção de placas	6.000,00
TOTAL META 2				***27.813,00***
TOTAL DO CONVÊNIO				**584.073,00**

Fonte: Plano de Trabalho.

Em 18 de junho de 2014, a Coordenação Geral de Formalização do Departamento de Gestão de Programas da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte emitiu o Parecer Técnico nº 76/2014 - CGFOR/DEGEP/SNELIS/ME se manifestando favoravelmente à aprovação do pleito. Na mesma data, o Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social aprovou o Plano de Trabalho do convênio em tela.

Em 18 de julho de 2016, por meio do Ofício nº 156/2016-CGAO/DEGEP/SNELIS/ME, foi concedida a Ordem de Início para o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo pela Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional do Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social da Secretaria Nacional e Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte.

Em relação à execução das metas e etapas, a comparação entre o previsto no Plano de Trabalho e o realizado encontra-se detalhada no quadro a seguir.

Quadro: Plano de Trabalho – Previsto x Realizado

Em R$

Meta	Etapa	Descrição das etapas	Valor Previsto	Valor Executado	% Realizado
1	1	Encargos sociais	60.960,00	9.089,35	14,91%
	2	Material esportivo	33.000,00	25.883,57	78,44%
	3	Recursos humanos	462.300,00	146.990,65	31,80%
TOTAL META 1			***556.260,00***	***181.963,57***	***32,71%***
2	1	Boné tactel	9.680,00	9.680,00	100,00%
	2	Garrafas squeeze	3.300,00	3.300,00	100,00%
	3	Material permanente	6.033,00	0,00	0,00%
	4	Produção de banners	1.400,00	1.400,00	100,00%
	5	Produção de faixas	1.400,00	1.400,00	100,00%
	6	Produção de placas	6.000,00	6.000,00	100,00%
TOTAL META 2			***27.813,00***	***21.780,00***	***78,31%***
TOTAL DO CONVÊNIO			**584.073,00**	**203.743,57**	**34,88%**

Fonte: Extrato bancário da conta específica do convênio, liquidações no SICONV e documentos comprobatórios das despesas.

Verificou-se que todas as despesas executadas estavam comprovadas e mantinham aderência com o Plano de Trabalho aprovado e com os objetivos do convênio.

Importante destacar que as despesas com recursos humanos e encargos sociais referem-se ao período de julho a dezembro de 2016 e 13º salário de 2016. A partir de 2017, não houve mais pagamento aos professores e monitores do Programa e as atividades foram paralisadas a partir de fevereiro de 2017, logo após a colônia de férias realizada no início do ano. Tal fato está detalhado no item 2.2.1 deste Relatório.

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Execução do Programa Segundo Tempo paralisada no Município de Itaperuna/RJ em 2017.

Fato

Na fiscalização *in loco* no Município de Itaperuna/RJ, realizada no período de 22 a 26 de maio de 2017, constatou-se que o Programa Segundo Tempo – PST se encontra paralisado desde fevereiro de 2017.

Os salários dos professores, monitores e coordenador pedagógico do Programa foram pagos até janeiro de 2017. A partir de fevereiro de 2017, não houve pagamento dos salários e, segundo informações da atual gestão da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, bem como do coordenador pedagógico do PST, as últimas atividades do programa foram dentro da colônia de férias realizada em janeiro.

Cabe esclarecer que o coordenador pedagógico está afastado de suas atividades, inclusive da atual gestão responsável pelo Programa no município, mas segundo informações prestadas, por meio de entrevista e em resposta à SF 201701032/02, ainda exerceu suas funções até abril, mesmo sem receber salário.

Dos dez professores/coordenadores de núcleo que foram contratados desde o início do PST, sete ainda possuem contratos vigentes. Contudo, devido à falta de pagamento do salário, estão afastados de suas funções, assim como todos os nove monitores contratados desde o início e que ainda estão com contratos vigentes.

Cabe destacar que um professor ainda presta serviço no PST, dando aulas de natação três vezes por semana no Núcleo Poliesportivo/Surubi, núcleo melhor estruturado do município e onde também funciona a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Segundo informações desse professor, ele espera receber os salários atrasados quando o Programa voltar à normalidade no município.

Em resposta à Solicitação de Fiscalização – SF nº 201701032/01, por meio da qual foram solicitados alguns documentos, o coordenador geral do PST no município atualmente, porém ainda não formalizado junto ao Ministério do Esporte, apresentou a seguinte informação:

> *"O convênio encontra-se com uma paralisação em suas atividades desde janeiro deste mesmo ano, devido a atrasos em pagamentos dos colaboradores, justificada pela demora no trâmite de suplementação do saldo orçamentário do convênio. Com os devidos atrasos, não estamos tendo frequência dos professores e monitores em suas atividades, portanto havendo a necessidade da paralisação momentânea para regularização e então oferecer atendimento adequado ao público alvo do programa".*

Por meio da Solicitação de Fiscalização nº 201701032/02, de 24 de maio de 2017, foi solicitado também ao coordenador pedagógico afastado de suas funções que justificasse a paralisação do PST no município. Em resposta, ele apresentou a seguinte justificativa:

> *"Quanto a paralização o que tenho a informar é que o Projeto estava em pleno funcionamento até Dezembro de 2016, após longo tempo de estruturação. Acontece que com o novo governo, houve mudança de coordenador geral, que logo após a Colônia de Férias que funcionou no mês de janeiro, em conjunto com o Projeto Segundo Tempo, mandou que as atividades nos núcleos paralisassem para que houvesse uma reestruturação nos núcleos. O que nunca houve até então.*
>
> *Alguns núcleos continuaram funcionando. Eu como coordenador pedagógico continuei fiscalizando as atividades dos núcleos em funcionamento e indo ao a Secretaria de Esporte Municipal, núcleo do Poli, onde eu sempre fiquei a disposição de todos os professores, do secretário de esportes e do coordenador geral, até o final do mês de Abril.*
>
> *Ocorre que como não houve pagamento, somente o referente ao mês de janeiro, no final de março, todos paramos as atividades e começamos a*

procurar a Prefeitura para que pudessem regularizar os pagamentos, pois dependemos dele para sustento de nossa família".

Diante da informação apresentada pelo coordenador geral em atendimento à SF 201701032/01 e tendo em vista que está disponível na conta corrente específica do convênio o valor de R$ 173.530,28 (em 24 de maio de 2017), além de o crédito adicional especial para a execução do convênio ter sido autorizado por meio da Lei Municipal nº 743, de 30 de março de 2016, bem como pelo Decreto Municipal nº 4.907, de 1º de abril de 2016, foi solicitado ao prefeito municipal que esclarecesse melhor o motivo pelo qual o PST se encontra paralisado, mais especificamente o seguinte trecho da informação apresentada: "*devido a atrasos em pagamentos dos colaboradores, justificada pela demora no trâmite de suplementação do saldo orçamentário do convênio*".

Em resposta à Solicitação de Fiscalização nº 201701032/03, o Secretário Municipal de Administração prestou a seguinte informação:

> "*Segue em anexo, Mensagem nº 009/2017 protocolado na Câmara Municipal no dia 03/05/2017, sendo que foi enviado pelo Gabinete do Prefeito no dia 24/04/2017 e anda não retornou da Câmara Municipal.*
>
> *Com relação à abertura de crédito adicional especial no exercício de 2016, não foi possível aproveitá-lo no exercício de 2017, pois a Lei Municipal e o Decreto Orçamentário não foram feitos nos últimos quatro meses, conforme art. 167, IV, § 2º da Carta Magna,* in verbis*:*
>
>> *Art. 167 [...]*
>> *IV [...]*
>> *§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente".*

A mensagem citada refere-se ao encaminhamento do Projeto de Lei "*que autoriza a abertura de **Crédito Adicional Especial** no orçamento vigente do Poder Executivo, objetivando **a Manutenção de Núcleos de Esporte Educacional denominado "Segundo Tempo**", firmado entre a União por intermédio do Ministério dos Esportes e a Prefeitura Municipal de Itaperuna".*

Contudo, a mensagem é datada de 24 de abril de 2017 e recebida no protocolo da Câmara Municipal somente em 3 de maio de 2017. Ressalte-se que somente após terem transcorridos quase quatro meses da posse da nova gestão, foi elaborado o Projeto de Lei para execução do orçamento específico do Programa, além de ter demorado quase 10 dias para a mensagem que o encaminhou ter chegado na Câmara Municipal.

Devido à ausência da previsão dessa despesa na LOA 2017, bem como a demora nos trâmites burocráticos entre os Poderes Executivo e Legislativo no Município de Itaperuna/RJ, o Programa está paralisado, prejudicando a melhoria da qualidade de vida de centenas de crianças que se encontram em áreas de vulnerabilidade social, em desacordo, portanto, com

os objetivos previstos no Projeto Técnico apresentado para a celebração do Convênio nº. 806376/2014, conforme já citado no item 2.1.1.

Manifestação da Unidade Examinada

Em manifestação apresentada frente ao Relatório Preliminar com os resultados da fiscalização realizada pela Controladoria-Geral da União no Estado do Rio de Janeiro, o Secretário de Esporte e Lazer do Município de Itaperuna-RJ, por meio de documento s/nº e sem data, encaminhado por meio do OF/GP/Nº 639/2017, de 11 de setembro de 2017, apresentou a seguinte informação:

> *"O Programa Segundo Tempo está em fase de elaboração de novo processo seletivo para contratação de pessoal, pois os aprovados 1º processo seletivo já tiveram seus contratos renovados por 01 vez, não cabendo nova renovação, de acordo com art. 3º, §2º da Lei Municipal 471".*

Análise do Controle Interno

A informação apresentada indica que de fato o PST sofreu uma desaceleração no que compete à implementação de políticas públicas no Município de Itaperuna-RJ, conforme Projeto Técnico apresentado para a celebração do Convênio nº. 806376/2014, tendo em vista que já era de conhecimento, desde a renovação dos contratos de trabalho dos professores e monitores, que se deu em 10 de dezembro de 2016, que os contratos de trabalho se encerrariam em 09 de junho de 2017, conforme cláusula segunda dos Termos de Prorrogação dos Contratos de Trabalho, e, apesar disso, em agosto de 2017, o novo processo seletivo para contratação de pessoal ainda está em fase de elaboração.

2.2.2. Controle insatisfatório da distribuição e guarda dos materiais adquiridos.

Fato

De acordo com informações apresentadas pelo coordenador pedagógico do Programa Segundo Tempo – PST, confirmada com o único professor que ainda continua exercendo suas atividades, até maio de 2017, somente uma vez, no início do Programa, foram distribuídos materiais esportivos para os coordenadores de núcleos.

Confrontando o quantitativo desses materiais distribuídos, relacionados nos Termos de entrega de material, disponibilizados em resposta à SF 201701032/02, com o quantitativo dos materiais adquiridos e em estoque na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, alguns dos materiais não foram localizados, o que indica um controle insatisfatório dos materiais esportivos.

A seguir, conciliação entre o quantitativo distribuído e o estocado com o quantitativo comprado de alguns materiais esportivos.

Quadro – Materiais distribuídos x estocados x adquiridos

Material	Distribuído	Estocado	Distribuído + Estocado	Adquirido	Não localizado
Jogo de xadrez	11	21	32	34	2
Saco p/ transportar bolas	10	0	10	10	0
Cone 50cm	33	0	33	40	7
Cone 25cm	33	0	33	40	7
Bomba c/ bico	6	0	6	10	4
Bico de bomba	1	21	22	30	8
Kit badmington	3	8	11	12	1
Jogo de damas	0	35	35	40	5
Apito	0	3	3	7	4
Redes de basquete (par)	0	10	10	10	0
Jogo resta 1	0	0	0	20	20
Dardo	0	0	0	3	3
Peso de arremesso	0	0	0	1	1
Disco de PVC masc.	0	0	0	7	7
Disco de PVC fem.	0	0	0	6	6

Fonte: Termos de entrega de material, NF nº 000.000.467 e inspeção no almoxarifado da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Segundo informações do coordenador pedagógico, o material distribuído no início do Programa está com os coordenadores de núcleo/professores e/ou monitores, mesmo estes estando afastados de suas funções e o Programa paralisado no município. Em resposta à Solicitação de Fiscalização nº 201701032/02, de 24 de maio de 2017, o coordenador pedagógico do PST apresentou a seguinte informação:

> *"Os materiais esportivos foram entregues aos professores para que pudessem levar para os núcleos em que atuavam, tendo em vista que deixar na Secretaria de Esportes era inviável, pois os núcleos eram bem distantes do local. Também não tinha como deixar nos núcleos, vez esses também eram utilizados por outros projetos, programas, escolas e muitos nem tinham local para guardar.*
>
> *Ainda continua com os profissionais, pois muito embora esteja a algum tempo paralisado, alguns núcleos continuaram a funcionar para atender a demanda de alunos e por que ainda está em vigência o contrato feito com a prefeitura e os professores, ou seja, ainda estão todos contratados oficialmente para o Programa Segundo Tempo."*

Cabe ressaltar que, por meio da Solicitação de Fiscalização nº 201701032/01, encaminhada inicialmente à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, foi também solicitada a relação de materiais recebidos por núcleo. Em resposta, o coordenador geral do PST atualmente, mas ainda não formalizado junto ao Ministério do Esporte, apresentou um quantitativo, detalhado no quadro a seguir, diferente dos materiais esportivos recebidos nos núcleos e informado na resposta à SF nº 20101032/02 apresentada pelo coordenador pedagógico.

Quadro – Materiais distribuídos aos núcleos, segundo coordenador geral

Material	**N1**	**N2**	**N3**	**N4**	**N5**	**N6**	**N7**	**N8**	**N9**	**N10**	**Total**
Bola de vôlei		2	2	2		2	2	2	2	2	16
Bola de futsal	2	2	2	2	2		2	2		2	16
Bola futebol campo	2	2	2	2	2	2		2	2		16

Material	N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	N8	N9	N10	Total
Bico de bomba	2										2
Kit badmington				1	1						2
Bola de basquete	2	2	2	2	2	2	2	2		2	18
Bola de handball	2	2		2	2	2	2	2	2	2	18
Corda coletiva	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
Corda individual	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	50
Bola de iniciação	2		4			4	5				15
Dardo atletismo									1		1
Disco atletismo		1									1

Fonte: Resposta SF nº 201701032/01

OBS: N1 = Núcleo Poliesportivo/Surubi, N2= Núcleo Retiro do Muriaé, N3 = Núcleo Venâncio, N4 = Núcleo Raposo, N5 = Núcleo Aeroporto, N6 = Núcleo Até, N7 = Núcleo Vinhosa, N8 = Núcleo Niterói, N9 = Núcleo Frigorífico e N10 = Núcleo Castelo.

Conforme se observa, o quantitativo e tipo de materiais esportivos distribuídos informado pelo coordenador geral é muito diferente dos materiais recebidos pelos núcleos, segundo os termos de recebimento assinados pelos professores/coordenadores de núcleos fornecidos pelo coordenador pedagógico do PST.

Além disso, cabe ressaltar algumas inconsistências na distribuição, como bolas de basquete distribuídas a núcleos que não possuem quadra e/ou tablados (Núcleos Castelo e Muriaé), bolas de handball distribuídas a núcleo que não possui quadra (Núcleo Frigorífico) e bolas de futebol de campo distribuídas a núcleo que não possui campo (Núcleo Niterói).

Além dos materiais esportivos, nove das vinte faixas e dez dos vinte banners que foram confeccionados também não foram localizados, o que corrobora a existência de um controle insatisfatório dos materiais. As faixas e os banners localizados estavam guardados na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e uma faixa ainda estava pendurada no alambrado da quadra do Núcleo Niterói. Em relação aos painéis eletrônicos, os dez adquiridos se encontravam armazenados no mesmo local das faixas e banners.

Cabe ressaltar que constam no SICONV fotos dos núcleos com faixas e banners afixados de modo a divulgar o Programa.

A seguir, algumas das fotos inseridas no SICONV (com faixas e banners) e outras tiradas quando da visita da equipe de fiscalização da CGU a alguns núcleos (sem as faixas e os banners), no período de 22 a 26 de maio de 2017, além de algumas fotos dos materiais estocados na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Itaperuna/RJ.

Figuras – Alguns núcleos com e sem faixas e banners e material estocado

Núcleo Frigorífico que só possui um campo e recebeu bola de handball.	Núcleo Niterói ainda com faixa do PST e sem campo para utilização da bola de futebol de campo recebida.
Núcleo Castelo com uma faixa afixada.	Núcleo Castelo sem a faixa em maio/2017 e sem tablado de basquete.
Núcleo Poliesportivo/Surubi com um banner afixada	Núcleo Poliesportivo/Surubi sem o banner em maio/2017

Núcleo Retiro com dois modelos de banners afixados, sendo um do M. Esporte e um da P.M.	Núcleo Retiro com o único banner que restou, o qual não é o modelo do M. do Esporte, em maio/2017
Banners e faixas estocados na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	
Jogos de damas, trilhas, xadrez e kit para badmington estocados na mesma secretaria	

Ressalte-se que quando da visita aos Núcleos Castelo, Poliesportivo/Surubi e Retiro não foi verificada a afixação de *Banners.* Entretanto há material disponível estocado na Secretaria de Esporte e Lazer do Município de Itaperuna-RJ que poderia ser utilizado, o que corrobora o controle insatisfatório quanto à utilização material.

Manifestação da Unidade Examinada

Em manifestação apresentada frente ao Relatório Preliminar com os resultados da fiscalização realizada pela Controladoria-Geral da União no Estado do Rio de Janeiro, o Secretário de Esporte e Lazer do Município de Itaperuna-RJ, por meio de documento s/nº e sem data, encaminhado por meio do OF/GP/Nº 639/2017, de 11 de setembro de 2017, apresentou a seguinte informação:

> *"A gestão anterior não forneceu nenhum documento para a atual gestão, referente ao controle de materiais entregue aos núcleos, possuindo somente a informação inverídica que foi passada ao SICONV pela gestão anterior. A atual administração está fazendo um adequado e rigoroso controle para os materiais que estão em nossa posse para uma melhor gestão de uso.*
>
> *Quanto as faixas, banners e painéis eletrônicos, todos serão instalados com o retorno das atividades do programa."*

Análise do Controle Interno

Cabe destacar que o quantitativo de materiais distribuídos aos núcleos informado pela atual administração, por meio da resposta à Solicitação de Fiscalização nº 201701032/01 apresentada pelo coordenador geral do PST, corresponde ao quantitativo constante dos Planejamentos Pedagógicos dos Núcleos – PPNs elaborados quando do início do Programa e constantes do SICAPP – Sistema de Consulta e Adaptação de PPs. Já a informação apresentada pelo coordenador pedagógico afastado, em resposta à Solicitação de Fiscalização nº 201701032/02, foi comprovada pelos Termos de entrega de material assinados pelos professores que receberam os materiais quando do início da execução do PST no Município, portanto, a princípio, mais consistente que a informação retirada dos PPNs e apresentada pela atual administração.

O que se verifica é que há falhas de comunicação entre os responsáveis pelo PST atualmente no Município (Secretário de Esporte e Lazer e coordenador geral do PST) e os executores do PST até janeiro de 2017 (coordenador pedagógico, professores e monitores).

Portanto, a informação apresentada pelo Secretário de Esporte e Lazer, de que "a *gestão anterior não forneceu nenhum documento para a atual gestão, referente ao controle de materiais entregue aos núcleos"* apenas corrobora a constatação de que o controle de distribuição e guarda dos materiais adquiridos é insatisfatório.

Quanto à existência de informação inverídica "passada ao SICONV" pela gestão anterior, não foi possível compreender a que informação inverídica o Secretário de Esporte e Lazer se refere.

2.2.3. Realização de dois pregões presenciais, contrariando determinação contida na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, acarretando em baixo número de licitantes.

Fato

Para aquisição de material esportivo e material de publicidade para divulgação do Programa Segundo Tempo, foram realizados os processos licitatórios nº 11.718/2015 e nº 11.717/2015, respectivamente, na modalidade Pregão Presencial: nº 20/2015 para material esportivo e nº 22/2015 para material de publicidade e propaganda.

No Pregão Presencial nº 20/2015 foram adquiridas bolas, redes, cordas, cones, apitos, jogos de xadrez, damas e resta 1, kits para badmington, entre outros, totalizando trinta itens de material esportivo. Cinco empresas receberam o edital, mas apenas duas empresas enviaram propostas, sendo que somente uma participou da sessão de lances e foi vencedora em todos os itens. O objeto foi adjudicado para a empresa Universo Sportivo Comercial Ltda – CNPJ 13.021.219/0001-19, pelo valor de R$ 25.883,57.

No Pregão Presencial nº 22/2015 foram adquiridos bonés, squeezes, faixas, banners e placas luminosas. Três empresas receberam o edital, porém somente a empresa Serri e Soares Comunicação Visual Ltda – CNPJ 07.400.158/0001-06 apresentou proposta, sagrando-se vencedora em todos os cinco itens, no valor total de R$ 21.780,00.

A realização do Pregão na forma "presencial" contraria o disposto na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, que em seu art. 62, § 1º determina:

> *"Para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, sendo utilizada preferencialmente a sua forma eletrônica."*

O Prefeito Municipal apresentou a seguinte justificativa para a realização dos pregões na forma presencial, conforme declaração inserida no SICONV:

> *"(...) venho informar que a escolha Municipal pelo Pregão Presencial, ao invés do Eletronico, foi feita com o intuito de celeridade no processo de licitação e entrega imediata do material esportivo.*
>
> *Isso porque, o Município está apressado em cumprir todas as etapas para conseguir o mais rápido possível a Ordem de Início, visto que se encontra muito próximo da data de expiração do prazo final fornecido pela Secretaria Nacional de Esporte.*
>
> *Ademais, com o Pregão Eletrônico empresa de qualquer parte do país pode conseguir vencer a licitação, o que dificultaria e atrasaria a entrega e a aprovação dos materiais.*
>
> *Assim, pela celeridade do processo e da entrega do material foi escolhido o Pregão na forma Presencial."*

Contudo, o Pregão nº 20/2015 foi homologado em 12 de agosto de 2015 e a nota fiscal do material esportivo somente foi emitida em 2 de dezembro de 2015, aproximadamente quatro meses após a homologação do processo; tempo que seria suficiente para entrega de material de qualquer parte do país.

Já o Pregão nº 22/2015 foi homologado em 4 de setembro de 2015, aproximadamente sete meses e meio antes da emissão das duas notas fiscais dos produtos adquiridos, que se deu em 14 e 15 de abril de 2016; também tempo que seria suficiente para entrega do material vindo de qualquer parte do país.

Além disso, as atividades do PST no Município de Itaperuna/RJ somente começaram em julho/2016.

Portanto, a data de emissão das notas fiscais dos materiais adquiridos, bem como a data de início das atividades do Programa indicam que não havia necessidade de celeridade na aquisição, e, portanto, não deveriam ter sido realizados os pregões na forma presencial.

Cabe ressaltar, que a participação de empresas nos certames foi bem baixa: apresentação de propostas de duas empresas no Pregão nº 20/2015, sendo que apenas uma participou da etapa de lances, e apresentação de proposta de apenas uma empresa no Pregão nº 22/2015.

Manifestação da Unidade Examinada

Em manifestação apresentada frente ao Relatório Preliminar com os resultados da fiscalização realizada pela Controladoria-Geral da União no Estado do Rio de Janeiro, o Secretário de Esporte e Lazer do Município de Itaperuna-RJ, por meio de documento s/nº e sem data, encaminhado por meio do OF/GP/Nº 639/2017, de 11 de setembro de 2017, apresentou a seguinte informação:

> *"A atual gestão lamenta o ocorrido, mas por se tratar de fatos já ocorridos e realizados pela gestão passada, não tem como promover nenhuma ação contra o ocorrido, apenas não permitir que ações como essa volte a acontecer".*

Análise do Controle Interno

O Secretário de Esporte e Lazer não apresentou informações que esclareçam ou justifiquem o fato, tendo em vista ter ocorrido na gestão anterior.

2.2.4. Número de beneficiários abaixo da meta pactuada com o Ministério do Esporte.

Fato

Em novembro de 2016 foi realizada uma fiscalização na execução do Programa Segundo Tempo no Município de Itaperuna/RJ por uma equipe colaboradora do Ministério do Esporte.

Da fiscalização, foi emitido o Relatório RCO25-366-2016 com diversas informações a respeito do PST e de cinco de seus núcleos, além de diversas recomendações visando a um melhor desenvolvimento do Programa.

Uma das recomendações era no sentido de que fossem adotadas medidas urgentes e efetivas para garantir o restabelecimento da meta de beneficiados que estava sendo parcialmente cumprida nos núcleos visitados.

O percentual de beneficiados e a avaliação da frequência nos núcleos visitados, de acordo com o Instrumento de Avaliação da equipe de fiscalização supracitada, estão detalhados a seguir:

- Núcleo Poliesportivo/Surubi: percentual de 26,67%, considerado crítico.
- Núcleo Retiro do Muriaé: percentual de 38,89%, considerado ruim.
- Núcleo Niterói: percentual de 48,48%, considerado ruim.
- Núcleo Frigorífico: percentual de 58,93%, considerado mediano.
- Núcleo Comendador Venâncio: percentual de 69,49%, considerado bom.

Pelo fato de o coordenador pedagógico do PST, ainda formalmente designado perante o Ministério do Esporte, estar afastado da execução do Programa na nova administração municipal, por meio da Solicitação de Fiscalização – SF nº 201701032/04, de 1º de junho de 2017, solicitou-se as listas de presença de 2016 aos atuais gestores do PST no município e também ao coordenador pedagógico afastado. E por meio da SF nº 201701032/05, da mesma data, solicitou-se ao coordenador geral do PST na atual administração, ainda não designado formalmente, a lista de presença do único núcleo ativo em 2016.

Em resposta às Solicitações de Fiscalização, o coordenador geral do Programa apresentou a seguinte informação:

> *"Em resposta a solicitação de fiscalização nº 201701032/04, informamos que não foi repassado à atual gestão nenhum documento relacionado a lista de presença dos alunos do Programa Segundo Tempo do ano de 2016.*
>
> *Em resposta a solicitação de fiscalização nº 201701032/05, segue em anexo controle de frequência dos alunos regulares do ano de 2017".*

De acordo com as listas de presença de fevereiro a maio de 2017 do Núcleo Poliesportivo/Surubi apresentadas em resposta à SF nº 201701032/05, a quantidade de alunos que frequentaram pelo menos uma aula no mês foi a seguinte:

- Fevereiro: 12 alunos.
- Março: 19 alunos.
- Abril: 20 alunos.
- Maio: 24 alunos.

Conforme se observa, embora o número de beneficiários esteja aumentando a cada mês, a quantidade de alunos está muito aquém do pactuado para o PST, que foi de 100 beneficiários em cada núcleo esportivo, distribuídos em 3 turmas.

Em visita ao Núcleo Poliesportivo/Surubi, único ativo em 2017, no dia 26 de maio de 2017, solicitou-se também a grade horária das atividades realizadas no local. Foi apresentada uma grade horária em que, entre outras diversas atividades, constava também as do Programa Segundo Tempo, conforme detalhado a seguir:

Quadro – Grade horária do professor do Programa Segundo Tempo no Núcleo Poliesportivo/Surubi em 2017

Professor	Modalidade	Faixa etária	Dias	Horário
***.647.317-**	Natação	< 12	2ª f., 3ª f. e 6ª f.	16h às 17h/17h às 18h

Fonte: Grade horária da "Secretaria de Esportes" colhida na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, onde também funciona o Núcleo Poliesportivo/Surubi, quando da visita às aulas do PST na sexta-feira, dia 26/05/2017.

Cabe ressaltar que as atividades do PST no único Núcleo em atividade em 2017 também não estão de acordo com as diretrizes do Programa, às quais determinam:

- Desenvolvimento das atividades: "*Oferta a cada beneficiado de, no mínimo, 3 modalidades esportivas (2 coletivas e 1 individual) até os 15 anos completos*".
- Carga horária: "*Atendimento de 20 horas semanais com a presença do Professor e do Monitor em tempo integral (3 turmas de 6h/sem = 18h + 2h de planejamento = 20h)*".
- Grade horária: "*Cada núcleo deverá estruturar uma matriz de atividades (grade horária), de forma que o professor e o monitor possam atender as 3 turmas em locais distintos*".

Cabe ressaltar ainda, que somente o professor/coordenador de núcleo está ministrando aulas, pois o monitor está afastado por falta de pagamento.

A seguir, fotos da aula de natação realizada no dia 26 de maio de 2017 no Núcleo Poliesportivo/Surubi.

Imagem – aula de natação no Núcleo Poliesportivo/Surubi no dia 26/05/2017

Aula de natação com aproximadamente 15 beneficiários.

Por meio de e-mail encaminhado em 1º de junho de 2017, o coordenador pedagógico apresentou a seguinte informação em relação às listas de presença de 2016:

> *" (...) Eu conferi e tenho algumas listas de frequência de alguns núcleos, porém esse material era de porte dos professores e como o projeto está parado há um bom tempo eu ainda não consegui pegar as listas que estão faltando. Assim que eu reunir todas em mãos, às envio à você."*

Tal informação demonstra mais uma falha na execução do Programa, pois, tendo em vista que o exercício de 2016 já se encerrou e as atividades estão paralisadas, o coordenador pedagógico deveria estar de posse desses documentos.

Até o encerramento deste Relatório, que se deu em 6 de junho de 2017, nenhuma lista de presença de 2016 havia sido encaminhada à CGU.

Manifestação da Unidade Examinada

Em manifestação apresentada frente ao Relatório Preliminar com os resultados da fiscalização realizada pela Controladoria-Geral da União no Estado do Rio de Janeiro, o Secretário de Esporte e Lazer do Município de Itaperuna-RJ, por meio de documento s/nº e sem data, encaminhado por meio do OF/GP/Nº 639/2017, de 11 de setembro de 2017, apresentou a seguinte informação:

> *"Está previsto para atual gestão com o reestabelecimento das atividades do programa, maior divulgação e apoio ao funcionamento do programa, além das instalações dos materiais visuais, serão divulgadas informações acerca das atividades do Programa através das mídias sociais, site da prefeitura e carro de som, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Itaperuna irá prestar todo o apoio necessário para que o programa atinja as metas previstas de frequência de beneficiários.*

Com o trâmite para pagamentos já regularizados e com o processo seletivo sendo finalizado, todas as atividades serão realizadas conforme as diretrizes do programa".

Análise do Controle Interno

As informações apresentadas referem-se sobre o que será feito no futuro, mas não esclarecem e/ou justificam a baixa frequência de alunos do Programa.

2.2.5. Ausência de restituição de valores cobrados pelo Ministério do Esporte referente a pagamentos indevidos.

Fato

Por meio do Ofício nº 205/2016/CGAE/DEGEP/SNELIS/ME, de 4 de outubro de 2016, a Coordenação Geral de Acompanhamento da Execução da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte, notificou a Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ sobre pagamentos realizados antes da autorização daquele Ministério para início das atividades do Programa Segundo Tempo, no valor de R$ 5.031,65. Na mesma notificação foi dado o prazo de quinze dias para que esse valor utilizado indevidamente fosse restituído à conta do Convênio, sob pena de suspensão das atividades e do bloqueio da conta corrente.

Em 10 de outubro de 2016, o Prefeito Municipal, por meio do OF/GP/Nº 398/2016, solicitou dilação de 30 dias no prazo para restituição do valor supracitado à conta do Convênio.

Até 25 de maio de 2017 não havia nenhum documento comprovando que esse valor foi restituído à conta do convênio. Também não havia no processo outras correspondências a respeito do assunto.

Por meio da Solicitação de Fiscalização nº 201701302/03, de 25 de maio de 2017, foi solicitada ao Secretário de Esporte e Lazer de do Município de Itaperuna/RJ a apresentação do comprovante de restituição à conta do Convênio do valor de R$ 5.031,65, conforme a notificação constante do Ofício nº 205/2016/CGAE/DEGEP/SNELIS/ME.

Em resposta, o Secretário Municipal de Administração, por meio do Ofício SMA/Nº 134/2017, de 30 de maio de 2017, apresentou a seguinte informação:

> *"Conforme consulta na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Laser* (sic)*, a restituição será feita nesse exercício pelo processo nº 19035/2016."*

Diante do exposto, verifica-se que a restituição ainda não foi realizada.

Manifestação da Unidade Examinada

Em manifestação apresentada frente ao Relatório Preliminar com os resultados da fiscalização realizada pela Controladoria-Geral da União no Estado do Rio de Janeiro, o Secretário de Esporte e Lazer do Município de Itaperuna-RJ, por meio de documento s/nº e sem data, encaminhado por meio do OF/GP/Nº 639/2017, de 11 de setembro de 2017, apresentou a seguinte informação:

"Processo encontra-se em trâmite através do protocolo interno de número 19035/2016".

Análise do Controle Interno

A informação apresentada pelo Secretário de Esporte e Lazer, citando um protocolo de 2016, indica que a devolução dos recursos, que não se trata de um procedimento complexo, transcorridos onze meses da ciência da necessidade da devolução do valor utilizado indevidamente pela Prefeitura Municipal de Itaperuna-RJ, ainda não foi realizado.

Cabe ressaltar que não foram apresentados documentos comprobatórios de que alguma providência foi tomada pela atual administração no sentido de se promover a devolução.

2.2.6. Ausência de recolhimento da parcela patronal da contribuição social (INSS) referente aos professores e monitores contratados no Programa Segundo Tempo.

Fato

Em análise às despesas do Convênio n.º 806376/2014, constatou-se que a Prefeitura Municipal de Itaperuna/RJ nunca recolheu a contribuição social (INSS) patronal referente aos contratados do Programa Segundo Tempo.

Por meio da Solicitação de Fiscalização nº 201701032/03, de 25 de maio de 2017, foi solicitado ao Prefeito Municipal que apresentasse justificativas. Em resposta, por meio do Ofício SMA/Nº 134/2017, de 30 de maio de 2017, o Secretário Municipal de Administração apresentou a seguinte informação:

"Conforme consulta na Secretaria de Fazenda do município, foi aberto parcelamento junto ao INSS da parte patronal para pagamento do débito".

Diante do exposto, verifica-se que o recolhimento ainda não foi realizado.

Manifestação da Unidade Examinada

Em manifestação apresentada frente ao Relatório Preliminar com os resultados da fiscalização realizada pela Controladoria-Geral da União no Estado do Rio de Janeiro, o Secretário de Esporte e Lazer do Município de Itaperuna-RJ, por meio de documento s/nº e sem data, encaminhado por meio do OF/GP/Nº 639/2017, de 11 de setembro de 2017, apresentou a seguinte informação:

"Está aberto um processo de parcelamento junto ao INSS da parte patronal para pagamento do débito, como consta documento em anexo".

Análise do Controle Interno

Não foram apresentados esclarecimentos e/ou justificativas quanto ao não recolhimento da contribuição social (INSS) patronal referente aos contratados do Programa Segundo Tempo.

A informação apresentada assemelha-se à que já foi apresentada em resposta à Solicitação de Fiscalização nº 201701032/03, de 25 de maio de 2017, apenas acrescentando a existência de um documento em anexo.

Trata-se o documento em anexo de uma comunicação do Secretário Municipal de Fazenda ao Prefeito Municipal, por meio do Ofício SMF Nº 445/2017, de 6 de julho de 2017, sobre valores devidos à Receita Federal e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, parcelamentos que poderão ser adotados, bem como possíveis consequências do não pagamento.

Contudo, o pagamento ainda não foi realizado e o documento apresentado não comprova que a dívida será quitada ou que haja pelo menos um comprometimento nesse sentido.

2.2.7. Não atendimento às recomendações emitidas por equipe colaborada do Ministério do Esporte por ocasião de fiscalização realizada na execução do Programa Segundo Tempo.

Fato

No período de 21 a 24 de novembro de 2016, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer recebeu a Equipe Colaboradora 25, preposta do Ministério do Esporte, para a primeira fiscalização do Programa Segundo Tempo no Município de Itaperuna/RJ. Da fiscalização, foi emitido o Relatório RCO25-366-2016 com diversas informações a respeito do PST e de cinco de seus núcleos, além de diversas recomendações visando a um melhor desenvolvimento do Programa.

Ressalte-se que não foi objeto de análise pela equipe de fiscalização da CGU-Regional/RJ a atuação dessa Equipe Colaboradora 25, preposta do Ministério do Esporte, quanto à legalidade de sua atuação.

Resumidamente, as recomendações da Equipe Colaboradora 25 visavam às seguintes ações:

- *Maior divulgação do programa para aumentar número de beneficiados.*
- *Contratar os RHs que faltam nos núcleos.*
- *Adequação a metodologia do programa em alguns núcleos.*

Em janeiro de 2017 foram encaminhados ao prefeito municipal, por meio do Ofício nº 099/2017/CGAE/DEGEP/SNELIS/ME, de 9 de janeiro de 2017, os "***Instrumentos de Avaliação – Administrativa e Pedagógica*** *relativos ao 1º Relatório de Visita realizado pela Equipe Colaboradora nº 25"*.

De acordo com o ofício supracitado, "*ao avaliar o conteúdo do referido relatório (frente às Diretrizes do Programa Segundo Tempo, ao Instrumento de Convênio e ao Plano de Trabalho que o integra),* ***foram constatados na maioria das ações, a necessidade de alinhar a execução ao pactuado, cabendo à entidade adotar as medidas inseridas no Instrumento de Avaliação em anexo, no prazo estabelecido***. "

Foi estabelecido o prazo de quinze dias contados da inserção do ofício no SICONV para apresentação de respostas às recomendações contidas no instrumento anexo ao ofício.

Em março de 2017, por meio do Ofício nº 684/2017/CGAE/DEGEP/SNELIS/ME, de 24 de março de 2017, o Ofício nº 099/2017/CGAE/DEGEP/SNELIS/ME foi reiterado nos seguintes termos:

> *"(...)*
>
> *Assim, considerando que não houve manifestação até o presente momento, assinalamos novo prazo* ***de 10 dias, a contar da data de inserção deste no SICONV, para que sejam tomadas as providências e encaminhada resposta a esta unidade gestora, para a devida regularização****.*
>
> *(...)"*

Por meio do item 7 da Solicitação de Fiscalização nº 201701032/01, de 18 de maio de 2017, foram solicitadas as providências adotadas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer em relação ao Ofício nº 684/2017/CGAE/DEGEP/SNELIS/ME. Em resposta, o Coordenador Geral do PST apresentou a seguinte informação:

> *"Sobre o item 7, não houve alterações até o atual momento, pois o programa encontra-se paralisado."*

Diante do exposto, verifica-se que, até maio de 2017, nenhuma recomendação emitida em consequência da fiscalização da execução do Programa Segundo Tempo em Itaperuna/RJ realizada pela equipe colaboradora do Ministério do Esporte foi atendida.

Manifestação da Unidade Examinada

Em manifestação apresentada frente ao Relatório Preliminar com os resultados da fiscalização realizada pela Controladoria-Geral da União no Estado do Rio de Janeiro, o Secretário de Esporte e Lazer do Município de Itaperuna-RJ, por meio de documento s/nº e sem data, encaminhado por meio do OF/GP/Nº 639/2017, de 11 de setembro de 2017, apresentou a seguinte informação:

> *"Está em andamento toda a regularização do programa, atendendo todas as recomendações ao programa, com a abertura do processo seletivo para a contratação de profissionais".*

Análise do Controle Interno

A informação apresentada indica que nenhuma recomendação foi atendida ainda. Além disso, não foi apresentado nenhum documento que comprove que está em andamento a regularização do programa.

Por fim, cabe ressaltar que somente a abertura do processo seletivo para contratação de profissionais não atende totalmente as recomendações.

3. Conclusão

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos, no valor de R$ 294.630,00, não está adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado e destacam-se as seguintes ocorrências identificadas:

- programa paralisado desde janeiro de 2017;
- controle precário de materiais;
- ausência de controle de frequência dos beneficiários;
- falhas na realização de dois pregões.

Cabe destacar que somente foi liberada uma parcela de duas previstas do convênio.

Apesar das falhas identificadas, não restaram evidenciados prejuízos financeiros ao Erário.